

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS

JOÃO GABRIEL FRAGA DE TOLEDO E SOUZA

O JOGO DUPLO ESPANHOL: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA
NO CONTEXTO DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939)

MARÍLIA

2017

JOÃO GABRIEL FRAGA DE TOLEDO E SOUZA

O jogo duplo espanhol: A política externa brasileira no contexto da guerra civil espanhola (1936-1939)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Marília

2017

Souza, João Gabriel Fraga de Toledo e.

S729j O jogo duplo espanhol: a política externa brasileira no contexto da guerra civil espanhola (1936-1939) / João Gabriel Fraga de Toledo e Souza. – Marília, 2017.

184 f. ; 30 cm.

Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

Bibliografia: f. 173-179

1. Brasil - Presidente (1930-1945 : Vargas). 2. Brasil – Ministério das Relações Exteriores. 3. Brasil – Relações exteriores – 1936-1939. 4. Brasil – Relações exteriores – 1936-1939. 5. Espanha – Relações exteriores – 1936-1939. 6. Espanha – História - Guerra Civil - 1936-1939. I. Título.

CDD 981.061

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOÃO GABRIEL FRAGA DE TOLEDO E SOUZA

O JOGO DUPLO ESPANHOL: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO
CONTEXTO DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1939)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos (orientador)

Faculdade de Filosofia e Ciências-FFC – Unesp Marília

Dr. André Scantimburgo (membro)

Doutor pela Faculdade de Filosofia e Ciências-FFC- Unesp Marília

Prof. Dr. Clodoaldo Bueno (membro)

Faculdade de Ciências e Letras-FCL- Unesp Assis

SUPLENTES

Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi

Faculdade de Filosofia e Ciências-FFC – Unesp Marília

Prof^a. Dr^a. Meire Mathias

Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

Esta dissertação aborda o tema da História da Política Externa Brasileira durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Utilizando fontes bibliográficas e documentais de tipos variados analisamos como o governo brasileiro se envolveu diretamente no conflito desde suas primeiras semanas, desenvolvendo relações com ambos lados do conflito civil, tanto em território espanhol quanto nacional, chegando a agir conjuntamente com outros países neste contexto. Em um primeiro momento, partimos de um esforço historiográfico concernente a história da política externa brasileira no período anterior ao conflito, passando por uma breve contextualização acerca dos antecedentes históricos do conflito espanhol e os efeitos imediatos da eclosão deste sob o sistema internacional pós-tratado de Versalhes. Ademais, se acrescentam a este momento inicial apontamentos acerca da história das relações hispano-brasileiras no período anterior ao conflito civil. Partindo destas observações, exploramos a trajetória das relações brasileiras com o governo republicano espanhol e a junta militar nacionalista, como estas se desenvolveram ao longo do conflito e como tal desenvolvimento criou uma situação única na história da política externa brasileira, na qual o Itamaraty, durante quase três anos, conduziu as relações brasileiras aceitando um cenário duplicidade representativa do Estado Espanhol, agindo regularmente em arrepio ao direito internacional na busca da defesa dos interesses nacionais. Concluímos nossa reflexão com apontamentos sobre o final da guerra civil, suas repercussões no Brasil, na Espanha e no resto de um mundo prestes a mergulhar no maior conflito bélico de toda a história humana.

Palavras-chave: Guerra Civil Espanhola. Itamaraty. Política Externa Brasileira. Getúlio Vargas. Relações hispano-brasileiras

ABSTRACT

This dissertation focus is the History of Brazilian Foreign Policy during the Spanish Civil War (1936-1939). Using bibliographic and documentary sources of various types, we analyze how the Brazilian government was involved in the Spanish conflict since its first weeks, developing diplomatic relations with both sides, in Spanish territory and national territory, acting jointly with other countries in this context. Initially, we begin with a historiographic effort concerning the history of Brazilian foreign policy in the period prior to the conflict and a brief contextualization about the historical context behind the Spanish conflict and its effects on the post-Versailles international system. A brief analysis regarding the history of Hispano-Brazilian relations in the period prior to the civil conflict is also present in this initial stage. Based on these observations, we will explore the trajectory of Brazilian relations with the Spanish republican government and the nationalist military junta, how these developed throughout the conflict and how such development created a unique situation in the history of Brazilian foreign policy, in which the Itamaraty, developed the Brazilian relations with Spain with two adversarial entities who claimed to represent the Spanish State, a scenario in which international law was ignored to ensure defense of national interests. We conclude our analysis with brief notes on the end of the civil war, its repercussions in Brazil and Spain, as the world was about to descend into the greatest war in all of human history.

Key-words: Spanish Civil War; Itamaraty; Brazilian Foreign Policy; Hispanic-Brazilian relations; Getúlio Vargas

SUMÁRIO

Introdução.....	08
Capítulo 1- A Política Externa Brasileira no período anterior a Guerra Civil Espanhola (1914-1936)	15
1.1- A Política externa antes da revolução de 1930	16
1.2- A Política Externa dos primeiros anos do governo Vargas (1930-1936)	20
1.3 - A Espanha antes da guerra civil e o início do conflito	42
1.4- O contexto europeu no início da Guerra Civil Espanhola	52
Capítulo 2- A Política Externa Brasileira no período inicial do conflito	59
2.1- As relações hispano-brasileiras antes do conflito: breve histórico	59
2.2- A Diplomacia brasileira no contexto da deflagração do conflito espanhol	72
2.3- O período inicial nas relações com as duas zonas espanholas: O início da representação bipartite do Estado Espanhol no Brasil	87
Capítulo 3- Duas Espanhas para um Itamaraty: O curso da política externa brasileira do início de 1937 ao final do conflito	98
3.1- A trajetória das relações com a Espanha Nacionalista	98
3.2- As ações materiais em favor da Espanha Nacionalista: O caso do café e do açúcar	116
3.3- A trajetória das relações com a Espanha Republicana	134
3.4- A derrocada republicana, o reconhecimento da Espanha Franquista e o desfecho do conflito	150
Considerações finais	163
Fontes consultadas	169
Anexos	175

INTRODUÇÃO

“Como o café brasileiro enriqueceu o ditador espanhol Francisco Franco”:
“Pesquisador espanhol descobriu que, em 1939, Getúlio Vargas doou café brasileiro ao caudilho; Franco vendeu sacas ao governo e embolsou lucro de 85 mi de euros”. É este o título e subtítulo de um artigo recentemente publicado¹, relatando descoberta de Angel Viñas, um dos mais importantes nomes na área de estudos da guerra civil espanhola, que, amparado por documentos oficiais do instituto Francisco Franco, foi capaz de comprovar a origem ilícita de porção majoritária da riqueza amealhada pelo ‘generalíssimo’ em seus quase 40 anos no poder, oriunda da venda fraudada para o Estado espanhol de 600 toneladas de café brasileiro ensacado in natura.

Embora tenha passado largamente despercebido pela imensa maioria da população, mesmo entre a minoria presente nos círculos acadêmicos, este artigo trouxe importantes contribuições para a compreensão do papel representado pelo Brasil durante a guerra civil espanhola, trazendo a luz novos e promissores dados acerca de um tema que tem sido explorado recentemente no Brasil e no exterior, qual seja, o envio de massivas quantidades de café in natura brasileiro para suprir as forças nacionalistas durante a guerra civil espanhola. Tais envios constituíram um dos aspectos mais significativos envolvendo o Brasil e a guerra civil espanhola, conquanto certamente não seja o único.

Apesar do interesse recente no assunto, a historiografia especializada sobre a história da política externa brasileira ainda continua marcada pela ausência deste. I. Izepe de Souza, cuja tese doutoral constitui uma das mais importantes fontes sobre o assunto, explicita este cenário ainda durante as primeiras páginas de seu trabalho, onde afirma: “Há uma lacuna, no âmbito da historiografia brasileira contemporânea, de estudos que

¹ Sada & Valente, 2016., publicado em 18/06/2016

abordem, sob uma perspectiva histórica, as relações hispano-brasileiras”. Levantamento envolvendo alguns dos títulos reconhecidos como basilares para a formação e consolidação da área de estudos da historiografia da Política Externa Brasileira² atestam esta observação.

Neste sentido, a obra “História da Política Externa Brasileira” (1998), publicada pelos acadêmicos A. Cervo e C. Bueno, não menciona a guerra civil espanhola durante sua análise acerca da década de 1930. A dissertação de mestrado de Gerson Moura, “Autonomia na dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942” (1980) dispõe esta terminologia uma única vez, mencionada entre parênteses, destacada como uma das complicações internacionais da década de 1930. R. Gambini, autor de “O duplo jogo de Getúlio Vargas” (1977) tampouco menciona o assunto. Outros artigos e trabalhos publicados sobre a história brasileira durante a década de 1930, como aqueles de R. Seitenfus e S. Hilton, são igualmente marcados pela ausência do conflito espanhol. Em praticamente todas estas obras predomina uma abordagem quase exclusiva acerca dos aspectos envolvendo as relações com Alemanha e E.U.A, o que G. Moura descreveu como o paradigma da “Equidistância pragmática” (Hilton,1979;1980: Moura,1980: Bueno,1998, Gambini,1978)

Estudos sobre a história brasileira na primeira metade do século XX são mais numerosos e possuem razoável disseminação editorial e acadêmica. As primeiras análises acerca dos efeitos da revolução de 30 sob a política externa brasileira foram desenvolvidas a partir dos anos 70, no bojo do desenvolvimento da pesquisa em relações internacionais no Brasil.³ Estas afirmam que a revolução de 1930 foi um movimento de dinâmica interna, existindo, em um primeiro momento, uma lacuna programática com relação aos assuntos internacionais por parte dos revolucionários de 30, grupos heterogêneos, civis e militares, oriundos de diversas províncias e com distintos interesses e visões para o Brasil.

⁴ Conquanto desproporcionalmente distribuídos em seus cortes cronológicos os estudos

² Nos utilizaremos da abreviação da P.E.B para posteriores referências ao termo.

³ Destacam-se entre estes primeiros autores Gerson Moura, acadêmico brasileiro, e Stanley Hilton, historiador estadunidense identificado com o movimento Brasilianista

⁴ Neste sentido Hilton(1979) afirma: “Foreign policy was not drastically affected either, international issues rarely appeared in revolutionary manifestos”, concluindo que: “As far as brazilian diplomacy is concerned the 1930 revolution gave more signs of continuity than of all out change” Moura (1979) demonstra pensamento convergente com as conclusões de Hilton, conquanto reconheça certo grau de mudança: “A revolução de outubro no Brasil não levou nem a uma ruptura radical, nem a uma continuidade perfeita com o passado. “Redefinição” parece ser o termo mais apropriado para descrever as questões internas e as relações exteriores brasileiras”

sobre a história da política externa brasileira gozam de célere desenvolvimento nas últimas duas décadas, com amplo nível de disseminação acadêmica.

Por outro lado, tal escassez contrasta profundamente com a magnitude da temática da guerra civil espanhola nos meios acadêmicos no mundo ocidental, cuja profusão monumental de obras publicadas sobre este tema ultrapassava sessenta mil obras publicadas ao ano de 2011⁵, número que não inclui trabalhos acadêmicos de vários níveis não publicados. Pesquisa no portal online da maior livraria brasileira revela somente cinco títulos disponíveis em português acerca do tema, quatro dos quais são intitulados “A Guerra Civil Espanhola”, indicando seu conteúdo generalista ou introdutório acerca do mesmo.⁶A produção acadêmica nacional durante as últimas décadas mostra-se promissora, resgatando o tema da guerra civil espanhola no Brasil sob diversos vieses analíticos, trazendo contribuições inestimáveis para esta área previamente inexistentes em fontes estrangeiras ou nacionais. Lamentavelmente o volume de editoração e publicação de trabalhos desta natureza permanece muito baixo, implicando na escassa disseminação e discussão de seus resultados.

Estas novas fontes acadêmicas possibilitam uma revisita de clássicos da guerra civil espanhola, trazendo novos dados que consubstanciam análises previamente inexistentes, oferecendo novos pontos de vista analíticos aos estudiosos do conflito espanhol em suas diversas subáreas. “The Spanish Civil War”, publicado em 1963 pelo finado acadêmico britânico H. Thomas, permanece mais de meio século como uma das obras mais importantes sobre o tema, sendo explorado no presente em diversos momentos. Estudos sobre os aspectos internacionais subjacentes ao conflito espanhol são contemporaneamente uma das áreas de maior desenvolvimento acadêmico nos estudos da guerra civil espanhola. A obra “Arms for the Republic: The untold Story of the Spanish civil war”, publicada em 1999 pelo acadêmico britânico G. Howson, se destaca por seu foco no cenário internacional adverso ao governo republicano, em particular a política de Não-Intervenção no conflito espanhol.

Debates no meio jurídico internacional foram particularmente profícuos durante o conflito civil espanhol, tendo em vista a circulação de periódicos jurídicos acadêmicos de significativa difusão, nas quais juristas contra e a favor da política de não intervenção

5 A. Tapia (2011), In:Meihy(2011)

6 <http://www.livrariacultura.com.br/busca?N=102831&Ntt=guerra+civil+espanhola>

ofereciam diferentes perspectivas analíticas envolvendo aspectos jurídicos atinentes ao seu desenvolvimento e funcionamento regular. Dentre estes autores destacou-se, nos Estados Unidos, o Jurista e professor universitário N.J. Padelford, que, após publicar dezenas de artigos sobre este tema, durante o conflito, publicou coletânea, “International Law and Diplomacy in the Spanish Civil Strife”, reunindo estes trabalhos, em maio de 1939, poucos meses após o fim do conflito espanhol. Temas como o reconhecimento do Estado de beligerância no conflito, o acordo de não intervenção, dentre outros, são amplamente explorados por Padelford (1939). Tais questões são fundamentais para compreendermos as posições governamentais adotadas referentemente ao conflito civil espanhol.

Neste sentido destacamos as observações do professor emérito J.C. Meihy (2009), cuja obra sobre a guerra civil espanhola se concentra na área da História oral de voluntários brasileiros combatentes na guerra civil, onde opina que: “Em países como o Brasil a retomada daquela contenda é importante e merece ser reavaliada”.⁷ Assim sendo, pretendemos neste esforço em andamento contribuir com o desenvolvimento dos estudos nesta área no Brasil, oferecendo ponto de vista analítico focado na Política Externa Brasileira durante o conflito, em um período descrito como “Um dos mais criativos em quase 200 anos de política externa independente”⁸

Para tal, trataremos de nossa temática em três capítulos diferentes, com cada um deste subdivididos em quatro subcapítulos. No primeiro capítulo, de cunho introdutório, exploraremos a história da Política Externa Brasileira no período anterior ao conflito civil espanhol desencadeado em 1936. Tomando o falecimento do Barão de Rio Branco (1912) e a eclosão da I Guerra Mundial (1914) como marcos iniciais, exploraremos a trajetória desenvolvida pela Política Externa Brasileira durante os últimos governos do período da República Velha, passando pela Revolução de 1930 e seus efeitos sob a mesma. Adiante, nos ateremos ao período compreendendo o início do governo provisório varguista e a eclosão da guerra civil espanhola, ou seja, entre novembro de 1930 e julho de 1936, período de grandes mudanças no sistema mundial, enfraquecido pela aguda crise econômica mundial desencadeada ao final de 1929.

7 Meihy,2009

8 Souza,2010

De forma complementar a este resgate histórico da história da P.E.B, apresentamos um breve retrospecto da história espanhola no período anterior a Guerra Civil, onde buscamos explorar temas que oferecem um subsídio teórico mais sólido para a compreensão das causas históricas subjacentes ao desencadeamento de uma das guerras civis europeias mais sangrentas do século XX. Concluimos este primeiro capítulo com uma análise da conjuntura europeia no período imediatamente subsequente ao desencadeamento do conflito civil espanhol, buscando relacionar tal contexto ao conjunto de ações que envolveram o Brasil, direta ou indiretamente, em uma crise diplomática que chegou próxima a eclosão de um novo conflito continental nos moldes da I Guerra Mundial.

Uma vez conhecido o contexto anterior ao conflito civil espanhol nos adentraremos diretamente na análise das primeiras ações brasileiras envolvendo o tema. Partindo de uma breve análise da trajetória das relações hispano-brasileiras no período anterior ao conflito, exploramos quais foram as primeiras ações envolvendo o tema da guerra civil dentro do Brasil e nas representações diplomáticas brasileiras no estrangeiro, especialmente em território espanhol. Ademais, serão discutidos os aspectos históricos subjacentes ao desenvolvimento de um quadro diplomático peculiar, marcado pela coexistência entre duas representações diplomáticas espanholas antagônicas, que durante todo o conflito coexistiram no RJ, em SP e em diversas outras cidades brasileiras. A conclusão deste segundo capítulo se dedica ao tema dos envios de quantidades massivas de açúcar e café para suprir as forças armadas nacionalistas durante a maior parte do conflito, tema este elucidado recentemente por Camargo (2016), cuja pesquisa trouxe ao público uma enorme quantidade de informações previamente desconhecidas e adormecidas em arquivos estatais.

Nosso capítulo final explora diretamente o histórico das relações brasileiras com ambos lados do conflito civil espanhol, focando o período entre o final de 1936 e o final de 1938, período a qual se concentrou a maior parte do conflito. A divisão analítica entre as relações com a zona republicana e a zona nacionalista se fez resultado objetivo do caráter paralelo e conflitante da atuação de ambas no Brasil, situação que pautou diretamente a atuação do Itamaraty na Espanha e junto a outros governos. Concluimos nossa exposição com uma análise do período final da guerra, na qual o reconhecimento do governo Franquista e o abandono ao governo republicano se colocaram novamente na

ordem do dia, movimento concretizado exatamente seis meses antes do início da II Guerra Mundial.

Para a redação do presente nos utilizamos de cinco fontes principais. A primeira junto a fontes bibliográficas editadas e publicadas, em idioma nacional e estrangeiro, dispostos em três áreas fundamentais: a historiografia sobre a guerra civil espanhola, particularmente aquela que trata de seus aspectos internacionais, de produção quase exclusiva por autores estrangeiros; A historiografia especializada sobre a história da Política Externa Brasileira e os estudos temáticos sobre a História do Brasil, particularmente aqueles referentes à década de 1930 e anteriores.

A segunda se concentra na produção acadêmica nacional atinente as questões fundamentais subjacentes ao esforço presente, produzidas recentemente. Destacassem os trabalhos produzidos por I. Izepe de Souza e Fernando Camargo, teses doutorais defendidas durante os últimos anos e diretamente correlatas a nossa temática. A primeira, “Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)”, publicada em 2010, explora a história das relações hispano-brasileiras, dedicando a totalidade de seu primeiro capítulo a análise da política externa brasileira naquele período, conquanto dedique substancial parte de suas análises aprofundando-se em questões relativas ao problema dos asilados estrangeiros na embaixada brasileira em Madrid, questão mais próxima dos estudos de Direito Internacional Público. Constitui importante fonte para o esforço presente, somando-se aos seus trabalhos anteriores de nível de graduação e mestrado, onde igualmente tratou do tema da guerra civil espanhola, conquanto sob outros focos analíticos. O segundo é a recente tese de doutorado “O Brasil e a Guerra Civil Espanhola: fluxos econômicos e negociações oficiosas (1936-1939)”. Em seu trabalho Camargo explora as relações bilaterais entre Brasil e Espanha durante o conflito civil, com destaque para as negociações econômicas envolvendo estes países. Valendo-se de fontes arquivais inéditas este autor trouxe a luz importantíssimos dados previamente indisponíveis, oferecendo excelentes frutos para os estudiosos do tema no Brasil.

A terceira são as notícias jornalísticas publicadas pelo jornal diário “A Folha da manhã”, além de seu suplemento “A Folha da noite”, contemporâneos “Folha de São Paulo”⁹, cujo acervo completo encontra-se disponível para consulta pública em sítio

⁹ Utilizaremos a abreviação F.M. em nossas posteriores referências ao supramencionado periódico

online específico, constituindo fonte de pesquisa de profunda relevância para os estudiosos da história brasileira durante o século XX.¹⁰

A quarta são as fontes relativas a pessoa de Getúlio Vargas, divididos entre os documentos do acervo pessoal Getúlio Vargas, digitalizados pelo CPDOC/FGV, concentrados na correspondência trocada entre ele e Oswaldo Aranha, e o seu diário pessoal, publicado em 1996 pela editora Saraiva. O grupo final inclui documentos oficiais emitidos ou publicados pelo Estado brasileiro, a grande maioria pelo Itamaraty e seus funcionários lotados em representações diplomáticas no estrangeiro e na sede no RJ. Além destes documentos nos utilizamos de alguns documentos oficiais disponíveis no arquivo do DEOPS/SP. Ademais, documentos lavrados por autoridades estrangeiras, notadamente as espanholas, foram igualmente aproveitados. Frente a impossibilidade física de acesso aos arquivos guardiães da referida documentação, nos utilizamos daqueles transcritos por autores que acessaram fisicamente tais arquivos, transcritos em forma parcial ou integral. Alguns documentos oficiais do Itamaraty, publicados integralmente em coletâneas temáticas pela fundação Alexandre de Gusmão, também foram utilizados, sendo tal material de acesso público e gratuito.

Acrescentamos a estas fontes a utilização do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB, ferramenta criada pelo CPDOC/FGV, cujo rico acervo contém centenas de biografias de personagens importantíssimos da história brasileira, algumas das quais mencionadas no desenvolvimento deste texto.¹¹

Desta forma, através da utilização de diferentes tipos de fontes, pretendemos analisar o papel desenvolvido pela política externa brasileira no contexto de uma das maiores crises políticas e diplomáticas do século XX, ocorrida no período imediatamente anterior ao início da II guerra mundial, evento mais significativo daquele. Nosso viés analítico se distancia dos estudos clássicos da área de política externa, especialmente aqueles dispostos pela escola realista de pensamento, cujas análises se destacam por uma divisão mecanicista entre a política interna e a política externa dos Estados soberanos,

10 Acesso pelo sítio: <http://acervo.folha.uol.com.br/fdm>

11 Acesso pelo sítio: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>: “Em 2010, nova versão do Dicionário, agora sob a coordenação de Christiane Jalles de Paula e Fernando Lattman-Weltman, pôde ser assim oferecida na web, com acesso gratuito e aberto a todos. São 7.553 verbetes, sendo 6.584 de natureza biográfica e 969 verbetes temáticos, relativos a instituições, eventos e conceitos de interesse para a história do Brasil pós-1930”.

concepção particularmente importante no mundo Anglo-Saxônico e profundamente difundida na academia brasileira.

O referencial teórico dominante nos estudos de História da Política Externa Brasileira durante a década de 1930 permanece o mesmo desde o final da década de 1970, quando G. Moura desenvolveu em sua dissertação de mestrado o conceito do paradigma da Equidistância Pragmática, em análise que privilegiava exclusivamente as relações brasileiras com Alemanha e Estados Unidos. Tomemos como exemplo a recente obra de três volumes, intitulada “Getúlio”, publicada pelo jornalista João Lira Neto, cujo sucesso editorial fomenta novas pesquisas sobre a era Vargas, reproduz este paradigma, mencionando brevemente o conflito uma única vez. A anteriormente referida obra “A História da Política Externa Brasileira”, de Bueno & Cervo, possivelmente a obra mais influente nesta área de estudos publicada no Brasil nas últimas duas décadas, adota igualmente o paradigma da equidistância pragmática.

Conquanto reconheçamos estruturalmente a magnitude da obra de G. Moura para o estabelecimento dos estudos de História da Política Externa Brasileira, e mesmo da área do estudo sistêmico das Relações Internacionais, percebemos que a mesma, por omitir virtualmente por completo a questão da guerra civil espanhola e suas implicações no sistema internacional do volátil período pré II guerra mundial, oferece poucos subsídios para a compreensão da postura brasileira no contexto do conflito, interna e externamente. O foco analítico no triângulo formado pelas relações entre Brasil e Alemanha, e Brasil e Estados Unidos, exclui completamente a temática da guerra civil. Assim sendo, pretendemos aqui construir uma análise pautada na utilização de fontes múltiplas, observadas suas implicações teóricas e objetivas.

I- A Política Externa Brasileira no período anterior a Guerra Civil Espanhola (1914-1936)

1.1– A Política externa antes revolução de 1930 (1914-1930)

A eclosão da I guerra mundial, no final de junho de 1914, foi o resultado direto de um contexto europeu dominado pela polarização entre dois blocos de poder pela hegemonia dentro do sistema neocolonial consolidado durante o final do século anterior. A corrida armamentista entre Alemanha e Grã-Bretanha foi uma das maiores expressões de tal contexto, sendo hoje um dos aspectos mais exploradas pela historiografia ocidental que trata do tema (Hobsbawn,1995). Razoavelmente distante das intrigas europeias, o Itamaraty vinha se recuperando do choque interno causado pela morte repentina de José Maria Paranhos, o Barão de Rio Branco, falecido em 1912, após quase dez anos na chefia do ministério.¹² Adotando inicialmente o caminho da neutralidade, o ministério observou de perto o desenvolvimento da guerra na Europa e suas possíveis implicações.

A entrada na guerra ao lado da entente em 1917, com a subsequente participação nas conferências de paz de Versalhes, com direito a uma delegação com três membros, a única de toda América Latina, possibilitou que o Brasil pudesse, em um primeiro momento, participar da elaboração do novo sistema de poder mundial, apesar da contribuição modesta para o esforço de guerra da entente. Colhendo os frutos da nova conjuntura internacional, o Itamaraty lançou-se na missão de ocupar os espaços da Liga das Nações, adotando uma nova postura universalista. (Bueno,1998)

¹² “Quando faleceu em plena chefia da diplomacia brasileira (1912), Rio Branco havia estabelecido um modelo de diplomacia que se tornou referência para as gerações seguintes de diplomatas brasileiros e se constituiu em verdadeira tradição que ao longo dos anos, garantiu ao Itamaraty usufruir de certa autonomia e independência no âmbito do Poder Executivo” (Setemy,2013)

Após ocupar um mandato temporário de três anos, o Brasil conquista novo mandato temporário, em 1922, eleito pelos membros permanentes do conselho. Anteriormente desprovido dos meios necessários para galgar uma posição de destaque no sistema internacional do pré-guerra, o Brasil buscava se portar como um novo ator robusto em uma nova ordem internacional.¹³ Por outro lado, a euforia universalista do pós-guerra durou pouco entre as potências europeias. Promessas de efetivação da posição interina no conselho da Liga provaram-se vazias no plano objetivo. Contrariamente ao que fora prometido em Versalhes, as potências europeias pouco se interessavam em modificar o equilíbrio de poder da Liga.¹⁴

Vendo se aproximar o final do seu mandato temporário, que expiraria no final de 1925, o Itamaraty optou pelo tudo ou nada com relação ao pleito brasileiro à condição de ocupante de cadeira permanente no conselho da Liga. Esta demanda seria um dos principais focos do Itamaraty na gestão presidencial de A. Bernardes (1922-1926). Uma das táticas, buscar a simpatia dos países latino-americanos participantes da Liga¹⁵, oferecendo a noção de que o assento ocupado pelo Brasil seria a garantia de representação latino-americana, oferecendo um contraponto à hegemonia europeia.¹⁶ Sem apoio regional, incapaz de neutralizar as manobras europeias, e carente dos meios para valer-se da força para alcançar seu pleito, o Itamaraty tentou uma cartada final, transmitindo ao embaixador brasileiro para a Liga a ordem para que votasse pelo veto ao ingresso da Alemanha no conselho da Liga, agindo de forma deliberada contra uma resolução do tratado de Versalhes, que previa a adesão alemã ao conselho após um período de transição.¹⁷

13 “The 1920s offered, in the form of a League of Nations, what seemed to be a unique opportunity for bolstering Brazil’s international status through the political endorsement of the great powers. Understandably, then, Brazilian foreign policy had (until 1926) a trans-Atlantic, or European thrust, in addition to its traditional continental projection (Hilton,1979)

14 “O Brasil, e da mesma forma a Espanha, desejava ter um posto permanente no conselho executivo da SDN desde 1921. As pretensões de ambos os países, todavia, foram recusadas pelo conselho, em reuniões secretas” (Bueno,1998)

15“O Brasil, em nome da América, lançou sua candidatura. A questão toda colocava-se em termos de prestígio” (Idem)

16 A oferta brasileira, conquanto razoável, foi incapaz de sensibilizar seus vizinhos. Nenhum destes ofereceu apoio, quedando-se o Brasil isolado. O baixo nível de desenvolvimento nas relações latino-americanas e a inimizade argentina figuram entre as principais razões para a compreensão deste cenário. (Ibidem)

17 A posição brasileira foi rechaçada, com a totalidade dos outros membros votando pela adesão alemã. A ameaça de abandono da Liga, afim de pressionar o Conselho a revisar sua posição, igualmente fracassou. Desgostoso e isolado, o governo brasileiro decidiu pelo desligamento definitivo da Liga em 1926, sendo o primeiro país a se retirar do órgão após sua criação. (Hilton,1979)

O afastamento definitivo da Liga trouxe uma nova fase a política externa brasileira, que, após quase uma década de uma trajetória universalista e orientada para a Europa, voltou-se para seu tradicional campo de ação, o continente americano. O aprofundamento da relação com os Estados Unidos seria assim uma resposta ao fracasso dentro da Liga.¹⁸ Isolado de seus vizinhos mais próximos, amargurado com a Europa, desligado do novo centro de poder das relações internacionais e profundamente dependente dos Estados Unidos, assim chegava o Brasil ao final da década de 20.¹⁹ Durante os últimos anos da década o Itamaraty passou por uma reforma administrativa interna, organizada pelo ministro Octávio Mangabeira, que, durante sua gestão, buscou otimizar os trabalhos do ministério através de medidas pontuais aumentassem sua produtividade sem aumentos de despesas ou pessoal.²⁰ Sua gestão notabilizou-se pelo afastamento da Europa e a ênfase nas relações hemisféricas, buscando aproximação com os Estados Unidos. A aproximação com a América Latina foi outro importante foco de ação.²¹

A quebra da bolsa de valores de Nova York, no final de setembro de 1929, pegou desprevenido o governo federal, que vinha nos últimos anos tentando manter em pé o sistema estatal de controle dos preços e estoques de café. O impacto dos eventos em Nova York foi sentido em questão de dias, irradiando-se pela economia mundial com enorme rapidez.²² O súbito desmoronamento dos preços do café no mercado internacional atingiu em cheio o sistema de conversibilidade contos de réis-dólar-ouro estabelecido durante os anos anteriores. A célere queda dos recursos na Caixa de Compensação contribuiu diretamente para o esvaziamento das reservas em ouro e moeda estrangeira acumuladas nos anos anteriores. (Furtado,1979) A fuga de capitais estrangeiros ao final de 1929 agravou a situação, contribuindo para uma brutal desvalorização da moeda nacional. Tal cenário coincidiu com um período marcado pelo aumento contínuo da quantidade

18 “Withdrawal from the league in 1926 was an additional stimulus to efforts to intensify relations with Washington” (Idem)

19 “Brazilian foreign policy strategy in the 1920s was generally well-advised, but it produced uneven results. The rebuff by the European powers at Geneva in 26 was certainly a major diplomatic defeat. And also one that propelled the country toward an exclusively hemispherical political orientation” (Ibidem)

20 “A gestão Mangabeira marcou a esfera administrativa com a criação dos serviços econômicos e comerciais para dar suporte à ação diplomática por meio da coleta, fornecimento, assessoramento e divulgação de informações” (Bueno,1998)

21 Para Hilton (1979) estas posições têm seu auge na conferência pan-americana de 1928, nas quais as ações brasileiras marcaram-se pela tentativa de equilibrar os desejos estadunidenses com os interesses de seus vizinhos, especialmente Argentina, adotando assim uma postura conciliadora que procurava se colocar como uma ponte entre ambas posições.

22 “O cataclismo representado pela crise de 29 atingiu em cheio o continente americano, ainda mais que o seu centro irradiador foi exatamente a economia norte-americana” (Moura,1990)

produzida de café, processo agravado com o recente plantio de massivas quantias de novos cafezais em São Paulo.²³

O desencadeamento da crise mundial, em plena campanha eleitoral para as eleições de 1930, abalou sobremaneira a perspectiva do então presidente Washington Luís de eleger um sucessor capaz de dar continuidade ao sistema político de conchavos interprovinciais que caracterizou o período subsequente ao estabelecimento da República em 1889. Lançando mão de artimanhas antigas, o governo Washington Luís, conquanto abalado pela rápida deterioração da economia nacional, foi capaz de eleger com facilidade seu sucessor, o paulista Júlio Prestes. Ignorando a oposição, o governo acreditava ser capaz de, através da simples manipulação eleitoral, manter em vigor um sistema desgastado que, mesmo antes da eclosão da crise, vinha sendo minado por questões políticas internas. As Revoltas tenentistas, o Estado de sítio contínuo durante o governo A. Bernardes, distúrbios públicos em vários estados em decorrência de disputas internas entre grupos oligárquicos antagônicos. As tensões internas se acirravam, enfraquecendo o controle da oligarquia cafeeira e seus aliados regionais. (Carone,1984)

A campanha da oposição contra a eleição fraudulenta de 1930 colocou o governo na defensiva. Organizando-se no exterior e dentro do território nacional, os grupos políticos de oposição, que anteriormente buscaram através da disputa legalista nas urnas a mudança do regime, adotam uma frente comum contra o governo federal. O assassinato de João Pessoa²⁴, largamente percebido como um movimento governamental, foi o estopim para o início de um movimento nacional revolucionário, iniciado no Rio Grande do Sul, e capitaneado por seu governador, candidato derrotado na eleição fraudada daquele ano, Getúlio Dornelles Vargas. A debilidade da resistência ao movimento

23 “Durante a década de 1920 existe uma alta constante de preços e a ilusão de prosperidade permanente. A queda do valor, a partir de 1929, total o 2:6301000 por tonelada em 1929, tendo chegado a 2.660 000 em 1928, mas a partir de 1931 seu preço abaixa para 1 0431000 e mantém-se em torno de 1 200 000 a 1 300 000 nos anos seguintes.” (Carone,1984)

24 Governador da Paraíba e candidato derrotado a vice-presidente na recente eleição, foi emboscado e morto, em setembro de 1930 por João Dantas, adversário político paraibano, em uma confeitaria no Recife. Conquanto este fosse um crime referente a disputas regionais, o acontecimento foi nacionalmente interpretado como um ato envolvendo o governo federal, que agiria no sentido de liquidar a oposição. Diversas fontes apontam que o ponto central do conflito pessoal entre estes dois personagens paraibanos giraria em torno de um suposto caso de infidelidade matrimonial, indicando o crime por defesa da honra por parte de João Dantas.

implicou na rápida queda do governo W. Luís, que, em pouco menos de um mês, foi deposto e banido.²⁵

A marcha que partiu do Sul chegou ao Rio de Janeiro no início de novembro, instalando Getúlio Vargas como presidente de um novo governo provisório. Assim, a revolução de 1930²⁶ modificou profundamente o equilíbrio de poder dentro do governo federal, incorporando setores anteriormente ausentes dentro do conchavo do “café com leite”, civis e militares. Entre estes últimos se destacam as dezenas de oficiais ligados ao movimento tenentista que aderiram ao novo governo, ocupando interventorias e outras posições governamentais. Subitamente, tenentes e capitães passaram a governar estados inteiros, desalijando do poder oligarquias estaduais que, em muitos casos, mantinham o poder local desde o início do século.²⁷ Observadas as repercussões internas da revolução, atentaremos adiante para as repercussões deste movimento histórico sob a política externa brasileira, seus efeitos dentro do Itamaraty e as primeiras ações adotadas no plano externo pelo governo provisório.

Ao nomear o gabinete para seu governo, Vargas, que recebera o poder de uma junta militar que governara por uma semana, manteve no cargo o ministro provisório que a junta empossara no Itamaraty. Este era Afrânio de Mello Franco, o primeiro, e último, embaixador brasileiro na Liga das Nações.²⁸

1.2- A Política Externa dos primeiros governos Vargas (1930-1936)

25 Não discutiremos aqui os pormenores do movimento civil-militar iniciado no início de outubro de 1930, atendo-nos somente aos seus pontos fundamentais.

26 Acerca da utilização, ou não, da terminologia revolução no contexto dos acontecimentos de outubro de 1930, ver C. Filho & Neder (1999). Utilizaremos esta terminologia por ser esta a mais utilizada entre os autores que tratam da historiografia da política externa brasileira: “De uma ou de outra maneira, a ano de 1930 vem sendo tratado como marco histórico pela historiografia brasileira” (C.Filho & Neder,1999)

27Acerca deste contexto Moura (1979) destaca” “A revolução de 1930, derivada de uma crise que rompeu a unidade da oligarquia agroexportadora em torno do sistema político vigente, não resultou em hegemonia clara de qualquer setor ou classe, estabelecendo-se por isso mesmo um ‘Estado de compromisso’ que se fortalece e autonomiza como o organizador do pacto social e ao mesmo tempo viabiliza a participação de antigos e novos atores no processo decisório” (Moura,1979)

28 http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/afranio_de_melo_franco

Enquanto o novo governo concentrou esforços em um expurgo interno contra políticos de carreira, burocratas estatais e todos aqueles diretamente associados ao antigo regime, os “carcomidos”, o Itamaraty não foi afetado pelo mesmo fenômeno.²⁹ Sabendo se ajustar à nova situação, a maioria dos funcionários do ministério mostrou-se capaz de se ajustar ao novo governo, preservando-se os quadros, em meio à instabilidade dos períodos iniciais do governo provisório. Uma vez estabelecido, a primeira preocupação externa do governo provisório foi a busca de reconhecimento diplomático, tarefa cumprida com sucesso pelo Itamaraty em poucas semanas.³⁰ (Bueno,1998).

A legitimidade internacional do governo provisório foi facilitada pelo reconhecimento explícito de que o Brasil não promoveria nenhuma ruptura de seus tratados e acordos vigentes.³¹ O novo governo atingido por uma aguda crise orçamentária, empreendeu extensas reformas administrativas. Dentro do Itamaraty foram implementadas através de decreto presidencial, de 15/01/1931. Ao assumir os compromissos internacionais do Estado brasileiro, o governo provisório assumiu uma vultosa dívida externa, resultado dos diversos empréstimos em ouro realizados pelos governos anteriores, contraídos a taxas de juros abusivas. Desta forma o chanceler Franco, buscando assegurar o pagamento da dívida externa, durante os meses seguintes, fechou acordos com os principais credores da dívida brasileira, Estados Unidos e Reino Unido, sanando temporariamente a questão.³²

29 “As to its direct impact upon Brazilian diplomacy it should be noted that the revolution did not embark on a “witch hunt” inside Itamaraty” (Hilton,1979)

30 Em seu primeiro documento oficial como chanceler, a circular telegráfica 535, de 03/11/1930, Franco requisita às embaixadas para que agissem neste sentido: “A junta governativa provisória passou o governo hoje ao doutor Getúlio Vargas, que o assumiu no caráter de chefe do governo provisório. A ordem continua assegurada (...) Desejando o Brasil manter as relações de amizade com esse país, espero que vossa excelência promoverá o reconhecimento. Queira transmitir aos consulados nesse país”

31 “O novo governo, confirmando a declaração contida na primeira comunicação, reconhece e acata todos os compromissos nacionais contraídos no exterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, os contratos vigentes e demais obrigações legalmente estatuídas” Circular telegráfica 535 Itamaraty, 03/11/1930

32 As questões envolvendo a dívida externa se arrastaram durante os anos seguintes, cabendo ao Itamaraty administrar imbróglis do tipo junto aos credores estrangeiros, estes bancos, governos nacionais, firmas e particulares.

Como observamos anteriormente, o principal parceiro comercial brasileiro, os Estados Unidos, sofriam no início da década de 30 com o aprofundamento da crise econômica interna, o epicentro da crise. Os países vizinhos, cujo comércio com o Brasil era bastante limitado, igualmente afetados pela crise internacional, também não ofereciam, naquele momento, oportunidades para o escoamento dos excedentes brasileiros. Restava ao novo governo buscar novos parceiros comerciais, de modo a diversificar suas opções no comércio internacional, em um contexto de enorme instabilidade.³³ Para tal, o Itamaraty inicia esforços bilaterais com dezenas de países, a fim de negociar o maior número possível de acordos de livre comércio, voltando-se desta forma para mercados anteriormente negligenciados ou subexplorados.³⁴

Por outro lado, a diversificação dos parceiros comerciais não implicava na diversificação da pauta de exportação brasileira, o café e alguns outros produtos primários. Valendo-se da estrutura estabelecida nas últimas décadas, o Itamaraty lançou-se na tarefa de detectar possíveis novos países que pudessem se interessar por produtos desta natureza. De Lituânia a Luxemburgo, não havia país pequeno ou distante demais para a nova visão multilateralista do comércio exterior brasileiro. (Seitenfus,1930)³⁵ Tal esforço diplomático envolveu, na maioria dos casos, uma ação unilateral brasileira, no sentido de que eram as embaixadas, consulados e representações em geral que intentavam contato com governos nacionais, no sentido de apresentar as propostas brasileiras e o que estas poderiam oferecer para aquele país.³⁶ Atentaremos a seguir para uma exceção à esta conjuntura, qual seja, a Itália.

33 “A proposta brasileira foi bem acolhida, pois no período de 1º de setembro de 1931 a 31 de dezembro de 1931 foram assinados 16 acordos” (Bueno,1998)

34 Neste sentido Seitenfus (2006) afirma: “A necessidade de encontrar novos mercados consumidores convence nossos dirigentes a construir uma rede de tratados comerciais baseados na concessão mútua e incondicional da cláusula de nação mais favorecida. Logo, o Itamaraty faz das relações comerciais o leitmotiv de sua ação, após outubro de 1930”. Em diversas fontes contemporâneas podemos perceber a utilização da terminologia “Tratados Mello Franco” para designar este conjunto de tratados e suas condições, termo utilizado em debate na câmara dos deputados em 1935.

35 “A lista destes países incluía: “Grã-Bretanha, Países Baixos, Irlanda, Suécia, Alemanha, Suíça, Finlândia, Itália, Tchecoslováquia, Dinamarca, Islândia, Canadá, México, Romênia, Hungria, Noruega, Áustria Bélgica, Grão-Ducado de Luxemburgo, Polônia, Iugoslávia, Índia, Colômbia, Letônia e Lituânia” (...)” No mesmo ano[1932], negociara-se com o Alto Comissariado da Síria e do Líbano, concluíram-se os projetos de acordos com Portugal, Argentina e Uruguai, tinham-se pendentes acordo com a Grécia e negociações com a Pérsia, além de estarem em estudo os relativos à França e à Espanha” (Bueno,1998)

36 “Os textos dos acordos eram, praticamente, iguais. A nova política comercial, segundo o ministro das relações exteriores, revelava-se produtiva, consoante os dados estatísticos oficiais” (Idem) Embora não tenha sido bem sucedido em seus objetivos de longo prazo, gerando um crescimento nos fluxos comerciais muito menor que o planejado, o esforço multi-lateral de M. Franco foi ousado e representa um momento único na História da P.E.B.

Em entrada de seu diário, datada de 10 de novembro, menos de duas semanas após sua chegada ao Rio, Vargas relata ter recebido as credenciais do novo embaixador italiano, o primeiro diplomata europeu a encontrar-se pessoalmente com ele para tais fins, apontando para a existência de um interesse italiano em se aproximar de novo governo.³⁷ Nos meses seguintes os italianos deram novos sinais de suas intenções para as relações ítalo-brasileiras. Poucas semanas depois de apontar o embaixador, o governo italiano organizou uma esquadrilha especial de hidroaviões de sua força aérea, selecionando os melhores pilotos e oficiais para uma missão especial. Seu comandante era o ministro da aeronáutica, Ítalo Balbo, amigo de Mussolini e figura proeminente do regime. Seu objetivo, era alcançar o Brasil, voando em formação por todo o percurso. As aeronaves selecionadas para a missão eram treze Savoia-Marchetti 55.A

Após alguns dias de preparação logística, a missão Balbo partiu do porto toscano de Orbetello, no dia 17 de dezembro de 1930, rumo ao Rio de Janeiro, antiga capital federal e distante mais de nove mil quilômetros. De Orbetello saíram treze aeronaves, totalizando pouco mais de 50 membros. Obedecendo ao protocolo aeronáutico da época, a missão teve quatro escalas no caminho para o Brasil.³⁸ Acompanhando a esquadrilha, a partir da última parada africana, vinha uma esquadra da marinha italiana, capitaneada pelo cruzador “Lanzereto Malocello”. Em sua primeira escala, em Natal, os italianos foram recebidos por autoridades locais e populares. A grande mídia nacional acompanhava desde o início a empreitada, noticiando cada etapa da missão, cuja chegada, ao dia 05/01/1931, ocupou as capas dos grandes jornais do Rio, São Paulo e outras capitais.³⁹ O F.M, em sua edição de 04/01/1931, noticiou que o Itamaraty destacara para Natal o capitão Nery da Fonseca, para que pudesse representar o ministério na recepção aos italianos.⁴⁰

37 “À tarde recebo várias visitas e, em audiência especial, as credenciais do embaixador italiano e do ministro do Equador” (Vargas, 10/11/1930)

38 Após uma primeira escala em Cartagena, no sul da Espanha, a missão passou também por Kenitra, no Marrocos Francês, Villa Cisneros, na Guiné Espanhola, e Bolama, na Guiné Portuguesa, totalizando 5000km de viagem (Folha da manhã, 04/01/1931). A última destas foi marcada por dois acidentes, um destes fatal para toda tripulação. Seguiram, portanto, onze aeronaves para o Brasil.

39 Neste sentido aponta o artigo “O vóo da Esquadrilha Balbo ao Brasil”, manchete de capa do F.M de 04/01/1931. A notícia, que ocupa quase metade da página, traz um mapa com infográfico ilustrando as etapas e distâncias percorridas pela missão e uma caricatura de Balbo.

40 “O ministro do exterior será representado em Natal pelo Capitão Nery da Fonseca” (Folha da manhã, 04/01/1931). Ao despachar às pressas, de aeroplano, este oficial, conferindo-lhe competências em nome do ministério, o Itamaraty mostrava sua preocupação em fazer-se presente junto aos italianos desde o início de sua passagem pelo Brasil.

Após uma pausa técnica de alguns dias em Natal os italianos seguiram para sua próxima e penúltima escala, Salvador, de onde se preparam para a etapa final rumo ao Rio de Janeiro, após quase um mês de sua partida da Itália.⁴¹ A chegada dos italianos ao Rio tinha dia e hora marcada, programada para o final da tarde do dia 15/01/1931, e foi amplamente divulgada pela mídia nacional.⁴² Uma extensa agenda oficial estava prevista para o recebimento dos italianos, com solenidades previstas nos dias seguintes. O próprio Getúlio Vargas relata em seu diário ter se assistido pessoalmente a chegada da esquadrilha, afirmando ter encerrado seu expediente mais cedo para assistir o evento.⁴³ Os dias seguintes à chegada da esquadrilha foram reservados quase exclusivamente por Vargas para solenidades ligadas à missão italiana, existindo uma ampla programação de diversos órgãos estatais para receber solenemente os militares italianos. Banquetes de gala oferecidos no Itamarati e na embaixada italiana, visitas de militares italianos ao centro do Rio, encontros entre marinheiros brasileiros e italianos, dentre outros.

Atentaremos para alguns destes mais adiante, destacando aqueles relatados em primeira pessoa por Vargas em suas anotações. Ao dia 16/01/1931 Vargas registra em seu diário seu primeiro encontro com Ítalo Balbo.⁴⁴ Os eventos no dia seguinte, cobertos pela mídia nacional e descritos por Vargas em seu diário, se destacam pelas negociações envolvidas. Tornam-se evidentes as intenções italianas por trás de sua expedição.⁴⁵

41 Por motivos não esclarecidos existe uma lacuna na publicação do “Folha da manhã” entre os dias 05/01/1931 e 14/01/1931. Sendo esta nossa fonte primária principal para este contexto, quedamos sem dados acerca da visita italiana à capital Baiana.

42 Howson (1998) ressalta a popularidade alcançada pelos avanços na aviação durante o período entre guerras: “The 1930s were the Golden decade of air races, record- breaking and the expansion of airlines. Record breaking flyers were national heroes, and heroines, for many were women. Their fame combined the glamour surrounding sportsmen and film stars with the grave respect once shown to great explorers” (Howson,1998). Acerca dos SM.55 afirma: “Famous for a series of transatlantic flights in an era when any aerial crossing was considered extremely hazardous, the Sm.55 rightly aroused great public interest. Understanding that most of these flights were made as propaganda demonstrations of the fascist government does not alter the fact that the design was excellent and the accomplishments exceptional”

43 “À tarde atendi o despacho do ministério da marinha, interrompendo-o para ir assistir, do pavilhão do morro da Guanabara, à chegada da esquadrilha italiana. Estava marcada para as 5 e anunciaram que chegaria as 3, mas finalmente chegou mesmo às 5. Foi um espetáculo admirável, cuja descrição encontrar-se-á nos jornais do dia” (Vargas, 15/01/1931)

44 “Foi quase todo [o dia] dedicado às festas de acolhimento da frota aérea italiana. À tarde, recebi, solenemente, no Catete, cercado pelo ministério etc., todos os comandantes dos hidroaviões e dos navios da esquadra. À noite, comparei ao banquete oferecido no Itamarati, pelo governo brasileiro, à missão italiana” (Idem, 16/01/1931).

45 L. Neto aponta objetivamente: “A missão Balbo, espetaculoso golpe de publicidade fascista, tinha motivações evidentemente políticas, mas também financeiras. O governo italiano pretendia negociar com o Brasil a venda dos aviões militares que fizeram a travessia aérea do Atlântico. A recomendação do Duce era a de que Balbo e seus homens voltassem para casa de navio” (L. Neto,2012)

Vargas relata diretamente as negociações em seu diário naquele dia.⁴⁶ O diálogo entre Balbo e Vargas concretizou-se em uma negociação direta entre o governo brasileiro e o italiano, finalizada durante um jantar no Itamaraty. Aos italianos interessava o café brasileiro, então abundantemente estocado nos armazéns estatais.

Percebendo o interesse italiano em adquirir algo que o Brasil possuía em demasia, Vargas, segundo L. Neto (2012), teria agido diretamente, negociando um acordo extremamente vantajoso para o Brasil.⁴⁷ A mídia contemporânea também demonstrou grande interesse por estes arranjos.⁴⁸ Após mais de uma semana no Rio, marcada por dezenas de cerimônias, civis, militares e religiosas, os italianos dirigiram-se para São Paulo, onde também tiveram intensa agenda oficial. Acerca desta nos ateremos a brevemente apontar que, após um período em São Paulo, os italianos regressaram para Itália no início de fevereiro, após mais de um mês de sua chegada em Natal.⁴⁹ Para trás ficaram os onze SM55.A, que reforçaram a aviação naval brasileira. Observaremos sob a ótica da questão do café, qual teria sido a importância da vinda da missão Balbo ao Brasil naquele momento específico, nas quais o governo aventava medidas drásticas de destruição física de estoques invendáveis de café.

Tendo em vista a estrutura econômica desenvolvida nas décadas anteriores o governo brasileiro, no início de 1931, possuía grande parte de suas reservas em café e não em moeda corrente ou ouro. O café era também utilizado como garantia para os empréstimos, através do armazenamento de grandes quantidades de sacas de café em grão em portos e armazéns na Europa. A necessidade premente de amenizar os efeitos da crise do setor cafeeiro, a fim de evitar uma queda ainda maior da economia geral, gerava a

46 “Na embaixada italiana Balbo conversou sobre a possibilidade de um maior intercâmbio comercial com a Itália, e da compra de café e carne em troca de aparelhos aéreos e navios” (Vargas,17/01/1931)

47 “Getúlio propôs então ao ministro italiano da Aviação uma espécie de escambo. O Exército brasileiro ficaria com as aeronaves. Em troca, em vez de dinheiro vivo, o país remeteria para Roma toneladas de café em grão. O negócio, costurado depois pelos representantes comerciais dos respectivos governos, acabou aprovado. O Brasil pagaria 8 mil contos de réis (8.000:000\$000, na grafia da época, o equivalente então a cerca de 8,8 milhões de dólares), em sacas de café, para ficar com os modernos Savoia Marchetti.25” (L. Neto,2012)

48 Em sua edição de 21/01/1931, O F.M, sob a manchete “O general Balbo nada sabe da troca dos aviões” faz alusão às negociações, demonstrando conhecimento pleno acerca dos fatos: “O general Balbo recusou-se a discutir as notícias insistentes de que os aparelhos iam ser trocados por café do Brasil que existe atualmente nos armazéns de Gênova. O comandante da esquadilha nega que da sua parte tenha conhecimento de que os hydroplanos estejam vendidos”

49 Para os eventos voltados para o tour da missão Balbo pela capital paulista ver: Folha da manhã, edições de 24/01 a 05/02. Um destes eventos, de especial interesse para nós, foi a inauguração de uma nova sede do consulado italiano, localizado na Praça de República, no centro da cidade. (L. Neto,2012). Vargas registra em seu diário a partida dos italianos para São Paulo, afirmando, em entrada de 15/02/1931, que estes haviam partido de volta para a Europa alguns dias antes

necessidade de se desfazer o mais rápido possível de quanto café fosse possível. Em um cenário de intensa crise economia mundial, o que retraiu significativamente os fluxos comerciais internacionais, o Brasil enfrentava outro problema. A crise nos países menos desenvolvidos gerou um esgotamento nas reservas cambiais, deprimindo os fluxos de comércio internacional.

O F.M, em sua edição de 21/01/1931, afirma que o café envolvido nas negociações com os italianos estaria estocado no porto de Gênova, o que implicaria em um brutal ganho de tempo e uma tremenda economia de capital com fretes e outros encargos. O governo italiano estaria naquele momento, assim como o brasileiro, enfrentando uma escassez de ouro e moedas conversíveis. Conquanto deprimidos em suas condições financeiras, ambos países possuíam um interesse mútuo na negociação. Os italianos poderiam absorver o produto já disponível em seu próprio território e disponibilizá-lo ao mercado interno por um preço competitivo. Desta forma o ganho era múltiplo, o governo se desfez de grande quantidade de café, previamente invendável. A diminuição dos colossais estoques estatais do produto seria benéfica para o preço, mitigando os efeitos da superprodução e excesso de oferta em estoque, conquanto estivesse longe de sanar o problema dos estoques.⁵⁰ Além disso, o Brasil lograva em adquirir uma esquadilha de SM55.A, uma das aeronaves mais confiáveis de sua época, possibilitando o reequipamento da aviação naval, então equipada com aparelhos obsoletos.

A aproximação com uma potência europeia, após o revés da experiência universalista da P.E.B dentro da Liga das Nações, é também outro aspecto notável neste contexto. O sucesso público da missão Balbo dentro do Brasil, que assistira grandes multidões em todas solenidades onde participou, era também benéfico ao governo, oferecendo ao grande público uma distração das complicadas questões que enfrentava o novo governo provisório. Concluimos assim, que o governo Vargas soube se aproveitar de forma exemplar na primeira grande oportunidade oferecida pelo imprevisível sistema internacional. Embora bem-sucedido no caso Balbo, o governo provisório pouco tempo teve para desfrutar dos ganhos. A situação internacional se deteriorava cada vez mais,

50 “A venda para o exterior é um fator de equilíbrio estatístico, mas a pressão dos fazendeiros sobre o governo, que começa em 1931, obriga-o a continuar a comprar café e a incinerá-lo. De 1931 a 1936, o total eliminado é de 39.532.486 sacos.... Que são queimados, servem de adubo ou são atirados ao mar” (Carone,1984)

pressionado o Itamaraty a adotar novas posições e atitudes. Ações previamente inimagináveis passavam a se apresentar como soluções ousadas ou pragmáticas para um problema estrutural grave. Setemy (2013) relata tratativas envolvendo altos escalões do governo, e o próprio Getúlio, que poderiam ter estabelecido relações comerciais diretas com a União Soviética menos de seis meses após a visita da missão Balbo.⁵¹

Os primeiros anos do governo provisório foram dominados pelos esforços internos voltados para a amenização dos efeitos da crise internacional, através da política de valorização do café. Reformas internas na estrutura do governo federal e em suas relações com as províncias também foram importante foco de ação do governo entre 1931 e 1933. O Itamaraty implementava progressivamente uma reforma interna, enquanto perseguia o objetivo de fomentar o comércio exterior brasileiro, especialmente de café e outros primários tropicais. A questão da dívida externa foi temporariamente sanada através de acordos com grandes credores estrangeiros. O governo provisório passou seus primeiros anos dedicado a reformas estruturantes em diversos campos. Na esfera regional se mostrou mais proativo e eficiente do que os governos anteriores. Bueno (1998) atenta para o sucesso dos esforços brasileiros junto ao contencioso de Letícia, que opunha Colômbia e Peru, e que poderia escalar para um conflito armado.⁵²

Frente ao aprofundamento das tensões entre Bolívia e Paraguai, no tocante à disputa destes pela região do Chaco, o Itamaraty, ciente das ações argentinas a favor do Paraguai, declarou a neutralidade brasileira, declinando assim de apoiar os pleitos de um ou outro lado, pautando-se assim em esforços diplomáticos voltados para a conciliação pacífica entre as partes, conquanto estes tenham sido insuficientes para evitar a deflagração do conflito armado entre os dois países. Também na esfera regional, foi celebrada, em 1933, a assinatura do tratado de não agressão, assinado por Argentina,

51 “Em maio de 1931, Alexander Minkin, presidente da sociedade anônima Iuyamtorg, instrumento com que a URSS movia-se na América Latina com o intuito de fomentar seu comércio, apresentou ao ministro da Fazenda do Brasil, José Maria Whitaker, uma proposta de intercâmbio bilateral e de abertura de uma sucursal da Iuyamtorg no Rio de Janeiro, nos mesmos moldes em que a empresa operava nos Estados Unidos, na Argentina, no Chile e no Uruguai. De acordo com a proposta apresentada ao governo brasileiro, a URSS pretendia iniciar compras de café, cacau, borracha e couros no Brasil. Interessado nas vantagens de uma aproximação oportuna, o presidente Getúlio Vargas consultou o então ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco, acerca da conveniência de autorizar o funcionamento no país da agência soviética de comércio. Após obter um parecer contrário de sua assessoria de comércio exterior, o ministro aconselhou Vargas a negar autorização à instalação da Iuyamtorg no Brasil, em razão de desconfianças acerca da atuação política que seus funcionários poderiam vir a exercer” (Setemy,2013)

52 Por seus esforços como mediador da questão o chanceler M. Franco chegou a ser nomeado como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 1934, um dos únicos brasileiros a alcançar tal feito até os dias atuais (Bueno,1998)

Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai, minimizando a perspectiva de conflito iminente com a Argentina, então um foco especial de preocupação das forças armadas e do Itamaraty desde a independência.⁵³

Os esforços internos para a estabilização econômica, combinados com os esforços do Itamaraty no exterior, foram capazes de dirimir os efeitos negativos da crise mundial, permitindo que, a partir de 1933, o PIB nacional voltasse à índices de crescimento positivo. (Furtado,1979). A promulgação de nova constituição em 1934, precedida pela eleição indireta de Vargas para a presidência, com mandato de quatro anos, consolidou formalmente o governo provisório, agora eleito. A política externa do governo provisório, marcada pelas iniciativas no meio comercial, contribuiu diretamente para a recuperação econômica. Apesar disto a continuidade de Vargas e boa parte do gabinete não foi observada no Itamaraty. O chanceler M. Franco, perseguidor dos tratados bilaterais de comércio, renunciara em dezembro de 1933. Após um período de administração interina, Vargas, em julho de 1934, aponta para o cargo o paulista José Carlos de Macedo Soares.

A mudança no Itamaraty foi substancial a partir desta nomeação. O chanceler Macedo era um ultraconservador católico, simpatizante pessoal dos regimes de força instalados na Alemanha e na Itália e grande entusiasta da aproximação do Brasil com os mesmos. Outra mudança no Itamaraty, também no início de 1934, proporcionou um câmbio nos rumos da P.E.B. Trata-se da nomeação de Oswaldo Aranha, amigo de longa data de Getúlio, para a embaixada brasileira em Washington, historicamente um dos cargos de maior prestígio dentro do ministério. Uma vez instalado, Aranha progressivamente tornou-se um dos principais articuladores da P.E.B, agindo pessoalmente em diversas oportunidades junto à Vargas, tornando-se um poder paralelo ao ministério. Assíduo correspondente de Vargas, dedicado estudioso das relações internacionais de sua época, sua trajetória e influência sob a P.E.B serão exploradas mais adiante.

53 “Assim, foi assinado, em 10/10/1933, por sugestão do ministro de relações exteriores argentino, S. Lamas, o tratado anti-bélico e de não agressão e conciliação, com a adesão, além do Brasil e Argentina, do Chile, México, Paraguai e Uruguai. O Brasil dava provas de fortalecimento do pan-americanismo” (D’Araujo,1997) Hilton (1979) afirma que, ao final da década de 1920, o exército argentino tinha quatro vezes mais canhões de artilharia que o Brasil, uma marinha melhor equipada e continuava expandindo seus gastos militares, com valores mais de 200% superiores ao investimento brasileiro naquele período.

O relativo sucesso da política de valorização do café e o ligeiro arrefecimento da crise internacional, que atingira seu nível mais agudo no ano anterior, foram elementos favoráveis para o comércio brasileiro no exterior. O lento e progressivo programa industrializante do governo criava novas necessidades econômicas, observáveis no aumento de importações de bens de capital. Aos poucos o Brasil se mobilizava no sentido de romper com a dependência crônica do café.⁵⁴ Tal conjuntura, mais favorável que a encontrada pelo governo provisório ao final de 1930, oferecia ao Itamaraty, com seu novo chefe, novas perspectivas em seu campo de ação. A diversificação da P.E.B neste período constitui um dos aspectos mais visitados e discutidos pela historiografia brasileira. A aproximação com a Alemanha, que vira a recente ascensão ao poder absoluto de Adolf H, começou em 1934 e foi um dos principais pontos de ação da gestão M. Soares.

Poucos meses após a mudança na chefia do Itamaraty um câmbio na estrutura do comércio exterior alemão, com o lançamento do “Novo Plano”, propiciou uma oportunidade de crescimento exponencial no comércio bilateral Alemanha-Brasil. O ministro das finanças alemão, Herr Schaacht, criou um sistema de escambo moderno, conhecido como “comércio de compensação”, através da adoção de uma moeda fictícia, o Marco compensado, ou Askimarks, cuja circulação física não existia.⁵⁵ A possibilidade de exportar grandes quantidades de produtos primários, já disponíveis no mercado em ampla quantidade, sem necessidade de capital ou metal precioso, era deveras vantajosa, ensejando um brutal aumento nos fluxos comerciais com a Alemanha.⁵⁶ Paralelamente ao aprofundamento das relações com a Alemanha, o novo embaixador em Washington, Oswaldo Aranha, se engaja na tarefa de se aproximar com os estadunidenses e mantê-los seguros de que sua posição privilegiada junto ao Brasil não seria afetada. A recente mudança na política estadunidense para a América Latina, com a ascensão de F.D. Roosevelt para a presidência, foi um fator positivo para Aranha, que encontrou uma

54 Acerca deste processo D’Araújo (1997) apresenta dados robustos que atestam este movimento industrializante: “Em 1940 70% dos estabelecimentos industriais brasileiros haviam sido criados a partir de 1930. Na década de 30, enquanto a produção agrícola tem um volume de crescimento na ordem de 20%, a produção industrial cresce 125%” (D’Araújo,2997)

55Tal sistema possibilitava a Alemanha abordar um país Y, oferecendo-lhe um contrato no valor de X marcos compensados. O valor nominal X poderia ser usado para a compra de quaisquer matérias deste país. Em troca Y receberia o mesmo valor X, a ser gasto em importação de produtos alemães em quantidade e custo equivalente ou menor a X. Desta forma, a Alemanha e o país Y completavam uma operação efetiva de comércio bilateral, porém sem utilizar meio corrente algum para isso.

56Entre 1933 e 1937 as exportações brasileiras para a Alemanha cresceram 280% e as importações 383%. (Seitenfus,2006)

conjuntura mais favorável, podendo assim extrair vantagens para o Brasil, que tornara-se um dos “good neighbours’ de Washington⁵⁷ (Moura,1979)

Concomitantemente a assinatura de um tratado bilateral de livre comércio com os Estados Unidos, ao final de 1935, negociado por O. Aranha, aponta para o desejo mútuo no aumento nas relações comerciais com aquele país. Assistindo o estrondoso sucesso do plano Schaacht na Alemanha, os estadunidenses agiram afim de evitar que o Brasil se afastasse demais de sua órbita de ação, cedendo levemente em alguns pontos anteriormente contenciosos. O livre-comércio com uso de moeda e ouro era a proposta de Washington frente ao escambo oferecido pelos alemães. Desta maneira, fazia-se possível adquirir nos Estados Unidos o que os alemães fossem incapazes de prover, em moeda, e vender para estes bens primários à preços razoáveis.⁵⁸

As relações com a Itália continuaram amistosas nos anos após o tour da missão Balbo. Igualmente atingida pela crise internacional, a Itália, assim como a Alemanha, também encontrou na prática do comércio compensado a possibilidade de alavancar suas exportações em um contexto de escassez de meios correntes.⁵⁹ A lira compensada tornou-se o equivalente do marco compensado. Os italianos adotaram práticas similares às alemãs, primando por um comércio de exportação de bens manufaturados e importação de bens primários alimentícios ou industriais. A marinha, que poucos anos antes recebera os novos Sm55 italianos, buscou aproveitar o cenário de aumento das operações de comércio compensado para concretizar alguns de seus objetivos institucionais de longo. Constringida por sucessivos orçamentos deficitários, que mal cobriam a manutenção da

57 “A congruência das propostas presentes na apresentação do New Deal, com o papel que a política externa dos Estados Unidos teria a partir de 1933, consolidou-se com a 7ª Conferência Internacional dos Estados Americanos, ocorrida em dezembro daquele ano em Montevidéu. Um dos principais membros e arquitetos da política externa norte-americana, o então Secretário de Estado Cordell Hull, participou in loco de uma agenda cujo principal conteúdo foram as intervenções político-econômico-militares impetradas pelas administrações anteriores do executivo norte-americano, que ainda ressoavam no continente, principalmente na América Central e no Caribe” (Camargo,2016)

58 Seitenfus (2006) atenta para a relevância desta conjuntura para a P.E.B: “A partir dos anos 34-35 a política comercial brasileira deixa de lado suas aspirações liberais e igualitárias para tornar-se pragmática. Essa nova maneira de conceber as relações comerciais internacionais desempenha, a partir desse momento, um importante papel na política externado país”. Tal conjuntura também tinha relação com a decisão brasileira de romper unilateralmente as dezenas de tratados bilaterais assinados entre 1931 e 1933: “Em 1935, todavia, todos os tratados seriam denunciados pelo Brasil, quando constatou que seus parceiros comerciais, mormente os europeus, estavam recorrendo a uma série de artifícios para tornar sem efeito a cláusula de nação mais favorecida, praticando um protecionismo por métodos modernos. Aqueles tratados ficariam sem efeito na prática”

59 “O comércio protegido era a solução possível para os países que tinham sido duramente atingidos em suas exportações e importações pela crise econômica e que não dispunham de meios de pagamento para realizar o comércio internacional” (Moura,1979)

frota e os soldos da marinhada e oficialidade, restava à marinha a elaboração de projetos de modernização, que norteavam esta instituição e estabeleciam metas, materiais e humanas, à serem alcançadas. Destacasse entre estes a intenção da marinha de estabelecer uma frota de submarinos.⁶⁰

O comércio compensado ofereceu para a marinha a oportunidade de finalmente obter os submarinos, previamente inalcançáveis do ponto de vista orçamentário. Assim como os SM55.A, seria a marinha italiana a provedora dos novos aparelhos. A partir da segunda metade de 1934 a conjuntura internacional passa a favorecer este projeto. A Itália, poder menor dentro da África colonial, busca fortalecer sua posição no continente. Incapaz de conquistar colônias pertencentes aos grandes poderes europeus resta aos italianos buscar a expansão às custas do Império Etíope, um dos dois únicos estados africano independente e adjacente à duas colônias italianas, Eritreia e Somalilândia Italiana. Questões envolvendo a demarcação das fronteiras destas com o primeiro fortalecem a posição italiana.

O envio de tropas e suprimentos italianos para estas colônias cresceu substancialmente durante o segundo semestre de 1934. As forças coloniais italianas, compostas de tropas mistas de soldados italianos e Askaris, vastamente melhor equipadas que as forças etíopes, passam a construir entrepostos dentro de território etíope, buscando fortificar e ocupar posições cada vez mais distantes da linha demarcatória. Um destes, Walwal, foi palco de escaramuças no início de dezembro de 1934.⁶¹ Estado membro da Liga das Nações, a Etiópia aciona a organização, denunciando a agressão unilateral de um membro contra outro. A intervenção da Liga, que se arrastou durante meses, foi pouco satisfatória, terminando sem resultados práticos. (Weimlinger,2012) O envio de tropas e suprimentos para a África Oriental, intensificado a partir do início de 1935, passa chamar

60 A inexistência de estaleiros nacionais capazes de prover as necessidades materiais da marinha forçava a importação de praticamente todos aparelhos e equipamentos operados. Sufocada pelo déficit orçamentário a marinha não podia encomendar submarinos novos em estaleiros no exterior, restando a possibilidade de obter submarinos de segunda mão.

61 “Walwal, on the border between Ethiopia and Italian Somaliland prized for its wells, was on the Ethiopian side of a poorly demarcated border agreement. Italian occupation of this área had gone unchallenged by the Ethiopian government. In the 1930s the Ethiopian government reasserted their rights to the área and demanded that the italians honor the agrément and leave the outpost. The italian leadership refused and ensued on a program of harassment of Ethiopian troops in nearby áreas. Between december 5th and december 7th, several skirmishes between the Somalis[askaris] and the ethiopians broke out” (Weimlinger,2012)

a atenção do Itamaraty, e do próprio Vargas, que percebem grandes possibilidades de incremento no comércio bilateral.

O crescente número de soldados italianos e askaris, que se preparavam para a invasão, pressionava a logística italiana. Necessitando alimentar, vestir e abrigar, além de armar e treinar, um número crescente de homens, os italianos voltaram-se para o exterior na busca de suprimentos. O Brasil estaria, segundo Hilton (1979), ansioso para oferecer tudo que pudesse aos italianos.⁶² A ineficácia da Liga das Nações no contexto da crise de Walwal fomentou o projeto expansionista italiano, Agredido por forças estrangeiras, o governo etíope, limitado em suas capacidades militares, lança um apelo para a Liga das Nações, no início de janeiro de 1935, denunciando a agressão italiana. Frente ao protesto etíope, a liga criou uma comissão de inquérito⁶³ para investigar qual dos dois países seria o agressor nas escaramuças de Walwal.

Conquanto a decisão da Liga tenha abandonado os Etíopes à própria sorte, setores da opinião pública internacional, especialmente aqueles identificados com a oposição ao regime fascista italiano, ofereceram apoio à causa deste país. Um país em particular, os Estados Unidos, cujo governo perseguia uma política pacifista no plano internacional, foi o foco do criticismo aos movimentos italianos. Tal fenômeno foi suficientemente relevante para que preocupasse diretamente à O. Aranha, que, ciente da oposição americana ao expansionismo italiano, mostra-se temeroso de que o apoio aberto do Brasil aos italianos pudesse arranhar sua posição junto ao governo Roosevelt, minando seus esforços de aproximação. Os submarinos são o foco da primeira comunicação em que Aranha trata deste assunto com Vargas, por telegrama telegrafado, onde relata ter tomado conhecimento da questão através da mídia estadunidense.⁶⁴

62 “Vargas and his counsellors, on the other hand, from the very beginning of the tension in Italo-Ethiopian relations had scented commercial opportunity. In mid-1935, Vargas himself corresponded with the governor of Rio Grande do Sul about special consignments of mules and frozen beef for the Italian army, pointing with enthusiasm to the possibility of supplying various products to Italian troops on their way to East Africa” (Hilton, 1979)

63 Em setembro de 1935, a comissão concluiu que nenhum dos lados poderia ser considerado agressor, pois ambos acreditavam estar operando em seus próprios territórios, não podendo ser responsabilizado um lado em particular pela falha mútua em estabelecer fronteiras mais consistentes. Esta decisão, que não colocava em pauta a posse do território, largamente beneficiava a Itália, o agressor, reforçando sua posição dentro da Etiópia. Sem outras alternativas o imperador etíope decide mobilizar o exército imperial, processo lento em um país de infraestrutura logística extremamente precária (Marques, 2008)

64 “Jornais publicam governo brasileiro contratou firma Canottieri e Reniti construção de um tanque e seis submarinos 950 toneladas. Firma italiana receberá pagamento café, açúcar, algodão, couro, fumo” (GV. c. 1935.07.30/02).

Os apontamentos de Aranha sobre a questão dos submarinos são respondidos de forma objetiva por Vargas, que, em telegrama de 02/08/1935, afirma que: “Se o governo brasileiro resolver construir submarinos, esse encargo caberia à Itália acordos e compromissos antigos já assumidos”.⁶⁵ Por outro lado, dias mais tarde, em 08/08/1935, Vargas relata em seu diário que tratara desta questão com o ministro da marinha. Esta decisão reflete, ao menos parcialmente, a preocupação de Vargas em levar em consideração os pontos levantados por Aranha.⁶⁶ As preocupações expostas por Aranha provaram-se bem fundadas quando, em 03/10/1935, o exército colonial italiano lançou a invasão da Etiópia. A Liga das Nações, até então incapaz de solucionar a questão, agiu com maior firmeza e rapidez após a concretização da invasão italiana.⁶⁷ A invasão italiana, condenada pela comunidade internacional desde seu início, não pareceu incomodar Vargas, que almoçou na embaixada italiana ao dia 04/10/1935.⁶⁸

Desligado da Liga das Nações desde 1926 e, portanto, alheio ao processo de adoção de sanções contra a Itália, o Brasil podia manter, ou mesmo aumentar, seu intercâmbio comercial com a Itália, frente à diminuição drástica das fontes possíveis de obtenção de materiais primários para os italianos. Vargas manifesta preocupação com a questão etíope pela primeira vez ao dia 15/10/1935⁶⁹, onde relata no diário que o posto de embaixador brasileiro em Roma estaria vacante, sem mencionar as sanções ou a Liga das Nações. Afirma ademais que o ministro Macedo Soares estaria afastado do cargo, quedando o Itamaraty sob responsabilidade interina de M. Pimentel Brandão, funcionário de carreira do ministério e segundo na hierarquia. Por outro lado, Aranha, acompanhando de perto o desenvolvimento da crise ítalo-etíope, demonstra preocupação desde os primeiros dias,

65 GV. C. 08.02.1935/01

66 “Ao ministro da marinha digo que, antes da assinatura do tratado americano[de livre comércio], não é conveniente a encomenda de submarinos à Itália” (Vargas, 08/08/1935) A posição de Vargas com relação à questão ítalo-abissínia foi permeada por mudanças bruscas de opinião, variando do apoio direto ao criticismo explícito.

67 “On october 3, 1935, the same day the Italians officially invaded Ethiopia, the League Council acted, declaring that the Italians had violated article 12 of the League covenant by resorting to war against Ethiopia. On October 7th the Council named Italy the aggressor and plans were made to apply sanctions against the Italians. Within four days (October 11th) delegates from fifty countries approved the application of trade sanctions which went into effect on November 18, 1935. The embargoed items were credit, arms and raw materials (with the exception of oil). In addition, imports from Italy were prohibited in member States. The Italian government imposed rationing of food and fuel and discontinued economic relations with all powers that honored the sanctions” (Wemlinger, 2012)

68 Vargas, 04/10/1935

69 “O ministro do exterior estando ausente, recebi o secretário geral e recomendei que fizesse o expediente de alguns decretos de urgência que estavam parados, entre eles, a mensagem ao senado sobre a nomeação do embaixador para a Itália, que não podia estar, neste momento, sem representação” (Vargas, 15/10/1935)

reforçando a posição de sua carta de 30/07. Ao mesmo dia 15/10 enviou carta, onde mostra-se pessoalmente desgastado e desejoso de deixar a embaixada em Washington.⁷⁰

Percebendo as preocupações de Aranha, Vargas responde-lhe, no dia seguinte, que planejava manter o Brasil em uma posição neutra com relação ao conflito, sem mencionar o comércio com os italianos. Assegura-lhe ademais que o Brasil seguiria a posição dos Estados Unidos com relação ao conflito, buscando garantir que o alinhamento brasileiro à Washington melhorasse as condições de Aranha na embaixada.⁷¹ Apesar de sentir-se seguro na posição brasileira de independência da L.N, Vargas mostrou-se consternado quando, poucos dias depois após seu contato com Aranha, tomou conhecimento de que a Liga vinha fazendo esforços oficiais junto ao Itamaraty.⁷² A questão figura em seu diário, em entrada de 21/10/1935, onde relata encontro com o chanceler interino P. Brandão, onde buscara tratar: “Da resposta que devíamos dar à liga das nações”. A posição brasileira, inicialmente de neutralidade oficial, combinada com apoio oficioso logístico, passou a ser ameaçada no final de 1935. A resposta brasileira à liga, redigida e encaminhada pelo Itamaraty, infelizmente não se fez disponível na íntegra para o presente. Porém podemos aventar que seu teor foi negativo para os interesses brasileiros naquele contexto. Aranha, em carta de 20/11/1935, mostra-se perplexo:

“Nossa neutralidade, cuja declaração tenho por infeliz, senão desastrada. Não devíamos aderir às sanções, mas deveríamos ter algumas palavras referentes à guerra, uma vez que somos parte em inúmeros pactos anti belicos e é inclinação natural nossa a paz. Não condenar a atitude da Itália, quando todas as nações do globo o fizeram, é trocar pela possibilidade de míseros 30 dinheiros a nossa fé internacional, abrir possibilidades a que se procure fazer o mesmo conosco e, do ponto de vista estritamente pratico, é optar pelas possibilidades de venda a uma nação pobre contra as do commercio universal. Achei a nota um desastre, quer pela redação, quer pelos efeitos. Já, aqui, estamos apontados como o único paiz do mundo partidário dos processos de expansão da Itália! Nada nos obrigava a aceitar as decisões da Liga, mas, Getulio, nada aconselhava a declaração nos termos em que a fizemos, mesmo porque não temos força para mantê-la”⁷³

70 “A guerra ítalo-ethiope e as suas complicações não me permitiram abandonar a mesa e largar as cartas” (GV. C. 10.15.1935)

71 “No tocante à guerra ítalo-ethiope e suas complicações eventuais, a atitude do governo brasileiro é mostrar-se alheio ao conflito, procurando o mais possível agir de acordo com os Estados Unidos. Felizmente não pertencemos à Liga[das nações] e isso facilita nossa tarefa” (GV. c. 10.16.1935)

72 Após deliberar internamente pela aplicação de sanções contra a Itália o comitê da Liga, objetivando uma aplicação mais ampla, procurou o apoio e cooperação de países não associados, incluindo o Brasil, na observância e aplicação das sanções, especialmente com relação a armamentos. Para tal enviou petições e documentos relacionados ao tema para todos os governos de países não afiliados.

73 GV, c.11.20.1935

As preocupações de Aranha, são ponderadas por Vargas, que concorda com o teor dos apontamentos.⁷⁴ Em sua resposta, encaminhada por carta, datada de 25/11/1935, Vargas lamenta que: “A nota do Itamarati, respondendo à liga das nações, não foi feliz, realmente agora o melhor é ficar quieto e dar o caso como liquidado”. Ponderando sobre a questão dos submarinos revela grande interesse nos aspectos estratégicos subjacentes a estes equipamentos, dando eco aos planos e ambições da Marinha, afirmando que: “Precisamos voltar as vistas com permanente interesse para a situação da nossa marinha, actualmente de nenhuma eficiência”. Por outro lado, conclui que os apontamentos de Aranha, naquele momento, desencorajavam a efetivação desta demanda histórica da defesa nacional: ”A encomenda de submarinos à Itália parece posta de lado”⁷⁵

Poucas semanas depois nova carta de Aranha para Vargas, datada de 03/12/1935, imprimi um tom de alarme e profunda consternação. Aranha acredita que a posição brasileira perante o conflito geraria uma retaliação direta da Grã-Bretanha e das outras potências europeias envolvidas. Afirma também que intentara contato com o chanceler Macedo afim de transmitir tais preocupações, sendo recebido com rispidez e indiferença. Afirma ademais que teria informações privilegiadas que apontavam para a iminência de tais retaliações⁷⁶ Suas preocupações pareciam confirmar-se quando Vargas, ao dia 12/12/1935, relata ter recebido uma visita, não agendada, do embaixador inglês, que

74 O único trecho desta resposta que se fez disponível para o presente não se mostra particularmente ofensivo ou antidiplomático. Por outro lado, a posição amigável a intervenção italiana expressa pelo chanceler M. Soares, igualmente esposada pelo interino P. Brandão, dão margem para a indignação expressa por Aranha. Estando indisponível em sua íntegra nos limitamos a tecer estas observações de forma inconclusiva. “Não pertencendo à Liga das Nações, o Brasil não deseja tomar parte nas medidas por ela ora adotadas e reserva a sua liberdade de ação para proceder, em qualquer eventualidade, como lhe aconselharem os seus interesses, os seus compromissos internacionais e os princípios que sempre nortearam a sua política externa” Circular N. 1.029, Itamaraty 1935

75 Embora desaprovada por Vargas e Aranha, a nota do Itamaraty fora repassada para todas embaixadas em circular telegráfica, no dia 12/11. Ao fazê-lo mostrava sua preocupação em explicitar a posição brasileira: “O Ministério das Relações Exteriores leva ao conhecimento dessa chancelaria, por cópias anexas e para os fins convenientes, o texto da nota endereçada ao governo brasileiro pelo presidente da comissão de coordenação da Liga das Nações, sobre a questão da aplicação à Itália, por motivo do conflito com a Etiópia, das sanções previstas no artigo XVI e, bem assim, o da resposta que deu a essa nota Sua Excelência o senhor ministro de Estado”

76 “Tenho notícias seguras. A intriga internacional neste momento é mais séria do que a inocência brasileira pôde suppor. A luta é de vida e morte entre os povos. A Inglaterra está decidida a pesar no caso actual com todo seu poderio e jogar com todos seus elementos. Cincoenta nações formaram-se ao seu lado e as demais não puderam deixar de acompanhá-la, fazendo, apenas, pequenas restrições. A nossa attitude, Getulio, vaee custar caro ao Brasil, se, com o tempo e habilidade, não a corrigirmos. Não é uma simples opinião que estou a te dar. È o resumo de indícios, de observações, de palestras e até de informações secretas. Fiz sentir isso ao nosso Macedo e deixei de insistir no caso porque recebi uma resposta desagradável. Cumpri o meu dever e recolhi-me ao silêncio dos intrusos arrependidos.... Mas a razão está commigo. O assumpto é sério, muito sério, seriíssimo” (G.V c 12.03.1935)

tratara da questão da etíope.⁷⁷ No mesmo dia Vargas havia menciona a carta de Aranha, indicando ter acionado o Itamaraty para tratar da questão. Novamente a questão dos submarinos é adiada frente aos apontamentos de Aranha.⁷⁸ Dois dias depois Vargas convocou reunião de gabinete com os ministros cujas pastas concerniam diretamente ao assunto, objetivando preparar-se para possíveis retaliações inglesas ou de outras nações.⁷⁹

Apesar do tom catastrófico exposto as retaliações inglesas acabaram não se efetivando no plano material. Ocorre que, durante o período entre o envio da carta de Aranha e a tomada de ação de Vargas, entre 03/12 e 14/12 de 1935, eventos na Europa, envolvendo a questão Etíope, acabaram por selar o destino daquele país frente a invasão italiana, amenizando os prospectos negativos para o Brasil face a sua posição acerca desta questão. Estamos nos referindo a crise política gerada pelo vazamento das negociações de negociações com a Itália pelas costas da Liga das Nações, gerando um enorme recuo franco-britânico com relação a defesa da Etiópia. Sem poder fazer nada além das sanções comerciais contra a Itália, a Liga pouco fez para evitar o avanço italiano.⁸⁰ Após mostrar-se alarmado com o prospecto de retaliações diplomáticas contra seu governo, Vargas não mais menciona o conflito ítalo-etíope durante os meses seguintes, voltando a tocar neste assunto somente após a queda da capital etíope, em uma carta enviada para Oswaldo Aranha, apenas três dias após a declaração italiana de anexação.

77 “Hoje recebi o embaixador inglês, que veio trazer-me a visita do comandante do cruzador Dragon, de passagem pelo rio, e notei-o muito curioso em fazer-me perguntas sobre as nossas transações com a Itália e a nossa atitude relativamente à Liga das Nações. Perguntas a que respondi sem subterfúgios, como quem está tranquilo e dono da situação”. (Vargas, 12/12/1935)

78 “O Oswaldo escreveu-me de Washington muito alarmado com a Inglaterra, dizendo que esta vai agir contra o meu governo para vingar-se da atitude que tomamos na guerra ítalo-ethíope. Previne que o caso é muito sério. Estando enfermo o ministro do exterior, chamei o secretário-geral, Pimentel Brandão, para recomendar o exame deste assunto, o da compra de submarinos italianos, que não nos convém” (Idem).

79 “A segunda reunião foi constituída pelos ministros do exterior, marinha e fazenda. Discutimos a questão da encomenda de submarinos à Itália e a possível atitude hostil da Inglaterra contra o governo do Brasil, por não ter acompanhado a Liga das Nações. O ministro do exterior, favorável ao negócio com a Itália. Ficou o ministro da fazenda de elaborar uma proposta de financiamento modificando as da Itália, julgadas inconvenientes. Quanto à irritação inglesa, dei conhecimento da carta alarmadíssima do nosso embaixador em Washington e li a palestra do embaixador inglês aqui, que não me deu essa impressão. O ministro do exterior contestou as informações do embaixador Oswaldo Aranha”. (Vargas, 14/12/1935)

80 Tal negociação tripartite objetivava a criação de uma zona de interesse italiano exclusivo dentro da Etiópia, deixando uma porção do território semi-independente: “Estas negociações perderam seu sigilo após vazamento de seu conteúdo para a mídia francesa que, em 09/12/1935, expôs o esquema ao mundo, levando a uma crise governamental na França e à renúncia do chanceler britânico (Marques, 2008) Abandonada diplomaticamente, não obstante sua filiação à liga das nações, A etiópia viu-se forçada a se engajar em uma resistência militar tenaz. Sua capital, Addis Abeba, foi tomada no início de maio de 1936. A Itália declarou formalmente a anexação ao dia nove de maio de 1936

Nesta carta Vargas critica abertamente a anexação italiana, apontando esta como nociva para os interesses nacionais. Também demonstra grande indignação pessoal com o embaixador brasileiro em Roma, que agia unilateralmente.⁸¹ Apesar da consumação de Facto da conquista italiana, Vargas protela por algumas semanas o reconhecimento De Jure deste movimento, divergindo de significativos setores dentro do Itamaraty, incluindo o próprio chanceler.⁸² Por outro lado, embora protelasse o reconhecimento da anexação, Vargas não tardou a retomar as negociações para a compra dos submarinos, suspensas temporariamente durante a guerra. Ao dia 08/07/1936 relata ter discutido sobre “O negócio de carnes para a Itália” com o chanceler, referindo-se, implicitamente aos submarinos, questão que seria sanada nos meses seguintes. L. Neto (2013) apresenta números robustos atinentes a tal operação com os italianos.⁸³

Pouco mais de um mês após o desencadeamento da guerra na Etiópia, com suas complicações para a diplomacia brasileira, o governo enfrentou uma nova crise política interna, a maior desde a revolta paulista de 1932. Setores ligados à ALN e ao PCB dentro das forças armadas lançaram, no final de novembro de 1935, três levantes militares, em três capitais litorâneas e em três datas distintas.⁸⁴ Conquanto planejados durante mais de um ano, os levantes se marcaram por uma execução desastrada e pouco organizada.⁸⁵ Para além da debilidade organizacional, o governo, que há anos perseguia o PCB e outros setores da esquerda organizada, tinha conhecimento prévio do planejamento dos levantes.

81 “Nosso embaixador na Itália, ainda agora, teve a infeliz idéia de assistir- contra todas nossas tradições internacionais, ao acto de incorporação da Ethiopia. Não verá nosso amigo que não há nada mais contrário ao futuro do Brasil do que esta “política colonial”. Não terá se apercebido que só compareceram os embaixadores da Alemanha e do Japão, países partidários, como a Itália, do direito de procurar, pela violência “matérias primas” para suas indústrias e “novas terras” para as suas populações” (GV. c. 05.12.1936)

82 “Não se tratava de hostilidade à Itália, mas o Brasil também não desejava tomar a iniciativa, porque julgava isso um assunto estritamente europeu”. Por outro lado: “O ministro de relações exteriores pensava de modo radicalmente oposto. M. Soares defendia que o Brasil se posicionasse, o quanto antes, a favor da anexação da Abissínia por Mussolini” (L. Neto,2013)

83 A concretização da encomenda destes armamentos, planejada e discutida durante anos, deu-se em setembro de 1936, quatro meses após o fim da guerra. Para tal haveria: “Entrega de 20 mil toneladas de carne nacional e um grande embarque de matérias primas nacionais[algodão, café, couro, tabaco] deveriam entrar em contrapartida na aquisição de uma frota de submarinos italianos de segunda mão para a marinha brasileira” (L. Neto,2013)

84 “O primeiro levante militar foi deflagrado no dia 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal. No dia seguinte, outra sublevação militar ocorreu em Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Sem contar com a adesão do operariado, e restrita às três cidades, a rebelião foi rápida e violentamente debelada” (in: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>)

85 “A estratégia dos comunistas, minoria nos quartéis, era rebelar os praças. Não havia uma elite militar comunista organizada e pronta para a revolução, como o partido certamente almejava com a organização do CMR [Comitê militar revolucionário]. A própria eclosão do levante foi marcada pelo imprevisto e por desencontros” (Battibugli,2002)

Tal informação fora fornecida diretamente pelo embaixador britânico no Rio.⁸⁶ O rápido abafamento militar dos levantes foi seguido por uma campanha governamental de perseguição aos indivíduos e organizações com ligação, direta ou presumida, ao levante. Seu principal alvo era Luís Carlos Prestes.⁸⁷

Medidas governamentais nas semanas seguintes aos levantes proporcionaram um manto de legalidade à repressão que se seguiu. A decretação do Estado de Sítio, seguido pela decretação do Estado de guerra, e o estabelecimento do Tribunal de segurança nacional se destacam entre as inúmeras ações oficiais tomadas pelo governo federal, que efetivamente suspenderam as garantias individuais da constituição de 1934, dando ao governo carta branca jurídica para o encarceramento em massa de opositores do regime. Um expurgo dentro das forças armadas, embrião da revolta, foi seguido por expurgos semelhantes dentro de repartições públicas, empresas estatais, mídia impressa, dentre outros redutos passíveis de controle do governo. Milhares de funcionários públicos foram exonerados sem possibilidade de recurso. Centenas destes foram encarcerados sumariamente.

O arcabouço jurídico implementado por sucessivos decretos presidenciais, que reforçaram a lei de Segurança Nacional, criou a figura da prisão preventiva sem acusação formal e sem prazo. Rapidamente a estrutura penitenciária entrou em colapso. Após evadir sua captura por alguns meses Prestes acabou sendo preso ao dia 05/03/1936. Descrita por Vargas em seu diário pessoal como “sensacional”⁸⁸, sua prisão foi um duro golpe para a Comintern. Por outro lado, o que o governo acreditava ser a cereja do bolo de sua política repressiva, desencadeou um fenômeno que, diferentemente dos breves levantes de novembro, ocupou durante meses as ações e mentes dentro do governo e do

86 “O superintendente da Cia. de energia do Rio de Janeiro, Alfred Hutt, era, de fato, o principal agente do serviço secreto britânico[MI-6] no Brasil. Hutt abastecia a embaixada inglesa no Rio de Janeiro com as informações recebidas do agente duplo infiltrado na estrutura do Komintern, no caso, Johann de Graff, ou simplesmente Johnny, o especialista em explosivos que entrara no país” (L. Neto, 2013). Tal informação é confirmada pelo próprio Vargas: “O embaixador inglês, que foi despedir-se, informou-me do trabalho comunista no Brasil auxiliado pela Rússia, e que aqui se achavam o comitê russo que estava em Montevideú” (Vargas,20/06/1935)

87 “Logo depois, participou de uma reunião em Moscou na qual, a partir de informes levados por representantes brasileiros, decidiu-se promover uma revolução armada no Brasil, cabendo a Prestes dirigi-la. Assim, em dezembro daquele ano, deixou a União Soviética com destino ao Brasil” Disponível in: cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/luis_carlos_prestes

88 “Um fato sensacional, de larga repercussão no país. Acredito que essa prisão tenha um efeito muito deprimente para a propaganda comunista no Brasil” (Getúlio Vargas,05/03/1936).

Itamaraty. Estamos a nos referir à campanha internacional pela libertação de Prestes.⁸⁹ Em um período de poucas semanas dezenas de comitês Pró-Prestes surgiram em diversos países, predominantemente, mas não exclusivamente, na Europa e nas Américas. O foco das ações dos grupos pró-Prestes eram as embaixadas, consulados e demais representações diplomáticas brasileiras.

A campanha rapidamente capta a atenção de Aranha, Vargas e do chanceler Macedo. Este primeiro aborda a campanha Prestes em suas correspondências ainda em março de 1936, onde relata a visita de uma comissão pró- Prestes à seu gabinete.⁹⁰ Acionado pelo embaixador brasileiro em Londres, preocupado com os efeitos negativos que a campanha poderia trazer a imagem do Brasil, o chanceler Macedo, também em março de 1936, defendeu de forma tenaz a posição do governo com relação à repressão pós levantes de 11/1935.⁹¹ Durante os meses seguintes multiplicam-se as ações em oposição ao governo brasileiro no exterior. O recrudescimento da repressão em território nacional gerava o acirramento dos ânimos dos militantes pró-Prestes, o que aprofundava o problema, percebido pelo Itamaraty como um esquema organizado de propaganda antibrasileira. As ações iniciais dos comitês pró-Prestes, de cunho civil e pacífico, passaram por uma extremização nos métodos.

No outro extremo, o governo também tomava medidas diretas no sentido de coibir o aprofundamento de sua exposição pública no exterior. A cooperação direta com serviços policiais estrangeiros, que já vinha há tempos sendo importante fonte de inteligência, se aprofundou⁹²O anticomunismo aproximava as forças policiais brasileiras de suas

89 “No dia seguinte à prisão do ‘Cavaleiro da esperança’ Dimitri Manuilski, dirigente da I.C. à época, e grande admirador de Prestes, foi à casa de dona Leocádia[Em Moscou] para avisá-la da prisão do filho e propor-lhe que liderasse uma campanha internacional pela libertação do filho e dos demais prisioneiros políticos no Brasil. A organização da campanha, assim como a destinação de parte considerável dos recursos financeiros para a sua realização, estava a cargo do Socorro Vermelho Internacional, entidade de âmbito internacional, fundada pela I.C e a ela ligada desde os anos 1920, com o objetivo de prestar socorro às vítimas da reação e do fascismo. Poucos dias após a visita de Dimitri Manuilski, Leocádia, acompanhada por Lygia, viajou para Paris (França), onde ficaria localizado o centro coordenador da campanha Prestes (An. Prestes, 2013)

90 “Imagine, Getúlio, que o consulado foi visitado por uma comissão que lhe foi exigir a soltura de Prestes, protestar contra o assassinato de um americano no Rio e insultar o teu fascismo e imperialismo” (21/03/1936)

91 “Cônscio da obra nefasta levada a efeito em nosso país pelos agentes moscovitas, nacionais e estrangeiros, o governo brasileiro trata apenas de defender-se com a segurança e a energia dos fortes, fazendo cumprir a lei e perseguindo, em seus redutos, todos aqueles que tentam subverter a ordem e atacar as nossas instituições” (Telegrama J.C Macedo Soares p/ Régis de Oliveira, 03/1936, Apud Moraes (1987)

92 “Em março de 1936, o capitão Afonso de Miranda Correia, delegado especial, homem de confiança de Filinto Muller, embarcou rumo a Berlim, após receber o convite oficial do governo alemão para fazer um

contrapartes fascistas. Mais um ponto de aproximação se estabelecia entre o Brasil e as potências fascistas, adicionando um componente ideológico ao aprofundamento das relações comerciais de comércio compensado.⁹³ Por outro lado a campanha ganhava força no resto do mundo.⁹⁴ Nestes a diplomacia brasileira teria menor grau de penetração com relação aos temas policiais. Carlos Alves de Souza, funcionário de carreira do Itamaraty, então encarregado de negócios brasileiro na Cidade do México, relata em suas memórias que as autoridades locais pouco fizeram com relação a esta questão, o que lhe gerou empecilhos na embaixada.⁹⁵

Em maio de 1936 a embaixada brasileira em Madrid, que já fora foco de diversos atos organizados em suas portas, foi alvo de um atentado, tendo sua fachada alvejada por tiros de rifle e pistola, portados por manifestantes pró Prestes. O embaixador brasileiro, Alcebiades Peçanha, um homem idoso, foi ferido por estilhaços de vidro de uma janela(Souza,2009).⁹⁶ Cartazes com as palavras “Free Luis Carlos Prestes” tornaram-se bastante comuns em manifestações de rua em grandes cidades dos Estados Unidos.⁹⁷ Frente ao crescimento da campanha nos EUA, Aranha, que já vinha se manifestando sobre o tema, obteve razoável sucesso na missão de descreditar a campanha e aqueles por trás dela.

estágio de um mês na Gestapo. Lá, M. Correia se familiarizou com as técnicas, métodos e procedimentos da Gestapo” (L. Neto,2013, P.263)

93“ A embaixada do Brasil em Berlim mantinha estreitas e amistosas relações com o comando da polícia secreta nazista, a Gestapo, e o embaixador José Joaquim Moniz de Aragão brindava seus superiores no Brasil com preciosas informações que obtinha nos quartéis da organização. Regularmente chegavam ao Itamaraty contribuições espontâneas de Aragão contendo relatórios sobre as atividades da chamada “Subversão internacional” (Morais,1987)

94 “A Embaixada do Brasil em Buenos Aires também passou a receber telegramas e ofícios de pessoas e associações, protestando contra as prisões de comunistas efetuadas no Brasil e reclamando a liberdade de Rodolfo Ghioldi, Luis Carlos Prestes e outros presos políticos” (Setemy,2012)

95 “No meu período no México, apenas um fato desagradável aconteceu. A mãe de Luiz Carlos Prestes, Dona Leocádia, apareceu por lá, estabeleceu contato com o chefe comunista Lombardo Toledano, homem brilhante, agitador perigoso, e conseguiu organizar uma passeata diante da Embaixada Brasileira, com discursos violentos contra o Governo do Brasil. Os manifestantes atiraram pedras contra o edifício. O Governo mexicano tolerava a existência do Partido Comunista, pequeno, mas ativo, e a polícia limitou-se a dissolver a manifestação sem muita energia. Eu recebi as desculpas usuais (...). “A imprensa Mexicana limitou-se a publicar a pequena notícia, sem nenhum destaque. Foi surpresa, para mim, quando recebi jornais brasileiros, um mês depois, com notícias de primeira página sobre a ‘depredação’ da nossa Embaixada, que teve, apenas, alguns vidros quebrados”. (A. de Souza,1979)

96 Trataremos especificamente sobre a campanha pró Prestes na Espanha mais adiante

97 Harry Fisher, então militante do Partido Comunista, relata em suas memórias que participara de diversos comícios antifascistas em Nova York durante o ano de 1936 nas quais a questão Prestes tinha papel central”. Ademais afirma ter participado de um ato, em maio de 1936, que visava marchar até o consulado brasileiro em Nova York. Relata que a polícia desmantelou violentamente a manifestação, antes mesmo dela chegar ao consulado. (Fisher,1995)

Inicialmente perplexo com a situação⁹⁸, foi capaz de utilizar plenamente suas capacidades dentro do cargo a fim de proteger a imagem do governo Vargas, conseguindo apoio do próprio presidente Roosevelt, afirmando que este: “Apoia inteiramente tua acção contra o comunismo, offerecendo toda a ajuda que julgares útil”.⁹⁹ Em carta, do dia 12/05/1936, alerta Vargas sobre a visita da mãe de Prestes, que vinha desde março fazendo um tour internacional em prol da campanha.¹⁰⁰ Pouco menos de um mês depois telegrafou para Vargas para manter-lhe informado sobre a questão.¹⁰¹ As informações passadas por Aranha influenciaram diretamente a percepção de Vargas acerca da questão Prestes. Ao final de maio Vargas menciona diretamente a questão, que vinha lhe incomodando há um bom tempo.¹⁰² No início de junho afirma ter presidido reunião para tratar especificamente deste tema.¹⁰³

Apesar do grau de penetração global alcançado pela campanha, que durante meses pressionou diretamente o Itamaraty¹⁰⁴, preocupou Vargas e seu gabinete, e expôs o Brasil à pesadas críticas da opinião pública nos países democráticos, seu principal objetivo, a libertação de Prestes, não foi alcançado.¹⁰⁵ Por outro lado, é inegável apontar que a campanha ofereceu uma resposta unificada e globalizada da Comintern e das dezenas de

98 “Mando-te a cópia de duas notícias, uma refere-se à dictadura fascista-militar do [general] Pantaleão Pessoa, e outra com a declaração do ministro da guerra[general E. Dutra]. Os comunistas, como verás, continuam activos. Se tivéssemos mais elementos parece-me que deveríamos reclamar providências governamentais, neste país onde se usa e abusa da liberdade”

99 Na mesma carta, de 22/04/1936, Aranha, relatando sua ida ao banquete de lançamento da campanha presidencial democrata, afirma ter dialogado com Roosevelt por alguns minutos, demonstrando otimismo com relação ao mesmo

100 “O partido comunista daqui convidou a mãe de Prestes a vir aos E.U para prestar-lhe homenagem e fazer demonstrações de desagravo”

101 “Mãe Prestes atualmente na França caminho E.U.A está aqui sendo planejada grande demonstração comunista”

102 Diariamente recebo de diversos países, exceto a Rússia, telegramas e cartas deste teor, parecendo haver uma campanha sistemática de descrédito do Brasil, espalhando-se a notícia de suplicias e crueldades sofridas por presos, instigadas por comunistas do Brasil que, no exterior, se encarregam dessa propaganda” (Vargas, 26;27/05/1936).

103 ”Em palestra com o ministro da justiça e o chefe de polícia, tomei providências para esclarecer a opinião internacional sobre a campanha comunista que se faz contra o Brasil” (Getúlio Vargas,05-08/06/1936). O Itamaraty expediu ao dia 11/06/1936 circular telegráfica sobre o assunto, transmitindo relatório lavrado pelo chefe de polícia: “Tendo em vista fornecer às nossas missões diplomáticas e consulados elementos para reagir contra a atual campanha de descrédito levada a efeito mundialmente pelos chefes comunistas contra o Brasil, seu governo e sua polícia, levamos ao conhecimento dessa chancelaria a recente circular” Circular N.1070, AHI 119/05/06

104A campanha pró Prestes na América do Sul, especialmente nos países do cone-sul, gerou perplexidade no ministério, que temia ver arranhada a imagem do Brasil perante seus vizinhos como grande paladino de uma cruzada anticomunista: “A Embaixada do Brasil em Buenos Aires também passou a receber telegramas e ofícios, de pessoas e associações, protestando contra as prisões de comunistas efetuadas no Brasil e reclamando a liberdade de Rodolfo Ghioldi, Luis Carlos Prestes e outros presos políticos(Setemy,2013)

105 Em editorial intitulado “The struggle for the liberation of Luis Carlos Prestes”, de sua edição de 11/1936, o “The communist” analisa a campanha, suas ações, seus êxitos e seus fracassos.

PCs nacionais ativos, mantendo a questão da repressão no Brasil nos jornais e meios de discussão.¹⁰⁶ Percebemos assim que, assim como fizera no contexto da crise ítalo-abissínia, o governo brasileiro resistiu às pressões da opinião pública mundial afim de consolidar objetivos próprios de sua política externa, agindo de forma pragmática e concisa no que acreditava ser a defesa intransigente dos interesses nacionais brasileiros. Esta resiliência da política externa brasileira seria testada a partir do final de julho de 1936, quando uma porção das forças armadas espanholas organizou um golpe de estado contra o governo recentemente eleito, dando início a Guerra Civil Espanhola e a uma das maiores crises diplomáticas da primeira metade do século XX.¹⁰⁷

1.3. A Espanha antes da guerra civil e o início do conflito

Após atingir seu auge durante os séculos XVI e XVII o império espanhol passou por um rápido declínio a partir do final do século XVIII. A perda da maioria das colônias americanas e a ocupação militar bonapartista, durante as primeiras décadas do século XIX, trouxe um período de grande instabilidade interna, marcado pelo progressivo enfraquecimento da monarquia absolutista. Crises sucessórias, golpes militares provinciais e uma Guerra civil, tornaram insustentável o Sistema estabelecido no final do século XV. Em 1876 Um novo arranjo interno criou a monarquia constitucional, com a promulgação de uma nova constituição, dando origem a um sistema bipartidário.¹⁰⁸ Este arranjo facilitou a conciliação de facções divergentes da aristocracia, possibilitando

¹⁰⁶ “A pressão da opinião pública mundial foi decisiva para salvar a vida de Prestes, sob a ameaça constante de ser liquidado fisicamente nas masmorras policiais” (An. Prestes,2013).

¹⁰⁷ A utilização da terminologia Golpe militar no presente se dá em razão de ser esta a terminologia mais utilizada pela bibliografia especializada na historiografia da Guerra civil. Termos correlatos incluem revolução nacionalista, insurreição, Pronunciamento, revolução espanhola.

¹⁰⁸ Os dois partidos oficiais, o partido conservador e o partido liberal, revezavam-se no poder em um arranjo institucional similar a outros sistemas daquele período (Jackson,1965)

algumas décadas de crescimento econômico.¹⁰⁹ À partir de 1890 ,com a instituição do sufrágio universal masculino, o sistema se perpetua através da fraude eleitoral, garantida pelos “caciques”, chefões regionais ligados ao grande latifúndio (Jackson,1965).

No plano exterior a decadência do poder espanhol, acelerou-se frente ao rápido desenvolvimento das demais potências continentais. Ademais, ao final do século XIX ocorreu o virtual colapso dos territórios coloniais remanescentes dos quatro séculos de imperialismo espanhol, após uma rápida e desmoralizante derrota na Guerra com os Estados Unidos, que ocuparam Porto Rico, Cuba, Filipinas e algumas ilhas no pacífico e no Caribe, restando somente os territórios do Marrocos Espanhol e da Guiné espanhola, colônias de baixo valor estratégico dentro da partilha colonial Africana. A manutenção destas colônias, após a fragorosa derrota frente aos estadunidenses, passou a ocupar um papel simbólico profundo para as forças armadas, que percebiam no desmantelamento progressivo do império ultramarino a principal causa da decadência da monarquia e da perda de prestígio perante as outras nações europeias.¹¹⁰

O exército espanhol, previamente a força militar mais capaz do mundo, experimentou durante a segunda metade do século XIX sucessivas derrotas. A oficialidade, altamente aristocratizada e formada na doutrina europeia de sua época, chegou ao início de século XX desacreditada.¹¹¹ Ademais, séculos de presença colonial criaram um agudo inchaço nos quadros da oficialidade.¹¹² A combinação destes problemas criou um quadro de permanente insatisfação dentro da oficialidade, que persistiu durante as décadas seguintes, agravando-se após a queda da monarquia, constituindo um dos principais fatores para a eclosão da guerra civil espanhola(

109 A industrialização em alguns centros regionais, concentrada especialmente nas províncias adjacentes ao Pirineus, aprofundou as disparidades regionais entre as regiões agrárias do país, marcadas por altíssimos níveis de pobreza e baixos níveis de produtividade. A colossal disparidade na distribuição das terras aráveis na região sul e oeste do país, marcada pela existência de grande número de camponeses sem terra subempregados em grandes propriedades, criou uma situação semifeudal em grande parte do território espanhol. Em outras partes do país o problema da terra se dava no extremo oposto, marcado pelo problema dos “minifúndios”, criando uma massa de camponeses proprietários de pequenos lotes, assombrados pela insuficiência produtiva. (Idem)

110 Conquanto muito menores que as colônias dos outros países europeus, o exército espanhol enfrentou décadas de revoltas coloniais no Marrocos. (Morata,1978)

111 Previamente distribuído entre as colônias, o exército passou também por uma reforma estrutural, disponibilizando um número maior de batalhões para a península ibérica. Jovens oficiais que poucas décadas atrás seriam destacados para guarnições coloniais, com garantias de salário substancial e prestígio social, viram-se aquartelados nas diversas províncias espanholas, sem os mesmos benefícios (Payne,2006)

112 Este problema não era somente quantitativo, no sentido de que existia um número desproporcional de praças com relação aos oficiais, mas também hierárquico. O exército espanhol tinha mais generais que qualquer outro exército europeu e contava com mais majores que tenentes (Morata,1978)

Morata,1978). Mantendo a neutralidade durante a I guerra mundial a Espanha foi capaz de colocar-se em posição vantajosa no continente, evitando empreitadas militares de alto custo econômico e humano.

Tal opção possibilitou um período de crescimento acelerado da indústria e da agricultura, alimentado por um intenso crescimento nas exportações de primários e manufaturados simples para suprir as forças da entente Anglo Francesa. Esta conjuntura colocou a Espanha em situação vantajosa ao final do conflito, possibilitando um período de crescimento econômico e durante a década de 20, conquanto a questão colonial ainda ocupasse o topo da agenda governamental. Apesar deste crescimento, a situação da classe trabalhadora, cujos salários cresciam menos que a inflação, pressionava permanentemente o patronato e a monarquia, tendo em vista o elevado grau de organização atingido pelos trabalhadores, notadamente os urbanos, cujos sindicatos e federações de classe alto grau organizativo e filiação que ultrapassava dois milhões de pessoas (Jackson,1965).

Já pressionada pelo ativismo operário nas grandes cidades e no campo, a monarquia sofreu outro revés em 1921, na forma de um novo fiasco militar no Marrocos Espanhol, gerando período de dois anos de instabilidade governamental, concluídos em 1923 com um golpe de Estado por parte do Capitão General da Catalunha, Miguel Primo de Rivera, o ultimo ‘pronunciamento’ à moda antiga.¹¹³ O governo de Primo Rivera, entre 1923 e 1930, foi pautada por uma política econômica intervencionista voltada para a execução de grandes obras públicas nos setores de transportes, energia, telecomunicações, dentre outros setores, buscando remediar a situação de atraso tecnológico. A disponibilidade de capitais estrangeiros e os recursos acumulados durante a I guerra mundial foram fatores essenciais para o sucesso dos grandes projetos governamentais (Thomas,1965).

A crise de 1929 atingiu duramente a economia espanhola, que vinha nos anos anteriores gozando de empréstimos bancários e inversões de capital oriundas dos Estados Unidos. A renúncia do general P. de Rivera, no início de 1930, foi uma consequência direta da crise, gerando nova crise governamental. Desgastado, porém ainda no poder, o rei Alfonso XIII tentou designar outro general para o cargo de primeiro ministro, afim de garantir o apoio militar frente às pressões oriundas do movimento republicano, que

113 A crise no Marrocos foi superada com o aumento dos efetivos espanhóis, e o auxílio de forças coloniais francesas. Até mesmo armas químicas, notadamente gás mostarda, foram utilizadas na repressão aos nativos.

durante o século XX crescera progressivamente, alargando sua base social. Sob pressão, o rei convoca eleições municipais, para o dia 12 de abril de 1931, acreditando que uma vitória eleitoral dos antigos partidos do pacto de 1876 e a posterior convocação de eleições parlamentares pudessem formar um novo governo capaz de restaurar a estabilidade. (Payne,2006)

O resultado eleitoral, do ponto de vista da monarquia, foi catastrófico. Cronicamente dependente do sistema caciquista de fraude eleitoral, o establishment monarquista foi incapaz de alcançar os resultados de eleições prévias. A vitória esmagadora dos partidos republicanos, em quase todas as capitais provinciais, apesar da manipulação eleitoral situacionista nas regiões agrárias, selou o destino do rei Alfonso XIII, que renunciou poucas horas após a publicação dos resultados, seguindo para o exílio, concluindo assim o processo de séculos de estagnação da monarquia. A proclamação formal da II república espanhola deu-se em Madri neste mesmo dia, acompanhada por intenso entusiasmo popular, levando milhões de pessoas as ruas.

Um governo temporário de salvação nacional convocou eleições para as Cortes constituintes[Assembleia constituintes], realizadas em junho de 1931. Nestas predominaram partidos republicanos de centro esquerda, enquanto a direita monarquista conquistou menos de 20% das cadeiras. A promulgação da constituição republicana, no final de 1931, trouxe uma série de avanços sociais previamente não reconhecidos, ou restritos. As reformas estruturais se focaram sete áreas: Laicização do Estado, reforma educacional, relações com o exército, autonomia das regiões em relação ao governo central, relações trabalhistas, reforma agrária e expansão das obras públicas. (Payne,2006)

O caráter progressista e secular desta constituição, redigida por um congresso dominado por partidos de centro-esquerda republicanos, escandalizou os setores monarquistas recentemente desalijados de sua hegemonia parlamentar, anteriormente engajados na manutenção de um sistema político não laico e dominado por chefões[caciques] regionais leais ao poder central. A ameaça ao poder da igreja católica¹¹⁴, previamente detentora de um virtual monopólio sob a educação pública primária, além de consideráveis bens móveis e imóveis, foi o ponto central para a

114 A igreja católica, com dezenas de milhares de membros e ampla influência social, fez oposição à república desde suas primeiras semanas, sendo escassos os setores do sacerdócio que aderiram ao republicanismo.

unificação conservadora, que prontamente passara a identificar a república com um projeto diabólico e voltados para a dissolução de seu senso de nacionalidade e civilidade, intrinsicamente identificado com valores católicos imutáveis e incontestáveis. No extremo oposto pairava a percepção de que a constituição não avançara suficientemente. Desta forma a constituição republicana foi vista como moderada demais pela esquerda, enquanto a direita conservadora via na mesma um projeto demolidor, que beirava o sistema soviético.

Permanentemente pressionados por ambos extremos do espectro político, os governos republicanos tiveram de agir cautelosamente, afim de construir um equilíbrio possível entre a pressão para avançar mais e a pressão para retroceder ou nada fazer. Além da oposição civil saudosista do monarquismo, os governos republicanos estiveram pressionados constantemente por setores das forças armadas desgostosas com os rumos que tomava o novo regime¹¹⁵. Há de se ressaltar que todo este processo político ocorreu concomitantemente com os primeiros anos da crise mundial, que, como vimos, fora responsável pela queda definitiva da monarquia. A depressão econômica na Espanha, que deprimia as condições de vida da classe trabalhadora, achatando os ganhos da pequena burguesia urbana, bases políticas da república, erodindo seu apoio e contribuindo para as sucessivas crises governamentais e a instabilidade sistêmica que dominaram a maior parte da existência da II república.

O governo formado após as eleições de 1931 foi sucedido por uma coalizão de centro-direita, após nova eleição em 1933. Este governo buscou retardar e amenizar as reformas adotadas pela constituição de 1931, especialmente a reforma agrária. Uma crise governamental no fim de 1935, desencadeada após um esquema de corrupção envolvendo o enteado do presidente, levando a dissolução do parlamento, com convocação de novas eleições para fevereiro de 36, naquela que seria a eleição mais acirrada na história espanhola. Disputadas por duas coligações, que amalgamavam respectivamente todos os partidos da esquerda e da direita e denominados, respectivamente, front popular e front

115 Se destaca nesse sentido a reforma militar promovida pelo ministro da defesa, Manuel Azaña, líder do partido Acción Republicana, e primeiro civil a ocupar esta pasta. Buscando aumentar a eficiência do exército, lançou um programa com foco em dois pontos centrais: A modernização técnica e a redução do corpo de oficiais. Apesar de propostas generosas, tal como a oferta de aposentadoria com soldo integral para oficiais interessados em desbandar das forças armadas, a reforma de Azaña aprofundou o antagonismo dos setores monarquistas do exército, especialmente entre generais mais antigos. (Morata,1978)

nacional.¹¹⁶ Apesar da vitória numericamente apertada, o front popular, de acordo com a lei eleitoral espanhola vigente, conquistou quase 70% das cadeiras no parlamento, dominando o governo e formando gabinete próprio. Perante estes desenvolvimentos, um número crescente de oficiais de alta patente, em sua maioria monarquistas, passou a conspirar ativamente contra a república. Este grupo estava centrado inicialmente nos generais Mola e Sanjurjo¹¹⁷, entre os mais velhos do exército.¹¹⁸

Ciente da militância golpista dentro do exército o governo do front popular buscou minimizar as possibilidades de insurreição militar, realocando oficiais republicanos para posições-chave, enquanto deslocava oficiais de lealdade duvidosa para comandos secundários em locais pouco importantes. Generais particularmente suspeitos foram enviados para locais tidos como distantes de Madrid e dos grandes centros militares, entre eles o próprio Mola, postado na pequena província de Navarra e o general Franco, no comando das Ilhas Canárias, dentre outros. Durante todo o primeiro semestre de 1936 se desenrolaram os planos para o golpe. Dentro da marinha a organização do golpe dependeria da ação rápida dos oficiais superiores, que deveriam dominar suas embarcações e se dirigir para o Marrocos. A força aérea, o ramo mais republicano das forças armadas, teve pouco envolvimento neste processo, embora tivesse papel fundamental na execução planejada. (Howson,1999)

O golpe teve início em 17 de julho de 1936 com a revolta de praticamente todas as guarnições no Marrocos Espanhol, cujos comandantes já vinham há semanas se articulando no sentido de garantir o mais rapidamente possível o controle da colônia para os golpistas. Esta velocidade na tomada visava influenciar diretamente oficiais vacilantes no exército peninsular. De fato o Marrocos facilmente caiu nas mãos do exército revoltoso e ao anoitecer do dia 17 de julho restava apenas um ponto no Marrocos ainda

116 Os partidos da esquerda republicana, os socialistas do PSOE, os comunistas do PCE e o pequeno partido marxista antistalinista POUM (partido obrero de la unificación marxista), compunham o front popular, e os partidos de centro direita republicanos, especialmente os radicais, os agrários, a CEDA, a falange, os carlistas, os monarquistas alfonsinos e outros grupos ultraconservadores formaram o front nacional. A vitória apertada do front popular, por 4.176.156 votos contra 3.783.601 votos era mais uma amostra da profunda polarização política naquele contexto.

117 Este general morreu em um acidente aéreo durante as primeiras semanas da guerra civil, quando seu avião se acidentou pouco após a decolagem do aeroporto em Lisboa, onde Sanjurjo esteve exilado desde 1932. Howson(1999) afirma que a causa central do acidente foi o sobrepeso de carga na pequena aeronave destacada para o serviço, relatando que a insistência pessoal do general em levar consigo grande número de malas pesadas, apesar dos avisos do piloto, contribuiu para o acidente.

118 Já em abril de 1936 Mola organizava de Pamplona o que pensava ser um pronunciamento tradicional, encaminhando documento denominado 'Instrucción general numero uno' para alguns oficiais de sua confiança, já comprometidos com a empreitada (Payne,2006)

leal à República, a base aérea de Melilla que rendeu-se na manhã seguinte.¹¹⁹ Os eventos durante o dia 18 de julho na Espanha foram extremamente caóticos e variaram bastante em cada província. Em algumas as revoltas foram iniciadas com um motim das guarnições comandadas por oficiais golpistas, alguns pré-arranjados local e regionalmente, outros espontâneos e de débil organização e execução. Estes poderiam ser apoiados ou rechaçados pela Guardia civil ou pela Guardia de asalto. Onde estivessem presentes e organizados os falangistas, os carlistas e outros militantes de partidos de direita, acompanhados por alguns monarquistas alfonsinos, estes uniram esforços com os grupos militares.

Desta forma, durante o dia 18 de julho, o governo em Madri desesperou-se ao ver todas suas tentativas constitucionais para evitar o golpe falharem¹²⁰ Vários telefonemas para governadores civis e militares o provaram-se infrutíferos, visto que em diversas ocasiões o telefone era respondido por um oficial golpista ou as comunicações foram cortadas. Formado às pressas, o governo de Casares Quiroga desmoronou em menos de 24 horas, agravando a situação governamental. Frente a uma situação que se deteriorava de hora em hora, o governo tomou, ainda em 18 de julho uma medida central para o desenvolvimento da guerra. Buscando garantir o controle da marinha, ordenou-se o envio dos três maiores destroyers da marinha, o Almirante Cervera, o España e o Sanchez Barcáitegui, para bloquearem o Estreito de Gibraltar. A tentativa de revolta nestas embarcações, além de algumas outras na marinha, foi decisivamente debelada por marinheiros e suboficiais republicanos, sendo os oficiais golpistas executados, jogados ao mar ou fuzilados.¹²¹ O expurgo da alta oficialidade da armada, atirada em alto mar de

119 Antes de render a base o major organizou a sabotagem de todos os aviões da base, para assim deprivar os golpistas destes aparelhos. Fuzilado ainda em 18/07/1936 o major de la Puente foi um dos primeiros oficiais republicanos a caírem em defesa do governo. Curiosamente era primo do general Franco, que rapidamente se tornou o comandante máximo do golpe.

120 Destacasse nesse sentido a missão do comandante da aeronáutica, general Nuñez del Prado, de Madri a Zaragoza. Enviado pelo governo em 18 de julho, afim de que persuadissem o comandante local, general Cabanellas, a permanecer leal ao governo. Porém, logo após sua chegada à Zaragoza, um grupo de oficiais golpistas prenderam e executaram ambos generais, tomando o controle da base aérea. Eventos similares, repetiram-se por todo o país (Howson, 1999)

121 H. Thomas (1965) atenta para a importância do controle das telecomunicações como ponto central para o sucesso do abafamento da revolta em grande parte da armada, a partir da tomada de ação de um pequeno número de telefonistas e operadores de rádio republicanos, que alertaram marinheiros e suboficiais republicanos. Por outro lado, houveram embarcações onde operadores de rádio golpistas foram igualmente capazes de cortar comunicações. Desta forma parte substancial da marinha ficou com os nacionalistas, embora as maiores embarcações tenham permanecido republicanas.

seus próprios navios, horrorizou os círculos navais europeus, em particular na Grã-Bretanha.¹²²

Durante o dia 19 de julho, terceiro dia do golpe, o governo republicano tomou a decisão drástica de atender aos apelos de partidos e organizações operárias, e procedeu ao armamento popular, afim de evitar a queda das grandes cidades. Em vista do estado caótico da situação a ordem de armar a população civil foi atendida por alguns governadores provinciais, enquanto em algumas províncias tal ordem não chegou a tempo. Em diversas localidades houve resistência popular espontânea, em face do desmantelamento do controle republicano civil. Madrid, Barcelona, Valência e outras capitais provinciais foram salvas para a república graças à medida de armamento popular, sob custo de alguns milhares de baixas. (Buades,2006)

Desta forma em 23 de julho, menos de uma semana após a deflagração do golpe no Marrocos, já existiam duas zonas bem definidas entre os dois lados e que ficariam conhecidas como zona republicana ou legalista e zona nacionalista ou rebelde.¹²³ A zona republicana compreendia a Catalunha, o Levante, grande parte da Andaluzia e da Extremadura, a Murcia, parte de Aragão, porém sem sua capital Zaragoza, e a maior parte da Nova Castela. Haviam também os territórios ao norte, espremidos entre a zona nacionalista, os Pirineus e o oceano Atlântico, reunindo a maior parte do País Basco, a Cantábria e as Astúrias. A zona nacionalista compreendia inicialmente a Velha Castela, a Galícia, porção majoritária de Aragão, Leão e as cidades de Cádiz, Granada, Córdoba e Sevilha na Andaluzia, as Ilhas Baleares e as Ilhas Canárias, além do Marrocos Espanhol. Desta forma, em apenas uma semana a Espanha se dividiu em duas áreas antagônicas.¹²⁴

122 Estes desenvolvimentos, ainda nos primeiros dias do conflito, contribuiram para a formação de uma opinião antirrepublicana dentro das forças armadas britânicas, majoritariamente favoráveis aos nacionalistas desde as primeiras semanas do conflito.

123 “Este governo declara que a sublevação das guarnições do Exército está quasi totalmente dominada, pela aviação, a guarda civil, a guarda de assalto e populares em armas, e na zona marroquina. As guarnições de Barcelona e Madrid estão dominadas, havendo numerosos mortos. Os Regimentos de Sevilha, Cadiz, Valladolid e Malaga continuam resistindo. Estão mantidas as comunicações entre a capital e as províncias, inclusive S. Sebastian, onde se acha o Corpo diplomático estrangeiro” Revolução na Espanha, telegrama do embaixador A.Peçanha para o Itamaraty, 24/07/1936, APUD Camargo,2016

124 Objeto de centenas de autores nas últimas décadas, o golpe militar espanhol é hoje um dos motins militares de maior cobertura bibliográfica da história europeia. Constrangidos por questões técnicas nos atemos aqui ao essencial para uma compreensão objetiva do processo histórico subjacente ao golpe. O conturbado período republicano de 1931-1936 é igualmente foco de centenas de análises historiográficas, dos mais variados espectros ideológicos. Particularmente relevante para uma compreensão aprofundada destes fenômenos destacamos aqui a obra “The collapse of the Spanish Republic (1933-1936): Origins of the civil war”, do acadêmico britânico S.Payne. Algumas obras de relevância incluem: “The Spanish Republic” de G. Jackson (1965), e “The Spanish Civil War” de H. Thomas (1965)



Mapa 1- Início da guerra civil, território republicano (vermelho) e nacionalista (cinza)

A divisão de forças entre os dois lados no início do conflito conferiu algumas vantagens estratégicas para cada lado. A zona republicana possuía a maior parte do território e da população, as principais zonas industriais, as quatro maiores cidades, a reserva de ouro do tesouro nacional e além disso continuava como governo legal da Espanha, teoricamente gozando de direitos vários juntos aos demais países com as quais já mantinha relações diplomáticas.¹²⁵ A zona nacionalista possuía a maior parte das regiões produtoras de alimentos, a maior parte do exército e de seus armamentos, mas para além disso poucas vantagens tinha em relação ao outro lado além da força militar. A maior parte da marinha havia permanecido leal ao governo. As forças paramilitares em sua maioria se uniram ao golpe. O Exército peninsular se dividiu, com ligeira vantagem numérica para os nacionalistas. Por outro lado as forças armadas no Marrocos, uniram-se em sua virtual totalidade ao golpe, fuzilando-se os dissidentes republicanos e além da maior parte da força aérea e de seus oficiais.¹²⁶ O controle das forças coloniais constituía a principal vantagem estratégica para os nacionalistas. (Howson,1999)

125 Tal percepção não se restringiu ao continente europeu. O Folha da manhã, em notícia de capa, reafirma a legalidade republicana frente ao governo brasileiro naquele momento: “O Itamaraty não reconhecerá a Junta Militar de Burgos, na Hespanha, em virtude de existir em Madrid um governo legal que não interrompeu as relações diplomáticas com o nosso paiz” (Folha da Manhã, P.01, 01/08/1936)

126 Conhecidas genericamente como “Exército da África”, em oposição aos peninsulares, as forças armadas espanholas servindo no Marrocos historicamente concentravam as unidades mais profissionais e tecnicamente experientes disponíveis. Décadas de instabilidade no vale do rio Rif formaram um corpo de oficiais ultranacionalistas, muitos dos quais vieram a se tornar peças-chave do golpe. O próprio Francisco Franco passara a maior parte de sua carreira militar no Marrocos. Para além destes, o exército espanhol contava com um corpo de estrangeiros alistados, similar à legião estrangeira francesa, conhecido como Legião estrangeira. Finalmente, haviam alguns corpos de mercenários rifenhos, recrutados como Askaris, reconhecidos por sua destreza militar.

Apesar de décadas de ocupação colonial as forças armadas possuíam baixo grau de modernização. A cavalaria mecanizada reunia poucas dezenas de blindados leves, além de algumas dúzias de tanques remanescentes da I guerra. A artilharia era igualmente dominada por equipamento ultrapassado. Desmembrada do exército após a criação da direcção general de aeronáutica, em 1933, a força aérea espanhola era um dos ramos mais defasados das forças armadas espanholas, dominada por aparelhos obsoletos e constrangida por orçamentos insuficientes que sufocavam sua capacidade técnica, prejudicando a manutenção dos aparelhos e o aperfeiçoamento técnico do seu pessoal. Visto como o setor mais republicano das forças armadas, foi um dos menos atingidos pelo golpe.¹²⁷ A dinâmica dos levantes militares de 19-25 de julho criou uma distribuição proporcional dos aparelhos aéreos e instalações operacionais. Camadas superiores na hierarquia tenderam à se juntar ao golpe, enquanto oficiais médios, praças e pessoal de manutenção optaram pela república (Idem)

O domínio republicano do Estreito de Gibraltar e da maior parte das grandes embarcações navais deteve os planos iniciais do golpe. A debilidade da força aérea, agravada pela dinâmica do golpe, levou ambos lados a elencarem o reforço deste setor como central para a execução de seus planos. A solução para tal problema estrutural estaria no exterior, na forma de auxílio militar direto de países que pudessem oferecer imediatamente uma quantidade suficiente de aviões e equipamentos. Igualmente dominados pela doutrina militar aerocêntrica de sua época os comandos de ambos lados se lançaram numa corrida armamentista no exterior, que alarmaria a opinião pública europeia ao reintroduzir a ameaça de um novo conflito continental. Este fenômeno, central na bibliografia especializada sobre a temática da G.C.E será explorado adiante.

127 Organizado e planejado por oficiais antigos do exército e da marinha, o golpe previa execução célere e trabalhava com prazos curtos. Derrotados os levantes militares nas grandes cidades, especialmente Madri, os golpistas concentraram esforços nas forças coloniais. Por outro lado, o malogro do levante dentro da marinha frustrou o planejamento golpista, que desenvolvera como plano de contingência o traslado do exército da África para a península, afim de que unisse forças aos golpistas mobilizados e marchasse rumo à Madri para tomar o governo. (Howson,1999)

1.4- O contexto europeu no início da guerra civil: Intervenção X Não Intervenção

A internacionalização da guerra civil espanhola se iniciou ainda durante seus primeiros dias, mesmo antes de se definirem as zonas nacionalista e republicana. Na manhã do dia 19 de julho, o general Franco organizou o despacho de emissários para a Itália e Alemanha, com vistas de obter auxílio material destes países, especialmente para a aviação. O primeiro emissário chega a Roma ao dia 21.¹²⁸ Uma segunda missão nacionalista encontrou-se com Hitler e altos oficiais de seu regime, em 25 de julho, encontrando grande disposição de Hitler, que ofereceu uma ajuda superior à originalmente requisitada por Franco¹²⁹ O governo italiano proveu contribuição igualmente significativa, organizada em poucos dias.¹³⁰ Ambos países aceitaram o despacho destes aviões e armamentos concedendo aos nacionalistas 100% de crédito, com condições a serem tratadas a posteriori. Deste modo, as primeiras gestões nacionalistas no exterior tiveram sucesso, cristalizando um apoio que se perpetuaria por todo conflito

O apoio nazifascista aos nacionalistas tornou-se público já ao dia 30 de julho, em vista de um incidente aéreo envolvendo uma das esquadrilhas italianas. Provas materiais e humanas do envolvimento italiano foram publicadas nos grandes jornais europeus no dia seguinte.¹³¹ Em 01 de agosto outro episódio similar, envolvendo os alemães, com o pouso forçado, em território republicano, de um bombardeiro alemão JU52 em falha

128 Em um simples pedaço de papel, escrito a lápis, Franco requisitava exclusivamente material aeronáutico, mais especificamente: 12 bombardeiros, 3 caças-bombardeiros com bombas de 50-100 kg, 1000 bombas de 50 kg e 100 bombas de 500kg, (Howson,1999)

129 Destacando H. Goering para o comando desta operação, o fuhrer decretou o envio de 20 bombardeiros JU-52, 6 caças H-51, equipamentos de manutenção, 20 canhões antiaéreos de 20mm, munições e outros equipamentos, além de uma equipe completa de aviadores, mecânicos, engenheiros e outros técnicos (Idem)

130 A primeira missão italiana para a Espanha envolveu uma esquadrilha de 12 bombardeiros Savoia Marchetti SM-81 e outra de 12 caças Fiat CR.32s, com respectivas tripulações, além de 173 mil munições para metralhadoras aéreas. (Howson,1999)

131 “On 30 July. Early that morning, a squadron of six Italian seaplanes was spotted flying over French North Africa in the direction of Spanish Morocco. Two of the aircraft ran out of fuel and were compelled to come down on French territory. One crashed, killing four of the six occupants and injuring the others. The second landed intact and its crew was interned by the French authorities” (Warner,1962)

mecânica, trouxe novas evidências diretas desta intervenção em favor dos nacionalistas. Com estes primeiros aviões a força aérea nacionalista foi capaz de organizar o traslado do exército da África para a Península Ibérica, durante a primeira quinzena de agosto de 1936. Esta foi a primeira grande operação de traslado maciço de tropas na história da guerra moderna, conferindo assim uma imensa vantagem tática aos nacionalistas, que desta forma foram capazes de evadir o bloqueio de Gibraltar.¹³²

Por outro lado, as gestões republicanas no exterior, notadamente junto à França, não alcançaram resultados tão expressivos. O primeiro pedido oficial de ajuda por parte do governo republicano deu-se no dia 19 de julho, o mesmo dia em que Franco enviara seus emissários para a Itália e a Alemanha. Este era um simples telegrama, enviado pessoalmente pelo novo primeiro ministro, José Giral, para Leom Blum, o primeiro ministro francês.¹³³ No dia seguinte, este convocou seus ministros da defesa, do exterior e da aeronáutica, para discutir a possibilidade de uma intervenção a favor dos republicanos. Com a aprovação das três partes deram-se início os planos para o envio de aviões para a república. No dia 21, Blum reúne-se com o embaixador espanhol, Juan Cardenas, afim de discutir o pedido enviado. Ignorante do fato de que o embaixador Cárdenas era um monarquista envolvido com a organização do golpe, acaba ludibriado pelo embaixador, que reivindica a necessidade de contato com Madrid para qualquer tomada de ação, afim de atrasar os planos contra o sufocamento do golpe (Warner,1962).

134

O vazamento da informação de que o governo pretendia auxiliar o governo republicano unificou a oposição direitista ao governo em uma campanha de boicote ao governo republicano, pressionando os membros mais reformistas do gabinete ministerial,

132 Os bombardeiros recém-chegados se somaram a uma frota improvisada de aviões civis, comerciais, de transporte, além de alguns da força aérea. Realizando várias viagens de ida e volta diariamente, carregando quantidades que variavam de 3 a 40 soldados, os nacionalistas levaram o núcleo do exército da África, mais de três mil homens, para o sul da Espanha. (Thomas,1965)

133 “A new Spanish Government, led by Jose Giral, was instantly formed to meet the crisis, and one of Giral's first steps, on the night of 19-20 July, was to send an urgent request to the French Government for assistance in the form of military supplies’ (Warner,1962) um front popular similar ao front vencedor nas eleições espanholas de fevereiro de 1936 havia assumido o governo francês menos de dois meses antes da eclosão do conflito na Espanha. Membro do partido socialista e líder de um gabinete ministerial dominados por partidos de esquerda Blum era, teoricamente, naquele momento, o homem certo para acudir a república.

134 Após receber a visita de Blum vazou o conteúdo do pedido de auxílio republicano para jornais direitistas de grande circulação. Subsequentemente renunciou ao cargo, juntamente da maioria dos funcionários na embaixada, declarando sua adesão ao golpe. Este padrão de deserção no pessoal diplomático prejudicou sobremaneira a capacidade republicana de buscar auxílio externo

notadamente o chanceler Daladier.¹³⁵ A decisão de acudir ao pedido republicano não era ilegal, tendo em vista que um tratado franco-espanhol, vigente desde dezembro de 35, previa a possibilidade de compra de até 20 milhões de francos em material bélico, valor compatível com o pedido republicano. O argumento legal e diplomático progressivamente foi minado, mesmo após a confirmação da intervenção nazi-fascista em favor do golpe. Reunião emergencial do gabinete ministerial francês do dia 24 de julho reviu o apoio oferecido poucos dias antes.¹³⁶ Ao mesmo tempo que pressionava contra o apoio aos republicanos, a marinha britânica adotara posição amigável aos nacionalistas desde o início do conflito. Ainda em julho de 1936 permitiu que embarcações nacionalistas utilizassem as instalações navais de Gibraltar, evitando assim qualquer represália republicana. Por outro lado, o mesmo auxílio foi negado a embarcações republicanas no início de agosto, sob pretexto de que tal autorização poderia ser interpretada como uma intervenção.¹³⁷

Embora derrotada oficialmente, a posição de apoio aos republicanos continuou presente em boa parte do governo. Ações semiclandestinas de alguns ministérios, em conluio com oficiais da força aérea, serviço diplomático e outros, permitiram o envio de cerca de 20 aviões para a Espanha republicana, ocorridos durante a segunda semana de agosto. Circunstâncias intrínsecas a esta operação impediram que estes aviões fossem enviados devidamente equipados, diferentemente dos aviões equipados e tripulados adquiridos pelos nacionalistas. A disparidade entre as forças aéreas nacionalista e republicana cresceu progressivamente durante o conflito, implicando desvantagem tática republicana durante praticamente a totalidade do mesmo. Desta forma, em poucas semanas os nacionalistas adquiriram uma pequena e respeitável força aérea.¹³⁸

135 O pedido republicano é similar aos feitos pelos nacionalistas junto à Itália e Alemanha, requisitando: 20 bombardeiros Potez 54, 1000 rifles Lebel de 8mm com 1 milhão de cartuchos, 50 metralhadoras Hotchkiss com 12 milhões de cartuchos e 8 canhões Schneider de 75mm com munição. (Howson,1999)

136H. Thomas, autor do maior clássico sobre a guerra, atribui diretamente ao Lord do almirantado, almirante S. Hoare, as primeiras ações britânicas no sentido de pressionar o governo francês a abortar o apoio ao governo republicano. Ao dia 22 de julho fez ameaças veladas a um almirante francês enviado pelo governo Blum, sugerindo que as ações francesas levariam o governo britânico a uma aproximação com a Itália e a Alemanha, isolando a França. O embaixador britânico em Paris aprofundou esta pressão.

137 Esta negativa forçou a marinha republicana a buscar outro porto, atrasando seu cronograma e prejudicando sua operação de bloqueio do estreito de Gibraltar em um momento crucial

138 Posteriormente os aviões e equipes enviados por Alemanha e Itália passaram a operar de forma independente, como forças auxiliares ao exército nacionalista. No seu auge as forças italianas na Espanha chegaram a somar mais de quarenta mil homens, enquanto os alemães, chegando a casa de doze mil, prezaram pelo envio estratégico de pilotos, oficiais de cavalaria mecanizada, artilharia, engenharia militar, dentre outros ramos mais especializados e intensivos em recursos materiais. As forças ítalo-germânicas na

Ao buscar um equilíbrio entre o desejo político de oferecer auxílio a um governo amigo, apaziguar a pressão externa de um aliado imprescindível¹³⁹, administrar a pressão direitista interna e evitar que Alemanha, Itália e Portugal continuassem agindo em favor dos nacionalistas, a diplomacia francesa desenvolveu no final de julho o conceito da Não Intervenção. O plano envolveria todos os países europeus em um amplo esquema de proibição de envio de materiais bélicos, aeronaves, capitais e voluntários. Este colocava os dois lados do conflito no mesmo nível jurídico, embora o governo republicano fosse um governo legitimamente constituído e universalmente reconhecido. Conquanto a junta militar nacionalista constituída no início de agosto tivesse razoável nível de sofisticação, com a criação de ministérios próprios, controle efetivo de cerca de 40% do território espanhol e de grande parte de sua população, esta não poderia ser colocada na mesma situação jurídica que o governo republicano.

Assim, durante os primeiros dias de agosto a diplomacia francesa empreendeu um esforço multilateral, acionando seus embaixadores em Berlim, Londres, Moscou, Roma e outras capitais europeias, no sentido de invitar o maior número de países possível para participar de um sistema coletivo de não intervenção no conflito espanhol. Para tanto, os franceses apresentavam o rascunho de um tratado de não intervenção que tornaria ilegal o envio de materiais bélicos quaisquer e aeronaves para ambos os lados no conflito espanhol. O acordo de não intervenção postulava a necessidade de evitar que o conflito espanhol pudesse iniciar um novo conflito continental que opusesse nações apoiando os diferentes lados do mesmo. Para tanto, os franceses propunham que todos países europeus estabelecessem imediatamente sua neutralidade com ambas partes do conflito, colocando na mesma situação a junta militar nacionalista e o governo republicano. Ciente da intervenção ítalo-germânica junto aos nacionalistas, e pressionado pelo governo britânico para não fazer o mesmo, o governo francês estaria, a seu ver, evitando que a intervenção já existente se aprofundasse.

Afim de servir como exemplo e promover sua proposta o governo Blum decretou o fechamento da fronteira com a Espanha no dia 07 de agosto, unilateralmente sufocando a república. No dia seguinte, 8 de agosto, decretou a proibição de envio de qualquer

Espanha permaneceram durante todo o conflito como uma das maiores vantagens estratégicas do exército nacionalista.

139 “One of Delbos' main arguments in favour of non-intervention was the British Government's uneasy, if not hostile, attitude towards French aid to Spain” (Warner,1962).

material bélico para a Espanha, adotando os dispositivos previstos no esboço do acordo de não intervenção que vinha sendo discutido com outros países europeus nos dias anteriores. Ao fazê-lo o governo francês já contava com o apoio de Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha, Polônia e Tchecoslováquia. Nos dias seguintes outros países europeus garantiram sua aprovação ao projeto. Alemanha e Itália aderiram ao esquema por receio de que se não o fizessem a União Soviética poderia agir¹⁴⁰, pressionando a França a rever sua posição e intervir em auxílio do governo republicano, que durante o mês de agosto sofrera várias derrotas e perdera grande parte do seu território na Andaluzia, Badajoz e outras províncias no sul do país.

Apesar do conhecimento internacional da continuidade da intervenção pró-nacionalista e da legalidade institucional do governo republicano a virtual totalidade dos países europeus, com a solitária exceção da Suíça¹⁴¹, optaram pela adesão ao acordo de não intervenção, processo praticamente concluído já ao final de agosto de 1936, pouco mais de um mês após o início do conflito.¹⁴² Cedendo a exigências e propostas vindas de diversos países, o governo francês concordara com a proposta de que o comitê de não intervenção, organização multilateral que fiscalizaria a execução do tratado, fosse sediado em Londres, com estrutura provida pelo governo britânico, o mesmo que durante as semanas anteriores demonstrara hostilidade ao governo republicano, auxiliara os nacionalistas e pressionara o governo francês a rever sua posição inicial de auxílio.¹⁴³ Ademais, o documento conhecido como acordo de não intervenção era na realidade ambíguo e juridicamente frouxo, com legalidade questionável do ponto de vista do direito internacional público de sua época. N. J. Padelford (1939) ressalta o fato de que, apesar

140 O embaixador francês em Moscou apresentara ao dia 05 de agosto o esboço do tratado ao governo soviético. Este decidiu apoiar a iniciativa, desde que Alemanha, Itália e Portugal aderissem em condições iguais. Na realidade o governo republicano não tinha relações diplomáticas com a União Soviética. Um acordo de 1933 prevendo a abertura de representações diplomáticas não fora implementado. Apenas no meio de agosto de 1936 o governo republicano enviou embaixador para Moscou (Thomas, 1965)

141 O isolacionismo histórico suíço norteou a decisão de não aderir ao esquema. O argumento de que tal participação constituiria em uma intervenção em si mesma prevaleceu, embora o governo suíço tenha adotado legislação interna proibindo exportação de material bélico para ambos lados do conflito, ferindo o conceito reivindicado de neutralidade estrita. (Howson, 1999)

142 O governo português, que apoiava o golpe desde sua fase preparatória, foi o último a aceitar a adesão ao esquema, fazendo-o com ressalvas em setembro de 1936. Assim como Alemanha e Itália, a adesão portuguesa ao esquema não cessou suas atividades em favor dos nacionalistas. (Idem)

143 “For the coordination of the activities of the several Powers, and for the facilitation of the international accord to stop foreign intervention, it was decided to constitute an International Non-intervention Committee to meet in London. Here were pooled the official documents relating to the enforcement of the accord, the presentation of charges of violations thereof, and the negotiation of ways and means of perfecting the accord in practice” (Padelford, 1939)

da concordância dos países europeus em seguir a proposta francesa, o esquema dependia da adoção local de legislação pertinente ao assunto, dificultando sua aplicação:

“This unique international institution was based, in the first instance, upon an exchange of notes between twenty-seven European governments, whereby each government unilaterally declared its intention of preventing the shipment of arms, ammunition, and implements of war from its territory to either party in Spain. Statutes, orders, and decrees were voluntarily adopted and put into effect in the several states”¹⁴⁴

Diferentes motivações fomentaram a participação individual de países europeus previamente distantes dos assuntos espanhóis. O desejo continental de evitar uma nova guerra a qualquer custo cumpriu papel fundamental neste processo, especialmente sob o ponto da diplomacia britânica, principal defensora da necessidade de conter o conflito ao território espanhol a qualquer custo.¹⁴⁵ A prevalência de um sentimento antirrepublicano dentro da maioria dos governos europeus daquele momento, especialmente em vista do caráter tomado pela revolução social que se desenvolveu subsequentemente após a derrota do golpe nestas áreas¹⁴⁶, contribuiu para a decisão multilateral de negar ao governo republicano meios para importação de matérias bélicas desesperadamente necessários, enquanto os nacionalistas recebiam reforços semanais oferecidos a crédito.

Em ofício de 09 de agosto o consulado estadunidense em Sevilha, maior cidade sob controle nacionalista, reportava ao Departamento de Estado a chegada de vultosa quantidade de armamentos, equipamentos e homens aquela cidade, destinados a suprir ou auxiliar diretamente as forças nacionalistas.¹⁴⁷ Tal documento atesta que, mesmo após concordar com o plano francês, Alemanha e Itália ofereceram ainda mais suporte logístico e material aos nacionalistas. Igualmente incrementados foram os envios de armamentos e insumos para equipar o exército nacionalista, que desde o início do conflito vinha crescendo, ao agregar elementos civis direitistas, conscritos assalariados e

¹⁴⁴ Idem

¹⁴⁵ Para Warner (1962) o medo da guerra teria sido manipulado por opositores do apoio ao governo republicano: “Opponents of this policy[apoio a república] certainly used the British attitude as an excuse for their own, which was rooted in a hatred of 'Communism' but also, above all, in the fear of another war”.

¹⁴⁶ O embaixador brasileiro em Madrid expressa posição neste mesmo sentido, enfatizando a atuação comunista contra o golpe: “Esta capital continua policiada por obreiros armados. Entre esses, e os que compõem as milícias, contam-se numerosos comunistas, o que preocupa as classes conservadoras. Os rumores me induzem crer que a dominação se prolongará” (“Revolução na Espanha”. Telegrama da Embaixada em Madrid à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. 24-25/07/1936. AHI)

¹⁴⁷ “Seguinte material de guerra chegou a Sevilha em 9 de agosto: dez novos bombardeiros Savoia, trimotores, com cerca de vinte pilotos, dezoito bombardeiros Junker, trimotores, a maioria novos, com cerca de trinta pilotos alemães, duas unidades de tipo similar com seis aviões alemães de reconhecimento capazes de quatrocentos e cinquenta quilômetros e baterias antiaéreas de último modelo” (Apud, Camargo, 2016)

mercenários marroquinos. Apesar disto, os Estados Unidos, apesar de não convidados pelos franceses, seguiram política similar a não intervenção europeia, cujos termos exploraremos mais adiante.

Não obstante a explícita continuidade na intervenção pró-nacionalista, o comitê de Não- intervenção iniciou suas atividades no início de setembro de 1936. Conquanto reunisse toda a Europa, a maioria dos países do comitê, após se reunirem com respectivos representantes em Londres em 09 de setembro, estaria afastada do funcionamento cotidiano do comitê, e por conseguinte da aplicação da não intervenção.¹⁴⁸ Ocorre que na segunda reunião do grupo foi criado um subcomitê reunindo oito países, cujos representantes seriam responsáveis pela maior parte dos trabalhos do comitê. Desta forma o subcomitê na prática ocupou o papel do comitê durante a maior parte do conflito, enquanto reuniões da totalidade dos membros do comitê eram escassas.¹⁴⁹ A presença de Alemanha e Itália neste grupo aprofundou os problemas internacionais da república espanhola, que em menos de dois meses de conflito interno via a Europa formar um grupo de oito países, 25% dos quais vinham intervindo massivamente contra sua existência. Mecanismos internos adotados após propostas destes dois países positivaram internamente a impossibilidade objetiva de que fossem punidos os Estados infratores.¹⁵⁰ Conquanto restrito ao continente europeu em sua formação, o esquema de não intervenção norteou as políticas desenvolvidas por governos alheios ao velho continente, notadamente nas Américas, influenciando diretamente a posição do Itamaraty frente ao conflito civil espanhol.¹⁵¹

148 "It must be emphasized that the accord was not a formal international agreement or treaty in the sense that the participating states subscribed by signature and ratification to one written instrument. It was an "accord" only in a very loose form, a series of unilateral declarations of intention of the national policy which would be pursued. Departures from the accord cannot be condemned as violations of international law or of treaties. They constituted only deviations from a line of policy which each state suggested its readiness to follow for the time being" (Padelford, 1939)

149 "At the second session of the Committee, September 14, a subcommittee was created, composed of the delegates of Belgium, Britain, Czechoslovakia, France, Germany, Italy, Sweden, and Soviet Russia to aid the president in facilitating procedure and to consider and make recommendations to the full committee" (idem)

150 Ao excluir as partes diretamente envolvidas no conflito, o acordo não previa quaisquer ações contra as partes alheias em contravenção ao mesmo: "The Committee agreed to do nothing more than to consider the facts and evidence. No provision was made for the publication of a report, either to the governments concerned or to the world. No provision was made for the application of any form of sanctions against the violator. No provision was made for the reference of possible legal questions to any tribunal, or for appeal after committee consideration to the League of Nations or any other international body" (ibidem)

151 Exploraremos tais posições externas ao continente europeu mais adiante.

Embora apoiada oficialmente pelos governos europeus a política da não intervenção foi uma grande polêmica de sua época, dando origem a críticas a partir de diversos pontos de vista analíticos, por outro lado, estas críticas permaneceram distantes das posições governamentais europeias, que mantiveram em funcionamento o comitê de não intervenção durante todo o conflito. Ao fazê-lo garantiram que a Liga das Nações permanecesse alheia ao conflito, demonstrando ineficácia similar ao caso da recente crise Italo-Etiope.¹⁵²

II- A Política Externa Brasileira no período inicial do conflito (07/1936-05/1937)

2.1- As relações hispano-brasileiras antes do conflito: breve histórico

152 “During the Spanish civil strife the League was resorted to on a number of occasions, either to act as a circulating medium or to concentrate public opinion on certain problems connected with the war. At no time was it asked to put an end to the hostilities, or to intervene directly in Spain to alter the natural course of events. Rather it was besought to condemn foreign intervention, to lend its weight to the Non-intervention system, to produce a settlement of outstanding issues between Spain and other Powers, such as that regarding asylum, to pronounce against unlawful and inhumane methods of warfare, and to observe certain activities” (Padelford,1939)

A crise econômica iniciada no final de 1929 decretou a queda da monarquia espanhola em abril de 1931, após décadas de desgaste institucional irreversível, em um processo similar ao ocorrido no Brasil em outubro de 1930 com a queda do presidente W. Luís e a antecipação do fim do sistema do ‘café com leite’. Apesar da proximidade nos processos históricos as relações bilaterais entre os dois países, até aquele momento, eram caracterizadas por um baixo nível de desenvolvimento. Apesar do número expressivo de espanhóis que emigraram para o Brasil entre o fim do século XIX e a crise de 1929 a temática da emigração espanhola no Brasil, principal fator nas relações bilaterais durante este período, ainda se caracteriza por um baixo nível de desenvolvimento, com literatura incipiente e produzida nas últimas três décadas.¹⁵³

A historiografia acerca das relações hispano-brasileiras no período anterior à guerra civil igualmente se notabiliza por um número reduzido de obras. Destacam-se dois autores nesta área. O espanhol B. Ayllon Pino, em sua tese de doutorado, de 2004, tratou destas relações. O trabalho de Pino trouxe à tona importantes observações e dados atinentes ao desenvolvimento histórico destas relações bilaterais em um período mais dilatado, que remontaria ao colonialismo, oferecendo uma perspectiva analítica a partir do ponto de vista espanhol. Igualmente relevante e inovadora é a tese de doutorado de I. Izepe de Souza, publicada em 2009.¹⁵⁴ Nesta Souza explorou a partir do ponto de vista brasileiro o desenvolvimento histórico destas relações, oferecendo contribuições inestimáveis para uma compreensão aprofundada acerca desta temática.

Pino (2004) aponta que o primeiro período nas relações hispano-brasileiras se desenvolveram em termos amistosos, permeados pela proximidade cultural-linguística entre os dois países, o que chama de “eixo da sentimentalidade”, conquanto estas fossem pouco desenvolvidas e orbitassem em torno de um número reduzido de pautas.¹⁵⁵ A queda da monarquia no Brasil no fim do século XIX e o apoio brasileiro à independência de Cuba e outras colônias espanholas na América estremeceram brevemente estas relações, situação superada no início do século XX. Apesar de um significativo crescimento da

153 Os imigrantes de origem espanhola ocuparam o terceiro lugar na quantidade total de imigrantes entre 1880-1920, pico das emigrações da Europa para a América. (Dias,2010)

154 Ainda durante os primeiros parágrafos de sua tese Souza destaca o baixo desenvolvimento das pesquisas nesta área: “Há uma lacuna, no âmbito da historiografia brasileira contemporânea, de estudos que abordem, sob uma perspectiva histórica, as relações hispano-brasileiras” (Souza,2009)

155 “Lo que se afirma es que las relaciones entre Brasil y España presentaban, durante casi siglo y medio, un perfil de baja intensidad que no configuraba un patrón relacional de relevancia para los objetivos de la política exterior brasileña” (Pino,2004)

imigração espanhola para o Brasil¹⁵⁶ o comércio bilateral permaneceu caracterizado por baixos fluxos, superavitários para a Espanha durante a maior parte do século XX, exceto durante a I guerra mundial.¹⁵⁷ Em situação similar a existente no comércio com outros países as exportações brasileiras para a Espanha se concentravam em produtos primários tropicais, enquanto as exportações espanholas eram de manufaturados.¹⁵⁸ Pino conclui que as relações bilaterais anteriores a eclosão da crise mundial em 1929 pouco se alteraram, permanecendo caracterizadas pelo baixo nível de desenvolvimento. Descreve este cenário com o paradigma da ‘Irrelevância mútua’

Como descrito anteriormente, os processos de mudança institucional nos dois países, sufocados pela crise, deu-se em um intervalo de menos de seis meses. Tais mudanças históricas construíram um contexto nas quais as relações bilaterais passaram por um salto qualitativo, nas quais ambos países passaram a perceber a necessidade em aprofundar suas ações.¹⁵⁹ Uma vez estabelecido o primeiro governo republicano espanhol provisório, durante a segunda metade de abril de 1931, uma de suas primeiras ações, como de praxe, foi a solicitação de reconhecimento por parte dos países com relações estabelecidas. O pedido feito ao Itamaraty chegou em um momento de intensa atividade ministerial, no contexto das reformas pós revolução de 1930.¹⁶⁰ Como visto anteriormente, em maio de 1931 o governo Vargas chegara ao ponto de aventar o reconhecimento da União Soviética, demonstrando um pragmatismo flexível condicionado pela aguda crise econômica e orçamentária do início daquela década, que influenciara positivamente, em um primeiro momento, as relações com o novo governo espanhol: “Do ponto de vista político, as relações com a Espanha nos primeiros anos da década de 1930 mantiveram-se cordiais” (Souza,2009). Afirma ademais que o governo

156 O censo oficial de 1920 indicava mais de 220 mil espanhóis residentes no Brasil, 80% no estado de São Paulo (Porta,2012)

157 “Entre 1901 y 1926, la balanza comercial fue favorable a España, salvo en el periodo de 1915 a 1918, en que el saldo fue positivo para Brasil, aun persistiendo los tradicionales obstáculos a la exportación de productos” (Pino,2004)

158 “O café, até 1960, liderou as exportações brasileiras para a Espanha, seguido de produtos como a carne congelada, o tabaco, o fumo e o algodão. O Brasil, em contrapartida, comprava desse país principalmente azeite e armamentos como fuzis e baionetas” (Souza,2009)

159 “ La década de los años treinta es uno de los periodos más intensos de los cerca de dos siglos de relaciones hispano-brasileñas”. (Pino,2004)

160 “El 17 de abril de 1931, Alejandro Lerroux enviaba al ministro de Exteriores de Brasil, Afranio de Mello Franco, un telegrama en el que notificaba la proclamación de la República em España y solicitaba el urgente reconocimiento brasileño” (Idem)

brasileiro foi o primeiro governo americano a atender o pedido espanhol, refletindo diretamente o caráter revolucionário do governo provisório.

Seguindo a política adotada pelo chanceler M. Franco, o consulado brasileiro em Madrid ofereceu ao governo espanhol oferta similar a mesma aceita por dezenas de outros países, a assinatura de um tratado bilateral de comércio. Bueno (2008) relata que em 1932 foi assinado um tratado provisório, que deveria ser substituído posteriormente por um acordo permanente. No final de 1933 o consulado espanhol no Rio de Janeiro foi elevado a condição de embaixada, ação simbólica que sinalizava a importância da América Latina para a diplomacia espanhola.¹⁶¹ Poucos meses depois o governo brasileiro retribuiu o gesto, elevando o consulado brasileiro em Madrid a condição de embaixada, com a nomeação de Luís Guimarães Filho como embaixador. Ainda em 1934 foi fundada em Madrid a câmara Hispano-Brasileira de Comércio, Indústria e navegação, entidade fomentadora do aumento no comércio bilateral e promotora dos interesses comerciais de brasileiros naquele país (Souza,2010)

Apesar desta aproximação e do entusiasmo que o Itamaraty tratou o novo governo espanhol não tardaram a aparecer focos de conflito. O resultado da eleição de junho de 1931 alarmou o Itamaraty, com a vitória da esquerda e a constituição de um governo de coalizão de centro-esquerda. A constituição republicana promulgada no final daquele ano, de caráter progressista e laico, solidificou a desconfiança com que grande parte do pessoal diplomático passaria a cultivar perante o governo republicano. Em particular a reforma agrária era um ponto sensível para o Itamaraty, interpretado sob o espectro do anticomunismo e do exemplo da recente revolução russa.¹⁶² Ademais a política de contenção de custos no Itamaraty levou ao fechamento de diversas representações brasileiras no Espanha, algumas em importantes cidades espanholas.¹⁶³

161 “La elevación de la representación a española en Río de Janeiro a la categoría de Embajada, mediante Decreto publicado en la Gaceta de Madrid, de 6 de diciembre de 1933, el nombramiento de Vicente Sales Mausoles como primer embajador de España, señaló la importancia que el Gobierno republicano concedía al Brasil en su política americana” (Pino,2004)

162 “Desde la representación brasileña em Madrid, se siguieron de cerca las medidas del Gobierno republicano, alertando especialmente para el cariz izquierdista de algunas leyes como la de reforma agraria, que “no dejaba de traer en sus líneas destellos de doctrinas comunistas”. La denuncia de los derroteros por los que caminaba la política en España y el clima de tensión social estuvieron permanentemente presentes en las comunicaciones entre la legación brasileña en Madrid y el Gobierno de Vargas” (Pino,2004)

163 “Diversos consulados brasileiros na Espanha também foram extintos sob a justificativa de contenção de custos. Além de Sevilha e San Sebastian foi também determinado pelo MRE a supressão dos vice-consulados honorários nas seguintes cidades espanholas: Ferrol, Cartagena, Granada, Jerez de la Frontera,

Concomitantemente o governo republicano espanhol passou a perceber no Brasil uma guinada política a direita a partir de 1931, apesar da persistência de retórica revolucionária do governo provisório. Conquanto ambos lados progressivamente tenham se distanciado ideologicamente, foram capazes de manter por alguns anos uma política de aproximação, como vimos anteriormente.¹⁶⁴ A política externa republicana se notabilizou por uma postura americanista, que percebia a necessidade histórica de que a Península Ibérica se aliasse aos países latino-americanos em prol de interesses comuns. Países com grande comunidade de imigrantes espanhóis recentes foram particularmente visados, incluindo o Brasil.¹⁶⁵ A vitória da coalização de centro-direita nas eleições espanholas de setembro de 1933, cujo governo buscou durante os dois anos seguintes dismantelar ou suavizar as reformas estruturais positivadas pela constituição de 1931, não foi capaz de desconstruir a percepção de grande parte do Itamaraty e do governo de que a República Espanhola era um projeto extremista que beirava o bolchevismo, não obstante o avanço extremamente lento com que se implementou a reforma agrária.¹⁶⁶

A eleição definitiva de Vargas e a promulgação da constituição de 1934 marcaram a conclusão do caráter provisório do governo, reforçando sua base de sustentação interna. A recuperação econômica amenizou a crise orçamentária, influenciando diretamente o senso de urgência que o Itamaraty vinha imprimindo na sua busca por novos parceiros comerciais brasileiros. Ademais a mudança na chefia do Itamaraty em 1934, com a nomeação do conservador J.C. Macedo Soares, influenciou diretamente as ações referentes a Espanha. Os ofícios e documentos referentes a política interna espanhola, remetidos pela embaixada brasileira em Madrid e pelos consulados, consubstanciavam a

Santander, Tarragona, Torre Vieja e Valencia”. Apesar disto, alguns foram reabertos nos anos seguintes (Souza,2009)

164 “Los sucesos políticos de esos años en Brasil (Revolución de 1930, Revolución Paulista de 1932, proceso constituyente de 1933) y en España (proclamación de la II República) fueron seguidos muy de cerca por las respectivas opiniones públicas” (Pino,2004)

165 De maneira similar ao que ocorrera com a breve atuação brasileira dentro da Liga das Nações, a Espanha igualmente ocupara assento temporário no seu conselho, sob promessas de abertura de assento permanente no futuro. Em 1926, no mesmo período da saída brasileira, a Espanha foi igualmente rejeitada em seu pleito.

166 Foi justamente a pressão interna do campesinato pela aceleração da reforma agrária que gerou a crise política que levou o governo a convocar eleições em 1933 (Payne,2006)

visão, não obstante o período da coalizão conservadora no poder.¹⁶⁷ Este contexto levou a uma deterioração nas relações bilaterais, que se aprofundaria nos anos seguintes.¹⁶⁸

Ao final de 1935, ao mesmo tempo que a Espanha passava por um processo de militarização da política, com milícias partidárias treinando aos domingos enquanto o partido organizava a campanha eleitoral, ocorreu um dos fatos de maior repercussão para as relações hispano-brasileiras, que definiria em grande parte a postura brasileira perante o desenvolvimento do conflito no ano seguinte. Estamos nos referindo aos levantes da ALN-PCB do final de novembro, que, como vimos, foram rapidamente debelados, gerando intensa campanha de repressão a todo tipo de dissidência, especialmente contra elementos comunistas ostensivos ou percebidos como tal. Foi a Espanha o país onde a campanha mundial pela libertação dos presos políticos brasileiros, notadamente L.C. Prestes, iniciada em março de 1936 após sua prisão, teve maior repercussão política e relativo sucesso, envolvendo até mesmo elementos governamentais do alto escalão. Na realidade já em dezembro de 1935, durante a campanha eleitoral, o tema da repressão no Brasil ocupava a atenção da esquerda organizada, particularmente os comunistas e socialistas.

Ao empreender sua campanha de perseguição sistemática o governo Vargas criou novas instituições, responsáveis exclusivamente pela execução prática da repressão ao levante de 35. Destacam-se entre estas o Tribunal de Segurança Nacional e a comissão nacional de repressão ao comunismo.¹⁶⁹ Concomitantemente as forças policiais receberam imensos acréscimos orçamentários e de pessoal. No Distrito Federal a polícia especial tornou-se notória pelo seu anticomunismo e truculência, praticando tortura

167 Tal período é conhecido na historiografia sobre a G.C.E como “El biênio negro”, refletindo a percepção dos setores progressistas republicanos acerca da nocividade da direita conservadora no poder (Payne,2006)

168 Sobre isto Souza (2009) destaca: “A maioria dos relatórios produzidos pela embaixada do Brasil na Espanha acerca da situação política naquele país revestia-se de críticas às reformas sociais”. Para ela esta percepção negativa por parte do pessoal diplomático refletia diretamente: “Desconfianças por trás das matrizes ideológicas que norteavam o governo republicano espanhol”. Conclui afirmando que: “A representação brasileira na Espanha nutria um sentimento de descontentamento para com o governo republicano espanhol” (Souza,2010)

169 “Órgão criado em janeiro de 1936 e instalado no prédio do Ministério da Marinha sob a presidência do deputado Adalberto Correia. Tinha por objetivo a coordenação do movimento anticomunista, na tentativa de reprimir a atuação dos participantes ou simpatizantes da revolta de 27 de novembro de 1935. A comissão ficava encarregada de investigar a participação, em atos ou crimes contra as instituições políticas e sociais, de funcionários civis da União ou do Distrito Federal; de militares; de diretores, empregados ou operários de empresas, institutos ou serviços mantidos ou subvencionados pela União ou pela municipalidade; de profissionais da marinha mercante nacional; de empregados de empresas particulares e de professores de estabelecimentos particulares. A comissão foi dissolvida no dia 29 de setembro de 1937, sem obter resultados. In: www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx.

sistêmica em suas unidades, utilizando técnicas de interrogatório importadas da Gestapo. As delegacias estaduais de ordem política e social (DEOPS) conduziram a repressão no nível local. Neste contexto o Itamaraty passou a ser uma das mais importantes engrenagens neste sistema, cooperando cada vez mais assiduamente com a polícia especial, os DEOPS, as forças armadas e outros órgãos.¹⁷⁰

Embora o Itamaraty já viesse durante os anos anteriores seguindo uma política de monitoração e contenção de qualquer ameaça externa percebida como perniciososa para os interesses nacionais, notadamente a atividade dos partidos comunistas e congêneres, atividade, a partir do final de novembro de 1935, passou por uma intensificação e uma sistematização, com um salto qualitativo na capacidade de coleta de inteligência. Neste contexto algumas embaixadas e consulados passaram a se destacar por sua assiduidade na perseguição ao comunismo, se valendo especialmente de membros do corpo diplomático particularmente conservadores.¹⁷¹ Destacam-se as embaixadas em Berlim, Buenos Aires e Madrid¹⁷² como particularmente produtivas nesta área.

Formou-se uma conjuntura onde as representações brasileiras na Espanha, que já vinham nos anos seguintes adotando uma política de cautela, ou mesmo de desaprovação, das reformas estruturais que norteavam a constituição republicana de 1931, situação que persistiu durante o governo da coalização de centro-direita. A profunda polarização política, explicitada durante a campanha eleitoral, acabou envolvendo o Brasil e o Itamaraty, que, apesar de ter cultivado relações amistosas durante um período inicial, percebia na república espanhola um projeto de poder pernicioso que estava a dismantelar uma das civilizações católicas mais importantes do ocidente. Esta é a tese central de I. de Souza em seu trabalho de conclusão de curso de graduação, de 2004, onde defendeu este

170 Neste sentido Setemy (2013) afirma: “Assim como a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no Brasil, parecia manter uma troca frequente de informações com a Polícia do Distrito Federal, a fim de obter um maior êxito na contenção das ameaças subversivas vindas de fora do país, parece que também os representantes da diplomacia brasileira no exterior agiam de maneira semelhante em relação à Polícia de outros países, no sentido de proporcionar informações que pudessem auxiliar a execução de medidas repressivas que atendessem aos interesses do governo brasileiro” (Setemy,2013)

171 Em ofício ao Itamaraty de 06/03/1936, dia seguinte a prisão de Prestes, o embaixador brasileiro em Montevideu demonstra um anticomunismo que beirava a esquizofrenia: “O comunismo precisa ser observado constantemente. É uma hidra de cem cabeças. Não basta esmagar uma dessas, mas é necessário ver onde se esconde, onde vai disfarçar-se, para tentar de novo erguer o colo no afã de destruir a todas, sob o manto de reivindicações, movimentos populares, ânsias libertadoras e outros farrapos, com que oculta a verdadeira nudez da sua ação subversiva e sangrenta” (Telegrama ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Carlos de Macedo Soares, do embaixador do Brasil em Montevideu, Lucílio Bueno. Telegrama n. 50. Montevideu, 06/03/1936. AHI-RJ (jan-abr 1936), APUD Setemy 2013

172 Sobre isto Negrão (2011) destaca: “Podemos considerar que a embaixada brasileira em Madri funcionava como um centro de informações aos órgãos políticos e policiais brasileiros” (Negrão,2011)

ponto de vista. Seu título, “República Espanhola: Um modelo a ser evitado”, explicita esta tese, que passou a ser dominante nos círculos governamentais brasileiros mesmo antes do conflito espanhol.¹⁷³

A postura brasileira gerava amigos e inimigos. Enquanto a direita organizada, disputando as eleições sob a coligação do Front Nacional, aplaudia as posturas adotadas pelo governo brasileiro durante as semanas subsequentes aos levantes de novembro, a esquerda organizada, disputando as eleições pelo Front Popular, além dos numerosos anarquistas espanhóis, passou a perceber no governo Vargas uma ditadura sanguinária que beirava o nazi-fascismo. As representações diplomáticas brasileiras, cujo pessoal em sua maioria já vinha demonstrando hostilidade pessoal com o próprio republicano, passaram a ser visadas diretamente por partidários do Front Popular, meses antes da mundialização da campanha pela libertação de L.C. Prestes, visitada anteriormente.¹⁷⁴ Tal situação se agravou sobremaneira em fevereiro de 1936, com a eleição democrática do governo da coalizão do Front Popular. Antigos militantes de esquerda anti-governo Vargas passaram a exercer altos cargos no governo. Mesmo entre as forças policiais e militares havia um número significativo de oficiais esquerdistas que, durante o curto governo do front popular, comandavam o policiamento nas grandes cidades, o que poderia afetar as representações brasileiras, não obstante sua inviolabilidade consuetudinária.

Foi neste contexto que a consulesa de 3ª classe Odette de Carvalho e Souza, uma das únicas mulheres servindo o ministério neste escalão, sugeriu ao chanceler M. Soares a criação de um serviço técnico dentro do Itamaraty, que se responsabilizaria especificamente pela coleta e processamento da inteligência recolhida pelas centenas de representações diplomáticas brasileiras espalhadas pelo mundo. Seu nome era SEI (Serviço de Estudos e investigações. Influenciada diretamente pelo processo político espanhol, alocada até o final de 1935 na embaixada em Madrid, católica fervorosa, Carvalho acompanhava horrorizada o processo de formação do Front Popular, uma

173 Acerca disto Setemy (2013) destaca a troca sistemática de informações entre a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e a Polícia do Distrito Federal, não apenas de informações sigilosas, mas também de informações ostensivas, como os recortes de jornais coletados pelos representantes diplomáticos em missão no exterior” (Setemy,2013)

174 Negrão (2011) relata que o a gravidade do caso levou o embaixador brasileiro em Madrid a requisitar uma guarda policial para sua embaixada poucas semanas antes das eleições: “ O Embaixador brasileiro solicitou providencias ao Ministério das Relações Exteriores, no sentido de assegurar a integridade física da Embaixada e de seus membros. Com a aproximação das eleições gerais espanholas” (ofício embaixada brasileira em Madrid para secretaria de relações exteriores, 26/01/1936, apud Negrão)

coligação potencialmente mais nociva que o partido Bolchevique na Rússia pré-1917.¹⁷⁵ Em documento de quatro páginas Odette buscava persuadir o chanceler a agir pelo Brasil contra a ameaça do comunismo.¹⁷⁶

No prefácio do memorial, datado de 28/01/1936, Odette expõe os objetivos do novo órgão, que deveria: “Tratar da obra de repressão ao comunismo”. Destaca que: “Conquanto o trabalho de investigação, pareça, à primeira vista, de competência exclusiva da polícia, pode, entretanto, o Itamaraty prestar, também sob aquelle aspecto, relevantes serviços á acção policial”. Elencando numericamente os motivos subjacentes a necessidade objetiva do estabelecimento do SEI Odette enfatiza o caráter internacional do marxismo, organizado a partir de Moscou, e que somente poderia ser combatido neste mesmo nível. Imprime preocupação com os recentes levantes em novembro, enfatizando a atuação direta da Comintern e de seus agentes estrangeiros na organização dos mesmos. Ademais relata alguns casos, ocorridos em anos recentes, nas quais o Itamaraty havia se mostrado proativo e eficiente na defesa dos interesses brasileiros contra o comunismo. Faz-se presente no decorrer dos apontamentos no memorial a noção de urgência na ação do Itamaraty. Destacamos alguns destes na íntegra:

II. Fiel ao principio da revolução mundial, o Governo da URSS procura todos os meios, legais e ilegales, para precipitar o advento da mesma. As suas manobras na politica internacional, a sua adhesão á Sociedade das Nações, e a sua intromissão na politica interna de cada país obedecem exclusivamente aquella finalidade. As nossas missões diplomaticas constituem optimos postos de observação, e poderão fornecer ao Itamaraty dados e informações preciosas sobre a acção, as taticas e as palavras de ordem lançadas por Moscou para estender ao mundo inteiro a sua obra nefasta de destruição. conhecendo, assim, a manobra do inimigo, mais facil será precavermo-nos, previnirmo-nos e combate-lo”

d) Tanto as nossas representações diplomaticas ou consulares, como as missões diplomaticas e consulados acreditados junto ao nosso Governo, são chamadas a colaborar de maneira efficaz nos processos de expulsão de indesejáveis extremistas.

1- Não podendo levar a effeito a revolução sem armas, sabemos, sobejamente, que multiplos meios empregam os maiores bolchevistas para a introdução clandestina de material bellico no país. Nem será preciso encarecer a valiosa collaboração que nesse sentido podem prestar as nossas missões diplomaticas e consulares

175 “Foi em janeiro de 1936, poucos meses após o levante comunista de 1935, que a cônsul de 3ª classe Odette de Carvalho e Souza, adida ao Gabinete do ministro de Estado das Relações Exteriores, em cumprimento às suas ordens, expediu um documento apresentando-lhe os motivos que militavam a favor da criação de uma sessão especial no Itamaraty, denominada Serviços de Estudos e Investigações (SEI)” (Setemy,2013)

176 Disponível integralmente em anexo ao presente, datilografado em máquina de escrever, nos atentaremos ao conteúdo e caráter deste documento e suas repercussões para o trabalho cotidiano no Itamaraty

II- O Itamaraty mantém constante e estreita ligação com as Instituições Internacionais incumbidas do combate ao comunismo. São preciosas as informações que as mesmas prestam ao mundo inteiro, podendo, assim, a seção especializada reunir e coordenar as mesmas, para transmitil-as as autoridades mais directamente interessadas notadamente, Policia e aos ministérios militares. O mesmo deverá fazer com as informações que recebe das nossas missões diplomaticas e consulares no estrangeiro, bem como com as que lhe são fornecidas pelas missões diplomaticas e consulares acreditadas junto ao nosso Governo”

III. Denunciou o Itamaraty, em tempo oportuno, as verdadeiras finalidades da ANL, enviando a todos os nossos Ministérios, as autoridades mais directamente sadas, ea todos os Governadores de Estado, um recorte do "Pravda" de Moscou, com a fotografia de Luís Carlos Prestes, contendo sobre o mesmo um artigo, no qual ficava evidenciado o carater comunista daquelle pretendido partido político

Percebemos que esta proposta foi bem recebida, permitindo o estabelecimento do SEI nos moldes propostos por O. Carvalho, em carácter experimental, por um ano, com vistas de funcionamento permanente mediante comprovação da eficácia do referido serviço. Ao alocar o SEI no Palácio, proposta de Carvalho, o chanceler facilmente centralizaria em si toda a inteligência a ser colhida e sistematizada pela seção. Desta forma, pouco menos de um mês antes da prisão de L.C. Prestes, e do início da campanha internacional referente a sua pessoa, o Itamaraty positivou mecanismos para a perseguição ao comunismo em escala global, concretizando um processo que já vinha se desenvolvendo nos anos anteriores de forma descentralizada e não sistematizada.

Desta forma, quando a notícia da prisão de L.C. Prestes chegou à Europa¹⁷⁷, o Itamaraty havia recentemente estabelecido o SEI¹⁷⁸, e a maioria do pessoal diplomático alocado na Espanha revelava uma postura antirrepublicana, exacerbada pelo início da gestão do governo do front popular. Ao mesmo tempo a esquerda espanhola vinha desde o final do ano anterior acompanhando o aprofundamento da campanha repressiva no Brasil, o que acirrava um sentimento anti-Varguista, pautado por um discurso que atrelava sua figura ao fascismo. Neste sentido, percebemos a construção de um contexto onde

177 No mesmo dia em que o F.M publicou sobre o assunto o “El Heraldo de Madrid”, de linha editorial republicana e antifascista, igualmente noticiou a prisão de Prestes, em notícia de capa, sob a manchete: “Es detenido en Rio de Janeiro el jefe supremo del comunismo suramericano, Luis Carlos Prestes” (El Heraldo de Madrid, 06/03/1936).

178 No ano seguinte o SEI foi criado oficialmente, com abertura de portaria do Itamaraty, ao dia 01/03/1937, assinada por M.P. Brandão, ministro interino após a saída de Soares do ministério no início do ano. O conteúdo desta, disponível integralmente em anexo ao presente, é marcadamente similar ao utilizado no memorial do Carvalho. (Souza,2009)

ambos lados advogavam posições opostas, emulando a profunda divisão política espanhola.

Assim como em outros países da Europa a campanha Prestes se desenvolveu rapidamente durante o mês de março, como destacado anteriormente. O Heraldo de Madrid, em sua edição de 21/03/1936, aconselha o envio dos documentos concernentes a campanha diretamente para a embaixada brasileira: “Las protestas, telegramas, cartas, resoluciones, etc deben dirigir-se a la embajada del Brasil em Madrid”. Em sua edição de 27/03/36 convida seus leitores a participarem de: “Un acto por la liberacion de Luis Carlos Prestes”, a ser realizado no dia seguinte, no salão teatro da casa del Pueblo de Madrid¹⁷⁹; ”Organizado por el S.R.I.[Socorro Rojo Internacional], se celebrará el 28 del actual un gran acto por la liberacion de Luis Carlos Prestes, contra el terror em Brasil y Puerto Rico y contra el imperialismo en Suramérica”.¹⁸⁰ Pouco depois sua edição de 30/03/36 anuncia a criação de um comitê local pró- liberdade de Prestes, que também englobaria a luta pela libertação do comunista alemão Ernest Thaelmann, então prisioneiro político na Alemanha, convidando seus leitores para participarem de uma reunião onde seria criado: ” un Comitê para que se gestione la lucha por libertad de los revolucionários extranjeros Prestes y Thaelmann”¹⁸¹

As atividades noticiadas pelo Heraldo denotam o rápido desenvolvimento da campanha em Madrid e em outras grandes cidades espanholas. Ciente deste desenvolvimento¹⁸² o embaixador A. Peçanha, que já manifestara preocupação com a animosidade da esquerda republicana contra sua embaixada durante a campanha eleitoral, demandou novamente ao governo republicano um esquema especial de segurança. Souza(2009) discorre acerca desta requisição, que foi atendida pelo governo republicano.¹⁸³ Outras representações brasileiras na Espanha registraram casos similares. Em abril o cônsul brasileiro em Málaga, A.C. Moreira Telles, encaminhou ofício ao

179 Os comícios culturais organizados pela campanha Prestes, que chegaram a reunir milhares de pessoas, contaram com a participação ativa de artistas do calibre de Pablo Picasso e Federico Garcia Lorca, O Heraldo menciona especificamente a participação deste último no comício do dia 28, onde recitaria poesias de sua autoria

180 El Heraldo de Madrid, 27/03/36

181 Idem, 30/03/1936

182 “Em um outro memorando, datado do dia 25 de março de 1936, o embaixador fez comentários sobre a repercussão desse mesmo assunto junto aos órgãos de imprensa espanhóis” (Negrão,2011)

183 “Receoso de que esses incidentes prejudicassem as relações diplomáticas entre os dois países, o governo espanhol atendeu as solicitações da Embaixada brasileira enviando mais de vinte seguranças[guardias de asalto] que se estabeleceram em frente ao seu edificio. Segundo informações enviadas ao Itamaraty, a situação vinha piorando a cada dia (Souza,2009)

Itamaraty tratando desta questão, onde revela-se temeroso com os acontecimentos em sua cidade, afirmando que seu consulado estivera nas últimas semanas “Permanentemente assediado pelos comunistas”, relatando que se vira forçado a requisitar ao governador da província por uma guarda armada permanente para o consulado, após ter sido alvo de outra manifestação no início do mês. (Meihy,2009)

A situação deteriorou em maio, quando a questão chegou a envolver altos setores do governo republicano. Uma carta aberta para Vargas, assinada por dezenas de parlamentares espanhóis, foi entregue por telegrama telegrafado diretamente para sua pessoa, evento divulgado pela mídia espanhola e nacional. Percebemos que este, apesar dos diversos outros eventos envolvendo a campanha Prestes na Espanha, foi um ponto particularmente aviltante para Vargas, que registrou o evento em seu diário pessoal no final de maio, onde afirma que esta questão estaria gerando incômodos frequentes.¹⁸⁴ A notícia chegou aos Estados Unidos, sendo igualmente comentada por O. Aranha em um de seus regulares despachos com Vargas. Para Aranha, a campanha na Espanha seria instigada e organizada principalmente por comunistas brasileiros exilados naquele país, que estariam, ao seu ver, se aproveitando da proteção das autoridades republicanas para vilipendiar o governo Vargas, opinião compartilhada pelo mesmo:

“Jornais publicam telegrama te foi enviado da Hespanha. Sei Octávio Brandão e Fernando Lacerda estão na Hespanha onde usufruem boa situação e escrevem diariamente infâmias e mentiras sobre a situação do Brasil. Li muitos destes artigos. Minha convicção é que lá como aqui manifestações favor Prestes e contrárias teu governo são provocadas por agentes comunistas brasileiros disfarçados ou ostensivos”.¹⁸⁵

Tais observações não encontram eco na evidência objetiva disponível na escassa literatura especializada que aborda esta temática. Os eventos na Espanha durante aquele mês atestam a intensidade das manifestações, sem mencionar comunistas brasileiros. Mesmo os ofícios emitidos pelas representações diplomáticas na Espanha falham em fazer qualquer menção neste sentido. No fim do mês a embaixada brasileira em Madrid, que já fora foco de diversos atos organizados em suas portas, foi alvo de um atentado,

184 “Foi publicado nos jornais, provocando revolta na opinião [pública], um telegrama de sessenta deputados comunistas hespanhoes, intimando-me a soltar o Prestes. Diariamente recebo de diversos países, exceto a Rússia, telegramas e cartas deste teor, parecendo haver uma campanha sistemática de descrédito do Brasil, espalhando-se a notícia de suplicias e crueldades sofridas por presos, instigadas por comunistas do Brasil que, no exterior, se encarregam dessa propaganda” (Getúlio Vargas, 26,27/05/1936)

¹⁸⁵ (Telegrama de O. Aranha para G.V, 05/1936)

tendo sua fachada alvejada por tiros de rifle e pistola, portados por manifestantes pró Prestes. Neste episódio o embaixador A. Peçanha, um homem idoso, foi ferido por estilhaços de vidro de uma janela(Souza,2009).¹⁸⁶ Em ofício enviado ao Itamaraty, datado de 17/05/1936, onde relata manifestações similares, o cônsul brasileiro em Valência, Ildefonso Navarro Leão, imprime um tom crítico e pessimista com relação a conjuntura daquele momento, afirmando que: “A Espanha está entregue à anarchia e aqui já impera o extremismo demolidor”.¹⁸⁷

O conteúdo dos informes remetidos ao Itamaraty moldou a opinião governamental, que, como vimos, já via com maus olhos o projeto republicano há alguns anos. O SEI provisório compilava grande volume de informação remetida pelas representações espanholas. Meihy (2009) destaca a pró-atividade destas na coleta de inteligência ostensiva: “Juntamente com recortes de jornais só da Espanha, existem no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) mais de 1200 documentos sobre a campanha pró-liberdade do ‘camarada Prestes’. No final de junho o chanceler M. Soares mencionou a Espanha e a França como países onde o comunismo estaria particularmente ativo, merecendo atenção por parte dos países sul-americanos.¹⁸⁸ Desta forma percebemos que, após um início positivo promissor, as relações hispano-brasileiras no período anterior ao golpe militar espanhol de julho de 1936 passarão por uma deterioração no nível político, nas quais os projetos de poder de cada parte passara a se distanciar ideologicamente, gerando consequências diretas para a atuação do Itamaraty na Espanha. As ligações mecânicas traçadas entre o republicanismo espanhol e o comunismo soviético exacerbaram o sentimento antirrepublicano dentro do pessoal diplomático brasileiro, alcançando o embaixador e grande parte dos cônsules, e moldando a opinião governamental brasileira, sendo esposada pelo chanceler Macedo, por O. Aranha e Vargas.¹⁸⁹

186 O Sr. Peçanha tornou-se um dos alvos favoritos dos comunistas de Madrid, vindo a ser hostilizado fisicamente outras vezes nos meses seguintes

¹⁸⁷ APUD Meihy 2011

¹⁸⁸ “A situação social no mundo inteiro tende a agravar-se continuamente, contribuindo para tal, em grande parte, a iníqua propaganda comunista internacional. Eloqüente é o exemplo da França e da Espanha, confirmando, igualmente, esta asserção os recentes acontecimentos do continente latino-americano com os movimentos comunistas verificados no Peru, Bolívia, Chile, Venezuela, Uruguai e Brasil” Memorial – Convênio Internacional sul-americano de Polícia. Rio de Janeiro, 22/06/1936. AHIRJ, 110.1, lata 816, maço: 11.603(APUD Camargo 2016)

¹⁸⁹ Exploraremos mais adiante como a postura antirrepublicana já prevalente nos altos escalões do Itamaraty, do governo e das forças armadas moldou as ações brasileiras no contexto da guerra civil.

2.2- A diplomacia brasileira no contexto da conflagração espanhola (07/1936-09/1936)

O envolvimento brasileiro na guerra civil espanhola se iniciou ainda durante os primeiros dias do conflito, mesmo antes da divisão definitiva entre as duas zonas conflagradas. Recentemente envolvido nos discursos da esquerda organizada durante a campanha Prestes, elogiado pela direita espanhola por sua postura enérgica contra o comunismo, o Brasil, nominalmente democrático após as eleições de 1934, era um dos países mais simbolicamente relevantes para ambos lados do conflito mesmo antes de seu início. A postura simpática ou hostil ao governo Vargas e sua sistemática perseguição ao comunismo em particular e as dissidências em geral foi fundamental para a definição do rumo que tomaria a diplomacia brasileira naquele cenário. Emulando a situação geral do país uma semana após o golpe, as representações brasileiras na Espanha se quedaram isoladas entre si, absorvidas pelo território republicano ou pelo nacionalista. Conquanto credenciados para representar o Brasil junto ao Estado Espanhol, entidade constitucionalmente indivisível, os funcionários de diversos consulados rapidamente se encontraram em duas zonas administrativas distintas, gerando uma série de problemáticas estruturais, legais e políticas.

A primeira representação brasileira a se ver diretamente envolvida na trama da guerra civil foi o pequeno consulado brasileiro em Las Palmas, capital das Ilhas canárias, província ultramarina espanhola central para o sucesso do golpe.¹⁹⁰ Ao dia 24/07, poucos

190 Localizada a centenas de quilômetros de distância do resto do continente as Ilhas Canárias eram a guarnição para onde o governo do front popular desterrou o general Francisco Franco, líder mais carismático do grupo de oficiais que conspiravam contra a república durante o primeiro semestre de 1936. Em uma operação cinematográfica o jornalista espanhol Luis Bollin organizou na Inglaterra a contratação de um avião particular para buscar o general e leva-lo para o Marrocos, centro inicial do golpe militar. Com o auxílio de um aristocrata inglês, contratou duas acompanhantes, que posariam como sua esposa e cunhada, afim de acobertar do piloto inglês o objetivo real daquela viagem de turismo encenada para as Ilhas

dias depois da saída de Franco, o cônsul brasileiro, Álvaro Magalhães relatou ao Itamaraty que o consulado fora invadido e depredado por militares golpistas, que estariam supostamente procurando comunistas armados dentro do prédio. Afirma que o porteiro, português, foi detido em sua frente nas premissas do consulado, o que, naquele contexto, significaria que este fora sumariamente fuzilado. Relata ademais que as comunicações com a península foram cortadas, ato típico de golpes militares, atrasando o despacho de tal informação, remetida ao ministério na forma de telegrama reservado urgente dias depois do ocorrido. O relato eloquente de Magalhães, que afirma ter sido ignorado pelas autoridades militares envolvidas no golpe, denota a crença por parte dos oficiais amotinados locais de que o consulado brasileiro seria, a priori, local onde poderiam ser encontrados comunistas, o que justificaria sua ação truculenta e ilegítima, baseada em acusações infundadas de que o consulado estaria apoiando uma resistência armada contra o golpe: ¹⁹¹

“As forças miliares do exército, revoltadas, tendo dominado esta região, atacaram o edifício do Consulado com cerrado tiroteio, penetrando na Chancellaria a procura de comunistas armados hostilizados pelas mesmas. Protestei energica, mas prudentemente, contra a violação dos princípios de Direito Internacional, procurei a autoridade militar que se recusou a dar garantias, declarando a necessidade absoluta de reprimir, com violência, a agressão partida do edifício do Consulado. Presenciei a captura de João Siqueira, comunista, português expatriado, marido da porteira e autorizado, pelo meu predecessor, a residir na Chancellaria. As comunicações com a Embaixada em Madrid estão interrompidas” ¹⁹²

Enquanto o Cônsul relatava a invasão do consulado, fato diplomático gravíssimo¹⁹³, ignorado pelos oficiais amotinados em Las Palmas, capital do arquipélago,

Canárias. Tal operação foi um sucesso, transladando o general Franco no dia 19 de julho. O piloto inglês, por outro lado, tornou-se um dos primeiros estrangeiros aprisionados pelas forças nacionalistas durante o conflito, tendo seu avião confiscado para serviço na nova força aérea nacionalista (Howson,1999; Thomas,1965)

191 Conquanto constituísse um dos princípios fundamentais nas relações diplomáticas por séculos a inviolabilidade das representações diplomáticas foi positivada internacionalmente somente em 1963, com a adoção da convenção de Viena, e, sendo assim, este conceito existia somente no direito consuetudinário europeu, com previsões e garantias legais presentes somente no continente americano, cujas iniciativas continentais neste sentido vinham desde o final do século XIX. Esta questão fundamental foi, do ponto de vista internacional, um dos pontos contenciosos mais importantes durante toda a guerra. (Padelford,1939) Texto convenção de Viena disponível in: https://docentes.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/FPC_MA_16049.pdf

¹⁹² Telegrama do Consulado em Las Palmas à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. 24/07/1936. AIH APUD, Camargo 2016

¹⁹³ Apesar do episódio narrado pelo cônsul brasileiro em Las Palmas, que envolvera a invasão truculenta da sede por parte de militares amotinados naquela localidade, prevaleceu a opinião transmitida pelo embaixador em Madrid, em seu telegrama “A revolução na Hespanha” de 25/07, que ressalta que a derrota do golpe, ou revolução, em Madrid e outras grandes cidades do país gerara uma situação caótica e nociva aos interesses brasileiros naquele país, conquanto responsabilize tal quadro ao governo republicano, que,

a embaixada brasileira em Madrid, que vinha desde o final de 1935 sendo alvo de manifestações e pequenos atentados por parte da esquerda madrilenha, passou a oferecer refúgio para dezenas de espanhóis, partidários do golpe, derrotado em Madrid com a tomada popular do quartel de la Montaña entre 21 e 22/07. Industriais, religiosos, oficiais direitistas eram a maioria entre aqueles que buscaram a embaixada com intenção de requisitar asilo diplomático urgente:

“Cuando en 1936 estalla la Guerra Civil, la representación diplomática brasileña en Madrid, bajo la dirección del embajador Alcebiades Peçanha, se ve desbordada por pedidos de asilo y refugio de ciudadanos temerosos de represalias en la vorágine del caos en el que el país se vio sumido. La Embajada de Brasil se convirtió en objeto de atentados, boicots y bloqueos de milicianos que intentaban evitar que “desertores y elementos fascistas” alcanzasen el refugio diplomático. Desde el Itamaraty, se intentó hacer prevalecer el principio de la inviolabilidad diplomática y el de las personas asiladas en la sede de la Embajada de Brasil, lo que melló las ya de por sí deterioradas relaciones bilaterales, al entender el Gobierno republicano que la sede diplomática se había convertido en un refugio de facciosos”¹⁹⁴

Ao dia 24/07/1936, em seu telegrama urgente “Revolução na Hespanha”, o embaixador A. Peçanha informa o Itamaraty sobre a situação, se mostrando disposto a conceder asilo para quaisquer indivíduos que procurassem a embaixada naquele sentido. A ocorrência de milhares de execuções sumárias durante as primeiras semanas do conflito, perpetrados majoritariamente, embora não exclusivamente, pelas forças nacionalistas, colocou sob risco de vida dezenas de milhares de indivíduos, estrangeiros e espanhóis, que estavam passíveis de detenção e execução sumária. A execução de centenas de membros da igreja na zona republicana escandalizou a opinião pública mundial, especialmente entre católicos praticantes.¹⁹⁵ Neste sentido, existia em Madrid e em outras grandes cidades espanholas um clima de terror entre as classes dominantes, ciosas do exemplo recente da guerra civil russa onde parte significativa da aristocracia russa fora liquidada. Os relatos noticiados pela mídia internacional de execuções em

na realidade, era o lado na defensiva e coberto pelo direito internacional. Sem menções posteriores, o consulado de Las Palmas, uma das primeiras, dentre poucas, missões diplomáticas violadas durante a guerra civil espanhola. Continua até os dias de hoje em funcionamento: <http://www.embaixadas.net/Consulado/18211/Brasil-em-Las-Palmas-de-Gran-Canaria>

194(Pino,2006) N.J. Padelford elenca a questão do asilo diplomático como uma das mais contenciosas do ponto de vista internacional durante a fase inicial do conflito.

195 Chegando as dezenas de milhares nos primeiros dois meses da guerra as execuções sumárias diminuíram brutalmente a partir do final de 1936, com a institucionalização da justiça militar em ambas zonas. Thomas (1965), Jackson (1962) e outros estimam em mais de 50 mil o número de execuções sumárias durante o conflito

massa na zona nacionalista retroalimentavam as execuções e detenções na zona republicana.¹⁹⁶

A Manchete de capa da edição do Folha da Manhã de 21/07/1936 noticia que: “O movimento armado na Hespanha alastra-se por todo o paiz”, tendo as notícias da Espanha destaque na maior parte da primeira página. Esta é a primeira menção direta do conflito neste periódico, que passou a totalidade deste cobrindo com assiduidade seu desenvolvimento. Podemos perceber que a partir do final do mês as notícias vindas da Espanha ocupavam a totalidade da capa, sempre trazendo manchetes com letras garrafais e negritadas. Faz-se perceptível que este periódico, assim como a grande maioria dos meios de comunicação impressos correntes no Brasil naquele momento, adotou uma postura editorial que privilegiava a narrativa do lado nacionalista, inicialmente denominados como rebeldes ou revoltosos. Os republicanos são denominados Legaes ou legalistas, embora sejam descritos em diversos momentos como comunistas, imiscuindo assim a heterogênea composição política dentro do território republicano.

Foi neste contexto que Soares D’Azevedo, jornalista carioca ultraconservador, foi pego de surpresa pelo golpe militar enquanto de passagem pela Espanha. Suas memórias, publicadas sob o título “Espanha em Sangue: O que vi e sofri”¹⁹⁷, constituem o único relato ocular brasileiro externo ao Itamaraty acerca das primeiras semanas do conflito.¹⁹⁸ Em viagem pela Europa, após ser representante brasileiro no congresso mundial da imprensa católica, organizado pelo Vaticano, Azevedo, após um período na França, chegou a Espanha ao dia 18 de julho, primeiro dia do golpe na península. O relato de Azevedo se destaca por uma defesa ostensiva do golpe, a partir de um ponto de vista ultracatólico. A literatura disponível destaca que, em diversos momentos, alguns de seus relatos beiram a fantasia, com diálogos fabricados e dados distorcidos.¹⁹⁹ Sendo o autor do único relato ocular brasileiro dos acontecimentos na Espanha entre o final de julho e

196 Neste sentido a edição de 24/07/1936 do F.M noticia em manchete de primeira página: “FUZILAMENTOS DE ELEMENTOS ESQUERDISTAS EM SEVILHA “, discorrendo sobre as centenas de mortes naquela cidade

197 “Soares d’Azevedo publicou Espanha em sangue ainda em 1936, no Rio de Janeiro, pouco tempo depois de haver abandonado Espanha pelo porto de Barcelona em um navio da armada italiana” (Corbacho,2008)

198 “Afora do corpo diplomático, Soares considera-se o único brasileiro em Madri e sente-se na obrigação de, como jornalista do Correio da Manhã, se informar para poder remeter ao Rio de Janeiro notícias sobre o que acontece” (Idem)

199“A narração de Soares d’Azevedo, apesar da veracidade e da objetividade que o autor assevera ter pretendido manter, manca de verossimilhança desde o início” (Ibidem)

agosto de 1936 permanece como fonte de uso cauteloso, embora ofereça dados relevantes, verificáveis através de fontes contemporâneas ou posteriores ao conflito, que, disponíveis contemporaneamente, trazem legitimidade a parte significativa dos relatos de Azevedo anteriormente tidos como duvidosos ou fabricados.

Sendo o único cidadão brasileiro a asilar-se legalmente na embaixada brasileira, Azevedo relata que ao dia 21/07 o embaixador A. Peçanha foi alvo de um atentado, em episódio envolvendo quatro milicianos republicanos que tentaram lhe alvejar com tiros de rifle e pistola, acertando a sacada do prédio e a janela do gabinete do embaixador. Relata diálogo com o mesmo, onde articula este atentado a outros incidentes similares nos meses anteriores durante a campanha Prestes. Ficou asilado na embaixada durante algumas semanas, nas quais percorreu as ruas de Madrid e visitou o front da Serra de Guadarrama:

“ O senhor está em casa, se bem não mais seguro que no hotel. Lembre-se de que esta embaixada tem sido particularmente visada nestes últimos tempos pelos comunistas, por causa da questão Prestes. Sua mãe e sua irmã andaram por aqui e chegaram a convulsionar a Espanha toda. O povo ficou conhecendo o Brasil como um dos acérrimos inimigos do comunismo. A embaixada foi tiroteada e eu quase morto. É bem possível que nos venham agora alguns dissabores de represália “²⁰⁰

Enquanto D’Azevedo anotava suas observações sobre Madrid e o golpe, no Rio de Janeiro as notícias vindas da Espanha eram acompanhadas de perto pelos altos escalões do governo federal. No final de julho G. Vargas decretou o início dos trabalhos da Comissão de Estudos de Defesa Nacional, ato que pode ter sido influenciado diretamente pela conflagração na Espanha, tendo em vista o dilatado período entre a criação deste órgão e seu estabelecimento funcional.²⁰¹ Ao dia 01/08/1936 o F.M noticiou a primeira tomada oficial de posição por parte do Itamaraty, que declarou a continuidade das relações com o governo republicano, reconhecendo sua existência como entidade única

200 APUD Soares d’Azevedo, 1936. A edição de 24/07/1936 do F.M noticia a realização de uma reunião do corpo diplomático remanescente em Madrid, onde estaria presente o embaixador A. Peçanha, cujo assunto era a segurança física das representações diplomáticas na cidade: “O corpo diplomático, acreditado em Madrid, reuniu-se hoje as 13.00 na sede da embaixada do Chile, sob a presidência do embaixador daquele país, sendo organizada uma comissão de diplomatas, composta dos srs. secretários da embaixada Navarro, do Mexico, e Helfant, addido da legação rumena, e sob a presidência do embaixador do Chile, para discutir sobre as medidas de segurança e fiscalização das sedes das representações diplomáticas estrangeiras. Essa comissão hoje mesmo deverá entender-se com o governo”

201 “Dois anos depois de ter sido criada a Comissão de Estudos da Defesa Nacional recebeu regulamentação, através do Decreto n. 991, de 27 de julho de 1936, e deu início o exercício de suas funções (Setemy,2013)

representante do Estado Espanhol: “O Itamaraty não reconhecerá a Junta Militar de Burgos, na Hespanha, em virtude de existir em Madrid um governo legal que não interrompeu as relações diplomáticas com o nosso paiz”. Na mesma edição é relatada a intervenção italiana, narrando o episódio dos bombardeiros SM88 que pousaram forçadamente no Marrocos Francês.²⁰²

Apesar do conhecimento mundial da intervenção italiana poucos dias depois o FM publicou pela primeira vez notícias concernindo a iniciativa francesa pelo estabelecimento do pacto de não intervenção, tema que ocupou durante os dias seguintes a primeira página do jornal: “A França pleitea a não intervenção da Italia e da Inglaterra no conflicto hespanhol. O embaixador De Bruin visitou o ministro do Exterior da Italia”.²⁰³ No dia seguinte noticiou a aceitação do plano pela Grã-Bretanha:

“A INTERVENÇÃO DE PAIZES ESTRANGEIROS NO MOVIMENTO REVOLUCIONARIO DA HESPANHA: A Inglaterra acceita em princípio a proposta franceza, no sentido de ser celebrar um compromisso de neutralidade. Aguardam-se as propostas da Italia, e as do Reich, que approvaria o accordo se a Russia adoptasse a mesma attitude”²⁰⁴

No dia 06/08 noticiou o avanço das negociações, conquanto persistissem os indícios de intervenção em favor dos nacionalistas: “Proseguem as negociações para assegurar a neutralidade dos paizes estrangeiros Enquanto isso, chegam a Tetuan[Marrocos Espanhol] mais doze aviões italianos e alemães”. O F.M acompanhou o desenvolvimento do sistema de não intervenção durante as semanas seguintes, noticiando as adesões progressivas na Europa e o estabelecimento do Comitê permanente em Londres. Enquanto se desenvolviam as negociações para a implementação do pacto de Não-intervenção na Europa, noticiadas diariamente pelo FM e outros periódicos, Vargas registra pela primeira vez em seu diário a crise diplomática gerada pelo início da guerra. Em entrada do dia 10/08/1936 afirma que o chanceler M. Soares indicava desejo de intervir imediatamente a favor dos nacionalistas, indicando que tal questão vinha sendo estudada e ponderada pelo mesmo nos dias anteriores, apontando sua pretensão de reconhecer o estado de beligerância e, no longo prazo, estender o reconhecimento brasileiro a junta militar nacionalista em Burgos, indicando uma rápida mudança de

202 “A Itália estaria enviando aviões aos rebeldes hespanhóes: A QUEDA DE DOIS APPARELHOS CONDUZIDOS PORAVIADORES ITALIANOS, NA FRONTEIRA HISPANO-FRANCEZA, DA ORIGEM A SUPOSIÇÃO’ (Folha da manhã, 01/08/1936)

203 Folha da Manhã, 03/08/1936

204 Folha da manhã, 05/08/1936

opinião dentro do ministério, que afirmara publicamente no dia 01 que não pretendia agir diretamente:

“O ministro do Exterior procura-me com um pesado cartapácio de informações sobre a Espanha, propondo uma manifestação do Brasil no sentido de definir-se a favor dos rebeldes, ou pelo reconhecimento da beligerância destes, ou por outro ato qualquer que tenha por objetivo uma quebra de neutralidade”²⁰⁵

Poucos dias depois Vargas novamente registra em seu diário encontro com M. Soares, que se mostrava um “sujeito insistente” em sua ambição de envolver a máquina do Itamaraty no conflito espanhol, chegando a apresentar o esboço de um decreto pretendendo declarar a neutralidade brasileira. Vargas expõe opinião contrária, temendo as consequências diplomáticas de uma ação desta natureza, conquanto tivesse ampla simpatia pessoal pelos nacionalistas:

“Fui hoje novamente importunado pelo ministro do exterior, que procurou-me em meu gabinete com um calhamaço de documentos sobre a questão hespanhola debaixo do braço. Sorri e disse-lhe que examinaria os documentos ao fim do expediente. Insistiu, apresentando-me o esboço de um decreto, pela declaração de neutralidade do Brasil na Guerra Civil da Espanha. Novamente recusei-me em concordar com tal atitude. É uma questão de política interna da Espanha que só cabe a esta intervir, não nos competindo opinar no assunto sobre o qual ninguém nos consultou. Sujeito insistente”²⁰⁶

A insistência pessoal do chanceler alarmou Vargas, que, como fazia regularmente quando confrontado com problemáticas oriundas do sistema internacional, consultou Aranha em Washington. No mesmo dia em que registrou o ocorrido Vargas enviou telegrama confidencial urgente para O. Aranha, inquirindo-lhe especificamente sobre a postura do governo Roosevelt perante o conflito: “Peço informações [caráter reservado] se governo americano pretende fazer declarar neutralidade a guerra civil espanhola conforme jornais aqui noticiam”.²⁰⁷ Ao fazê-lo Vargas demonstrava cautela frente ao assunto, que já dominava a mídia nacional e internacional nos últimos dias, diferindo de

²⁰⁵ Vargas, 10/08/1936

²⁰⁶ Idem, 13/08/1936

²⁰⁷ Telegrama de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro. GVC1936.08.13 (Vol. XXIII/50). CPDOC/FGV. Neste sentido, a mídia nacional publicara durante os dias anteriores notícias que apontavam para a adoção de uma política de neutralidade por parte do governo Roosevelt, como noticiara o FM em sua edição de 05/08/1936: “Os Estados Unidos não reconheceriam o governo revolucionario de Burgos WASHINGTON, 3 CO. Porta-vozes governamentais dizem que ignorariam qualquer pedido de reconhecimento, encaminhado pelos rebeldes hespanhoes. Indicaram tambem que as relações de amizade com o regime estabelecido e em plena vigencia impedem qualquer outro modo de agir, nesse particular” (Folha da manhã, 05/08/1936)

Soares, entusiasta da intervenção junto aos nacionalistas desde o início.²⁰⁸ Alguns dias depois Vargas envia carta para Aranha, onde detalha a insistência de M. Soares:

“O Macedo Ja fez duas investidas Junto a mim, com uma pasta pesada de informes e varias citações historicas, além do trabalho nos jomais, para que o Brasil declare sua neutralidade perante os acontecimentos ibéricos. Tenho resistido, porém, e dai o meu telegrama, sobre a possivel atitude do Governo Americano”²⁰⁹

Durante este intervalo, enquanto Vargas buscava mais informações de Aranha, o governo Roosevelt definiu posição de neutralidade frente ao conflito espanhol, seguindo na prática o esquema europeu de não intervenção, embora sem participar do mesmo oficialmente. Em 07/08/1936 o secretário de Estado, Cordell Hull, emitiu um comunicado oficial anunciando que seu governo: “Would scrupulously refrain from any interference whatsoever in the unfortunate Spanish situation”. Este primeiro informe oficial foi procedido pela declaração de um: “embargo moral ao envio de armamentos a ambos os lados do conflito espanhol”, este criado pelo presidente F. D. Roosevelt, no dia 14/08, durante a campanha eleitoral de 1936.²¹⁰ No início de janeiro de 1937 o congresso decretou oficialmente a proibição de envio de matérias bélicos, aeronaves e voluntários militares para quaisquer das zonas conflagradas na Espanha:

“Prohibition of the exportation of arms and munitions to both parties, in a manner parallel to that adopted by the European Powers composing the Non-intervention system; discouragement of the enlistment and departure of volunteers, also in a manner paralleling that of the continental states”²¹¹

Paralelamente a estes desenvolvimentos as representações brasileiras na Espanha passaram a emitir comunicados ao Itamaraty onde narravam crescentes dificuldades em sua atuação, especialmente na zona republicana. Em ofício enviado ao Itamaraty, de

208 Esta postura é marcadamente similar aos apontamentos de Vargas acerca da crise diplomática desencadeada pela invasão da Abissínia no ano anterior, onde afirmara para Aranha, em carta do dia 16/10/1935: “No tocante à guerra ítalo-ethiope e suas complicações eventuais, a atitude do governo brasileiro é mostrar-se alheio ao conflito, procurando o mais possível agir de acordo com os Estados Unidos”

209 Carta G.V para O. Aranha, 17/08/1936. CPDOC/FGV

210“Although the United States was never formally invited to join the Non-intervention system, the Department of State officially announced on August 1936, that this Government was following "A policy of non-interference in the internal affairs of foreign countries." (Padelford,1939)

211 (Padelford,1939) Apesar destes embargos grandes empresas estadunidenses, notadamente Ford Motors e TEXACO, interviram a favor dos nacionalistas desde o início do conflito, oferecendo caminhões e petróleo a preço de custo e com concessão de crédito em termos generosos. Thomas (1965) destaca a postura pró-nazista do presidente da Texaco, um dos mais influentes empresários naquele país a se declarar abertamente em favor do regime Hitlerista

14/08/1936, o cônsul brasileiro em Almería dispõe que nesta localidade: “reina completa anarquia”, relatando temer por sua vida, tendo sofrido ameaças de morte por parte dos “comunistas”.²¹² Garantias foram concedidas pelas autoridades republicanas locais nas semanas seguintes, possibilitando que o consulado permanecesse em funcionamento, conquanto o cônsul continuasse alvo de animosidade popular local, de forma similar ao que ocorria com embaixador A. Peçanha em Madrid. Diferindo de grande parte das representações diplomáticas europeias, onde embaixadores e diplomatas mais graduados fugiram em massa para a França, as representações brasileiras, seguindo o padrão de outras nações latino-americanas, permaneceram em funcionamento com seus funcionários regulares, apesar de casos de fechamentos temporários forçados.²¹³

A embaixada brasileira em Madrid permaneceu aberta, abrigando mais de 40 asilados espanhóis, situação que forçou o embaixador a alugar o prédio adjacente à sede da embaixada afim de abrigar este volume de moradores permanentes. Corbacho (2008) destaca que um dos principais motivos que compeliu o embaixador A. Peçanha, alvo conhecido da esquerda madrilenha, a permanecer na embaixada, era a sua massiva coleção pessoal de arte e objetos históricos. O relato de S. D’Azevedo (1936) descreve uma coleção digna de qualquer grande museu europeu, com pinturas, estátuas, objetos medievais e vários outros itens de interesse artístico e histórico. Mesmo após a evacuação do governo republicano para Valência no final de 1936 a embaixada brasileira permaneceu em funcionamento, emitindo ofícios regularmente e mantendo o Itamaraty e o governo informados acerca do andamento do conflito e suas consequências para os interesses brasileiros.

Já em Barcelona, a situação do consulado brasileiro se tornou insustentável. Em meados de agosto, o cônsul brasileiro fechou temporariamente a sede e evacuou o pessoal para Marselha.²¹⁴ S. D’Azevedo, após ser evacuado pela marinha italiana em Valência no meio de agosto, afirma ter aproveitado a passagem da embarcação onde se encontrava por Barcelona para procurar o consulado, relatando ter encontrado o vice-cônsul brasileiro em Barcelona prestes a abandonar o prédio, após o cônsul já ter evacuado o mesmo:

²¹² Apud Meihy, 2009

²¹³ “Most embassies remained open in control of charges d'affaires, through whom negotiations were conducted”. (Padelford, 1939)

²¹⁴ “Na capital catalã, a organização das massas em torno do ideal de revolução e a formação de comissões espontâneas, assustavam a opinião pública internacional e o corpo diplomático estabelecido naquela cidade” (Souza, 2010)

“ Lá[Barcelona] foi ao encontro do vice-cônsul do Brasil, Alfredo dos Santos Couceiro, a quem encontrou apavorado e prestes a abandonar a cidade. Esse vice-cônsul fez-lhe a seguinte justificativa da sua partida e resume-lhe a situação em que se encontra a cidade:

– Tenho autorização do governo para deixar Barcelona. O Daltro[cônsul] foi para Marselha. Eu tomo o último vapor que me resta, “Principessa Giovanna”, que deve zarpar hoje para Gênova. Tranquei o consulado e levo comigo arquivo e código. (.....) Deseja alguma coisa? Entenda-se com o consulado português, a quem ficam desde agora confiados os interesses do Brasil” ²¹⁵

As informações recebidas pelo Itamaraty apontavam para a deterioração nas relações com o governo republicano, que vinham se estremecendo desde o início do ano. Enquanto aderiam ao esquema de não-intervenção a totalidade dos países europeus, o Brasil, alheio a este esquema assim como o resto do continente americano, estaria prestes a ser atingido internamente pelos desenvolvimentos na Espanha. Outras nações latino-americanas, especialmente Argentina e México, estariam sofrendo diretamente as consequências do conflito espanhol. Tais apontamentos se fazem presentes na carta em que O. Aranha respondia aos questionamentos de Vargas sobre o assunto espanhol, datada de 26/08/1936. Sem mencionar o esquema de não intervenção europeu Aranha expõe uma análise pessimista sobre os rumos da guerra. Aranha implicitamente apoia a causa nacionalista, pintando um cenário desproporcionalmente pessimista para o governo republicano, classificando suas possibilidades como: ‘cousa pouco provável’. Demonstra preocupação com os efeitos do conflito na América Latina, além de confirmar a política de neutralidade do governo Roosevelt frente a questão. Diverge da posição de M. Soares no sentido de envolver diretamente o Brasil na questão, apoiando a opinião do governo estadunidense, que deveria, para ele, nortear as ações brasileiras, afim de neutralizar os efeitos da guerra espanhola na América Latina, e por conseguinte evitar que estes chegassem ao Brasil:

“A situação europeia é cada vez peor, A victoria dos rebeldes trara ainda mais complicacoes na Europa do que a lucta actual, e a dos communistas repercussoes imprevisiveis na vida dos nossos vizinhos Indo-hespanhoes. O Mexico, que está sendo indianizado e bolshevizado pelo proprio governo despachou hontem um navio com armas e munições para o governo hespanhol! As consequencias deste acto serão graves. Se vencerem os rebeldes,

215 (APUD Corbacho,2008) Este relato é consubstanciado por um ofício do consulado em Barcelona para o Itamaraty, datado de 22/08/1936, onde o cônsul relata ao ministério a evacuação do consulado e de seu pessoal, afirmando ter tomado providências para garantir a integridade material da sede, que seria reaberta em 1937 após o arrefecimento da revolução social catalã a partir do final de 1936. A comunicação do cônsul, emitida após a evacuação para Marselha, indica que o fechamento da sede teria se dado alguns dias antes, em data coincidente a que Azevedo estaria na cidade. Ofício (reservado) do cônsul em Barcelona para José Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores do Brasil Marselha Carlos de 22 ago. (APUD SOUZA 2009)

naturalmente, tratarão de favorecer as direitas mexicanas. Se, ao contrário, cousa pouco provavel – vencerem as esquerdas hespanholas, a ofensiva comunista e a bolshevização dos paizes indo-hespanhóis é uma ameaça a temer. Tenho razões pra crer que já, agora, essas republicas estão soffrendo graves repercussões da lueta na Hespanha em sua vida interna e que a própria Argentina está sentindo esses efeitos”²¹⁶

Em seus apontamentos Aranha se mostrava bem informado relativamente ao que se passava nestes países. O governo mexicano foi o único na América Latina abertamente solidário com a república espanhola. Embora tivesse recursos bastante limitados ofereceu seu apoio incondicional desde as primeiras semanas do conflito, oferecendo-se para atuar como comprador em diversos negócios forjados de compras de armamentos, cujo real destinatário era a república, autorizando o uso de suas instalações diplomáticas no exterior para benefício dos republicanos, enviando grandes quantidades de alimentos, medicamentos, além de um carregamento de 20 mil rifles Mauser 7.92mm, acompanhados por 20 milhões de cartuchos, dentre outras formas de auxílio direto ou indireto. Tal postura alarmava Aranha, que via de Washington o governo do general Lazáro Cardenas operando a ‘Indianização e bolchevização’ em seu país. Algumas semanas depois, durante a assembleia geral da Liga das Nações, o representante mexicano foi o único a criticar abertamente a omissão do órgão perante o conflito e sua aceitação do pacto de não intervenção, o que monopolizava no cenário europeu todas ações oficiais no contexto do conflito espanhol.²¹⁷

No outro extremo o governo argentino, simpático aos nacionalistas, adotou postura antagonica ao governo republicano desde o início do conflito. A embaixada argentina em Madrid, de forma similar ao que se passava na embaixada brasileira, recebeu desde as primeiras semanas do conflito dezenas de asilados políticos, perseguidos diretamente ou presumivelmente pelo governo republicano após a derrota do golpe. Adotando a postura de defensora dos interesses dos asilados políticos de todas representações latino-americanas. Padelford (1939) relata que o governo argentino percebia tal questão com grande senso de urgência, tendo sido o único país no continente a ter envolvido suas

216 Carta O. Aranha para G.V, 26/08/1936, Arquivo pessoal G.V, CPDOC/FGV

217 “No resolution was passed by the Assembly, and mention was made of the Spanish affair by only four other delegates. Messieurs Delbos of France, Litvinoff of Russia, and Monteiro of Portugal all defended the Non-intervention Accord as essential to the preservation of European peace, while the Mexican delegate attacked it on the grounds of violating customary international law (Padelford, 1939)

forças armadas no contexto, sendo bem-sucedido em suas gestões após um recuo estratégico do governo republicano:

“Early in August 1936 the Argentine Government demanded that Madrid recognize the right of political asylum, and provide a safeconduct for Spanish refugees desiring to go to France. When the government at Madrid refused both demands, the largest warship of the Argentine Republic was dispatched to Spain. Thereupon the Spaniards capitulated momentarily, agreeing to provide an armed guard and a guarantee of safety to the French frontier for a given group of those sheltered in the Argentine embassy”²¹⁸

As observações de Aranha sobre o continente americano são tendenciosas em favor dos nacionalistas, enfatizando a postura pró-republicana do governo mexicano como ato ‘bolchevizante’, enquanto exibe preocupação com a Argentina, que na realidade chegara ao ponto de empreender o envio de uma esquadra afim de defender seus interesses subjetivos na zona republicana. O ponto central nos apontamentos de Aranha reside no fato de, conquanto ideologicamente simpático aos nacionalistas, percebia a necessidade de cautela por parte do Itamaraty, entendendo que envolver o Brasil diretamente na contenda espanhola, como vinham fazendo México e Argentina, seria um ato nocivo para os interesses nacionais, expondo desnecessariamente o governo Vargas perante a opinião pública mundial e regional, e cujos resultados seriam desfrutados somente na zona Nacionalista espanhola. Portanto, podemos perceber que desde as primeiras semanas do conflito O. Aranha adotou uma postura pragmática de apoio velado aos nacionalistas em nível pessoal, sabendo separar suas teses daquelas que acreditava ser melhores para o Brasil. Tal posição, que influenciou diretamente as tomadas de ações de G.V., divergia da posição do chanceler M. Soares, que, como vimos, vinha sendo ‘um sujeito insistente’ em suas iniciativas pró-nacionalistas, pretendendo envolver o Brasil o mais rápido possível no conflito e em favor dos nacionalistas.

Ao final de agosto a diferença entre estas posições era explícita, aprofundando a inimizade entre O. Aranha e M. Soares, que compelia o primeiro a se corresponder diretamente com G.V, influenciando diretamente sua postura junto ao governo Roosevelt, sua gestão na embaixada em Washington e quaisquer outros temas de relevância que surgissem. Novamente, assim como no caso da crise ítalo-etíope do ano anterior, as posições divergentes entre Aranha e Soares moldavam a política externa brasileira. Coincidentemente, ao mesmo dia 26/08/1936 em que Aranha enviara carta de várias

²¹⁸ Padelford, 1939

páginas para Vargas, onde discorrera sobre o cenário internacional deteriorante naquele ano, o Itamaraty emitiu a circular telegráfica número 1098, endereçada para todas representações brasileiras na América, divergindo do padrão usual de circulares anteriores, que visavam a totalidade das representações brasileiras no estrangeiro.

A referida circular do Itamaraty tratava de uma proposta aventada pelo governo uruguaio do general Gabriel Terra, que visava um esforço pan-americano no sentido de uma mediação entre as duas partes conflagradas na Espanha. Conquanto lamentavelmente indisponível em extenso no presente a proposta uruguaia, respondida pelo Itamaraty e estendida a todos governos latino-americanos, era uma iniciativa distinta daquela proposta pelos franceses no início de agosto, com intenções mais benévolas para com o governo republicano e se mantendo em consonância com as regras vigentes do direito internacional público. Havendo sido respondida no dia 26/08 aventamos que a mesma tenha sido oferecida pela diplomacia uruguaia durante aquele mês, provavelmente depois do início das negociações multilaterais europeias pelo sistema de não-intervenção. Atentemos ao seu conteúdo:

AHI 119/05/06

“Revolução na Espanha. Sugestão do Uruguai”.

Às missões diplomáticas brasileiras na América

Circular telegráfica

N. 1.098

Ministério das Relações Exteriores,

Rio de Janeiro.

Respondendo à sugestão do governo uruguaio para a mediação dos países americanos na guerra civil espanhola, dissemos que o governo brasileiro aprecia os nobres e generosos intuits que a inspiraram, mas não a apóia, pelos seguintes motivos:

1º) não-desejo de se intrometer em lutas intestinas de outros países;

2º) impropriedade da mediação antes do reconhecimento da beligerância;

3º) probabilidade de malogro da tentativa, em face da situação européia.

Acrescentamos, entretanto, que, se todos os governos americanos aceitarem a iniciativa, o governo brasileiro, por amor à solidariedade pan-americana, não fará exceção à unanimidade.

Nossas observações até o momento apontam para a falácia implícita no primeiro ponto exposto na circular. Ao contrário do que reivindica, M. Soares vinha durante as últimas semanas agindo unilateralmente junto a Vargas, exatamente no sentido de ‘se intrometer’ no conflito em favor dos nacionalistas. Evidentemente distantes da capital federal, alocados em suas respectivas missões, os funcionários do ministério recipientes desta circular desconheciam as reais intenções pessoais de M. Soares, que já esboçara

documentos em nome no ministério em sentido oposto ao afirmado. O segundo ponto versa sobre uma das questões mais contenciosas no contexto internacional da guerra civil espanhola, qual seja, o reconhecimento, ou não, do Estado de beligerância no conflito civil. A ausência absoluta de estatutos positivados que regessem questões relativas a guerras civis, estes existentes somente para tipificar casos envolvendo conflitos interestatais. Apoiados somente em normas consuetudinárias esparsas sobre o tema, os Estados europeus, constituintes legais do sistema de não-intervenção, não foram capazes de solucionar positivamente esta questão.

Estados amigáveis aos nacionalistas defendiam o reconhecimento imediato do Estado de beligerância, o que daria a zona nacionalista direitos virtualmente iguais aqueles gozados por um Estado conflagrado em embate interestatal. Destacassem entre estes Alemanha, Itália e Portugal, Estados que de toda forma já intervinham no conflito desde o início. Aqueles amigáveis ao governo republicano espanhol, ou no mínimo neutros, advogavam o não reconhecimento do Estado de beligerância, entendendo que este criaria situação desigual, colocando as duas zonas conflagradas em pé de igualdade do ponto de vista jurídico. Uma terceira opinião apontava para um Estado de Facto de beligerância, minimizando a importância de um reconhecimento de Jure de tal cenário. Neste sentido, percebemos que o Itamaraty não reconhecia o Estado de beligerância, explicitando tal posição em documento oficial, positivando assim sua posição de forma explícita. Por outro lado, este não reconhecimento é atrelado a um impedimento de mediação no conflito, o que contrariava regras consuetudinárias no direito pan-americano, que já reconhecia anteriormente a possibilidade legal de mediações em conflitos civis envolvendo atores não-estatais, caso usual em conflitos civis.

O jurista estadunidense N. J. Padelford desenvolve extensivamente a temática do Estado de beligerância em sua obra, oferecendo ponto de vista singular acerca deste e sua relação com as normas vigentes de direito internacional público à época do conflito. Para Padelford a beligerância não foi reconhecida durante o conflito, prevalecendo o entendimento de que haveria um estado de beligerância 'De Facto', o que, por outro lado, gerava um vácuo legal nas ações do sistema europeu de não-intervenção, e por conseguinte quaisquer ações estatais que envolvessem diretamente o conflito, omitindo-se a legalidade e legitimidade gozada pelo governo republicano perante a virtual totalidade dos Estados soberanos do globo:

“While foreign states may recognize belligerency implicitly, such a procedure is not normal and acts setting up the implication must be such as to leave no doubt as to the effect intended” (Padelford, 1939)

“The fact of insurgency was generally admitted, but the recognition of belligerency was withheld by foreign states” (idem)

“While recognition is the legal attestation of an established condition of existing facts, the decision as to whether it is to be accorded, and the method by which it is accomplished, are political questions decided by the political branch of each interested government, and intimately associated with national policy” (ibidem)

O terceiro ponto da circular oferecia margem para interpretações benévolas por trás das intenções do ministério. Apesar de expor ponto de vista abertamente pessimista frente ao prospecto do conflito do lado republicano, apontando para a ‘probabilidade do malogro da iniciativa’, a circular coloca tal responsabilidade sob o sistema de não-intervenção europeu, sendo esta a primeira menção oficial ao assunto por parte do governo federal. Ademais, sua conclusão, apontando para o desejo de cooperar com o plano em caso de unanimidade no apoio ao mesmo, encobre a intenção real da alta cúpula do Itamaraty em reconhecer o Estado de beligerância em favor dos nacionalistas, preocupação exposta por Vargas e Aranha nas semanas anteriores. Consciente das atitudes de outros governos do continente, em sua maioria amistosos aos nacionalistas, M. Soares poderia negar tendenciosidade nesta questão, ao colocar sob os outros Estados Americanos a responsabilidade de aceitar a proposta uruguaia antes de o fazê-lo, podendo assim rejeitá-lo em termos respeitáveis e de difícil questionamento interno ou externo.

Ao encaminhar esta circular para as representações no continente americano, o Itamaraty instruía seus funcionários a continuar seguindo a mesma política, reivindicando neutralidade e afastamento do conflito espanhol, enquanto mascarava as reais intenções do chanceler M. Soares e outros membros do alto escalão do governo Vargas, incluindo o mesmo, que compactuavam ideologicamente com o golpe militar espanhol, e já tinham opinião negativa formada acerca do governo republicano, esta exacerbada sobremaneira após o início do conflito, com a guinada a esquerda em um governo já tido como comunista e extremista. Exploraremos a seguir como as ações do governo Vargas em território nacional consubstanciavam esta postura veladamente pró-nacionalista, mascarada pelo discurso formal e amistoso imprimido pelo Itamaraty.

2.3- O período inicial nas relações com as duas zonas espanholas: A formação da representação bipartite do Estado Espanhol no Brasil

Enquanto acompanhava de perto os desdobramentos internacionais no contexto da eclosão do conflito espanhol, noticiando diariamente os acontecimentos na Espanha e no resto da Europa, a mídia nacional conferiu especial interesse com relação as implicações destes eventos para o Brasil, em um momento onde duas correntes distintas de pensamento dentro do governo disputavam a direção da política externa brasileira. O desenvolvimento do sistema europeu de Não-Intervenção manteve o Brasil afastado do conflito do ponto de vista legal, de forma similar ao que ocorrera no ano anterior, quando da adoção de sanções pela Liga das Nações contra a Itália em represália a agressão unilateral deste país contra outro país membro. De um lado estavam os preponentes do aprofundamento da aproximação com Alemanha e Itália, especialmente em face do brutal incremento nos fluxos comerciais com o primeiro após a implementação do plano Schaacht. Popular dentro das forças armadas e entre setores conservadores da burocracia estatal, particularmente no sul do país, este ponto de vista tinha no chanceler Macedo Soares seu interlocutor mais influente. O campo americanista, representado por Osvaldo Aranha, defendia uma continuidade nas boas relações com os Estados Unidos, representando interesses das classes agrárias do sudeste, burguesia comercial e outros setores urbanos. (Moura,1980) ²¹⁹

Estas concepções, no final de julho de 1936, estavam em plena disputa dentro do Itamaraty, gerando conflitos e divergências internas, especialmente entre Soares e Aranha, como visto em episódios anteriores. ambos grupos tenderam a adotar posições

219 “A divisão confere um grau de liberdade razoável ao governo Vargas para mover-se ora em direção a novas vantagens econômicas oferecidas pela Alemanha, ora às exigências de competição leal feitas pelos Estados Unidos” (Moura,1980)

divergentes com relação a guerra civil espanhola.²²⁰ As notícias reproduzidas no durante o final de julho e início de agosto, produzidas majoritariamente por agências de notícias estrangeiras, possibilitavam ao público nacional um acompanhamento cotidiano dos acontecimentos espanhóis, conquanto o fizesse de forma crescentemente tendenciosa, reservando mais atenção aos assuntos ligados ao lado nacionalista, enquanto abordava de forma sensacionalista os aspectos negativos na zona republicana.²²¹ Tendo em vista a turbulência pelo qual passou o pessoal diplomático alocado na Espanha durante as primeiras semanas do conflito, que afetava suas capacidades administrativas e comunicativas, as notícias em veículos de massa, tal como o FM, eram uma fonte imprescindível para o Itamaraty e outros altos escalões do governo federal, provendo informações vitais para nortear a postura brasileira perante o rápido acirramento do conflito e suas complicações no cenário europeu, que poderiam envolver o continente americano, e por conseguinte o Brasil.

Foi neste contexto que no dia 29/07 o FM noticiou a formação da Junta militar nacionalista. Estabelecida ao dia 24/07 na cidade de Burgos, norte da Espanha, a ‘Junta de Defesa Nacional’ passou a ocupar um papel administrativo sob o território controlado pelos nacionalistas após a derrota do golpe nas regiões mais estratégicas, ocupando um papel paraestatal que afrontava o governo republicano estabelecido e universalmente reconhecido. A criação de ministérios, justiça militar e outras instituições desta natureza aprofundaram o caráter de um Estado paralelo dentro do território espanhol. Inicialmente era composta por um colegiado de sete generais, presidida pelo general Cabanellas, decano do grupo de oficiais do exército que vinham se organizando contra o governo republicano durante os meses precedentes:²²²

“CONSTITUIDO EM BURGOS O GOVERNO REVOLUCIONARIO: O general Franco comunicou ao ministro portuguez em Tanger[Marrocos] a

220 “A situação internacional agravou-se a partir de 1936(guerra civil espanhola) renunciando crises e conflito generalizado” (Moura,1980).

221 “Durante la Guerra Civil, la prensa internacional perdió buena parte de su su puesta imparcialidad ante los hechos, siendo contadas las publicaciones que no acabaron posicionándose a favor de uno de los contendientes. En el caso brasileño, la coyuntura política interna facilitó la divulgación de imágenes y relatos favorables al bando nacional” (Gimenéz,2003)

222 Nomeado comandante em chefe das forças nacionalistas pela Junta o general Francisco Franco, progressivamente concentrou poderes em torno de si, se valendo especialmente do apoio de Hitler e Mussolini, ambos pessoalmente afeitos ao general desde os primeiros dias do conflito. Os grupos políticos civis majoritários por trás do golpe, notadamente os monarquistas Alfonsistas, carlistas e a Falange, progressivamente se unificaram no esforço de guerra, não obstante disputas internas constantes, ocupando cargos políticos na estrutura civil-militar criada no bojo da Junta, culminando na criação do partido único na zona nacionalista no início de 1937, fenômeno que abordaremos mais adiante. (Thomas,1965)

constituição do "Comité" de Governo de Burgos, sob a presidência do general Cabanellas”²²³

Uma vez estabelecida a Junta de Burgos os setores pró-nacionalistas passaram a apoiar diretamente esta instituição, que passara a reivindicar a legitimidade de sua representação do Estado Espanhol. Conquanto mantivesse sua personalidade internacional intacta o governo republicano, e seus representantes no estrangeiro, passaram a sofrer com a hostilidade ativa de governos pró-nacionalistas em todo mundo, incluindo o brasileiro, agravando uma situação já delicada em face da progressiva perda de território republicano frente aos avanços nacionalistas entre agosto e outubro de 1936. Tal situação, observável na assiduidade pró-nacionalistas do chanceler M. Soares junto a Vargas durante o mês de agosto, gerou diversas contendas e imbróglios com o governo republicano, envolvendo diretamente importantes instituições estatais, tanto no nível federal quanto nas províncias.

Desta forma, o tema da guerra civil espanhola figura em debates na câmara dos deputados já em 28/07, dez dias após o início, como noticiado pelo F.M em sua edição de 29/07. Nesta edição é descrita a intervenção do deputado Adalberto Côrrea, notório anticomunista, que defendia a denegação do exequatur para o novo embaixador republicano, Theodomiro Aguilar, recém-chegado ao Rio de Janeiro: “UM PROTESTO NA CAMARA FEDERAL CONTRA O RECONHECIMENTO DO NOVO EMBAXADOR HESPANHOL: O deputado Adalberto Correa critica o acto do Itamaraty aceitando as credenciaes do Sr. Theodomiro”. Esta notícia descreve a retórica antirrepublicana do deputado, que abordara o assunto espanhol conquanto não fosse este a ordem do dia na casa: “Correa, com a palavra pela ordem, protestou contra a apresentação de credenciaes ao governo brasileiro do novo embaixador de Hespanha. Declarou que: "A estas horas o Sr. Aguillar estaria apresentando credenciaes da Hespanha soviética".²²⁴ Nos dias seguintes este deputado continuou abordando esta questão sempre que se utilizava da palavra, postura noticiada pelo F.M:

“AS RELAÇÕES DIPLOMATICAS ENTRE O BRASIL E A HESPANHA CONTINUAM EM FOCO NA CAMARA: O CASO DO EMBAXADOR DA ESPANHA: Com a palavra, pela ordem, falou o Sr. Adalberto Correa, que protestou contra a permanência do embaixador da Hespanha, sr. Theodomiro

223 Folha da Manhã, 29/07/1936. Todas as referências a este órgão se farão doravante pelo termo “Junta de Burgos”, em oposição ao termo junta nacionalista, ou junta, utilizado para designar esta entidade no Brasil, não obstante o fato de que, em 1937, parte da Junta se transferiu para Salamanca na Andalúzia.

224 Idem

Aguilar. Referiu-se a demissão de alguns membros da embaixada hespanhola, applaudindo tal gesto. Disse que a permanência do sr. Aguilar constituía uma ofensa a Constituição Brasileira“²²⁵

Em sua descrição dos fatos o FM relata que o ponto central levantado por Correa era a concessão do exequatur²²⁶ ao embaixador T Aguilar, ato de ofício do Itamaraty confirmado no dia 31/07, apesar de sua intervenção anterior, onde, ao seu ver, denunciara a chegada de Aguilar e alertara sobre seus riscos aos seus pares, buscando sensibilizar o Itamaraty e outros setores do alto escalão. Por outro lado, esta posição, conquanto representativa da opinião majoritária na casa, que pendia firmemente para a oposição ao governo republicano, notadamente sob bases anticomunistas, católicas ou corporativistas, não era universal, sendo combatida pelo deputado Horácio Lafer, nome eminente da minoria na casa, e um dos poucos pró-republicanos. Intervindo após a fala de Correa, Lafer focou-se nos aspectos diplomáticos e jurídicos por trás daquele caso, oferecendo um ponto de vista técnico e sóbrio, pautado em suas observações acerca da estrita juridicidade no ato de aceitação das credenciais apresentadas por T. Aguilar ao Itamaraty:

“O sr. Horácio Later falou a seguir, esclarecendo que seu Aparte não tora bem compreendido. Disse que o Brasil, reconhecendo, como reconheceu e recebendo credenciaes do embaixador de Hespanha, praticara um acto internacional legitimo, porque mantemos relações com o governo de Hespanha, não nos cabendo averiguar o conteúdo político das formas de governo dos povos com quem temos relações. Acrescentou que no momento actual o governo de Madrid era o reconhecido por nós”²²⁷

O debate acalorado foi encerrado pelo presidente da casa, cuja intervenção contemplava a posição de Lafer: “O presidente chamou depois a atenção dos oradores lembrando que a Câmara não devia estar se envolvendo em assumptos internos de paizes com quem mantemos relações de amizade e commercio”.²²⁸ Percebemos assim a existência de dois pontos de vista distintos, representados por Correa e Lafer. O primeiro, majoritário, defendia o reconhecimento brasileiro do estado de beligerância, advogando ações governamentais no sentido de legitimar diplomaticamente a Junta militar de Burgos, visando a consolidação da zona nacionalista no nível internacional. O segundo

²²⁵ Idem, 02/08/1936

²²⁶ A concessão ou denegação do Exequatur constitui etapa fundamental para o reconhecimento da representação de um Estado perante outro, sendo ato de ofício que envolve a aceitação, ou não, do individuo indicado pelo Estado terceiro. O dicionário Michaelis de língua portuguesa define tal ato como sendo: “ Autorização do chefe do Estado para que, no seu território, possa um representante estrangeiro exercer as funções de seu cargo” In: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=exequatur>

²²⁷ Folha da Manhã,02/08/1936)

²²⁸ Idem

se focava na manutenção da legalidade, do ponto de vista do direito internacional, tendo em vista que o governo republicano, apesar de conflagrado internamente, permanecia como representante legítimo do Estado Espanhol. Em face da intervenção do presidente da câmara o segundo ponto prevaleceu, ao menos durante os primeiros dias de agosto, período crucial nas quais, como vimos, as gestões diplomáticas franco-britânicas levaram ao desenvolvimento do sistema de não-intervenção, que excluía o continente americano.

Os discursos incisivos em desfavor do governo republicano refletiam a percepção negativa por parte de grande parte dos setores governamentais e nas classes altas com relação ao governo republicano, remetendo diretamente ao caráter progressivamente negativo dos informes enviados pelas representações brasileiras na Espanha durante o primeiro semestre de 1936, especialmente após o envio do telegrama “Revolução na Hespanha” pelo embaixador A. Peçanha em 24/07. Desta forma o novo embaixador republicano chegava ao Rio de Janeiro no final de julho, em um contexto adverso para sua atuação, tendo sido designado para seu novo posto poucos dias antes da eclosão do conflito civil, deixando a Espanha às pressas com a missão urgente de substituir o antigo embaixador, indivíduo percebido como abertamente antirrepublicano e não confiável aos olhos do governo. Chegou ao Rio de Janeiro entre os dias 28 e 30 de julho.²²⁹

Ao discutir a chegada de Aguilar poucos dias após o fato a câmara dos deputados indicava profundo interesse nas questões envolvendo a Espanha, especialmente por parte de setores ultraconservadores favoráveis aos nacionalistas. Não obstante a animosidade gerada por sua chegada, o novo embaixador lançou-se rapidamente em sua missão de garantir a continuidade do reconhecimento brasileiro ao governo republicano e evitar que este tomasse ações diplomáticas diretas em favor dos nacionalistas, especialmente o reconhecimento do Estado de beligerância ou o reconhecimento de Jure da junta nacionalista de Burgos, risco iminente durante as primeiras semanas. Preocupado com o vencimento do acordo provisório de comércio bilateral, assinado em 1931 pouco após o reconhecimento brasileiro do primeiro governo republicano, com prazo de cinco anos, o MRE espanhol enviara Aguilar com o esboço de um novo tratado, permanente, que regularizaria tal situação e reforçaria a posição do governo republicano. Ao mesmo tempo existia a pretensão de manter o andamento regular nas relações bilaterais, não obstante o

229 Folha da Manhã, 01/08/1936, P.01

conflito civil. Camargo (2016) dispõe acerca deste documento, relatado em carta enviada pelo embaixador Aguilar ao chanceler M. Soares:

“Agradeço profundamente à Vossa Excelência a amável notificação que há tido o bem de me fazer, significando que o meu Governo está animado pelo melhor desejo para poder chegar o quanto antes a um Acordo Comercial com o Brasil que regularize definitivamente o intercâmbio entre os nossos dois países e que desta forma espero que para a data de 10 do atual possa ficar ultimado o Acordo provisório que se negocia”²³⁰

A linguagem amistosa e formal deste ofício indica que, em um primeiro momento, T Aguilar foi bem recebido pelo chanceler M. Soares, implícita na ‘amável notificação’ que enviara para Aguilar, não obstante suas posições em favor do golpe nacionalista. Percebemos assim que, embora fosse pessoalmente desfavorável ao governo republicano, Soares era um legalista, divergindo de seu amigo pessoal A. Correa, cuja posição antirrepublicana carecia de argumentos jurídicos capazes de compelir o governo a adotar as medidas por ele defendidas em um primeiro momento. O ativismo antirrepublicano de Soares se aprofundou a partir da segunda semana de agosto, quando se fez claro que o desenvolvimento do Sistema de Não Intervenção se restringiria aos países europeus, criando uma situação jurídica atípica, nas quais o Estado de Beligerância não fora reconhecido, apesar das inúmeras medidas oficiais apontando para o contrário, problema explorado particularmente pelo supracitado jurista N.J. Padelford.

Desta forma, as gestões pessoais de Soares junto a Vargas, descritas por este em seu diário e comentadas com Aranha por correspondência, visavam a criação de um novo fato jurídico, na qual teria abordado Vargas com um esboço de documento oficial, além de compilar documentação concernente ao tema, buscando estabelecer uma jurisprudência observável naquele caso específico, visitando situações históricas similares referentes a golpes, guerras civis e revoluções. Neste sentido percebemos uma posição pragmática por parte de Soares, que, ao se recusar a atentar contra a legalidade estabelecida, buscava criar uma nova legalidade que se enquadrasse com suas posições ideológicas e concepções para a direção da Política Externa Brasileira naquele momento. Este cenário foi crucial para a definição da posição brasileira no período subsequente ao início do conflito, pautando diretamente as relações diplomáticas com o governo republicano espanhol, seus representantes em território nacional, afetando também os

230 Carta do embaixador espanhol Teodomiro de Aguilar ao Ministro José Carlos de Macedo Soares. Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1936. AHI. (APUD Camargo 2016)

indivíduos e instituições nacionais ideologicamente identificados com a causa republicana e contrários aos objetivos reacionários que norteavam o golpe militar.

Não tardaram a surgir ações deliberadamente desfavoráveis ao governo republicano, contanto que estas respeitassem a legalidade. Embora a proposta de extensão do tratado até o dia 10 de agosto tenha sido aprovada, em benefício do embaixador Aguilar, que acreditava estar ganhando tempo para finalizar as tratativas referentes ao acordo bilateral pretendido, os céleres desenvolvimentos na Europa, relativos ao aprofundamento do conflito e ao início das negociações envolvendo o esquema de Não-intervenção, modificaram esta posição. Ao expirar a data proposta, o chanceler M. Soares propôs uma nova prorrogação do acordo de 1931, desta vez até o dia 15/09, frustrando o plano republicano de garantir o mais rápido possível a solução desta questão em seu favor. Ao voltar atrás em sua decisão anterior de apreciar o tratado permanente após a expiração do prazo proposto por T. Aguilar o chanceler M. Soares novamente incorria em ações que denotavam sua apreciação pessoal explícita por um dos lados do conflito, em desfavor do governo republicano, representante legítimo e legal do Estado espanhol:

“Ao se expirar o novo prazo de 15/09/1936 o chanceler provisório M. Pimentel Brandão novamente reviu decisão prévia do ministério: “Mais uma prorrogação foi feita até o dia 15 de setembro. No entanto, no mesmo dia, o ministro brasileiro em exercício, Mario de Pimentel Brandão, propôs a manutenção, sem prazo de validade, mas com a adição de uma cláusula de denúncia, ou seja, do seu cancelamento, que deveria ser feito com uma antecedência de 30 dias”²³¹

A chegada do embaixador T. Aguilar foi central para o fortalecimento do serviço diplomático republicano no Brasil, que, durante as semanas seguintes ao golpe, sofreu enormemente com a deserção em massa do pessoal diplomático no país, de forma similar ao que ocorria no resto do mundo.²³² Por outro lado, sua chegada não foi capaz de oferecer instrumentos que evitassem a formação de um serviço diplomático paralelo ao seu, constituído por espanhóis antirrepublicanos. Observaremos adiante como alguns dos desertores do serviço diplomático republicano estabeleceram uma representação oficiosa

231 (Camargo,2016). A assinatura de um acordo permanente se deu somente após o final do conflito, permanecendo esta situação durante os anos seguintes

232 Camargo(2016) aponta para uma deserção em massa do pessoal diplomático durante os primeiros meses do conflito, processo que debilitou seriamente as capacidades diplomáticas do governo republicano em um período crucial, nas quais as negociações acerca do Pacto de Não-Intervenção consolidaram um sistema multilateral que excluía completamente o governo republicano dos debates: “O rápido apoio aos rebelados, que levou a uma adesão de 84,5% da totalidade dos membros do Ministerio de Asuntos Exteriores, provocou um rompimento dos trabalhos em Madri e a paralisação no serviço exterior” (Camargo,2016)

da Junta de Burgos em território nacional, sendo capazes de se fazer presentes em várias cidades estratégicas além da capital federal, um contexto descrito por Souza (2010) como ‘bicefalia diplomática’:

“Em muitas cidades brasileiras, as representações oficiais da República espanhola passaram a conviver com representações oficiosas, que se dirigiam ao Itamaraty como representantes do governo nacionalista. A aceitação e a passividade do governo brasileiro diante dessa bicefalia diplomática se constituíram em uma amostra do duplo jogo de Vargas com relação aos acontecimentos na Espanha”²³³

Assim como em outros eventos envolvendo as semanas iniciais do conflito espanhol o FM passou a acompanhar de perto este contexto. Em sua edição de 01/08, apenas um dia após a concessão do Exequatur ao embaixador T. Aguilar, o FM noticiou a adesão do antigo embaixador, José de Carcer y Lassance, ao golpe e sua intenção de se utilizar da estrutura existente do serviço diplomático no sentido de representar a Junta militar de Burgos.²³⁴ Nesta mesma edição foram noticiadas renúncias similares nas embaixadas espanholas em Chile, Portugal, Paraguai e Peru:

“O Sr. José de Carcer y Lassance vinha exercendo entre nós as funções de encarregado de Negócios da Hespanha, Quando, em face dos acontecimentos que se vêm desenrolando no seu paiz, resolveu demittir-se do cargo de que se achava investido, esperando, entretanto, para isso que o novo embaixador entregasse ao governo do Brasil as suas credenciaes, o que hontem se deu, assumindo a chefia da missão diplomática daquelle paiz o sr. Theodomiro de Aguilar. Agora, porém, ao que se anuncia, o sr. José de Carcer acaba de receber da parte dos revolucionários o convite para representar no Brasil os interesses hespanhóes, tendo acceito o encargo”²³⁵

O vácuo gerado pela deserção em massa no serviço diplomático foi um fator essencial para o progressivo estabelecimento de um serviço diplomático paralelo, constituído por desertores deste e por indivíduos de origem espanhola militantes da causa nacionalista, em sua maioria bem estabelecidos e influentes dentro das comunidades imigrantes.²³⁶ Confrontado em diversas frentes, fragilizado pela dinâmica interna instável

²³³ Souza,2010

²³⁴ Esta era uma das demissões “aplaudidas” pelo deputado A. Corrêa, que via neste movimento um importante pretexto para o rompimento de relações com o governo republicano, afirmando que: “Não podemos manter relações com o governo de Madrid, porque em Burgos, se encontra organizado um governo que o Brasil deve reconhecer” (Folha da Manhã, 02/08/1936)

²³⁵ Idem,01/08/1936

²³⁶ “A maioria dos consulados eram honorários, com funcionários externos à carreira diplomática, portanto, não nomeados pelo governo espanhol. Nesses casos os cargos eram ocupados por pessoas da comunidade espanhola, influentes por sua posição social. Os diplomatas de carreira, nomeados para chefiar os postos mais significativos também optaram, em sua grande maioria, por apoiar o movimento nacionalista espanhol” (Souza,2010)

que dominou a zona republicana durante os primeiros meses do conflito, o governo republicano pouco podia fazer para evitar que esta representação paralela disputasse com a representação legítima e reconhecida previamente existente, situação que prejudicaria sobremaneira os esforços republicanos no sentido de manter boas relações com o governo brasileiro, apesar da prevalência de concepções antirrepublicanas dentro do governo, situação agravada após o início do conflito:²³⁷

“ La Cámara Española de Comercio de São Paulo se puso a disposición del Gobierno de Burgos y en sus oficinas se constituyó la primera Junta Nacionalista del Estado. Poco a poco fueron surgiendo otros grupos y comisiones que aglutinaron a anti-republicanos y monárquicos, con aquellos que se identificaban con la “cruzada” de Franco o simplemente con las ideas nazi fascistas”²³⁸

Pouco se conhecia acerca desta situação jurídica peculiar até a publicação ao ano passado da tese doutoral de Fernando Camargo, que trouxe uma grande quantidade de dados inéditos referentes a este e outros assuntos correlatos. Explorando documentação disponível nos arquivos do Itamaraty, do MRE espanhol e de outras instituições este autor aponta para uma atuação assídua dos nacionalistas em território nacional. Estes enviaram emissários para Burgos no início de agosto, afim de reportar diretamente a Junta militar. Destacasse inicialmente a figura do oficial Julián Chácel que reivindicava estar no Rio à pretexto de turismo quando do golpe militar, sendo o primeiro representante nacionalista a estabelecer correspondência direta com o general Cabanellas, decano da junta militar. Em carta datada de 12/08/1936 este indivíduo descreve uma conjuntura positiva para os interesses nacionalistas, destacando o apoio officioso por parte do governo. Demonstra especial interesse pela possibilidade do reconhecimento do Estado de Beligerância, deixando implícito que havia contatado alguma autoridade governamental brasileira sobre o assunto. Aventamos a possibilidade de que este já houvesse dialogado com o próprio chanceler M. Soares, destacando que esta data coincide com o período em que Vargas percebera o entusiasmo repentino de Soares pelo assunto, nas quais relatara aos dias 10/08 e 13/08 visitas deste ao seu gabinete, previamente exploradas no presente, nas quais descrevera-o como “sujeito insistente” em suas gestões:²³⁹

237 En la vertiente diplomática, en cambio, la balanza benefició a los nacionalistas. Es verdad que no lograron un rápido reconocimiento diplomático, pero sí una amplia tolerancia para sus representantes officiosos” (Gimenéz,2003)

²³⁸ idem

239 Alijados do acesso físico a este documento nos limitaremos apenas a destacar que esta hipótese permanece em aberto, tendo em vista o desenvolvimento posterior dos fatos, que apontaria neste sentido.

“A opinião pública é mais que favorável a nosso lado. O governo brasileiro também vê a causa com simpatia (...) A beligerância teria que ser pedida por circular de maneira simultânea a todos os governos amigos; naturalmente que cabe a um governo concedê-la, já o sei de forma direta, mas resultaria em posição de franca hostilidade desde esse momento o governo que agora é só de Madrid e antes era de Espanha. A concessão sairia imediata, como já telegrafei a V.E., pois o Brasil está claramente ao lado da causa”²⁴⁰

O otimismo com relação a questão do Estado de Beligerância, em um primeiro momento, se provou excessivo, tendo em vista que Vargas decidiu seguir as observações dispostas por O. Aranha, que, como vimos, tinham conteúdo antirrepublicano mais moderado e menos incisivo em favor dos nacionalistas, seguindo a política adotada pelos Estados Unidos, que adotara uma política de não intervenção similar aos países europeus, conquanto sem bases jurídicas, atitude implícita na declaração do ‘embargo moral’ pelo presidente F.D. Roosevelt ao dia 14/08/1936. Apesar disto, os nacionalistas tinham ao final de agosto uma grande penetração em território nacional:

“Espanha vem sustentando no Brasil uma Embaixada (1 Chefe, 2 Secretários; 1 Canciller107), um Consulado Geral em São Paulo (1 Cônsul Geral, o Vice-Cônsul de carreira e o Oficial de Chancelaria) e os consulados de carreira de Rio, Santos, Porto Alegre, Bahia e Pernambuco (1 Cônsul efetivo em cada consulado e 1 oficial de chancelaria). E mais de 40 Vice-Cônsules honorários”²⁴¹

Neste contexto houve a célere formação de um serviço diplomático paralelo, formado por desertores do serviço diplomático republicano e indivíduos pró-nacionalistas residentes em território nacional, que passou a disputar com os setores que permaneceram fiéis ao governo republicano a representação oficial do Estado espanhol que, para efeitos jurídicos, permanecia uma entidade indissolúvel e unitária. Com o aprofundamento do conflito em território espanhol, ambos lados buscaram no exterior todo e qualquer apoio no sentido de fortalecer suas respectivas posições. Neste sentido, o estabelecimento oficial da Junta Nacionalista no Brasil, ao início de setembro, representou um novo momento nas relações entre Brasil e Espanha, que, a partir deste momento, perdem seu

A possibilidade de Chacel ter fabricado tal informação, afim de se afirmar perante a Junta de Burgos como um indivíduo eficiente e imprescindível para a causa nacionalista, tampouco pode ser descartada, em vista do caráter obscuro de algumas das ações iniciais empreendidas pelos nacionalistas no Brasil.

240 “De Julián Chacel ao General Presidente da Junta de Defesa Nacional (General Miguel Cabanellas) em Burgos. n. 3. 12/08/1936. AMAE, R/1001(3)” APUD Camargo 2016

241 Número 09”. De Julián Chacel ao General Presidente da Junta de Defesa Nacional (General Miguel Cabanellas) em Burgos. 31/08/1936. AMAE, R/1001(3). (APUD Camargo,2016)

caráter bilateral usual, adquirindo um novo caráter triangular, que permeou estas relações e definiu as posições oficiais brasileiras durante todo o resto do conflito:

“Em 9 de setembro houve a criação formal de jure da Junta Oficial Nacionalista en el Brasil, embora já estivesse em ação desde meados de agosto (...) Além da criação da Junta, com sede no Rio de Janeiro, também foi determinada a criação de delegados em todos os Estados brasileiros. No caso específico do Estado de São Paulo, foram nomeados como delegados locais Miguel Cordomi (Vice-Cônsul em São Paulo), Fernando Navarro (Cônsul em Santos) e José Ozores, que era Presidente da Câmara de Comércio de São Paulo”²⁴²

Paralelamente aos desenvolvimentos em território nacional, os acontecimentos europeus modificaram profundamente a situação existente durante as primeiras semanas do conflito, especialmente em face do estabelecimento formal do Comitê de Não-Intervenção, durante as primeiras semanas de setembro, afastou o temor por um conflito europeu generalizado, posição disposta por O. Aranha em seu telegrama de 01/08/1936. Os temores expostos em sua correspondência de 26/08, onde se mostrara alarmado com as repercussões do conflito na América Latina, também se minimizaram. Seu telegrama de 15/09/1936 traz uma posição mais otimista, que percebe possíveis oportunidades para o Brasil. Conquanto permanecesse avesso ao reconhecimento do Estado de Beligerância ou da Junta de Burgos, Aranha acreditava que a deterioração da posição republicana no cenário internacional poderia beneficiar a política externa brasileira: “Trata de favorecer a nossa possibilidade uma vez que não nos é dado evitar- de tirar resultado dessa guerra”

243

Ao mesmo dia em Aranha remetia de Washington novas visões sobre o conflito espanhol, o chanceler M. Soares participava da “ I Conferência internacional sul-americana de polícias”, aproveitando aquele fórum para abordar a temática da guerra civil, assunto fora da pauta ordinária, buscando estabelecer uma ligação direta entre aquele evento e o trabalho regional de segurança pública, se valendo do argumento do anticomunismo afim de traçar elementos de contato entre estes dois temas.²⁴⁴A

242 (Camargo,2016) “A Junta Oficial assumiu o trabalho de ampliar, coordenar e disciplinar todo o movimento no Brasil pro-Junta de Defesa Nacional de Burgos controlando todas as atividades que se relacionem com o movimento libertador da Espanha neste país” Carta de Luis Viñals y Fons (Rio de Janeiro) ao General Presidente da Junta de Defesa Nacional (Miguel Cabanellas) em Burgos. 30/09/1936. AGA (APUD Camargo 2016)

243 Telegrama O. Aranha para G.V, dia 15/09/1936, Arquivo pessoal G.V, CPDOC/FGV

244 “Em uma Conferência Internacional Sul-americana de Polícias, no dia 15 de setembro daquele ano. Segundo Macedo Soares, os “gravíssimos acontecimentos” que se desenrolavam na Espanha tiveram “dolorosa repercussão” pelo resto do mundo e suscitaram na consciência dos povos sul-americanos a

aproximação entre as posições de Aranha e Soares foi particularmente prejudicial para o governo republicano, cuja representação diplomática no Brasil já enfrentava diversos obstáculos internos e externos. Ao mesmo tempo, as entidades pró-nacionalistas, percebendo cenário favorável para sua ação, aprofundaram o escopo de suas atividades, que, durante os meses seguintes, passaram por uma diversificação e sofisticação. Nos atentaremos a estes desenvolvimentos mais adiante.

3.1- A trajetória das relações com a Espanha Nacionalista

Durante o segundo semestre de 1936, percebemos que houve uma intensa ação do chanceler M. Soares e outros setores dentro do governo, especialmente o deputado ultraconservador A. Côrrea, no sentido de envolver o Brasil diretamente no conflito espanhol, inicialmente com a defesa do reconhecimento de Jure da Junta de Burgos e do Estado de Beligerância, e, posteriormente, frente ao malogro destas gestões, com a organização de importantes ações materiais em favor das forças nacionalistas. O otimismo exagerado em favor da causa nacionalista, consubstanciado pelos avanços rápidos na direção de Madrid e as sucessivas derrotas e retiradas republicanas, criara a percepção de que o conflito se encerraria ainda durante o ano de 1936, importante fator para compreendermos o senso de urgência por trás dos envios de açúcar e café ainda durante o mês de agosto, partindo do entendimento de que tais envios, naquele momento, poderiam ser cruciais para suprir o avanço final dos nacionalistas rumo a capital.

“convicção da necessidade de um entendimento entre eles para uma seção conjunta de combate ao comunismo” (Camargo,2016)

A sofisticação das entidades criadas pela Junta de Burgos, que progressivamente se tornou um Estado de Facto, influenciaram movimento similar nas dezenas de representações oficiosas que foram estabelecidas por todo mundo com o intuito de representação diplomática paralela ao governo republicano legítimo. No Brasil esta situação se observou com a criação da Comissão Nacionalista no RJ em setembro de 1936, entidade que se ocuparia de aspectos cotidianos referentes ao apoio logístico e político para a causa nacionalista, enquanto a Junta Nacionalista detinha exclusivamente a função de representação diplomática, agindo em contato direto com a Junta de Burgos:

“Para a “Junta Oficial” centralizar e ampliar por todo o Brasil o apoio e adesão dos espanhóis e estrangeiros à nobre causa que o Governo de Burgos dirige da salvação de Espanha, e para a “Comisión Nacionalista”, fomentar o apoio material e moral do apoio no Rio de Janeiro, canalizando a ela as arrecadações pequenas de alguns pontos do interior do país”²⁴⁵

Desta forma, a Junta e a Comissão estavam presentes em diversas partes do território nacional, notadamente nas grandes capitais. Seus trabalhos se desenvolviam através da iniciativa conjunta de desertores do serviço diplomático republicano e espanhóis militantes da causa nacionalista residentes em território nacional, em sua maioria indivíduos bem estabelecidos economicamente, notadamente na área de comércio, serviços e pequenas indústrias.²⁴⁶ A separação entre estas duas entidades, usualmente referidas uniformemente como Junta nacionalista na literatura especializada, possibilitou uma intensificação das iniciativas pró-nacionalistas dentro do Brasil. A presença significativa de indivíduos ligados ao comércio varejista e de importação foi um fator significativo para a organização das operações de envio de açúcar e café, além do despacho de importâncias em dinheiro ou metal precioso, tendo-se em vista a experiência técnica prévia destes nestas áreas.²⁴⁷ A experiência profissional prévia dos desertores do serviço diplomático republicano foram profundamente importantes para as ações da Junta, tendo em vista que muitos destes indivíduos já tinham relações prévias com o Itamaraty e outros setores do governo:

245 Carta de Luis Viñals y Fons (Rio de Janeiro) ao General Presidente da Junta de Defesa Nacional (Miguel Cabanellas) em Burgos. 30/09/1936. AGA, APUD Camargo 2016

246 A lista de membros fundadores da Junta Nacionalista, oficialmente denominada “Junta Oficial Nacionalista Española en el Brasil”, presentes na ata de fundação oficial da entidade, datada de 09/09/1936, aponta que, entre dezesseis membros, nove eram comerciantes, um deles, José Ozores, presidente da câmara de comércio espanhola em São Paulo.

247 Esta situação é atestada pela documentação explorada e discutida por Camargo (2016) e Souza (2006;2010).

“Em contínua correspondência com o General Cabanellas, enquanto também da presença de Cárcer em Burgos, Viñals comunicou que o núcleo “duro” da Junta Nacionalista brasileira, responsável pela propaganda e aproximação junto às autoridades nacionais, estava composto por antigos diplomatas do governo republicano”²⁴⁸

As sucessivas demonstrações internas de apoio a zona Nacionalista, no governo, na mídia e na sociedade civil, encorajavam os membros da Comissão e da Junta a desenvolverem ações cada vez mais sofisticadas. Neste contexto, acreditando que o contexto se mostrava o mais favorável possível, os membros da Junta decidem reivindicar o reconhecimento oficial, ou de Jure, de suas capacidades de representação externa do Estado espanhol, não obstante a continuidade das relações com o governo republicano e seus representantes remanescentes leais não desertores. Nos referimos a um documento, datado de 09/11/1936, arquivado no AHI, inicialmente discutido por Souza (2010), e mais recentemente explorado por Camargo (2016): “Em 9 novembro de 1936, Cárcer y Lassance apresentou Carta Credencial ao Itamaraty e que consta arquivada nos fundos documentais do Itamaraty”

Ambos autores não se aprofundaram nesta questão, sem apontar diretamente qual seria, e se houve, resposta formal do Itamaraty a este pedido, formulado por uma entidade civil oficiosa, em nome de uma entidade para-governamental que, naquele momento, não tinha reconhecimento formal de nenhuma nação.²⁴⁹ Apesar de não disporem deste dado, é significativo apontar que a própria existência física deste documento no AHI, armazenado juntamente com outros documentos expedidos pela Junta nas mesmas pastas onde se encontram os documentos oficiais relativos ao governo republicano, é por si só um indício bastante significativo que, mesmo sem oferecer imediatamente o reconhecimento requisitado, o Itamaraty reconhecia, naquele momento, a existência De Facto da Espanha Nacionalista. O procedimento padrão para arquivamento de documentos nos arquivos oficiais do Ministério não permitiria, a priori, que documentos expedidos por entidades alheias ao reconhecimento brasileiro fossem arquivados juntamente a outros documentos inquestionavelmente oficiais. Do contrário, quaisquer

²⁴⁸ Camargo,2016

²⁴⁹ Mesmo os apoiadores mais assíduos da causa nacionalista, Alemanha e Itália, que, como vimos, estavam profundamente envolvidos militarmente no conflito já em suas primeiras semanas, protelaram tal reconhecimento até as últimas semanas de novembro. O reconhecimento alemão, se deu ao dia 18/11, seguido pelo italiano poucos dias depois (Thomas,1963; Beevor,2006)

documentos que não preenchessem tais requisitos seriam sumariamente descartados, por serem alheios ao escopo do Ministério.²⁵⁰

Conquanto não se faça possível no presente se aprofundar nos pormenores do supramencionado pedido, assinado por J. de Cárcer Y Lassance, na ausência de acesso físico ao seu conteúdo, podemos, por outro lado, fazer alguns apontamentos relativos ao seu contexto. Uma vez destacada a importância da existência per se deste documento no AHI, nos atentamos a data em que tal documento fora assinado, dia 09/11/1936. Naquele momento o exército nacionalista, que, como vimos, vinha avançando rapidamente na direção da capital desde o início de agosto, estava a menos de 20 km do centro da cidade. Os recuos republicanos a partir do final de outubro forçaram uma resistência popular dentro da capital e arredores, situação acompanhada de perto pela mídia internacional, gerando grande comoção em todo mundo, incluindo o Brasil. Os setores pró nacionalistas acompanhavam de perto os avanços nacionalistas rumo a Madrid, enquanto os pró-republicanos depositavam todas as suas esperanças no massivo movimento de organização popular em apoio a resistência militar.²⁵¹

Inicialmente interpretada como um sucesso iminente das forças nacionalistas, a batalha por Madrid se acirrou durante a segunda quinzena de novembro, após contraofensivas republicanas lograrem sucesso parcial na estabilização do front. Foi neste contexto que, ao final de novembro, em um dos momentos mais cruciais de toda a guerra civil, o chanceler M. Soares, notório defensor da causa nacionalista, renunciou ao cargo de chefia do Itamaraty.²⁵² Tal movimento poderia modificar o quadro favorável aos nacionalistas, que nos meses anteriores vinham se aproveitando do desenvolvimento de um cenário plenamente favorável para a atuação da Comissão e da Junta, em conluio com

250 Neste sentido Souza (2005) afirma: “Mantinha-se relações oficiais com a República, mas simultaneamente dava-se brechas para que os representantes oficiosos tomassem a liberdade de enviar ao Itamaraty constantes pedidos de regalias, como por exemplo, o de colocarem placas diplomáticas em seus carros” (Souza,2005)

251 São fartos os relatos e análises acerca deste movimento popular durante as primeiras fases da batalha de Madrid. Thomas (1963) destaca a assiduidade dos grupos de meninos de menos de 10 anos, mulheres, e até mesmo idosos, que passaram a contribuir com a construção de trincheiras, abrigos, e edificações similares. Não obstante a escassez de víveres e as dificuldades causadas pela guerra prevalecia em Madrid o apoio maciço da população, o que mantinha o alto moral entre as forças mistas republicanas, apesar do contexto de sucessivas retiradas e derrotas.

252 Esta renúncia foi esparsamente discutida pela literatura especializada consultada. Uma das únicas referências diretas ao caso aponta para motivos de foro pessoal por parte de M. Soares: “Voltou ao cargo[Mário Pimentel Brandão], ainda em caráter interino, em 28 de novembro de 1936, quando Macedo Soares renunciou ao ministério a fim de articular sua candidatura às eleições presidenciais previstas para 1938”. Soares retornaria ao governo poucos meses depois coma pasta do ministério da justiça, situação que exploraremos mais adiante.

setores governamentais, que encontrava no apoio pessoal do chanceler M. Soares um de seus pilares mais sólidos de sustentação. O chanceler interino, Mário Pimentel Brandão, que já ocupara interinamente a chefia do ministério em outras oportunidades²⁵³, rapidamente expôs sua posição pró-nacionalista, similar à de M. Soares. Camargo (2016) relata a continuidade de um cenário plenamente favorável aos nacionalistas dentro do Brasil, trazendo dados particularmente relevantes sobre a atuação pessoal de P. Brandão com relação ao conflito espanhol.²⁵⁴

Neste sentido, podemos perceber a inclinação pró-nacionalistas de P. Brandão pouco tempo após a saída de M. Soares. Ao dia 15/12 Brandão recebeu na sede do ministério José de Cárcer y Lassance, chefe da Junta nacionalista no Brasil. Tal encontro foi imediatamente relatado para a Junta de Burgos. Lassance expõe um cenário favorável, indicando que Brandão pretendia reconhecer a Junta assim que possível. Afirma ademais que tinha amizade pessoal com o novo chanceler, com a qual já havia se encontrado em outras oportunidades. Sobre isto Camargo (2016) afirma: “Essa aproximação junto ao governo brasileiro, por meio do Itamaraty, tem destaque em dezembro de 1936, com a conversa entre ele e o ministro Pimentel Brandão, que já coloca condições para o reconhecimento do novo regime comandado pelos militares”:

“Fui recebido pelo Ministro Interino de Relações Exteriores Senhor Pimentel Brandão, a quem já me une uma antiga amizade. (...) me disse espontaneamente que o Governo brasileiro estava disposto a reconhecer o nosso, conquanto fossemos os donos de Madri, não o fazendo antes por temor de possíveis represálias, não somente contra o seu Embaixador, mas também contra os refugiados políticos que se encontram na Embaixada do Brasil”²⁵⁵

Tal relato demonstra que o chanceler P. Brandão pretendia levar adiante os esforços pró-nacionalistas iniciados por seu antecessor. O fato de Lassance ter livre acesso ao ministério, e mesmo ao chanceler em pessoa, é profundamente significativo, tendo em vista o caráter oficioso de sua representação. Tal contexto não era exclusivo ao Brasil, sendo observável em moldes similares em dezenas de países ao redor do mundo,

253 O caráter interino da posição de P. Brandão se estendeu por quase um ano: “Pimentel Brandão foi efetivado na pasta das Relações Exteriores em 31 de agosto de 1937”(<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/brandao-mario-de-pimentel>)

254 Vale recordarmos que Brandão fora o autor da nota oficial do Itamaraty para a Liga das Nações acerca da crise ítalo-etíope, esta criticada pesadamente por O. Aranha em sua correspondência com Vargas durante o final de 1935. Ademais, em setembro havia postergado indefinidamente a validade do acordo comercial provisório com a Espanha, em desfavor do governo republicano

255 “Informa acerca visita Ministro Relações Exteriores do Brasil” Do Representante do Estado Nacional Espanhol no Rio de Janeiro (José de Cárcer) ao Secretario de Relaciones Exteriores do Governo do Estado Espanhol (Francisco Serrat y Bonastre) em Burgos. n. 3. 15/12/1936” AMAE, (APUD Camargo 2016)

refletindo o grau de penetração alcançado pelas Juntas estabelecidas em nome da Junta de Burgos. Camargo(2016) atenta para a existência de situação marcadamente similar nos Estados Unidos naquele momento: ²⁵⁶

“Franco havia enviado Juan F. de Cárdenas, um dos diplomatas partidários do levante militar e que no momento do início do conflito estava em Paris. Embora não estivesse em uma missão ou representação oficial em Washington, Cárdenas visitava regularmente o Departamento de Estado chefiado pelo subsecretário James C. Dunn, que era partidário do levante militar feito por Franco. Mas mesmo com a presença constante do enviado franquista, os Estados Unidos mantiveram suas relações diplomáticas com o governo de Madri até o fim da Guerra” ²⁵⁷

A proposta de reconhecimento condicionado pela conquista de Madrid reforça este ponto de vista, ignorando o fato de que, naquele momento, as forças republicanas, continuavam empreendendo uma resistência feroz ao custo de milhares de baixas em poucas semanas, frustrando sucessivas ofensivas nacionalistas, notadamente no setor da Cidade Universitária e na estrada de La Coruña. ²⁵⁸ Após meses de avanços sucessivos as forças nacionalistas no setor de Madrid, incapazes de tomar a capital, passaram a ocupar posições nos arredores da cidade e na região metropolitana. A batalha de Madrid foi crucial para o andamento do conflito. A estratégia nacionalista, que previa um avanço rápido seguido pela tomada da capital, foi parcialmente frustrada. O impasse militar no front de Madrid levou a uma mudança na estratégia de longo prazo das forças nacionalistas, que passaram a empreender uma campanha de conquista progressiva de território, sufocando lentamente a capacidade de resistência republicana. Tal câmbio estratégico estendeu o conflito, que previa-se durar semanas ou pouco meses, até o final de março de 1939. Tal cenário influenciou diretamente o rumo das ações da Comissão e da Junta no Brasil, cujas ações passaram a levar a conta a nova estratégia de longo prazo nacionalista (Thomas, 1965; Beevor,2006; Howson,1999)

256 Recordemos que, em agosto, Vargas havia frustrado as intenções pró-nacionalistas de M. Soares, afirmando em sua correspondência para O. Aranha que pretendia seguir política similar ao governo estadunidense, aguardando semanas antes de agir neste contexto no aguardo da explicitação da posição de neutralidade por parte de Washington

257 Camargo,2016

258 As baixas nas brigadas internacionais, XI e XII, foram particularmente altas. Thomas (1963) aponta que, ao final de dezembro, o batalhão alemão da XI brigada, que contava mais de 600 homens ao início de novembro, tinha menos de 50 homens não feridos ou mortos. Tal nível de perdas militares é somente comparável às baixas japonesas no período tardio da II guerra mundial, que usualmente ultrapassavam os 80% de mortos, feridos ou desaparecidos

Coincidentemente, um dos pontos mencionados na carta de Lassance para a Junta de Burgos se realizou rapidamente. Em data não especificada pela literatura, durante o mês de dezembro, o embaixador A. Peçanha, que já havia sido alvo de outros atentados, foi espancado em via pública por milicianos republicanos, que o reconheceram de fotos em jornais, em uma das raras ocasiões em que deixara as dependências da embaixada. Conquanto exista uma probabilidade razoável de que o relato do próprio para o Itamaraty possa ter sido exagerado, prática usual e corrente à época, o ministério, percebendo a posição frágil de Peçanha, decidiu pela concessão de aposentadoria compulsória com soldo integral meses após esse incidente. Este episódio demonstra a persistência de uma percepção negativa do governo brasileiro frente ao governo republicano e seus apoiadores. (Souza,2010)

A resistência republicana contrariou a maioria dos relatos contemporâneos da mídia internacional, como visto na cobertura do FM durante o mês de novembro, frustrando as expectativas dos setores antirrepublicanos dentro e fora do governo. Por outro lado, as forças nacionalistas permaneceram estacionadas a menos de 25km do centro de Madrid durante praticamente todo o restante do conflito, mantendo-se uma situação adversa para o governo republicano, frustrando a estratégia nacionalista, inicialmente voltada quase unicamente para a tomada da capital. Ademais, a evacuação do governo republicano para Valência em novembro havia retirado parte do valor simbólico da cidade. As ações posteriores de setores pró-nacionalistas na América Latina, e no resto do mundo, tiveram de igualmente se adaptar à nova realidade do conflito. Este contexto, concomitante com o encerramento do ano de 1936, foi discutido no relatório anual do Itamaraty para o presidente da república, referente a este ano.²⁵⁹

O conteúdo do relatório referente diretamente ao conflito espanhol aponta para uma atenção especial do ministério acerca do reconhecimento do Estado de Beligerância, questão debatida desde as primeiras semanas do conflito, dentro e fora do país. A fraseologia utilizada é controversa em alguns pontos, refletindo a multiplicidade de opiniões acerca do conflito dentro do governo, que, como vimos, tendiam para o apoio a zona nacionalista, divergindo sobre o grau de envolvimento oficial do Brasil neste contexto. Inicialmente é explicitada a preocupação em manter a neutralidade, ressaltando

259 Este documento, um dos diversos previamente inéditos e dispostos por Camargo (2016) em sua recente tese, traz detalhes importantes sobre a percepção oficial do Itamaraty acerca do conflito naquele momento

que o não reconhecimento do Estado de Beligerância persistia naquele momento, apesar do reconhecimento de Jure da Junta de Burgo por parte de alguns países:

“ [O Brasil] não deseja intrrometer-se de forma alguma em lutas intestinas de qualquer paiz estrangeiro. Depois, parecia-lhe que no, caso em apreço, para haver mediação propriamente dita, deveria previamente ser reconhecido o estado de belligerância dos rebeldes, pois o contrário seria abertamente a intervenção na vida interna da Espanha”²⁶⁰

Por outro lado, o documento contradiz este apontamento logo a seguir, quando se aponta para a existência de um ‘reconhecimento implícito’ do Estado de Beligerância. Pela primeira vez o Itamaraty menciona diretamente a existência do Comitê de Não-Intervenção, utilizando sua existência para consubstanciar a afirmação anterior:²⁶¹

“O desenvolvimento entretanto, assumido pela guerra civil e as medidas de neutralidade adoptadas em conjunto por várias potências europeias, associadas numa comissão reunida em Londres, já não deixam dúvida quanto à existência de verdadeira guerra civil na Espanha, no sentido jurídico da palavra, e quanto ao reconhecimento implícito da beligerância dos insurrectos”²⁶²

Conquanto não seja disposta a data exata da publicação deste relatório, elaborado majoritariamente por P. Brandão, durante os primeiros meses de 1937, podemos observar a tentativa do ministério de criar um manto de legitimidade jurídica para o tratamento flagrantemente desigual que o ministério vinha dispensando aos dois lados do conflito espanhol. A retórica de neutralidade e respeito ao preceito da não-intervenção é similar ao texto da resposta a proposta de mediação pan-americana do conflito, em agosto de 1936, por parte do governo uruguaio. Não obstante esta menção oficial ao conflito espanhol no relatório anual, o suposto reconhecimento implícito não foi defendido abertamente perante outros Estados. Isto se torna explícito ao observarmos o conteúdo da circular telegráfica N.1116, datada de 05/04/1937. Nesta, o ministério remetia para todas representações brasileiras no continente americano a recente decisão ministerial de rejeitar uma nova proposta de mediação diplomática do conflito, dessa vez por parte do

260 BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Relatório apresentado ao Dr. Getúlio Vargas, Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936, p. 20 (APUD Camargo, 2016)

261 Recordamos que anteriormente exploramos esta questão, especialmente através dos apontamentos de N.J. Padelford (1939), acadêmico, jurista e contemporâneo ao conflito, que ressaltam a necessidade de um reconhecimento explícito e positivado de uma situação de Estado de Beligerância.

262 BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Relatório apresentado ao Dr. Getúlio Vargas, Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936, p. 20 (APUD Camargo, 2016)

governo mexicano. A conclusão de que não haveria mudanças substanciais no conflito naquele momento, referente ao pedido anterior, vai diretamente contra o reconhecimento ‘implícito’ de beligerância disposto no relatório anual de 1936:

“Circular de 05/04/1937. Índice: “Revolução na Espanha. Sugestão mexicana”.

Às missões diplomáticas brasileiras na América

Circular
N. 1.116
NP/601.3(84)

Ministério das Relações Exteriores,
Rio de Janeiro. Em 5 de abril de 1937.

Havendo o governo mexicano sugerido uma mediação coletiva no conflito da Espanha, respondemos que mantínhamos o ponto de vista manifestado ao governo do Uruguai, em agosto do ano passado, e que consta da circular telegráfica n. 1.198, visto não se haver posteriormente modificado a situação”
263

Alguns meses depois o Itamaraty concedeu resposta virtualmente igual as anteriores, ao emitir a circular 1148, de 10/09/1937, onde tratava de uma segunda proposta uruguaia de mediação pan-americana, similar as outras. Esta foi a última tentativa oficial de mediação por parte de algum país latino-americano, explicitando a impossibilidade de concretização deste esforço, em vista da prevalência de opiniões pró-nacionalistas em praticamente todos os governos do continente naquele momento (Gimenéz,2006) A adoção desta posição, novamente divergente ao discurso adotado no relatório anual, reforça as intenções pró-nacionalistas dentro do governo, não obstante o desenvolvimento do conflito. Tal circular, marcada como confidencial, diferentemente das anteriores, ostensivas, denota a intenção de manter alheia ao público tal reafirmação de apoio implícito aos nacionalistas:

Circular de 10/09/1937. Índice: “Reconhecimento belligerância”.

Às missões diplomáticas brasileiras na América

Circular
N. 1.148
NP
CONFIDENCIAL

263 AHI 119/05/06ª, disponível in: Cadernos do CHDD, número 09,2006

Em 10 de setembro de 1937.

Com referência ao reconhecimento da beligerância das partes em luta na Espanha, acabamos de responder ao governo uruguaio declarando que sentimos não ser possível agora uma ação conjunta dos governos americanos no sentido da proposta feita, à qual estaríamos dispostos a nos associar caso a mesma reunisse, senão a unanimidade, pelo menos uma grande maioria dos referidos governos.

Exteriores ²⁶⁴

Poucas semanas após a emissão desta circular do Itamaraty O. Aranha mencionou novamente o conflito espanhol em sua correspondência com Vargas, após quase nove meses sem mencionar o assunto, em carta do dia 04/06/1937. Aranha se mostra novamente consternado com o envolvimento estrangeiro no conflito. Embora não afirme abertamente neste momento, transparece apoio pessoal pela causa nacionalista, embora de forma menos acentuada do que em suas cartas de agosto e setembro: "O caso da Hespanha começa a inquietar. A parte que está levando o pior, sejam os rebeldes ou os governistas, procuram trazer mais gente para a fogueira. É uma tática compreensível". Ademais, Aranha menciona diretamente o recente incidente envolvendo o encouraçado alemão Deutschland, demonstrando apreensão com suas possíveis repercussões.²⁶⁵ Menciona o cerco nacionalista a Bilbao, uma das principais cidades republicanas, aquele momento à beira do colapso. Sua conclusão é pessimista, especulando, como muitos observadores de sua época, que os desenvolvimentos na Espanha eram um sinal da iminência de um novo conflito europeu:

"Os governistas, agora, bombardearam o Deutschland, provocando represálias e trazendo com consequência complicações gerais e graves. Era a ajuda necessária no momento em que Bilbao estava ameaçada de todos os lados. Incidentes similares repetir-se-ão até um fim trágico para a Europa, e, talvez, para o mundo"²⁶⁶

Pouco mais de um mês depois, Aranha mencionou novamente o conflito, desta vez através de um telegrama telegrafado, denotando urgência em sua comunicação. Neste,

264 Idem

265 O Deutschland era um encouraçado alemão envolvido na intervenção alemã, estacionado a poucas dezenas de kms da costa mediterrânea espanhola. Em maio de 1937 uma esquadilha de bombardeiros republicanos atacou esta embarcação, em ação parcialmente bem-sucedida, danificando moderadamente o navio e infligindo mais de 30 baixas. Tal bombardeio, o primeiro ataque de uma aeronave contra uma embarcação naval na Europa desde a I guerra mundial, causou intensos protestos alemães dentro do Comitê de Não Intervenção, especialmente em vista do fato do Deutschland ter sido atacado fora das águas territoriais espanholas, gerando uma das maiores crises dentro do sistema de Não-Intervenção, que teve de reformar algumas de suas políticas para evitar a saída alemã do pacto. Tal situação beneficiou abertamente os nacionalistas. (Howson,1999; Thomas,1965)

266 GV c 1937.06.04/1 Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas

datado de 12/07/1937, trata exclusivamente da questão do reconhecimento do Estado de Beligerância, reafirmando sua opinião anterior, no sentido de que proceder neste reconhecimento, traria somente consequências negativas para o Brasil, afirmando ter discutido o assunto com o Itamaraty recentemente. Conquanto não faça afirmações diretas neste sentido, o conteúdo do telegrama, urgente, aponta para uma intenção do chanceler P. Brandão em tomar alguma atitude envolvendo aquela questão, o que contrariaria o conteúdo da Circular telegráfica 1116. Estas observações apontariam para a persistência pessoal de P. Brandão em continuar oferecendo apoio velado ao lado nacionalista:

"Espero que no interesse do Brasil mantenha atitude reserva reconhecimento beligerância caso espanhol nos termos tua carta 17 agosto de 1936. Estou discutindo caso com Itamaraty unicamente porque estou convencido tal acto é desnecessário e será erro consequências desagradáveis" ²⁶⁷

Diferentemente de outras oportunidades em que demonstrara consternação com a questão espanhola a comunicação de Aranha obteve uma resposta rápida de Vargas, que, aparentemente, percebeu o senso de urgência transmitido por Aranha, emitindo telegrama de resposta no dia seguinte. Neste afirma ter instruído o Itamaraty a manter os termos da circular anterior, que colocava a cooperação pan-americana como questão fundamental antes da tomada de qualquer ação neste sentido. Podemos perceber que, assim como em agosto de 1936, a intervenção de Aranha foi crucial para a manutenção da neutralidade oficial brasileira, não obstante os inúmeros casos de apoio oficioso material ou espiritual observáveis dentro e fora do governo, sendo esta reafirmada nos termos da circular telegráfica 1148, emitida dois meses depois: "Sobre reconhecimento beligerância caso hespanhol, reitero Itamaraty, recomendação anterior Brasil não agiria isoladamente e sim coordenação outros países América" ²⁶⁸

Ao mesmo tempo em que buscavam por diversos meios o reconhecimento do Estado de Beligerância junto ao governo brasileiro a Junta nacionalista no RJ estabeleceu relações com embaixadas e consulados de outros países²⁶⁹ Aproveitando-se do reconhecimento formal de Alemanha e Itália, no final de 1936, a Junta estabeleceu relações regulares com os embaixadores destes países, que proviam informações sigilosas

267 GV c 1937.07.12 Telegramas entre Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas)

268 Idem

269 "Entre julho e agosto de 1937, a tática utilizada foi a de consultar as representações diplomáticas localizadas no Rio de Janeiro e que estavam dentro do círculo de polarização e posicionamento internacional da Guerra Civil Espanhola" (Camargo,2016)

e, em alguns casos, intermediavam as relações entre a Junta e representantes de outros países. Configurou-se um esforço paralelo por parte dos nacionalistas no Brasil, que se somou as suas ações junto ao governo. Camargo (2016) destaca a relevância deste contexto durante o início do segundo semestre de 1937, em período coincidente ao intervalo entre as duas circulares telegráficas do Itamaraty acerca do assunto e os telegramas entre O. Aranha e Vargas sobre o mesmo. Em carta, datada de 06/07/1936, J. de Cárcer, chefe da Junta no RJ, demonstra estar bem informado sobre a questão. Relata que o embaixador italiano possuía uma visão exageradamente otimista, que divergia da sua naquele momento, que, corretamente, afirmava que o governo brasileiro envolvera a cooperação pan-americana como condição sine qua nom para o reconhecimento do Estado de Beligerância:

“Após ir ao encontro dos italianos, Cárcer afirmou que: ‘Em conversa que tive com o Embaixador da Itália essa manhã, ele me disse que acreditava que o Brasil procederá a este reconhecimento independentemente do que fizessem outras nações. Me permito opinar o contrário ao adiantar que, ao meu parecer, não é de se esperar que o Brasil tome uma decisão unilateral neste assunto’²⁷⁰. Pelo comentário do embaixador italiano, Vicenzo Lojacono, o governo brasileiro se encontrava alinhado com um posicionamento externo, que claramente era o adotado pelos Estados Unidos”²⁷¹

Este ponto de vista foi reafirmado em agosto. Camargo (2016) relata um encontro entre J. Cárcer e o encarregado de negócios da embaixada estadunidense, onde o último expôs a intenção do governo estadunidense de manter o status quo existente, colocando-se contra o reconhecimento brasileiro do Estado de Beligerância:²⁷²

“Em consulta ao representante norte-americano, o homem de ligação dos sublevados espanhóis no Brasil recebeu uma ducha de água fria a respeito de suas intenções: ‘Ontem me encontrei casualmente, em uma recepção, com o Encarregado de Negócios yankee que me disse com toda franqueza que, por

270 “Acerca reconocimiento beligerancia”. Do Representante do Estado Nacional Espanhol no Rio de Janeiro (José de Carcer) ao Secretario de Relaciones Exteriores do Governo do Estado Espanhol (Burgos). 06/07/1937. AMAE

271 Este ponto de vista foi reafirmado em agosto. Camargo (2016) relata um encontro entre J. Cárcer e o encarregado de negócios da embaixada estadunidense

272 Conquanto não desenvolva a questão, o apontamento deste autor acerca deste encontro indica que existiu um interesse direto da embaixada estadunidense no RJ sobre o posicionamento brasileiro com relação ao conflito espanhol, cenário que não é relatado em quaisquer outras fontes que tratam deste tema. Embora não se faça possível explorar tal questão especificamente no presente aventamos a possibilidade de que os arquivos da embaixada brasileira em Washington, da embaixada estadunidense no Brasil e do Departamento de Estado, possam trazer novos dados acerca deste contexto. É possível que tal questão tenha sido fundamental para a comunicação urgente de O. Aranha no dia 12/07/1937, tendo em vista que ele era o indivíduo mais bem informado com relação aos objetivos da diplomacia estadunidense no Brasil

hora, seu Governo se mostrava oposto a que o Brasil fizesse algum passo para reconhecer nossa beligerância”²⁷³

A questão do reconhecimento do Estado de Beligerância persistiu durante o resto do conflito como um dos principais objetivos da Junta Nacionalista no Brasil. As sucessivas negativas do governo brasileiro, que contrastavam diretamente com o caráter amistoso, especialmente percebido pela Junta no contexto das operações materiais de suprimento do Exército Nacionalista. A política ambígua do governo naquele momento atendia a necessidade, estabelecida desde as primeiras semanas do conflito por Vargas, em conjunto com Aranha em Washington, de manter a política oficial do governo brasileiro o mais próximo possível da política estadunidense para o assunto espanhol. As sucessivas reiteraões da necessidade de ações pan-americanas universalmente consensuais, algo tecnicamente impraticável desde o início do conflito, garantiam que as ações em favor dos nacionalistas se mantivessem alheias do conhecimento público interno e externo, afim de resguardar o governo de represálias desnecessárias, como visto no episódio da crise Italo-Abissínia, enquanto, ao mesmo tempo, garantiam o alinhamento ao posicionamento oficial de Washington.

A promulgação da constituição de novembro de 1937, com o fechamento do parlamento e o cancelamento das eleições presidenciais previstas para 1938, movimento conhecido na historiografia como marco de início do Estado Novo, modificou significativamente o caráter da política externa brasileira. As análises contemporâneas sobre o fato apontavam para o iminente aprofundamento das relações com o eixo ítalo-germânico, em detrimento das relações com os estadunidenses. O caráter da correspondência entre O. Aranha e Vargas, no final de 1937, revela uma profunda preocupação deste primeiro com os rumos ditatoriais do novo governo, particularmente no tocante dos efeitos deste câmbio sob as relações com o governo Roosevelt, que, até aquele momento, vinham se pautando por um discurso de defesa da democracia e da cooperação pan-americana.

O golpe do Estado Novo poderia ter sido o catalisador para o reconhecimento do Estado de Beligerância, ao menos em tese, tendo-se em vista seu caráter autoritário e centralizador, marcadamente similar aos regimes de força europeus. Os setores

273 “Acerca reconocimiento nuestra beligerancia”. Do Representante do Estado Nacional Espanhol no Rio de Janeiro (José de Carcer) ao Secretario de Relaciones Exteriores do Governo do Estado Espanhol em Salamanca. 03/08/1937” AMAE, APUD Camargo 2016

governamentais identificados com a causa nacionalista, em sua grande maioria os mesmos que advogavam a aproximação com Berlim, pressionavam o governo para um posicionamento cada vez mais antirrepublicano, utilizando-se extensivamente da retórica anticomunista, que colocava o governo republicano *pari passu* com o governo de Moscou, atacando frequentemente o governo republicano espanhol, enquanto rasgavam elogios ao esforço nacionalista. Podemos observar diretamente esta posição em alguns discursos e documentos do general Eurico de Góes Monteiro, ex-chefe militar da Revolução de 1930, integralista e um dos maiores apoiadores da causa nacionalista dentro do exército. Ao assumir a chefia do Estado Maior do Exército, em julho de 1937, G. Monteiro proferiu um discurso nas quais comparou indiretamente a situação política do Brasil naquele momento com o que se passava na Espanha, referido como “Uma Ibéria fumegante e desolada”:

“Tomo uma responsabilidade potente, sombria e apaixonante, em face da nossa Pátria ameaçada por forças dissociativas, perante o Exército, cuja razão de ser já é denegada pelos agentes internos e internacionais redutores de sua grandeza de sua unidade e de sua independência, que periclita e oscila, e perante a prosperidade, que nos tomará severas contas se consentirmos em que o Brasil fique menos íntegro, e menos dos brasileiros do que este que recebemos das gerações que viveram antes de nós, despedaçado a imagem e semelhança de uma ibéria fumegante e desolada”²⁷⁴

Embora apontasse o caso espanhol como um exemplo de desastre social oriundo das políticas destrutivas do comunismo, o general não se aprofundou posteriormente no tema espanhol, cujas referências passaram a se fazer de forma indireta ou tangencial, o que, por outro lado, não significa que este fosse um assunto desimportante ou distante de suas análises. Alguns meses depois G. Monteiro, no relatório anual de atividades do Estado Maior, defendeu abertamente o recente golpe de novembro, ressaltando a ligação direta entre este movimento e a deterioração da conjuntura internacional.²⁷⁵ Conquanto não mencione diretamente o conflito espanhol, algumas das observações do general, notadamente acerca dos desenvolvimentos no campo da aeronáutica militar, fazem referência indireta a este aspecto do conflito, que se aprofundara decisivamente durante

274 Discurso de posse do general Góes Monteiro, dia 02/07/1937. In: Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército, 1996

275 “Em nosso íntimo, porém, é firme a convicção de que a jornada de 10 de Novembro satisfaz a uma inadiável necessidade nacional e, pelos menos, é uma barragem á decomposição político-militar que se processava em gráo bastante adeantado. O regimen que deixou de existir, não permitia que tivéssemos uma posição definida e consistente ante o turbilhão que agita o mundo” Relatório anual de atividades do Estado Maior para 1937, General Góes Monteiro, In: Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército, 1996

o ano de 1937. Naquele ano verificaram-se na zona republicana diversos episódios militares envolvendo este braço militar, cujas repercussões mundiais se fizeram especialmente relevantes, notadamente, o bombardeiro da aviação nacionalista ao vilarejo Basco de Guernika: ²⁷⁶

“Ante a possibilidade modernamente assegurada á Aviação, que alcança e fere, profundamente, o moral das populações do interior, podendo provocar, inicialmente, destruições e danos irreparáveis, a que conclusões poderemos chegar acerca do que está reservado ao Brasil?” ²⁷⁷

Por outro lado, embora se observasse internamente um processo autoritário, que frustrou as articulações de vários setores políticos para as eleições de 1938, no plano externo as relações com Alemanha e Itália, cujos governos viram com grande entusiasmo os acontecimentos de novembro, não tiveram uma modificação tão intensa quanto o que se passava no plano interno (Bertonha N.,2006; L.Netto,2013) Em Washington O. Aranha, que, inicialmente, mostrara-se profundamente consternado com os fatos de novembro, foi bem sucedido em suas gestões junto ao Departamento de Estado, cujo objetivo era assegurar o governo Roosevelt de que as relações bilaterais permaneceriam inalteradas, mantendo-se igualmente a política pan-americanista de neutralidade e promoção da paz hemisférica. Alguns meses depois o próprio O. Aranha foi apontado para a chefia do ministério no RJ, substituindo P. Brandão, que cambiou sua posição com Aranha, dirigindo-se posteriormente para Washington. A nomeação de O. Aranha, o maior interlocutor do americanismo dentro do governo, reforçou decisivamente este setor, causando insatisfação nos setores pró- nacionalistas dentro e fora do governo

Assim como vinha fazendo desde o início do conflito, J. de Cárcer y Lassance comunicou esta nova situação para a Junta de Burgos. Em ofício, datado de 31/03/1938, revela-se pessimista com relação a este cenário, que prejudicaria o objetivo de longo prazo do reconhecimento do estado de Beligerância. Neste sentido Camargo (2016) afirma: “A ascensão do então embaixador em Washington, Oswaldo Aranha, ao cargo de ministro de relações exteriores, favoreceu ao Encarregado de Negócios dos sublevados perceber a adoção de um posicionamento publicamente pró-americano a partir de março

276 Este episódio permanece como a referência histórica ao conflito civil espanhol de maior penetração no ocidente. Tal notoriedade foi eternizada, em grande parte, graças ao mural homônimo, pintado por Pablo Picasso especialmente para o pavilhão da Espanha Republicana na Mostra Internacional de Paris. (Howson,1999)

277 Relatório anual de atividades do Estado Maior para 1937, General Góes Monteiro, In: Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército, 1996

de 1938”. Se destaca a crítica de Lassance ao discurso ‘de tipo democrático’ proferido por Aranha em sua posse:

“Para selar ainda mais a amizade yankee-brasileira, o Sr. Vargas nomeou Ministro de Relaciones Exteriores ao antigo Embaixador em Washington, Sr. Oswaldo Aranha, quem inaugurou sua atuação pronunciando um discurso do tipo ‘democrático’ no qual estende a mão a Roosevelt, seu governo e à nação norte-americana”²⁷⁸

Discorrendo sobre a situação política interna pós instalação do Estado Novo. Lassance afirma que haveria um arrefecimento do apoio dos setores midiáticos abertamente pró-nacionalistas, o que afetaria diretamente seus trabalhos: “Devemos reconhecer que por desgraça, a imprensa que tão a nosso favor estava em princípio, se manifesta mais fria para com a nossa Causa”. Tal contexto remeteria, segundo ele, ao alinhamento da política externa brasileira com os Estados Unidos, situação que estaria influenciando todas as ações governamentais naquele momento: “Em efeito, Excelentíssimo Senhor, as diretivas políticas do Brasil hoje em dia, não tem que buscá-las no Rio de Janeiro. Elas estão em Washington”.²⁷⁹ Esta percepção negativa se aprofundou poucas semanas depois, com a edição do Decreto-Lei 383, cujo artigo segundo expressamente proibia a organização política de estrangeiros residentes em território nacional, vedando até mesmo debates sobre política estrangeira.²⁸⁰

Embora tenha sido aplicado de forma desigual, afetando a causa nacionalista em grau menor do que o observado com os setores pró republicanos, a adoção desta legislação representou, naquele momento, um duro golpe para os planos políticos de alguns países, especialmente da Alemanha, cuja sucursal nacional do partido nazista contava dezenas de milhares de membros e entusiastas, notadamente nas regiões predominantemente alemãs no sul e sudeste do país.²⁸¹ Em sua dissertação de mestrado Souza(2006) trata deste assunto, afirmando diretamente que os espanhóis militantes da causa nacionalista,

278 APUD Camargo 2016

279 Idem

280 A redação do artigo é clara e diretamente voltada contra estrangeiros: “Organizar, criar ou manter sociedade, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, das idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem” (APUD Camargo 2016)

281 A proibição desta atividade levou a uma crise temporária nas relações teuto-brasileiras, marcada pela expulsão De Facto do embaixador alemão Karl V. Ritter, poucos meses após a mudança na gestão do Itamaraty. Este caso foi particularmente significativo, e encontra na literatura especializada diversas interpretações ideológicas. Destacam-se alguns autores que abordam diretamente tal questão como Hilton (1980); Moura (1980); Seitenfus (2006); L. Neto (2013), dentre outros.

e suas organizações, passaram quase incólumes por este movimento de proibição da atividade política organizada de estrangeiros e descendentes de primeira geração, de forma diferente do que se passara com outras colônias imigrantes. Tal questão figurou no relatório do Estado Maior do Exército para o ano de 1938, que elenca esta como sendo tema sensível a defesa e soberania nacional. Neste sentido o Brasil deveria:

“Organizar a sua política Internacional de geito a se cobrir contra a ação expansionista das grandes potências, realizando um grande esforço interno de neutralização dos trabalhos por elas, a decênios, empreendidos em nosso território, e contravindo á propaganda recente dos agentes de potencias que procuram repolitar as “suas” colônias e reatá-las aos interesses e aspirações das respectivas metrópolis no conflito do seu jus sanguinis com o nosso jus soli. O novo regime abre as portas ás possibilidades de organizar-se a Nação para enfrentar as perspectivas sombrias do futuro”²⁸²

Por outro lado, embora se verificasse uma relativa deterioração nas relações com o eixo, a questão da Guerra Civil Espanhola permaneceu como um importante tema simbólico na retórica de integridade nacional defendida pelo Estado Novo. Acompanhando os avanços nacionalistas durante o ano de 1938, os setores pró-nacionalistas no RJ perceberam uma nova oportunidade de apoio indireto para a causa nacionalista. Aproveitando-se da organização de um grande evento público na capital federal, afim de comemorar o primeiro ano do estabelecimento do novo regime. Organizada em moldes similares a outras exposições realizadas na Alemanha e na Itália durante a década de 30, a Exposição Nacional do Estado Novo, dedicou parte significativa de seu espaço para uma exposição temática sobre a repressão ao comunismo, que tinha como um de seus painéis principais um painel sobre a Guerra Civil Espanhola.²⁸³

Acerca deste contexto Camargo(2016) relata a participação direta da Junta Nacionalista no Brasil, em conjunção com a Junta de Burgos, o governo brasileiro e outras partes, na organização do painel relativo a Guerra Civil Espanhola, cujo material seria oferecido quase exclusivamente pelos nacionalistas²⁸⁴, ignorando-se a perspectiva oficial do governo republicano, cujas relações mantinham-se existentes, apesar da deterioração progressiva do esforço de guerra republicano durante aquele ano. A documentação

282 “Relatório dos Trabalhos do Estado Maior durante o ano de 1938”, de autoria do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro

283 “A Exposição Nacional do Estado Novo ou (Exposição Anticomunista e de Obras e Realizações do Presidente Getúlio Vargas) criada como propaganda para o enaltecimento do governo varguista ocorreu entre 10 e 25 de dezembro de 1938” (Camargo,2016)

284 “Nesse evento, que se vinculava à Exposição do Estado Novo, grande parcela do material de propaganda anticomunista foi fornecido pelo Governo Nacional sediado em Burgos” (Idem)

exposta por este autor aponta para a existência de negociações que envolveriam, direta ou indiretamente, a Alemanha, Itália e Portugal, que colaboraram com questões logísticas e materiais inerentes ao envio do material físico para a organização da referida exposição do Estado Novo. O planejamento logístico envolveu a mesma rede de transporte utilizada para os diversos envios de açúcar e café para as forças nacionalistas, reforçando o funcionamento de uma rede organizativa sólida que vinha se estabelecendo desde as primeiras semanas do conflito:

“Nosso representante, dada a premência do tempo, pois a Exposição será inaugurada em 10 de novembro próximo, solicita a urgência do envio e recomenda que o remeta pelo caminho do seu despacho anterior – o Comissário ou Capitão de um buque alemão da Companhia Hamburguesa que pare em Lisboa – o melhor material fotográfico que possa dispor, pois tanto a Itália como a Alemanha, se preparam para contribuir à referida Exposição Anticomunista, com grande aporte de elementos de informação”²⁸⁵

Apesar de se ter se configurado como um ato eminentemente simbólico, o fato de o governo ter requisitado material diretamente aos nacionalistas se constitui como mais uma ação que legitimava, ao menos parcialmente, a representação da Junta Nacionalista no Brasil e, por conseguinte, a existência da Junta de Burgos como entidade representativa da zona nacionalista²⁸⁶. A tolerância especial do governo com as atividades pró-nacionalistas, teoricamente proibidas desde abril pelo decreto-lei 383, tendo em vista que a Junta Nacionalista, a Comissão, e outros órgãos afins, tal como a Falange em território nacional, não possuíam qualquer caráter oficial ou legal que pudessem se inserir dentro da própria lógica desenvolvida pelo ministério da Justiça. O esforço governamental de incluir a questão espanhola no que era, naquele momento, um dos maiores eventos cívicos da década, reforçou internamente a posição oficial de apoio ideológico e material aos nacionalistas, reafirmando o caráter supostamente nocivo do governo republicano, situação explorada particularmente por Negrão (2005), cuja obra trata detalhadamente da organização da mostra e suas repercussões simbólicas e materiais.

Esta reafirmação do apoio a causa nacionalista, mesmo que simbólico, indicava que o reconhecimento *De Jure* do governo nacionalista era uma questão de tempo. Este

285 Exposición anticomunista en el Brasil. Da Secretaria de Relaciones Exteriores al Señor Ministro del Interior y Servicio Nacional de Propaganda (Burgos). 20/09/1938. AMAE, APUD Camargo 2016285

286 Tais fatores não modificam a situação percebida por Padelford (1939), cuja obra explicita a importância do reconhecimento formal, positivado e público, de uma situação jurídica internacional por parte de um Estado relativamente a um Estado terceiro, rechaçando a figura do reconhecimento implícito, ou *De Facto*.

momento chegou no final de 1938, num momento na qual a guerra se aproximava de um desfecho, com o avanço decisivo das forças nacionalistas e o célere desmoronamento da capacidade logística das forças republicanas, em franca retirada em todos fronts. Exploraremos mais adiante como este contexto, que marcou a fase tardia do conflito, envolveu mais uma vez o governo brasileiro na questão espanhola.

3.2- As ações materiais em favor da Espanha Nacionalista: O caso do café e do açúcar

Em sua tese de doutorado, defendida em 2009, I. de Souza trouxe uma descoberta importantíssima para o campo dos estudos sobre a guerra civil espanhola no Brasil, que implicava diretamente algumas ações do governo Vargas em favor dos nacionalistas no início do conflito. Em suas pesquisas junto a documentação do acervo pessoal Getúlio Vargas no CPDOC/FGV esta autora localizou uma carta assinada pelo general Francisco Franco, datada de 29/10/1936, onde o comandante em chefe das forças nacionalistas agradecia a generosidade do governo brasileiro em enviar donativos de açúcar e café para as forças nacionalistas. Seu destinatário era o próprio Getúlio Vargas. A transcrição deste documento em sua tese esclareceu parcialmente um ponto anteriormente obscuro da história brasileira, que, até aquele momento, possuía apenas referências circunstanciais pouco desenvolvidas.

Dentre estes se destacam os apontamentos de Karepovs (2006) acerca do deputado A. Côrrea e a comissão nacional de repressão ao comunismo, que estabeleciam uma ligação direta entre este indivíduo e as forças nacionalistas, que teriam recebido suprimentos diretamente do Brasil através de gestões pessoais do deputado, que seria acusado de: “Recebimento irregular e falta de Prestação de contas e denúncias de que

teria despendido recursos para o envio clandestino de mantimentos para as forças de Franco na Espanha”.²⁸⁷ Sem se aprofundar neste ponto, Karepovs apenas se utilizou destas afirmações no sentido de oferecer referências ao caráter pessoal de Côrrea. Por outro lado, mesmo sem ter intenção de fazê-lo, foi um dos primeiros autores no Brasil a abordar este tema. Souza (2010) destaca a obra de três volumes intitulada “Subterrâneos da Liberdade”, publicada em 1946, pelo escritor Jorge Amado, à época membro respeitado do PCB, onde é narrada uma greve dos trabalhadores do porto de Santos, que teriam paralisado o porto para impedir o carregamento de uma carga de sacas de café sabidamente direcionada para a Espanha Nacionalista. Conquanto não narrasse um fato real, esta história possui ressonância direta com eventos ocorridos alguns anos antes durante a guerra civil, não sendo por completo uma obra de ficção.²⁸⁸

A linguagem utilizada na carta de Franco para Vargas é afável e cortês. Nela Franco agradece efusivamente pelo recente envio de “importantes quantidades de café e açúcar” para abastecer o exército nacionalista. Sem mencionar números ou datas o general expressa sua gratidão e afirma que manteria descrição absoluta com relação a estes envios, indicando que haveria por parte do lado brasileiro a demanda, implícita ou explícita, de que se mantivessem secretas estas informações, ao menos naquele momento. A defesa da civilização contra o comunismo é mencionada como um ponto de contato entre os dois governantes, fraseologia marcadamente similar a utilizada por Odette Carvalho em seu recente memorando sugerindo a criação do SEI:

“Señor Presidente: Con la mas viva satisfacción me he enterado de su noble y generoso rasgo de donar para las tropas nacionales que luchan en defensa de España y de la civilización contra las hordas marxistas, importantes cantidades de y de café. En nombre de la España Nacional, tan estrechamente ligada por vínculos espirituales y afectivos a esa Gran República que V.E. tan digna y acertadamente preside, le doy las mas rendidas gracias esperando poder en su día tributar publicamente al Brasil y a V.E. el homenaje de gratitud y admiración que tan hidalgo proceder merece. Por el momento y cumpliendo los deseos de V.E tan importante donativo será mantenido dentro de la mas estricta reserva hasta que las circunstancias permitan darlo a la publicidad y entonces todo el pueblo español pueda agradecerlo. Reciba, Señor Presidente con mi gratitud y mi reconocimiento”²⁸⁹

A recente publicação da tese doutoral de F. Camargo (2016) trouxe fatos inéditos acerca das operações, oferecendo um grande volume de dados previamente

287 Karepovs (2003)

288 Discorremos mais adiante sobre alguns casos análogos a este ocorridos entre 1936 e 1939.

289 Carta de Francisco Franco a Getúlio Vargas. Salamanca. GVc1936.10.29/1 (Vol. XXIX/44). CPDOC/FGV

desconhecidos e indisponíveis para o público acadêmico ou leigo. Explorando os arquivos de instituições nacionais criadas durante o primeiro governo Vargas, tais como o Departamento Nacional do Café e o Instituto do Álcool e Açúcar, este autor foi capaz de traçar o contexto por trás destas operações, trazendo dados quantitativos e qualitativos inestimáveis para a compreensão de um aspecto ainda pouco conhecido da política externa brasileira na década de 1930. Ademais, Camargo cruzou tais dados com fontes documentais espanholas e nacionais, que atestam a veracidade dos dados levantados e apontam para um relacionamento muito mais próximo entre as autoridades da Junta Nacionalista espanhola no Brasil e o governo Vargas. Antes de nos aprofundarmos nestas informações, é oportuno recordar algumas características do comércio hispano-brasileiro no período anterior ao conflito e como estas condicionaram estes envios.

Podemos observar o caráter do comércio externo brasileiro no período através da análise de uma tabela, elaborada em 01/1935, pela câmara Hispano-Brasileira de comércio e indústria do Rio de Janeiro, entidade fundada por imigrantes e descendentes de imigrantes espanhóis bem estabelecidos no Brasil. Nesta a entidade faz um levantamento acerca dos produtos já importados e exportados no comércio bilateral até aquele momento, buscando identificar quais destes tinham potencial de crescimento. Do lado das importações, percebemos a predominância de minérios, manufaturados básicos, insumos industriais simples e alimentos processados. As exportações brasileiras continuam dominadas por produtos primários:

Prospecção espanhola para comércio com o Brasil (1935) ²⁹⁰

Importado pelo Brasil	Possibilidade de exportação espanhola	Exportado pelo Brasil	Possibilidade de importação espanhola
Carvão	Sim	Carne Conservada	Sim

290 Informe comercial nº 31. Da Camara Oficial Española de Comercio e Industria en Rio de Janeiro al Embajador Español. 16/01/1935, p. 07. AGA. (APUD, Camargo 2016). O prospecto apresentado pelos levantamentos realizados pela câmara hispano-brasileira permaneceu praticamente inalterado até o início do conflito.

Cimento	Sim	Carne congelada	Sim
Ferro e aço	Sim	Couros	Sim
Massa para papel	Sim	Algodão	Sim
Peles	Sim	Açúcar	Sim
Tecidos de algodão	Sim	Cacau	Sim
Cobre	Sim	Café	Sim
Chumbo	Sim	Cera de Carnaúba	Sim
Louça, porcelana	Sim	Madeiras finas	Sim
Máquinas	Sim	Dormentes	Sim
e acessórios			
Azeite	Sim	Mate	Sim
Bacalhau	Sim	Tabaco	Sim
Trigo	Não		
Bebidas alcoólicas	Sim		
Frutas de mesa	Sim		
Sais potássicos	Sim		

Seguindo a mesma linha das sanções adotadas pela Liga das Nações em desfavor do governo italiano no contexto da crise ítalo-abissínia, as proibições estabelecidas pelo acordo de não-intervenção afetavam as exportações de materiais bélicos, aeronaves, e outros materiais de guerra para ambos lados do conflito espanhol. Desta forma, o embargo estabelecido não incluía nenhum item que o Brasil, naquele momento, fosse capaz de exportar para quaisquer dos lados do conflito. Por outro lado, o domínio quase absoluto do mercado internacional de café colocava o país em uma situação de imprescindibilidade para qualquer Estado interessado em oferecer café para seus territórios, sendo este um ponto de contato entre as duas zonas espanholas conflagradas, igualmente desprovidas de cafezais.

A importância desta ação material emerge pelas características específicas do café, este uma commodity imprescindível para o andamento de qualquer esforço de guerra naquele período, por sua característica psico-estimulante²⁹¹, que até os dias de hoje permanece como um fator essencial para a manutenção de um Estado de alerta permanente entre os soldados nos teatros de operação(Carroll,1992)²⁹² Outro aspecto importante a ser apontado acerca desta ação, é o fato de o café, naquele momento, não ser uma commodity passível de suprimento por parte das potências fascistas aliadas aos nacionalistas, tendo em vista questões logísticas ligadas à ausência de grandes áreas de cultivo deste em áreas controladas por estas, transformado o envio de café brasileiro em uma ação complementar ao envio de armamentos e suprimentos por Alemanha e Itália. Novamente, assim como no caso da missão Balbo e em outros, a diplomacia do café surge como uma importante ferramenta da política externa brasileira, transformando uma situação negativa, a persistência da distorção entre os estoques, a produção e a demanda externa, em algo vantajoso para os interesses externos de alguns setores governamentais.

Desta forma, os setores governamentais mais assiduamente pró-nacionalistas, tais como o chanceler Soares e o deputado Côrrea, cujas gestões iniciais em favor do reconhecimento do Estado de beligerância e da Junta de Burgos foram frustradas em face das decisões de Vargas, norteadas especialmente pelas observações e sugestões de Aranha, tinham uma nova esfera de ação possível. Valendo-se de suas posições dentro do governo Correa, Soares e outros envolveram diretamente algumas entidades estatais na organização de um esquema para o envio de café e açúcar. Se destacam entre estas o Instituto do Açúcar e Alcool e o Departamento Nacional do Café.

Coordenando diretamente todos os aspectos da cadeia produtiva destes produtos estas autarquias federais tinham como uma de suas atribuições centrais a publicação de dados estatísticos referentes a estes setores. Como visto anteriormente os primeiros anos

291 Artigos que tratam diretamente do tema, ambos em língua incluem: <https://atwar.blogs.nytimes.com/2013/08/16/the-marines-secret-weapon-coffee/> ; <http://www.coffeecrossroads.com/coffee-history/u-s-coffee-rationing-in-world-war-ii> .

292 Recente estudo médico analisando padrões de consumo médio de cafeína por soldados estadunidenses em campo, publicado em 2012, aponta que 82% dos entrevistados faziam consumo de cafeína ao menos uma vez por semana, afirmando que o café permanece como a fonte de cafeína mais importante no exército, apesar do aumento expressivo de bebidas energéticas industrializadas. O valor médio de consumo diário aferido foi de 347 mg, mais que o dobro do valor consumido pela população civil, de 165mg/dia em média. Não obstante os profundos avanços tecnológicos, o soldado americano comum permanece um assíduo consumidor de café (Disponível in: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22709816>; <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278691513007175>)

do governo Vargas se caracterizaram por um esforço sistêmico de reforma modernizante do Estado, que progressivamente aprofundou seu caráter intervencionista na economia. A criação de dezenas de autarquias federais ofereceu subsídios para o fomento de áreas da atividade econômica previamente pouco exploradas em vista do predomínio excessivo do café em grão na formação do PIB. Ademais as reformas internas no Itamaraty durante a década anterior foram igualmente propícias para o fomento deste movimento. O envolvimento direto do ministério, notadamente durante a gestão M. Soares, se fez notável durante a organização das primeiras conferências nacionais estatística, que culminaram na criação do IBGE em 1938.²⁹³

Coincidentemente, a I conferência nacional de estatística, sediada no palácio do Itamaraty no RJ e presidida pelo próprio chanceler, teve início ao dia 27/07/1936, somente dez dias após o início do conflito espanhol, implicando que, enquanto na Europa já se sentiam os efeitos diretos deste movimento, no RJ o ministério concentrava seus esforços, ao menos parcialmente, na organização deste importante evento nacional, como noticiado pelo FM, em sua edição desta mesma data: “Installada a Convenção Nacional de Estatística A sessão realizou-se hontem no Itamaraty, sob a presidência a do sr. Macedo Soares”²⁹⁴

Este contexto propiciou condições favoráveis para a pesquisa contemporânea de temas relativos a este período, em movimento similar a outros na América Latina e Europa ocidental. Foi exatamente através de suas pesquisas junto aos arquivos e acervos destas instituições que Camargo (2016) se fez o primeiro pesquisador a trazer ao público informações precisas acerca das quantidades de café e açúcar mencionadas na carta de F. Franco para Vargas, inicialmente descoberta por I. de Souza. Ademais Camargo trouxe um novo contexto previamente desconhecido do público acadêmico ou leigo, qual seja, a existência de várias operações similares durante os quase três anos de conflito, envolvendo diretamente altos escalões do Itamaraty, do governo federal, de algumas províncias, todos em conluio com membros da Junta nacionalista e outras entidades

293 Este movimento teve início com a criação da do Conselho Nacional de Estatística em julho de 1934, cuja regulamentação se deu dois anos depois após a realização da I conferência nacional de Estatística no RJ. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/convencao1936.pdf>

294 Folha da Manhã, 28/07/1936. A cobertura da Folha se mostra positiva, compartilhando do otimismo apresentado no evento: “Todos os oradores exaltaram, principalmente a significatividade excepcional que tem na vida do paiz como fonte de progresso e aproveitamento de energia e de eficiencia o principio, agora constitucional, da cooperação no trato dos problemas nacionais, da convergência de recursos e esforços no lugar do isolamento” (Idem)

formadas por espanhóis e seus descendentes militantes desta causa, envolvendo também a igreja católica, elo de ligação direto entre a retórica ultra conservadora espanhola e o anticomunismo ferrenho do governo.

Os dados auferidos por Camargo são surpreendentes e indicam que as quantidades envolvidas de sacas de açúcar e de café eram colossais, chegando a casa de dezenas de milhares de sacas.²⁹⁵ Igualmente reveladoras são as informações de que tais operações excederam as doações mencionadas na carta do general Franco. O prolongamento da guerra possibilitou novas operações comerciais, nas quais a Junta Nacionalista espanhola comprava em moeda novas remessas destes produtos, gozando de facilidades como isenção de impostos de exportação, isenção de inspeção aduaneira, subsídios no frete e seguro, dentre outras benesses proporcionadas por autoridades oficiais de vários níveis, agindo por motivações oficiais ou pessoais.

Analisando os dados compilados pelo Departamento Nacional do Café para o ano de 1936 podemos perceber uma preocupação explícita em organizar os dados referentes a Espanha sob um critério regional, separando-os em três áreas: Espanha Continental, Ilhas Canárias e Marrocos Espanhol.²⁹⁶ Há de se destacar que tal critério evidencia o interesse governamental em manter estes envios sob o maior sigilo possível, buscando escamotear estas operações das autoridades republicanas, da mídia e de outras nações. Tal preocupação é perceptível na documentação levantada por Camargo, especialmente aqueles referentes aos membros da Junta Nacionalista. Como visto anteriormente, as Ilhas Canárias foram um dos primeiros focos do golpe militar espanhol, em cuja capital, Las Palmas, o consulado brasileiro fora invadido e depredado. A localização geográfica do Arquipélago, formado por sete ilhas principais e outras menores, distante pouco mais de 100 km da costa sudoeste do Marrocos, é deveras privilegiada com relação ao tráfego marítimo oriundo da América do Sul. Ademais, as Ilhas Canárias eram um dos únicos territórios espanhóis alheios ao controle do esquema de não-intervenção europeu, cujo esquema de patrulhas navais multinacionais excluía o Arquipélago por completo, transformando-o em um santuário para operações logísticas, materiais e outras junto ao

295 Vale recordar que a saca de café permanece até hoje com o mesmo peso de 60kg, implicando que uma tonelada de café corresponde a pouco mais de 16 sacas. Com peso similar, a saca de açúcar corresponde a 50kg de açúcar bruto ou processado, totalizando 20 sacas em uma tonelada.

296 “As exportações de café para as áreas de controle espanhol, estão computadas, de acordo com o Departamento Nacional do Café, por meio de um critério regional: Espanha, que representa a parte continental do Estado espanhol, o conjunto das Ilhas Canárias e, em terceiro, as possessões espanholas no Norte da África, nominadas como Marrocos Espanhol” (Camargo,2016)

esforço de guerra nacionalista. O Marrocos Espanhol era igualmente um dos focos centrais deste esforço, contendo instalações portuárias razoavelmente desenvolvidas e capazes de escoar rapidamente produtos para os portos da Andaluzia controladas pelos nacionalistas.



Mapa 2- Localização Marrocos Espanhol (rosa) e Ilhas Canárias(vermelho) em relação a Península Ibérica

Da mesma forma que compilava os dados referentes as operações com a Espanha em três categorias diferentes o Departamento Nacional do Café registrava dados referentes aos portos de saída do café para a Espanha. Conquanto detivesse há mais de 50 anos a condição de maior porto exportador de café do mundo, o porto de Santos não foi utilizado para estas operações de embarque para os nacionalistas. De acordo com os dados levantados por Camargo (2016) o porto do Rio de Janeiro, terminal secundário para a exportação de café, foi selecionado especialmente para os primeiros embarques em 1936. Sua localização junto a capital federal possibilitava um controle mais direto das autoridades interessadas em oferecer apoio o mais rápido possível, buscando manter sigilo estrito com relação a mídia, especialmente para evitar que esta informação chegasse ao exterior, o que poderia gerar complicações diplomáticas.²⁹⁷

297 “Os embarques originados no Rio de Janeiro destinaram-se à região sublevada” (...) “Em relação ao porto carioca, inferimos que houve permissividade ou incentivo para que fossem direcionados embarques aos locais onde a sublevação se havia iniciado e que estavam mais afastados da região continental, que estava cercada por via marítima[Ilhas Canárias, Marrocos Espanhol]” (Camargo,2016)

Um terceiro fator essencial foi descoberto por Camargo e traz uma nova dimensão para compreendermos os esforços governamentais no sentido de manter as operações de envio de víveres para suprir o exército nacionalista no maior sigilo possível. Nos referimos a uma nova rota para o envio destes, que, a partir de dezembro de 1936, passaram a serem enviadas para Portugal, cujo governo era um dos maiores aliados dos nacionalistas desde o início do conflito.²⁹⁸ A decisão de utilizar o porto de Lisboa, para posterior traslado terrestre para a zona nacionalista, se fez possível a partir do início de setembro, no contexto do avanço da coluna nacionalista, composta majoritariamente pelo exército da África, recentemente aerotransportado para a península. As sucessivas retiradas das forças mistas republicanas em direção a Madrid fizeram com que parte substancial da fronteira luso-espanhola caísse sob controle nacionalista, unificando indiretamente as partes controladas no sul do país com a Galícia, uma das primeiras províncias dominadas pelo golpe em julho. (Thomas,1965)

A coordenação destas atividades passava pelas subdivisões da Junta Nacionalista no RJ, em Lisboa e outras localidades, agindo em conluio com autoridades locais. A Junta militar de Burgos, centralizando tais atividades, se responsabilizaria a posteriori pela distribuição dos bens enviados para o exército nacionalista.²⁹⁹ Camargo destaca o protagonismo do deputado Alberto Côrrea junto aos membros da Junta no RJ e em outras localidades, figurando como uma das figuras de maior relevância dentro da estrutura federal a se envolver diretamente em operações deste tipo, confirmando as acusações contemporâneas por parte do PCB e de outros grupos de esquerda que apontavam neste sentido, mencionadas brevemente por Karepovs (2003), que aborda em sua obra a história desta agremiação no período tardio da década de 1930.

A adoção destas medidas evidencia em diversos momentos a preocupação premente de oferecer auxílio material direto aos nacionalistas de forma sigilosa, evitando especialmente que tal informação se faça pública ao governo republicano ao quaisquer

298 “Um outro percurso adotado para o envio de café foi por meio de Portugal, ao menos em embarques em dezembro de 1936 e, posteriormente, nas negociações de 1937 e 1938. O caminho português possibilitava, inclusive, escamotear os embarques e evitar represálias” (Camargo,2016)

299 “A nova legalidade em relação ao comércio exterior formalizou-se lentamente. Com a instrução nº 37, de 28 de setembro de 1936, o General Queipo de Llano estabeleceu a criação da “Junta Reguladora de Exportación y Importación” no território sob seu controle. A ela deveriam ser solicitadas as permissões para importação e exportação, que eram concedidas por meio de um mecanismo de discricionariedade absoluta. Então, a Junta enviava as solicitações a uma “Comisaría de Comercio y Banca”, que levaria em conta a totalidade de exportações e importações com a função de fomentar as exportações ou, no mínimo, manter um equilíbrio entre a entrada e a saída de produtos e divisas” (Idem)

outros. Tal contexto remete diretamente as ações brasileiras no contexto da guerra ítalo-abissínia, onde o apoio material e diplomático ostensivo ao governo italiano havia gerado um desgaste diplomático perante a Liga das Nações e alguns de seus membros. Embora as observações alarmistas expostas por O. Aranha tenham se demonstrado infundadas, ou ao menos exageradas naquele contexto, tal experiência certamente trouxera lições importantes para o governo.

Conquanto o Brasil não fosse parte do Pacto de Não-Intervenção e não estivesse operando diretamente em desacordo com as diretrizes adotadas por este sistema, que proibia exportações de armamentos e aeronaves, a decisão de operar sigilosamente neste contexto isolou o governo de protestos estrangeiros, especialmente do governo republicano, oferecendo ao mesmo tempo ganhos econômicos, implícitos nas compras de açúcar e café. De fato, tais operações chegaram ao início do século XXI virtualmente desconhecidas pela historiografia brasileira, e mesmo pela historiografia espanhola, notória desenvolvedora de material sobre o assunto nas últimas quatro décadas, o que, ao menos parcialmente, coroa os esforços governamentais no sentido de manter tais operações alheias ao público de sua época.

Uma vez expostos os aspectos subjacentes a estas operações de envio de café para suprimento das forças nacionalistas, que combinam doações espontâneas com compras subsidiadas com uso de moeda ou metal precioso, podemos nos debruçar sobre os aspectos quantitativos por trás destes movimentos, particularmente na operação mencionada pelo general Franco. Como supramencionado, se creditam aos esforços de F. Camargo (2016) a descoberta destes dados, até então armazenados em arquivos públicos previamente inexplorados. Em sua obra Camargo traça um breve retrospecto histórico do comércio de café brasileiro para a Espanha, onde evidencia que aquele não era um mercado particularmente prioritário, embora tivesse fluxos respeitáveis que o colocassem entre os vinte maiores importadores do produto.

Partindo da carta de agradecimento do general Franco, datada de 29/10/1936, este autor trouxe dados sólidos acerca dos aspectos logísticos subjacentes as doações mencionadas pelo general. A conclusão de Camargo de que esta primeira doação tenha se desenvolvido durante o mês de agosto é consistente com as iniciativas pró-nacionalistas do chanceler M. Soares, do deputado A. Côrrea e de outros setores civis e militares, que, como vimos, haviam falhado em seus intuitos iniciais de adoção de atitudes

explicitamente pró-nacionalistas no contexto internacional, notadamente o reconhecimento da Junta de Burgos e do Estado de Beligerância. A documentação espanhola referente aos membros da Junta Nacionalista no Brasil e em outros países, igualmente explorada por Camargo, apontam neste mesmo sentido³⁰⁰:

“Houve o embarque deliberado, para regiões sob o controle do exército sublevado, de 790 sacas de café em agosto, 683 em novembro e mais 215 em dezembro, ou seja, mais de 50% (1.688 sacas) no período. A hipótese que temos sobre o recebimento de café por Franco, se refere aos embarques de agosto, pois se for levado em conta o tempo de navegação marítima, a chegada das sacas de café e a elaboração de uma resposta por parte do comando dos sublevados, se enquadraria o envio de uma comunicação datada de 29 de outubro de 1936”³⁰¹

Os envios realizados por intermédio de Portugal cresceram vertiginosamente no mesmo período. Camargo(2016) destaca a correspondência entre membros da comissão nacionalista no Brasil e a secretaria de relações exteriores da Junta de Burgos, apontando para o estabelecimento de contatos entre esta primeira e a comissão nacionalista em Lisboa, relatando a sofisticação na rede internacional montada pelos nacionalistas durante os primeiros meses do conflito.³⁰² Em alguns destes documentos podemos perceber o envolvimento direto de autarquias federais e empresas estatais, cujos membros de alto escalão agiam diretamente para garantir facilidades e benesses diversas aos membros da comissão/junta nacionalista e, mais importantemente, para o esforço de guerra nacionalista. Isenção de tarifas alfandegárias, concessão de frete grátis para grandes cargas, doações de enormes quantidades de café e açúcar ensacados, facilidades para a remessa de valores em espécie para o estrangeiro. Não obstante a inexistência do reconhecimento do Estado de Beligerância, ou do reconhecimento da Junta de Burgos, foi se tornando cada vez mais explícito o interesse governamental em auxiliar o esforço de guerra nacionalista, em detrimento do governo republicano. Podemos observar

300 Camargo afirma diretamente: “Esses embarques, segundo pode-se inferir a partir do conteúdo da carta, foram intermediados pela Junta De Representación del Estado Español” (...) “Um embarque de 5.000 sacas de café foi apontado pelo presidente da Comisión Nacionalista Española como tendo sido enviado em 30 de dezembro de 1936. E, na mesma comunicação, reforça que já haviam sido realizados embarques anteriores” (Camargo,2016)

301 Idem

302 “Percebe-se que nos meses de outubro e dezembro de 1936 houve um aumento que duplicou, ou mesmo triplicou, a média dos meses anteriores. E se tomarmos o mês de dezembro, a marca de 9.868 sacas apresentava-se de forma desproporcional, com uma quantidade muito acima das médias até setembro daquele ano, cujo pico havia sido alcançado ainda em abril, com 3.111 sacas. Nesse sentido é o abrupto crescimento do café exportado a Portugal que se relaciona diretamente com os envios da Comision[nacionalista]” (Idem)

diretamente este contexto, em uma carta do início de janeiro de 1937, enviada pela Comissão nacionalista para a SRE da Junta de Burgos:

“Juntos a diversos políticos e do Departamento Nacional de Café deste país, conseguimos o segundo donativo de 5.000 sacas de café deste Governo, assim como do frete nos vapores do Lloyd Brasileiro, sendo embarcada tal mercadoria no vapor Santos que saiu deste porto no dia 30 de dezembro último. (...) conseguimos que este Governo abrisse mãos dos impostos que este produto possui e que no presente embarque se elevavam a mais de 200.000\$000”³⁰³

Os envios intermediados por Portugal prosseguiram nos meses seguintes, assim como também continuavam os envios para a Espanha Nacionalista e suas diferentes áreas: “Haviam sido enviados mais sacas de café ao final de fevereiro de 1937”³⁰⁴. Ao informar a Junta de Burgos sobre um novo envio no final de fevereiro, os membros da comissão e da Junta no Brasil revelam pela primeira vez uma preocupação em escamotear o caráter das operações de envio utilizando o território português, indicando que um dos principais motivos para tal era o pedido do deputado Alberto Côrrea, cujo envolvimento pessoal com a questão vinha crescendo desde o início do conflito:³⁰⁵

“Para dar por terminada minha intervenção nas remessas em questão, estou à espera do certificado da chegada a Lisboa e destino dos 2.000 sacos de café remetidos em fins de fevereiro. Esse certificado já comuniquei a V. Ex. que o solicitava a requerimento do Sr. Presidente da Comissão Nacional (brasileira) de Repressão ao Comunismo, Sr. Adalberto Correa (...) Esse senhor tendo se responsabilizado pela entrega a mim pela entrega da mercadoria, único espanhol que entrevi na recepção e remessa da mercadoria, entende indispensável para ele ter este certificado, que junto com o enviado pelo Sr. Erices em 6 de março constituirão prova da intervenção da Comisión brasileira e de que as quantidades recebidas aqui e as chegadas a Lisboa são exatamente iguais”³⁰⁶.

Apesar das ressalvas dispostas por Chácel os envios continuaram durante os meses seguintes. Camargo (2016) relata que a partir deste momento as operações seriam coordenadas diretamente pelo Departamento Nacional do Café (DNC), cujo presidente, Jaime Guedes, passou a ter envolvimento cada vez maior nestas operações. Ademais, o

303 Carta de Victor Fernández Alonso, da Comisión Nacionalista Española (Rio de Janeiro), al Secretário de Relaciones Exteriores de la Junta Técnica de Defensa, Francisco Serrat y Bonastre (Salamanca). 28/01/1937. AGA APUD Camargo 2016

304 Ibidem

305 “Ao citar o embarque dos últimos dias de fevereiro, incluiu como um dos principais elos políticos para que fosse possível o desenrolar da conexão entre o governo brasileiro e os sublevados espanhóis, o deputado Adalberto Correa, presidente da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo” (Camargo, 2016)

306 “Uma condição que nos parece extremamente pertinente, e é citada por Chacel, é a de que Correa fazia questão de se desvincular e, conseqüentemente o governo Vargas, de quaisquer ligações com os envios que chegam aos militares por meio de Lisboa” (Idem)

DNC chegou a destacar um fiscal em território nacionalista, para que este coordenasse os envios entre o DNC e as autoridades nacionalistas, atividade bem remunerada e paga pelos nacionalistas, a pedido de J. Guedes, indicando interesse explícito da autarquia em controlar as operações da forma mais direta possível até a chegada das remessas ao território nacionalista.³⁰⁷ O envolvimento deste indivíduo, em suas capacidades de presente de uma relevante autarquia federal, aponta para algum nível de envolvimento do ministério da agricultura, ou, ao mínimo, sua complacência. A estrutura criada nos primeiros anos do governo provisório para a implementação da política de valorização do café tinha no DNC um de seus principais pilares:

”A trama para o envio do café durou todo o ano[1937] e foi articulada por José de Cárcer e o então presidente do DNC, Jaime Guedes. A estratégia estabelecida envolveu desde as quantidades que seriam embarcadas até a nomeação daqueles que seriam responsáveis pelo envio e pelo recebimento do café nos territórios espanhóis controlados pelos nacionalistas. O principal caminho que foi tomado pelo governo varguista para a sua colaboração junto aos rebelados espanhóis, passou necessariamente pela própria cabeça do governo brasileiro, Getúlio Vargas, por familiares seus e por órgãos e empresas estatais. Neste movimento de colaboração destacaram-se a participação direta do Departamento Nacional do Café (DNC) e do Lloyd Brasileiro”³⁰⁸

As negociações envolvendo o envio de café passaram a envolver diretamente José de Cárcer, chefe da Junta, e Victor A. Fernandez, responsável pela Comissão. Este primeiro passou a se encontrar diretamente com J. Guedes em seu gabinete no DNC, participando conjuntamente da organização dos envios. Entre maio e junho de 1937 as negociações envolveram a quantidade de sacas de café a serem doadas, cuja quantidade inicial chegaria a vultosas 50 mil sacas de café, a serem doadas durante os meses seguintes, quantidade quase igual ao total exportado no ano de 1935.³⁰⁹ Tal volume provou-se tão grande que, apesar do custo zero pelo produto em si e das inúmeras

307 “Em uma carta apontada como “Confidencial” e de origem da Presidência do DNC, José Fernandez Alcazar foi designado como o fiscal de recebimento das sacas doadas pelo governo brasileiro. Em seu conteúdo, afirma que: (...) este Departamento, tendo feito um donativo de 10.000 (dez mil) sacas de café ao Governo Nacional de Espanha resolveu designa-lo para fiscal da sua aplicação naquele país, mediante uma remuneração (...) que lhe será paga pelo referido Governo” (Carta de Jaime Guedes, presidente do Departamento Nacional do Café, a José Cárcer, Representante do Governo Nacional de Espanha. Rio de Janeiro. 23/12/1937. AGA, APUD Camargo 2016

308 Camargo (2016)

309“ O processo de doação de café ao Governo Nacional, sediado em Salamanca, iniciou-se por meio do responsável pela propaganda do café brasileiro no Estado espanhol, José Fernandez Alcazar(...) José de Cárcer expõe que por meio do “controlador de propaganda”, houve o oferecimento de aproximadamente 50 mil sacas de café” (Idem)

facilidades oferecidas, se fez necessária uma diminuição de 80% no volume, reduzido para 10 mil sacas.³¹⁰ As negociações entre José de Cárcer e J. Guedes foram relatadas pelo primeiro para a Junta de Burgos, que, ao final de junho, emitiu telegrama para Cárcer autorizando a aceitar o donativo do DNC, cujo volume inferior, e seus custos embutidos, poderiam ser acomodados pelo orçamento da Comissão e da Junta no Brasil, custeado quase exclusivamente por doações de particulares e pequenas entidades.³¹¹

“Em 27 de junho de 1937, José Carcer recebeu um telegrama de Salamanca em que aceitava a doação de café engendrada no interior do governo varguista e que fossem tomados os meios necessários para o envio das sacas à zona controlada pelos militares rebelados”³¹²

Há um lapso temporal entre o início destas negociações, no final do primeiro semestre e 1937, e sua efetivação, que se deu durante o final do ano. Ao final de novembro J. de Cárcer enviou um telegrama para a Junta de Burgos, onde relata ter logrado facilidades e vantagens para a efetivação logística da operação. Seguindo o telegrama enviado pela Junta em junho Cárcer afirma que estava negociando a isenção de impostos sob a operação, embora não afirme abertamente que o tenha conseguido, ao menos naquele momento:

“Tramito isenção imposto oficial doze mil réis por saca assim como desconto frete esperando consegui-lo. Devendo entrar entendimento definitivo com departamento quinta-feira próxima mediante troca cartas rogo V.E. instruções antes essa data autorizado concluir acordo bases indicadas se o estima oportuno mesmo quando fosse mister pagar imposto referência”³¹³

Apesar da cautela apresentada com relação a isenção de impostos, Cárcer afirma poucas semanas depois que isto se concretizara, em sua carta de agradecimento para J. Guedes, onde afirma diretamente que o café era destinado para suprimento das forças

310 “Houve uma abrupta queda na quantidade de sacas de café que Cárcer y Lassance aceita. Das 50.000 sacas iniciais, diminuiu-se para um total de 10.000. A diminuição no montante total pode estar vinculada aos custos que a Comisión e a Junta Nacionalista teriam que arcar com o envio e que havia ficado sob os seus auspícios” (Ibidem)

311 “O pagamento do frete foi feito pela Comisión Nacionalista Española, que embora segundo o próprio representante afirmava que não havia o valor em caixa, mas que devido ao parcelamento do embarque, essa situação havia sido contornada” (Ibidem)

312 “Aceita-se satisfação donativo café abonando saldo refere-se aqui pesetas caso não conseguir isenção gestiona abono cargo créditos bloqueados Brasil.” Telegrama n. 80656 da Secretaria de Relaciones Exteriores (Salamanca) ao Representante do Governo Nacional no Brasil, Jose de Carcer. 27/06/1937. AGA. APUD Camargo 2016

313 Telegrama de José de Cárcer, representante do Governo Nacional no Brasil, Rio de Janeiro, ao secretário de relações exteriores do Governo Nacional da Espanha. 29/11/1937, APUD Camargo 2016

nacionalistas, mencionando pessoalmente G. Vargas, utilizando fraseologia similar a utilizada na carta do general F. Franco para Vargas, do final de outubro de 1936:

“Tenho a satisfação de confirmar, por meio desta, o entendimento verbal que com Vossa Excelência tive, e de novo agradeço em nome do meu Governo e no meu próprio nome, o valioso donativo de dez mil saccos de café, livre de taxas que fez ao nosso Exército, por intermédio de V. Excia., o Exmo. sr. Presidente Dr. Getúlio Vargas, deixando reconhecida essa heroica tropa se bate pela Civilização contra as ideas devastadoras do Communismo”³¹⁴

A confirmação do donativo, e suas condições, são dispostas por J. Guedes em carta para Cárcer, do final de dezembro, onde dispõe sobre alguns requisitos para o envio da carga, que deveria ser fracionada. Afirma que no RJ este encargo seria entregue a Victor A. Fernandez, presidente da comissão nacionalista.³¹⁵ Afim de garantir a chegada da carga em território nacionalista, Guedes destacou um fiscal oficial do DNC para o território nacionalista, cuja remuneração pela atividade seria de encargo das autoridades nacionalistas. Tal nomeação indica uma preocupação do DNC em controlar ao máximo a operação:

“Ademais, também designava, em definitivo, o responsável por receber e acompanhar a doação no território controlado pelos nacionalistas. Em uma carta apontada como “Confidencial” e de origem da Presidência do DNC, José Fernandez Alcázar foi designado como o fiscal de recebimento das sacas doadas pelo governo brasileiro (...) O próprio representante eleito do DNC junto às regiões franquistas, José Fernandez Alcazar, recebeu em correspondência confidencial do presidente do Departamento Nacional do Café, uma comunicação para sua designação como fiscal”³¹⁶

Após obter a isenção fiscal para a carga de 10 mil sacas, Cárcer, agindo conjuntamente com J. Guedes e outros, teve sucesso parcial na obtenção de facilidades relativas ao transporte marítimo da carga. Isto se fez possível graças à atuação do Almirante Graça Aranha, gestor do Lloyd Brasileiro, a companhia estatal de navegação mercantil, cuja estrutura era subordinada à marinha. Camargo(2016) aponta para a existência de correspondência direta entre Cárcer e o Almirante no final de 1937, o que

314 Carta de Jose de Cárcer, Representante do Governo Nacionalista no Brasil, a Jaime Guedes, presidente do Departamento Nacional do Café, 09/12/1937. AGA APUD Camargo 2016)

315 “A nossa Agência desta Capital está autorizada a entregar esse donativo ao Sr. Víctor Fernandez Alonso, Presidente da ‘Comission Nacionalista Española, e cujos embarques deverão ser feitos parceladamente, em quantidades não excedentes a três mil sacas”(Carta de Jaime Guedes, presidente do Departamento Nacional do Café, a José Carcer, Representante do Govêrno Nacional de Espanha. Rio de Janeiro. 23/12/1937. AGA, APUD Camargo 2016

316 Camargo,2016

criou um novo vetor de apoio governamental junto ao esforço de guerra nacionalista, envolvendo diretamente as forças armadas³¹⁷. Intermediando a negociação, Victor Fernandez, da Comissão Nacionalista, foi convidado pessoalmente pelo almirante, no início de janeiro de 1938 para tratar da questão em seu gabinete: “Em referência à sua carta de 22 de Dezembro ultimo sobre o transporte de café para a Hespanha Nacionalista, pedimos a fineza do seu comparecimento a esta Sede (Diretoria) afim de tratar do assumpto”³¹⁸

O desconto requisitado de 30% sob o valor do frete foi concedido pelo almirante, que foi além do pedido de isenção fiscal, organizando o envio direto para Vigo, um dos principais portos nacionalistas. A atuação direta do Almirante possibilitou, três semanas depois, o envio da primeira carga de 5000 sacas de café: O primeiro embarque, concretizado em 24 de janeiro, que Cárcer cita em sua correspondência, foi de um total de 5.000 sacas, transportadas pelo vapor “Cuyabá”. Dois dias antes desta operação José de Cárcer enviou nova carta para o Almirante, onde expunha seus agradecimentos, demonstrando satisfação com o resultado de suas ações.³¹⁹ Poucos dias depois Cárcer alertou para a Junta de Burgos a importância de se conceder um tratamento especial para esta carga destinada a Vigo, tendo em vista que tal ato era ilegal, pois buscava evadir a inspeção regulamentar de embarcações estrangeiras por fiscais do Comitê de Não-Intervenção, o que poderia acarretar consequências diplomáticas diretas para o governo brasileiro:

“Está disposta a atracar no porto de Vigo caso este Governo o consinta, não obstante não figurar tal porto como escala de sua rota. Caso o barco se detenha em Vigo, seria muito conveniente, por razões que V.E. compreenderá, fosse isento o barco de qualquer imposto ou taxa de porto, lhe concedendo toda a documentação grátis e também solicitaram com grande interesse que se procure por todos os meios efetuar o desembarque com a máxima rapidez para que isso não representasse um sensível atraso em seu itinerário normal, o que impediria deter-se em viagens futuras. Pelo anteriormente exposto, rogo a V.E. dê as oportunas ordens para que as autoridades marítimas de Vigo concedam

317 “Além do donativo feito ao exército nacionalista, José de Cárcer iniciou um processo de obtenção de outras vantagens para o embarque do café para o território espanhol. Esse processo tomou corpo com a solicitação junto ao Diretor do Lloyd Brasileiro, o Almirante Graça Aranha, em que obteve um desconto de 30% “nas despesas referentes ao transporte de cinco mil saccos de café com destino a Salamanca para o Exército Nacionalista Espanhol” (Idem)

318 Carta do Almirante Haroldo de Graça Aranha, Diretor do Lloyd Brasileiro, a Victor Fernandez Alonso, Presidente da Comision Nacionalista Española”. Rio de Janeiro. 03/01/1938. AGA, APUD Camargo 2016

319 “Desejo agradecer a Vossa Excelência o apreciável abatimento concedido no frete dessa remessa. Ao agradecimento junto o meu reconhecimento e satisfação sabendo que o próximo vapor da linha da Europa tem ordem para fazer escala em Vigo, o primeiro passo para o restabelecimento do serviço há tempos interrompido e o marco de uma nova era de intercâmbio hispano-brasileiro” (Carta de José de Cárcer ao Almirante Graça Aranha. 22/01/1938. AGA, APUD Camargo 2016

todas as facilidades ao desembarque de referência, procurando descarregar o barco no menor tempo possível”³²⁰

A intervenção do Almirante Aranha foi crucial para a logística nacionalista, possibilitando que uma segunda carga fosse enviada em março de 1938, contendo 5000 sacas de café. José de Cárcer confirmou esta operação, enviando telegrama para a junta de Burgos para informar a data prevista de chegada da carga, novamente direcionada para o porto de Vigo, refletindo o sucesso da operação anterior:

“Tenho a honra de informar a V. Exc. Que no vapor brasileiro “Almirante Alexandrino” que saiu deste porto no dia 25 passado, embarcaram com a destino a Vigo 5.000 sacas de café, segundo envio das 10.000 oferecidas por este governo ao nosso glorioso exército”³²¹

Este envio de café é o último para a zona nacionalista relatado por Camargo (2016) e quaisquer outras fontes consultadas. Embora a guerra tenha se concluído no final do primeiro semestre de 1939, é possível que tenham sido realizados outros envios de forma clandestina, que não se fariam presentes nos arquivos do DNC como os anteriores. Isto posto, percebemos que, até aquele momento, as forças nacionalistas haviam recebido “donativos” que totalizavam mais de 900 toneladas de café em grão brasileiro. Não obstante a colossal quantidade de café enviado, os nacionalistas encontraram uma outra fonte de suprimentos para suas forças armadas, na forma de doações de toneladas de açúcar em saca, em operações marcadamente similares as de café, e que vinham se desenvolvendo paralelamente desde 1936. Diferentemente das operações de envio de café, concentradas no Sudeste, as operações envolvendo o açúcar se concentraram em Pernambuco, à época o maior produtor nacional de cana de açúcar. Por trás delas estavam alguns dos mesmos atores, como a comissão e a Junta Nacionalista e o deputado A. Côrrea. Igualmente envolvido estava o Instituto do Açúcar e Álcool, autarquia similar ao DNC, com sede no Recife:

“Além do café, também é possível iluminar o caso do envio de açúcar, como igualmente havia sido exposto no telegrama de agradecimento de Franco. De acordo com a posterior correspondência de Julián Chácel, a doação de açúcar foi feita por meio de outro órgão do governo Vargas, o Instituto Nacional do Açúcar e do Álcool (INAA), que desde Pernambuco havia efetuado o

320 “Informa próximo embarque 5.000 sacas café destinadas a nuestro Ejercito”. Carta de José de Cárcer, representante do Governo Nacional de Espanha, ao Secretario de Relaciones Exteriores. Rio de Janeiro. 30/12/1937. AGA. APUD Camargo 2016

321 (“Comunica embarque de 5.000 sacas café destinadas porto de Vigo e remete conhecimento de carga”. Carta de José de Cárcer a Secretaria de Asuntos Exteriores. 06/03/1938. AGA, APUD Camargo 2016

embarque. A remessa havia sido organizada, em conluio com o INAA, por meio do desertor Luís Perez, antigo Cônsul republicano em Recife”³²²

Embora significativamente menores do que as quantidades de café, os envios de açúcar foram uma relevante ação complementar a estes primeiros, suprimindo as forças nacionalistas com um produto sem fabricação nacional e impassível de suprimento em grandes quantidades pelos aliados dos nacionalistas na Europa, de modo similar ao café. É de abril de 1937 a única correspondência, afora a carta de agradecimento do general Franco, que menciona diretamente as doações de açúcar. Nesta Julián Chacel, da Comissão Nacionalista, informa a Junta de Burgos sobre o envio de 2000 sacas de açúcar, donativo oficial do INAA em Pernambuco, de cuja responsabilidade operacional estava Luiz Perez, chefe da junta nacionalista naquele estado, que intermediou esta operação conjuntamente com a Victor F. Alonso, da comissão nacionalista no RJ. A escassez aguda de mantimentos básicos em ambas zonas do conflito, onde o racionamento afligia a população civil, tornara o açúcar praticamente um produto de luxo, reforçando a significância deste envio:

“Segundo me comunica o Sr. D. Luís Perez³²³, de Pernambuco, compatriota que ali encarreguei do embarque dos 2.000 sacos de açúcar doados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, para os exércitos nacionais, enviaram ao Sr. Victor Fernandez, Presidente da Comisión Nacionalista Española do Rio, a quantidade de 6:007\$700 réis, que com 25\$800 réis de gastos de envio forma os 6:033\$500 réis que ficaram pendentes de devolução”³²⁴

Desta forma, percebemos que autarquias federais como o DNC e o INAA agiram em conluio com a Junta e a comissão nacionalista, suprimindo as forças nacionalistas durante a maior parte do conflito, com concessão de facilidades de vários tipos. Por outro lado, as diversas ações materiais em favor dos nacionalistas contrastam diretamente com o tratamento dispensado ao governo republicano, cujas condições materiais eram precárias e se deterioravam rapidamente a partir do início de 1938. Veremos mais adiante como se deram estas relações.

322 Camargo (2016)

323 Este indivíduo figura na lista de membros fundadores da Junta Nacionalista como delegado da Junta no Recife, sendo listado como comerciante e ex vice-cônsul espanhol naquela localidade.

324 Carta de Julián Chacel al Secretario de Relaciones Exteriores del gobierno del Estado Español (Salamanca), Sr. D. Francisco Serrat. 20/04/1937. AGA APUD Camargo 2016)

3.3- A trajetória das relações com a Espanha republicana

Apesar do sucesso parcial no abafamento do golpe militar, os primeiros meses do conflito, do ponto de vista republicano, foram marcados por recuos contínuos e um número desproporcional de baixas militares em todos fronts. Por outro lado, conquanto desmoralizantes e extremamente prejudiciais de um ponto de vista estratégico, as derrotas republicanas em agosto e setembro, que custaram boa parte de seu território, incluindo capitais provinciais como Badajoz e Toledo, contribuíram para a reorganização das forças republicanas, caracterizadas por uma formação heterogênea de tropas mistas de militares profissionais que não aderiram ao golpe, reservistas e forças policiais, amalgamados a milícias populares de caráter partidário ou sindical com baixíssimo nível técnico e equipamento precário, embora extremamente bem motivadas. (Thomas,1965)



Mapa 3- Território republicano antes do inicia do cerco a Madrid (10/1936)

Concomitantemente as forças republicanas, que já contavam desde o início do conflito com significativo número de voluntários estrangeiros, receberam um reforço substancial, com a criação de um corpo separado de estrangeiros no mês de outubro, movimento decisivo para seu reforço As Brigadas Internacionais, iniciativa da Comintern em conjunto com dezenas de PCs nacionais com apoio direto do governo republicano, receberam uma base própria, localizada em Albacete, onde passaram a receber um treinamento militar mais intenso do que o oferecido para novos recrutas republicanos naquele momento. Ademais, uma parcela significativa das primeiras brigadas tinha experiência militar prévia, com significativo contingente de veteranos da I guerra mundial, que assumiu patentes médias e altas. Divididos em batalhões formados por afinidade linguística ou étnico-nacional, com predominância numérica de alemães e franceses, os internacionais chegaram a contar mais de 35 mil homens durante o conflito, servindo majoritariamente como tropas de choque, condição que acarretou em um número desproporcional de baixas relativamente ao resto das forças republicanas. (Carroll,1993)

A intensidade dos combates durante a primeira semana de novembro levou à evacuação do governo republicano, com mudança oficial da capital, para Valência. Este movimento drástico e repentino representou para muitos, dentro e fora da Espanha, a queda iminente de Madri, tendo-se em vista que o próprio governo, teoricamente, tomava a situação como insustentável, cuja evacuação mal organizada alimentou esta posição. Em sua edição de 09/11 o FM noticiou esta mudança, expondo os pontos de vista de diferentes jornais ingleses sobre o assunto:

“A TRANSFERENCIA DO GOVERNO HESPANHOL PARA VALENCIA. LONDRES, 9 (H): A transferencia do governo hespanhol para Valencia é commentada pelos jornaes britannicos, de accordo com as tendencias pollticas de cada orgão. o "Daily Telegraph" qualifica a partida dos ministros de Madrid de "fuga desesperadamente precipitada". O Jornal censura a decisão do governo hespanhol de não ter deixado nem sequer um ministro de gabinete na Capital. o "Daily Mail", que se mostra ainda mais severo para com o governo, declara que "a Europa tem no general Franco um grande homem". Os jornais da esquerda procuram justificar a decisão do sr. Caballero[Primeiro ministro republicano] de mudar a sede do governo”

Em sua edição de 10/11 o FM publicou como notícia de capa: "Madrid invadida pelas forças rebeldes e bombardeada pela aviação". Ainda na capa da mesma edição se encontra a manchete: “A atitude de diversas nações perante a próxima queda de Madrid”, cujo subtexto anunciava o reconhecimento De Jure da Junta de Burgos por parte da

República de El Salvador, primeiro país latino-americano a adotar esta posição³²⁵, seguida por seus vizinhos Guatemala e Nicarágua.³²⁶ O próprio título da notícia, acerca da “Próxima queda de Madrid”, evidencia a posição do FM sobre o conflito naquele momento, similar a posição da maioria das agências internacionais de notícias envolvidas na cobertura do conflito, como Associated Press e Reuters. Estes desenvolvimentos, cobertos pelo FM e outros jornais de grande circulação, influenciavam diretamente as posições governamentais acerca do conflito espanhol.

O estabelecimento de um cerco parcial da capital trouxe imensas dificuldades logísticas para a população civil, afetando diretamente o funcionamento regular da embaixada brasileira, cujas condições já vinham se deteriorando desde o final de julho, especialmente em face das dezenas de asilados políticos, que residiam permanentemente na sede da embaixada, além de ocupar precariamente um prédio vizinho alugado, situação que prejudicava as atividades cotidianas. Tal contexto influenciava diretamente a capacidade técnica da embaixada de emitir ofícios e documentos diversos para o RJ.³²⁷ Este contexto reforçava a relevância dos veículos impressos de mídia, especialmente durante o mês de novembro. Em meio ao acirramento da batalha de Madrid o FM noticiou pela primeira vez a chegada de ajuda soviética para a república: “O AUXILIO PRESTADO PELA RUSSIA EM DEFESA DO GOVERNO HESPANHOL: Teriam chegado a Barcelona mais dois navios soviéticos com carregamento de material bellico”.³²⁸ Na semana seguinte, na edição de 17/11/1936, noticiou pela primeira vez a atuação das brigadas internacionais na capital.³²⁹

Acompanhando de perto os desenvolvimentos na capital, o embaixador A. Peçanha informou o Itamaraty sobre o cerco nacionalista no início de novembro. Seu

325 “A república de El Salvador reconheceu o governo nacionalista: O ministro de relações exteriores de El Salvador anunciou que seu país reconheceu o governo nacionalista da junta militar: “De vez que quasi toda a Hespanha encontra-se sob seu domínio e que elle defende os sagrados e humanitários direitos da civilização” (Folha da manhã, 10/11/1936)

326 “O governo nacionalista reconhecido pela Guatemala: O governo de Guatemala reconheceu o governo do general Franco” (Idem)

327 Conquanto a literatura disponível no presente disponha de pouquíssimas informações relativas ao funcionamento dos consulados e vice-consulados brasileiros nas duas zonas espanholas, aventamos que muitos destes sofressem com condições similares, o que podemos atestar, ao menos parcialmente, na documentação referente aos anos de 1937 e 1938.

328 Folha da Manhã, 12/11/1936

329 “Os officiaes que commandam as tropas, na linha de operações manifestaram que além dos milicianos, soldados, recrutas e batalhões de mulheres, Madrid conta com uma unidade de combate composta unicamente por communistas estrangeiros que voluntariamente se alistaram nas fileiras dos legalistas” (Idem, 17/11/1936)

telegrama menciona o auxílio soviético e a presença de estrangeiros voluntários na defesa da cidade, embora o faça de forma exagerada, afirmando que os republicanos tinham, naquele momento, superioridade logística sob as forças nacionalistas, dado que diverge marcadamente da literatura especializada sobre o assunto.(Howson,1999) Peçanha, diferentemente de outros embaixadores que haviam deixado a capital, permaneceu na embaixada mesmo após sofrer um atentado a sua vida, onde foi agredido fisicamente em via pública. O teor de seu telegrama indica que, naquele momento, o embaixador compartilhava da opinião de que a queda da capital era iminente:

“Não obstante a resistência das milícias governamentais, superiores em número e munidas de armamentos modernos, fornecidos pelo México, a França e a Rússia, as tropas do General Franco estão às portas de Madrid. Já se está organizando a resistência nas ruas da cidade, a despeito das declarações do Governo, que havia afirmado só daria combate nos arredores da Capital”

330

No Brasil, enquanto as forças nacionalistas avançavam rapidamente em direção a Madrid, prosseguia o movimento de deserção em massa de diplomatas republicanos, que tivera seu pico durante as primeiras semanas do conflito. No meio de setembro o avanço deste processo proporcionou um novo ponto estratégico para o esforço nacionalista em território nacional, com a deserção do cônsul espanhol em Porto Alegre, cuja decisão, seguida pelos subalternos, alijou o governo republicano de um consulado estrategicamente localizado, estabelecendo contato direto com a colônia de imigrantes espanhóis mais numerosa do país fora do estado de São Paulo, que concentrava de forma desproporcional aquela comunidade. Conquanto fosse uma das últimas mudanças de lado dentro do antigo quadro profissional de diplomatas republicanos, tal deserção foi particularmente danosa para o esforço diplomático republicano, tendo em vista que a província do Rio Grande do Sul era, naquele momento, governada pelo general Flores da Cunha, um dos poucos governadores de posição contrária ao governo federal no tocante ao conflito espanhol: ³³¹

“No consulado espanhol em Porto Alegre, os processos de deserção e fragmentação do pessoal que trabalhava na repartição tomou um corpo mais

330 Telegrama de Alcebíades Peçanha a Getúlio Vargas. Madri, 07-08/11/1936. GV c 36.11.07. Volume XXIV/55, APUD Camargo 2016

331 José Gay da Cunha, tenente do exército expulso nos expurgos pós revolta de 1935, e primo de Flores da Cunha, faz afirmações neste sentido em suas memórias, intituladas: “Um Brasileiro na Guerra Civil Espanhola”, publicadas em 1986, onde narra suas memórias como militante político dentro do exército durante a década de 30 e sua experiência como tenente do exército republicano durante a guerra civil. A rica trajetória pessoal deste personagem será explorada mais adiante, conjuntamente com a de outros brasileiros diretamente envolvidos naquele conflito

sólido em fins de setembro de 1936, quando o oficial de chancelaria, Álvaro Raya Ibañez, adotou as diretrizes da Junta Oficial Nacionalista Española. Ao retornar e assumir o controle do consulado, a partir de 15 de outubro”³³²

A deterioração da situação diplomática republicana no Brasil se aprofundava na medida em que o governo Vargas aprofundava seu apoio oficioso aos nacionalistas, como vimos anteriormente. Naturalmente prejudiciais ao esforço de guerra republicano, por favorecem diretamente seus inimigos, as ações pró-nacionalistas se desenvolveram paralelamente a um contexto de hostilidade ostensiva contra o governo republicano, que cresceu desde o início do conflito. As diversas operações de envio de açúcar e café, que envolveram dezenas de toneladas de mantimentos, foram um dos principais eixos de ação em favor dos nacionalistas em território brasileiro, notabilizando-se por sua audácia e sofisticação logística. Por outro lado, enquanto setores governamentais vinham desde agosto de 1936 organizando o primeiro destes envios para a Espanha nacionalista, o açúcar e o café tornaram-se bens escassos na zona republicana, cujo fluxo comercial de compra destes produtos fora interrompido após o início do conflito, em face da necessidade premente de concentrar as reservas cambiais disponíveis para outros fins.

Neste contexto, em setembro de 1936, o embaixador A. Peçanha acionou o governo republicano, objetivando a devolução, ou ressarcimento do valor, de uma carga de mais de 600 sacas de café brasileiro, que havia sido expropriada pelos trabalhadores do porto de Valência para destinação ao esforço de guerra republicano. Embora agisse sob um pretexto legítimo, concernente a suas prerrogativas e obrigações consulares, o protesto do embaixador brasileiro contrasta brutalmente com o tratamento dispensado aos nacionalistas. Enquanto organizava uma sofisticada rede multinacional para a organização e execução de diversas ações materiais, o governo brasileiro se colocava ativamente contra o possível extravio de café brasileiro para as forças republicanas. Novamente, a figura do café em saca aparece como um dos principais símbolos da política externa brasileira:

“Em setembro de 1936, a Embaixada do Brasil tentou defender junto ao governo espanhol os interesses da empresa brasileira Junqueira Y Meirelles que teve mais de 600 sacos de café apreendidos por uma associação obreira de Valência. Alcebíades Peçanha, embaixador em Madri, solicitou junto ao governo espanhol a devolução ou a restituição do valor correspondente à

332 Camargo,2016

mercadoria que teria sido transportada para os Almacenes de Abastos de las Organizaciones Obreras del Puerto”³³³

Buscando minimizar os efeitos negativos do desmantelamento do corpo diplomático o governo republicano passou a se esforçar para manter os quadros remanescentes fiéis ao governo. O consulado em São Paulo, a representação mais importante depois da embaixada no RJ, foi particularmente importante neste contexto, tendo em vista a grande concentração da comunidade espanhola neste estado.³³⁴ Com capacidades financeiras, materiais e humanas limitadas, e divididas em várias frentes de atuação pelo mundo, o MRE republicano não podia dispender uma atenção especial aos consulados no Brasil, dificultando sobremaneira o trabalho dos setores que permaneceram leais ao governo e exercendo suas funções pré-guerra. Neste contexto, a mobilização de imigrantes espanhóis pró-republicanos, organizados em entidades civis, surgiu como um componente importante para contrabalancear as organizações oficiosas dos nacionalistas e seus apoiadores dentro e fora do governo. A questão da organização política da comunidade imigrante espanhola é um dos temas mais discutidos com relação ao tema da Guerra Civil Espanhola e seus efeitos no Brasil. I. de Souza (2006) tratou diretamente deste assunto em sua monografia de conclusão de bacharelado (2001) e sua dissertação de mestrado (2006), revisitando a questão em sua posterior tese doutoral (2010). O tema figura igualmente em trabalhos sobre a história da imigração espanhola no Brasil, notadamente na tese doutoral de Corbacho (2006), que abordou extensamente a história da imigração galega no país.

Dentre as organizações constituídas pela comunidade imigrante espanhola se destacaram os Centros Republicanos.³³⁵ Apesar de haverem se estabelecido diversos CR em todo Brasil, prevalece na historiografia nacional uma atenção especial aos CR no estado de São Paulo, refletindo novamente o papel central da numerosa comunidade imigrante naquele estado. Souza (2001;2006) trata diretamente deste tema em seus

333 Nota n. 46 da Embaixada do Brasil na Espanha para o governo republicano espanhol (cópia). Madri 10 set. 1936. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (1936 a junho de 1937). AHIRJ, APUD Souza, 2010

334 “Poco después de producirse el levantamiento militar en España, el Gobierno envió una circular al Cónsul General en São Paulo, José María Sempere y Olivares, solicitando que tanto él como todos los diplomáticos destinados a su servicio confirmaran su fidelidad a la República” (Gimenéz,2006).

335 Os CR no Brasil eram baseados em organizações civis similares que existiam desde a segunda metade do século XIX, cujo objetivo era promover a causa republicana e organizar a oposição a monarquia. Após o breve período republicano de 1873, estas organizações continuaram a se difundir pelo mundo, especialmente em localidades com fluxo significativo de imigrantes espanhóis de 1ª e 2ª geração (Quintela,2009)

trabalhos, onde explora a organização dos CR nas cidades de Santos e Sorocaba, ambos fundados no início de 1937, unificando esforços da comunidade imigrante pró-republicana nestas localidades que já vinham se desenvolvendo mesmo antes do início do conflito civil. Corbacho (2009) atenta para a existência contínua do CR da capital espanhola desde 1918³³⁶, este o primeiro e maior de todos, cujas diretrizes centrais foram seguidas pelos demais. Ademais, este autor atenta para a existência de diversas outras organizações da comunidade imigrante espanhola que se mobilizaram a favor do governo republicano, tais como o Centro Galego de São Paulo e o Grêmio Dramático Hispano-Brasileiro. Giménez (2006) destaca a existência de dezenas, ou mesmo centenas, de outros CR espalhados pelo continente americano, destacando a Argentina como o país com maior número de CRs e outras entidades da comunidade espanhola local, a mais numerosa da América do Sul. Giménez descreve objetivamente as principais atividades do CR paulistano:

“Al estallar la Guerra la Guerra Civil, la asociación se convirtió en el catalizador de los esfuerzos de la comunidad hispana de São Paulo a favor de la República. En la sede del Centro Republicano se celebraron numerosas charlas y coloquios donde la guerra era presentada como la agresión arbitraria a un gobierno legalmente constituido, símbolo de libertad y justicia. Además, el Centro emprendió una activa campaña destinada a recaudar fondos con los que aliviar las penurias de la población civil y de los soldados destinados en el frente.³³⁷ Los productos adquiridos con ese dinero, normalmente medicinas y alimentos en conserva, eran enviados a España, vía Francia, para ser distribuidos en distintos puntos del país”³³⁸

A organização política dos setores pró-republicanos na comunidade espanhola paulista foi fundamental para a continuidade da atividade diplomática regular republicana, além de canalizar o apoio material e simbólico de setores internos e externos

336 “A adesão total e o suporte à causa republicana sobretudo partiram do Centro Republicano Espanhol – o primeiro dos centros republicanos espanhóis do Brasil –, que fora fundado em fevereiro de 1918” (Idem)
337 Em sua tese doutoral Quintela (2009), autor de origem galega, aborda as memórias de alguns veteranos do centro galego espanhol, colhidas em projeto de história oral. Acerca da atividade do CR de São Paulo um dos entrevistados afirma: ““Nos dias heroicos da defesa de Madrid, quando a guerra civil espanhola já se tornara uma guerra entre o direito e a força, entre o bem e o mal, nesses dias, aqui em São Paulo, como em tantos outros lugares do mundo, grupos de espanhóis se congregavam em comitês de auxílio aos republicanos. No “Centro Republicano Espanhol”, no Brás, reuniam-se eles, em grande número”

338 (Giménez,2006) Em suas memórias José Gay da Cunha, tenente no exército republicano, relata ao menos uma vez que, em 1938, recebera da superintendência republicana algumas latas de carne enlatada brasileira, especificamente do frigorífico Armour do Rio Grande do Sul. Cunha relata o caso com satisfação, enfatizando a escassez de carne para alimentar seus homens. Tendo-se em vista a paralisação das exportações deste produto para a Espanha republicana desde o segundo semestre de 1936, aventamos que estas latas seriam um dos tipos de gênero alimentício em conserva adquirido no Brasil com os fundos dos CR e outras entidades espanholas (Cunha,1986)

a comunidade espanhola. Aliados dos diversos meios de apoio oficial ou officioso que gozavam os setores pró-nacionalistas da comunidade espanhola, organizados na Comissão e na Junta, os imigrantes pró-republicanos se focaram em um programa político de ação popular, buscando romper, na medida do possível, a disseminação de um discurso oficial pró-nacionalista, respaldado por um discurso midiático dominado desde o início do conflito por uma narrativa que privilegiava as notícias sobre o lado nacionalista, desenvolvendo uma retórica antirrepublicana particularmente danosa para a organização interna do apoio a causa republicana, questão relatada pela maioria dos autores consultados, nacionais e estrangeiros.(Fraga,2004;Gimenéz,2006; Quintela,2009;Souza,2006) e igualmente mencionada por alguns dos veteranos brasileiros da Guerra Civil em suas memórias escritas ou em entrevistas(Carvalho,2003; Cunha,1986;Meihy,2009)

Enquanto organizava ou favorecia diversas ações em favor dos nacionalistas, o governo acompanhava de perto as ações públicas favoráveis ao governo republicano. Souza (2001;2006) destaca que, muitos antes do início da guerra civil, havia se configurado um cenário de perseguição policial sistemática aos imigrantes pró-republicanos e a brasileiros militantes da mesma causa, notadamente dentro do PCB e outros grupos de esquerda organizados. Souza dispõe amplamente acerca da atividade do DEOPS-SP, cuja preocupação com o assunto se iniciou já em 1933. O prontuário policial de Luis Fernandez Pungym, pintor de origem galega, indica que foi preso em janeiro de 1933, por estar distribuindo em via pública um ‘folheto subversivo’ intitulado ‘A Revolução social na Espanha’, panfleto este anexado ao seu prontuário, como “prova” de seu crime e seu caráter subversivo. Tais detenções passaram a se multiplicar após as eleições espanholas de fevereiro de 1936, processo que se acelerou após o início do conflito.³³⁹

A progressiva adoção de leis restritivas aos direitos políticos, especialmente após os levantes de novembro de 1935, criara um cenário de superlotação do sistema presidiário com prisioneiros políticos. Neste contexto, os estrangeiros radicados no país envolvidos diretamente, ou presumidamente, com atividades de militância política, eram

339 “As atividades exercidas pelas associações espanholas simpatizantes da causa republicana vinham desde o início do conflito na Espanha em 1936, sendo minuciosamente investigadas pelos funcionários do DEOPS. O volume de documentos arquivados no acervo DEOP SP expressa a real preocupação policial em investigar quais eram as "verdadeiras intenções" dessas associações” (Souza,2006)

particularmente vulneráveis, tendo em vista a ausência de garantias legais disponíveis aos brasileiros natos. Decretos governamentais adotados durante este período estabeleceram legalmente a pena de expulsão e banimento do território nacional para estrangeiros condenados por ‘atividades subversivas’, contexto que poderia, como visto no caso de Luis F. Pungym e dezenas de outros espanhóis, ser configurado pela simples posse de panfletos ou material gráfico que abordassem positivamente as reformas republicanas. ³⁴⁰D’Araújo(1998) relata que, no período entre novembro de 1935 e outubro de 1937, os espanhóis foram quase metade do total de estrangeiros expulsos, número significativamente desproporcional com relação a outros grupos nacionais: “Entre o total de estrangeiros expulsos no período entre novembro de 1935 e outubro de 1937, os espanhóis representavam 45,78%” ³⁴¹

Organizadas em grupos pequenos ou médios de estrangeiros, as expulsões eram coordenadas diretamente entre os DEOPS, as autoridades portuárias e o Lloyd brasileiro. Navios comerciais com destino a Europa eram fretados para levar de volta ao continente centenas de imigrantes expulsos desta forma, em muitos casos fazendo diferentes escalas, para garantir que imigrantes de diferentes nacionalidades atingissem seus destinos. Após o início da guerra civil, com a divisão da Espanha em duas zonas, a expulsão de espanhóis tomou um caráter particularmente problemático. Souza (2006) destaca o caso de um grupo de espanhóis expulsos do território nacional ao dia 05/08/1936, poucas semanas após o início do conflito. Segundo a documentação disponível no DEOPS, disposta por esta autora, este grupo foi enviado para o porto de Vigo, na Galícia, um dos maiores portos sob controle nacionalista desde os primeiros dias do golpe militar, e fato conhecido das autoridades brasileiras naquele momento. Tal decisão foi, na prática, uma sentença de morte indireta, tendo em vista que, pelo que indica a documentação da época, estes espanhóis teriam sido fuzilados em território nacionalista pouco após sua chegada:

“Em uma relação de extremistas expulsos nesse período, consta que a maioria dos espanhóis embarcou em agosto de 1936 com destino ao porto de Vigo, na Galícia, que, naquele momento, já era um reduto dos nacionalistas espanhóis.

340 APUD Souza 2006

341 O caso mais conhecido e documentado de todas estas expulsões envolveu a militante comunista Olga Benário, companheira de Luís Carlos Prestes. As circunstâncias dramáticas envolvendo o caso, notadamente o fato de Olga estar comprovadamente grávida, contrariando até mesmo os decretos recentes que versavam sobre expulsões, causaram indignação mundial. A obra de Fernando de Moraes, de 1985, persiste como a mais rica fonte literária sobre o caso. Mais recente, de 2004, e de considerável sucesso crítico e comercial, é o filme “Olga”, do diretor Jayme Monjardim, que trata diretamente do episódio.

Encaminhar um "espanhol republicano" para Vigo naquele momento significaria o mesmo que condená-lo à morte”³⁴²

Enquanto se empreendiam dezenas de prisões e expulsões de espanhóis pró-republicanos, os espanhóis pró-nacionalistas aplaudiam tal iniciativa governamental, ignorando o destino de seus compatriotas expulsos, presos ou torturados. Já em um de seus primeiros informes oficiais emitidos para Burgos, Julián Chácel, posteriormente presidente da comissão no RJ, informou a Junta Nacionalista acerca da configuração deste cenário de perseguição aos setores pró-republicanos dentro da colônia espanhola. Chácel afirma que tal contexto era diretamente benéfico para a causa nacionalista no Brasil, pois seria um elemento de pressão direta para garantir um apoio unânime pró-nacionalistas dentro da colônia, objetivo utópico que Chácel e outros membros da Comisión alimentaram durante o conflito: “A colônia espanhola em sua imensa maioria está a nosso lado. E os que não estão deverão se recolher pois a polícia já há detido a alguns por se expressar com veemência a favor dos legalistas espanhóis”³⁴³

A perseguição individual aos membros pró-republicanos da comunidade espanhola rapidamente evoluiu para a perseguição contra suas organizações e quaisquer atividades coletivas ou públicas. Os CR de São Paulo, Santos e Sorocaba foram particularmente atingidos, tendo suas sedes invadidas e lacradas, seus arquivos apreendidos e muitos de seus membros presos e fichados, diversos destes presos após consulta as atas de membros apreendidas nas sedes. A decisão de fechamento veio de um dos chefes do DEOPS em São Paulo, Delegado de Ordem Social Venâncio Ayres, que emitiu portaria dispondo sobre o assunto ao dia 18/11/1937, menos de dez dias após a promulgação da nova constituição do Estado Novo:

“No caso das entidades espanholas no estado de São Paulo, a repressão foi adiantada quando em novembro de 1937, Venâncio Ayres, então delegado de ordem social, determinou o fechamento de todas as sociedades espanholas simpáticas ao governo republicano da Espanha. Sob a alegação de que vinham “desenvolvendo actividade subversiva em prol do ideal comunista”, todas as sociedades favoráveis aos republicanos espanhóis foram fechadas, entre elas os Centros Republicanos Espanhóis de São Paulo, Santos e Sorocaba e o Comitê Central de Propaganda da Espanha Republicana(CCPER)”³⁴⁴

342 Souza,2010

343 Número 09”. De Julián Chacel ao General Presidente da Junta de Defesa Nacional (General Miguel Cabanellas) em Burgos. 31/08/1936. AMAE, R/1001(3). 109 De Julián Chacel ao General Presidente da Junta de Defesa Nacional (General Miguel Cabanellas) em Burgos. n. 3. 12/08/1936. AMAE, R/1001(3). APUD Camargo 2016

344Souza (2006)

Os eventos de novembro de 1937 deterioraram um cenário que, ao menos para os setores pró-republicanos e seus representantes oficiais, já era profundamente adverso. Ao final do mês um novo revés atingiu diretamente o serviço diplomático republicano, com a expulsão de Andrés Rodríguez Barbeito, cônsul espanhol em Santos e um dos membros mais ativos do corpo diplomático.³⁴⁵ Após chegar ao Brasil em janeiro de 1937, para ocupar a vacância criada pela deserção do cônsul anterior, que se agregara a Junta, Barbeito foi um dos membros fundadores do CR de Santos, participando de diversas atividades políticas na cidade durante o ano de 1937, situação que o colocou sob vigilância do DEOPS, não obstante sua posição consular. Durante seu tempo em Santos Barbeito foi responsável pela mudança no itinerário de navios que levassem espanhóis expulsos do território nacional, pagando do próprio bolso para o Lloyd brasileiro evitasse o porto de Vigo e garantisse que o porto de destino seria em Marselha, onde o PC francês era ativo dentro do sindicato de trabalhadores portuários, garantindo a chegada segura daqueles expulsos por motivos diretamente relacionados a militância política durante a guerra civil. Ironicamente, Barbeito foi expulso pela mesma rota que ajudou a organizar, deixando o porto de Santos durante os últimos dias de novembro. A justificativa governamental para tal ato se deu no sentido de que Barbeito não possuiria o Exequatur junto ao Itamaraty, situação relatada por Souza (2006) e Quintela (2009).

Os acontecimentos de novembro tiveram repercussão negativa na zona republicana, aprofundando uma animosidade que precedia o conflito civil. Percebendo a deterioração da situação interna no Brasil após o golpe recente o MRE republicano emitiu um telegrama urgente para o consulado de São Paulo, ordenando o Cônsul José Maria Sempere a dirigir-se imediatamente para Barcelona, indiretamente desligando-o de seu cargo.³⁴⁶ Tal ato refletia a percepção de que Sempere era incompetente na atribuição de suas funções, classificado como inoperante e inconfiável pelo *Gaceta Hispana*, principal

345 “Em novembro de 1937 foi expulso do Brasil, sob a acusação de ser um “perigoso comunista” o cônsul espanhol em Santos, o galego Andrés Rodríguez Barbeito. Ela fora um dos fundadores do Centro Republicano e colaborava na *Gaceta Hispana*, periódico favorável à causa republicana espanhola” (Quintela,2009) Souza (2006) trata extensamente do tema da expulsão de Barbeito, descrevendo detalhadamente sua curta, porém significativa, trajetória no Brasil

346 “El 21 de noviembre de 1937, Sempere recibió una notificación procedente del Ministerio de Estado, en la que se le comunicaba que había sido trasladado al Departamento, debiendo personarse en Barcelona a la mayor brevedad posible” (Gimenéz,2006)

jornal da colônia pró-republicana.³⁴⁷ O plano de substituir Sempere por Barbeito foram frustrados pela expulsão deste, criando condições para que Sempere ignorasse o pedido para se deslocar para Barcelona, permanecendo em sua posição, face a impossibilidade objetiva de que fosse removido à força ou substituído. Permaneceu até o final do conflito no consulado, fazendo-o de forma oportunista, buscando garantir sua integridade física e patrimonial ao permanecer distante da guerra Também em novembro o embaixador A. Peçanha emitiu um telegrama de Madrid, onde informava o Itamaraty sobre a repercussão negativa do golpe na mídia republicana³⁴⁸ :

“Em correspondência com o ministro Pimentel Brandão, o embaixador Alcebíades Peçanha apresentou as preocupações que o governo republicano tinha frente ao Estado Novo: “Que teve nesta capital a suspensão da Constituição e os actos governamentais que della decorrem, foi a de animadversão dos meios extremistas, denotando, ainda uma vez, quanto estes interessam pela expansão comunista no Brasil”³⁴⁹



Mapa 3- Território republicano em outubro de 1937

Paralelamente a estes desenvolvimentos, o esforço de guerra republicano chegava ao início de 1938 seriamente fragilizado em suas capacidades, com sucessivas derrotas,

347 “Su falta de entusiasmo a la hora de defender la causa republicana y su ambigüedad en el trato con los elementos rebeldes de la colonia, llevaron a distintas personalidades a acusarle de traidor y a solicitar su traslado” (Idem)

348 Peçanha foi um das dezenas de embaixadores e cônsules brasileiros a reportar recepções negativas por parte dos países onde serviam. Um destes foi O. Aranha, que intensificou sua correspondência com Vargas e com o Itamaraty, remetendo diversos recortes de jornal que apontavam para uma recepção negativa nos principais meios de comunicação.

349 Camargo,2016

mescladas com algumas vitórias inconclusivas e de alto custo material e humano. Lutando em vários fronts contra um exército nacionalista pesadamente equipado, assessorado e auxiliado em ar, mar e terra pelos alemães e italianos, o exército popular republicano, sucessor das milícias populares, padecia de problemas logísticos e materiais crônicos. Howson (1999)³⁵⁰, grande estudioso do tema da escassez de armamentos no exército republicano, traz dados surpreendentes com relação a esta questão, que permitem uma apreciação mais apurada acerca da profunda disparidade material entre os dois exércitos, distorção gerada diretamente pela incompetência e inoperância do sistema de Não-intervenção. Tal tema é virtualmente universal nas autobiografias de estrangeiros veteranos do conflito espanhol, mesmo dentro das Brigadas Internacionais, o corpo de elite do exército republicano. Apolônio de Carvalho, que serviu como tenente de artilharia no exército republicano, enfatiza diversas vezes esta questão, que, em seu caso, era agravada pelo fato de a artilharia ser um dos setores militares mais duramente atingido pela escassez de munições e armas, enquanto, no extremo oposto, a artilharia nacionalista gozava de ampla superioridade de fogo, superioridade tecnológica e centenas de assessores alemães e italianos, muitos dos quais servindo em unidades independentes.

A posição republicana tornou-se particularmente periclitante a partir de abril de 1938, quando uma ofensiva nacionalista rompeu o front de Aragão em um ponto central, levando ao desmoronamento repentino da frente republicana, cujo recuo desordenado em direção a margem oriental do rio Ebro, tornando possível o avanço nacionalista em direção a costa, levou a divisão da zona republicana em duas partes, isolando a Catalunha e parte de Aragão do restante do território republicano.³⁵¹ Apesar disto, o embaixador A. Peçanha, relatando a questão, defendia a mudança da embaixada brasileira de Madrid para Barcelona, tendo em vista que o cerco parcial naquela cidade permanecia desde o

350 A obra “Arms for Spain: The Untold Story of the Spanish Civil War” , de 1999, trata quase exclusivamente desta questão, trazendo dados diretos sobre o auxílio militar de Alemanha e Itália para as forças nacionalistas, comparando diretamente estes com os dados sobre o auxílio soviético para as forças republicanas, significativo, porém diminuto comparado ao massivo apoio ítalo-germânico.

351 Frente a este cenário adverso ao menos três oficiais brasileiros desistiram de servir nas forças republicanas, apesar de se encontrarem em Paris e a caminho da Espanha desde o final de 1937. Meihy (2009) destaca que o capitão Brunswick França e os tenentes Batista e Carrion deram a situação republicana como insustentável, posição militar coerente frente aos fatos naquele momento, fato que levou ao abandono da causa republicana por parte destes dois oficiais. A. de Carvalho relata que, apesar de concordar com esta posição, rumou para a zona republicana mesmo assim, posição comum aos outros brasileiros que o acompanhavam. G. da Cunha relata posição similar.

final de 1936, enquanto Barcelona, apesar dos bombardeios aéreos semanais, ainda era relativamente segura, estando mais distante do front naquele momento.:

“Na visão de Alcebiades Peçanha, a chancelaria da Embaixada do Brasil deveria ser rapidamente trasladada para Barcelona devido à ausência de condições materiais em Madri. Em ofício ao Itamaraty, o embaixador brasileiro descreveu com detalhes a situação precária em que se encontrava a capital espanhola. Ausência de alimentos e deficiência nas comunicações telefônicas eram os principais motivos mencionados para transferir a sede da Embaixada”³⁵²



Mapa 4- Território republicano dividido após a ofensiva nacionalista em Aragão

Souza (2010) aponta que os apelos de Peçanha neste sentido foram atendidos pelo governo republicano, efetivando-se a mudança de grande parte do pessoal para Barcelona, com somente alguns funcionários permanecendo em Madrid até o final do conflito, mantendo a representação brasileira aberta e com as dezenas de asilados políticos no seu anexo.³⁵³ Após quase três anos servindo na Espanha, Peçanha recebeu do Itamaraty a notícia de que lhe fora concedida aposentadoria integral por senioridade, poucas semanas após a efetivação desta mudança.³⁵⁴ Embora ainda fosse fisicamente possível para estrangeiros naquela situação deixar o país de forma segura Peçanha permaneceu na Espanha até o final do conflito. O principal motivo para tal residia no fato de que Peçanha

352 Souza,2010

353 “Durante a maior parte de 1938, a representação diplomática permaneceu em Barcelona, sede do governo republicano espanhol desde outubro de 1937. A transferência da missão diplomática brasileira foi feita a pedido do próprio governo espanhol” (Idem)

354 “Em fevereiro de 1938, Alcebiades Peçanha foi aposentado (...)Peçanha havia permanecido na Espanha para tratar da remoção de seus objetos, que haviam permanecido na sede da Embaixada do Brasil em Madri. Nesse mesmo ano a Comissão do Tesouro Artístico apreendeu quarenta e sete peças de obras de arte que estavam na residência de Alcebiades Peçanha em Madri” (Ibidem)

possuía uma enorme coleção pessoal de objetos artísticos e históricos, cujo acervo esteve exposto na embaixada brasileira desde sua chegada ao país. Formado por dezenas de peças, incluindo objetos pesados como estátuas de mármore, este acervo é mencionado diretamente pelo jornalista Soares D’Azevedo, cuja descrição hiperbólica da sofisticação da sede da embaixada afirmava ser aquela coleção uma das maiores na Europa. O agora ex-embaixador brasileiro não foi capaz de impedir a expropriação de sua coleção pelo governo republicano, ato consumado antes do final do conflito³⁵⁵:

O substituto de A. Peçanha, Carlos da Silveira Martins Ramos, foi o único funcionário do Itamaraty abertamente solidário ao governo republicano, destoando de seu antecessor, que, desde os primeiros dias do conflito civil, adotara posição abertamente hostil ao governo republicano, apostando, como muitos de sua época, em sua queda iminente. Sua chegada a Barcelona ao final de março modificou sensivelmente as relações com o governo republicano, embora tal fenômeno fosse, naquele momento, pouco significativo, tendo em vista o progressivo esgotamento da capacidade de resistência do exército republicano, cronicamente mal alimentado e subequipado. Neste contexto, M. Ramos foi responsável por conduzir as relações brasileiras com um governo militarmente esgotado, administrando as consequências deste sob os interesses brasileiros. Souza (2010) destaca a postura humanitária de M. Ramos, que chegou a despender parte significativa de seu próprio soldo para oferecer auxílio para uma centena de crianças republicanas, muitas destas órfãs de guerra:

“Martins Ramos comoveu-se frente à situação das vítimas civis do conflito. Em novembro de 1938, esse diplomata relatou ao Itamaraty que vinha auxiliando, em caráter particular, crianças da cidade de Arenys del Mar. Nos jardins de sua residência, nesta mesma cidade, próxima a Barcelona, eram oferecidos, duas vezes na semana, almoço e merenda para cerca de 100 crianças selecionadas por sua esposa nas escolas públicas do local. Esse gesto humanitário teve grande repercussão, mas infelizmente ele e sua mulher não conseguiam atender aos pedidos que chegavam diariamente dos pais desejosos de verem seus filhos inseridos no grupo”³⁵⁶

Ramos chegou a desenvolver um projeto para a oficialização de sua ação, para que esta atingisse um número maior de crianças e com mais recursos. Ao início de novembro emitiu um ofício para o Itamaraty, onde relata sua ação e seus planos, apontando para a

355 Não há dados que indiquem precisamente o destino deste acervo, presumindo-se que Peçanha tenha buscado as novas autoridades franquistas para tratar da questão após o desfecho do conflito, assim como centenas de indivíduos desejosos de recuperar bens imóveis que haviam sido expropriados pelo governo republicano.

356 Souza, 2010

uma atividade similar desenvolvida pelo consulado sueco. Não obteve retorno de O. Aranha com relação ao caso, indicando a indisposição governamental em dispende fundos para alimentar crianças espanholas diretamente atingidas pela guerra, embora, como vimos anteriormente, o governo tenha dispendido significativas quantias em suas diversas ações junto aos nacionalistas:

“Ao informar o Itamaraty sobre seu gesto de solidariedade, Martins Ramos sugeriu que tal auxílio deixasse de ser particular para se tornar uma ação da representação brasileira. Argumentava que o Brasil poderia criar um "hogar brasileño" que estenderia o mesmo auxílio para 200 crianças, a exemplo do que fazia a Suécia, mantenedora de um Instituto que abrigava mais de 500 delas. Martins Ramos enviou ao Itamaraty uma fotografia das crianças beneficiárias desses encontros, assim como o projeto que propunha a criação oficial do referido espaço” ³⁵⁷

A ação louvável realizada por iniciativa de M. Ramos, com auxílio de sua esposa, destoa diretamente das ações diretamente antirrepublicanas desenvolvidas por dois membros do serviço diplomático brasileiro servindo em território republicano. Souza (2010) relata os casos envolvendo o vice-cônsul brasileiro em Almería e o cônsul brasileiro em Barcelona, ambos encarcerados durante o primeiro ano de conflito, acusados de ligações diretas, ou ao menos presumidas, com os nacionalistas. Ambos faleceram em decorrência de condições insalubres.

Apesar disto, o embaixador A. Peçanha, e seu sucessor M. Ramos, transmitiram estes fatos ao Itamaraty de forma pouco enfática, indicando que existiriam elementos concretos por trás das acusações republicanas, minimizando os protestos junto ao governo republicano, que se deram exclusivamente no sentido de requisitar condições justas de julgamentos e condições humanas de encarceramento, não havendo nenhuma nota direta de protesto contra o falecimento destes indivíduos:

“Pelo menos dois agentes consulares a serviço do governo brasileiro praticaram atividades relacionadas à defesa dos nacionalistas espanhóis: Adrian de Burgos e Julio Morin. O primeiro, vice-cônsul na cidade de Almería, envolveu-se com a Falange e o movimento rebelde espanhol, e foi detido logo no início do conflito. Adrian de Burgos faleceu em maio de 1937(...) Julio Morin dirigiu o Consulado Geral brasileiro na cidade de Barcelona e foi acusado de realizar espionagem e comércio ilegal com os nacionalistas. Morin foi detido em 1937 e, segundo Martins Ramos, o alcance da atuação da

357 Ofício n. 110 de Carlos da Silveira Martins Ramos, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores. Barcelona, 01 nov. 1938. Lata 716, maço 10364. AHI/RJ, APUD Souza 2010

Embaixada do Brasil nessa questão era limitado, uma vez que o referido funcionário diplomático não possuía o exequator do governo espanhol”³⁵⁸

Sofrendo com a rápida deterioração das condições materiais em Barcelona, com pessoal reduzido, o embaixador M. Ramos continuou a informar o Itamaraty sobre o avanço nacionalista em direção a capital catalã, tendo contato cada vez menor com o governo republicano, cuja estrutura progressivamente desmoronou frente a necessidade urgente de alocação total dos poucos recursos disponíveis para o exército republicano, em retirada desde novembro de 1938. A queda do governo republicano aparentava ser iminente, trazendo novamente à tona a questão do reconhecimento ao governo nacionalista. Observaremos adiante como se realizaram as negociações para este reconhecimento e quais foram os últimos movimentos diplomáticos entre o governo brasileiro e o governo republicano espanhol.

3.4 A derrocada republicana, o reconhecimento da Espanha Franquista e o desfecho do conflito.

O malogro da ofensiva republicana no vale do rio Ebro, lançada em agosto de 1938, foi um momento crítico da guerra civil, na qual o exército republicano lançou mão de todos seus recursos disponíveis a fim de reconquistar a margem ocidental do Ebro e

358 (Souza,2010) Vale ressaltar que A. de Burgos tampouco possuía esta chancela governamental, situação similar ao episódio da expulsão do cônsul republicano em Santos, igualmente expulso sob a alegação de ausência de exequator.

reconectar o território republicano, dividido desde abril daquele ano.³⁵⁹ O aprofundamento da crise diplomática envolvendo a região Tchecoslovaca conhecida como Sudetenland, ou Sudetos, foi um fator crucial para a tenacidade republicana nas operações no Ebro, mesmo em seu momento mais desfavorável, tendo em vista a esperança do governo republicano de que a voracidade alemã pudesse desencadear um conflito continental, permitindo, teoricamente, a intervenção francesa sonhada pelos republicanos desde julho de 1936.³⁶⁰ (Thomas,1965; Howson,1999)

Presentes na ofensiva do Ebro estavam a maioria dos brasileiros voluntários nas forças republicanas, evento narrados em autobiografias e memórias orais. A. de Carvalho destaca a disparidade técnica entre a artilharia republicana e seus inimigos, narrando seus esforços contínuos para otimizar os poucos recursos humanos e materiais a sua disposição. Aqueles servindo diretamente nas brigadas internacionais foram particularmente exigidos, agindo nos setores mais ativos do front, onde as baixas entre os internacionais superaram os 30% em poucas semanas. Sobrepujados pela superioridade material nacionalista, as forças republicanas foram forçadas a abortar a ofensiva em outubro, após despendendo a maior parte de seu arsenal e de grande parte de suas tropas mais experientes e bem treinadas.

A fulminante contraofensiva nacionalista colocou o exército republicano em retirada em direção a Catalunha, que, no final de outubro, recuara mais de 70km em relação a suas posições iniciais em agosto. Amplamente noticiada na mídia internacional e acompanhada de perto pelas nações europeias a derrota republicana no Ebro representou um ponto crucial na guerra, evidenciando a impossibilidade técnica do exército republicano reverter uma situação extremamente adversa, que se tornara insustentável. Percebendo tal situação, o Itamaraty voltou a considerar seriamente o reconhecimento de Jure da Junta de Burgos, objetivo máximo da Junta/Comissão nacionalistas desde as primeiras semanas do conflito. Souza (2010) aponta que O. Aranha, no início de

359 Descrições detalhadas sobre a ofensiva do Ebro são apresentadas na grande maioria das obras acerca da história geral da Guerra Civil Espanhola. Destacam-se as obras de Thomas (1965); Jackson (1965); Beevor (2006) e Howson (1999)

360 Oficiais pró-republicanos dentro do exército francês chegaram a desenvolver planos para o envio de uma força expedicionária blindada para o território republicano no caso de uma guerra com a Alemanha. (Howson,1999) A crença republicana foi completamente afogada pela política britânica do apaziguamento, tida contemporaneamente na literatura especializada como catastrófica, mal calculada e diretamente responsável pelo reforço da posição alemã entre o final de 1938 e 1939, momento crucial em sua preparação militar. H. Kissinger explora diretamente tal questão em seu monumental “Diplomacy” (1994), abordando a questão de um ponto de vista franco-britânico.

dezembro, enviou um ofício para o embaixador M. Ramos em Barcelona, onde afirmava que o ministério estava considerando a possibilidade de acreditar um “representante especial” junto ao governo nacionalista, ato que na prática se constituiria em um reconhecimento De Facto.

Num primeiro momento, Ramos se mostrou profundamente contrário a este plano, afirmando que, apesar do recuo republicano, ainda existia a possibilidade de que o conflito se estendesse por vários meses, tendo em vista que, apesar de desmoralizado, mal alimentado e extremamente mal municiado, o exército republicano ainda mantinha controle sob mais de 200.000 Km² de território espanhol e contava mais de 150 mil homens em suas linhas. Ramos ressalta que, mesmo sob controle da maioria do território espanhol, os interesses comerciais brasileiros eram mínimos com relação a um novo governo nacionalista, que estaria falido com a guerra e incapaz de prover o retorno dos fluxos comerciais hispano-brasileiros anteriores ao início do conflito. Conclui apelando ao censo humanitário de O. Aranha, ressaltando o caráter desumano e avesso ao direito internacional com a qual os nacionalistas se portaram desde o início do conflito:

“O desrespeito flagrante às leis de guerra, com a violação de todos os princípios de humanidade, como os bombardeios de cidades abertas, que recrudesceram criminosamente nestes últimos tempos, victimando mulheres, anciãos e criancinhas inocentes, constitue objeção fundamental para desaconselhar-nos qualquer passo no sentido de iniciar relações com um Governo que pauta sua conducta na guerra por principios tão cruéis”³⁶¹

Faz-se notável uma mudança significativa na posição pessoal de O. Aranha, motivada diretamente pela deterioração progressiva da situação republicana, fato que M. Ramos, conquanto amigável ao governo republicano em nível sem paralelo com quaisquer outros membros do ministério, não podia esconder, restando-lhe minimizar o pessimismo difundido pela mídia internacional, que, como fizera durante o cerco de Madrid, voltara a tomar um caráter apocalíptico e que apontava para o desmoronamento iminente das forças republicanas, situação que de fato viria a se concretizar poucos meses depois. Camargo(2016) atenta para o fato de que, em abril de 1938, num momento menos adverso para o governo republicano, O. Aranha havia discutido o tema do reconhecimento do Estado de Beligerância na Espanha com o chanceler argentino, José Maria Cantillo,

361 Ofício n. 138 de Carlos da Silveira Martins Ramos, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Barcelona, 27 dez. 1938. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (julho de 1937 a 1938), APUD Souza 2010

cuja posição pessoal era significativamente mais inclinada ao nacionalismo do que a sua, e na qual reafirmara a posição do Itamaraty, que, desde agosto de 1936, reivindicava uma ação pan-americana unânime antes de agir unilateralmente naquele sentido.

J. De Carcer Y Lassance, membro assíduo da Junta e previamente envolvido em diversos episódios, relatou diretamente o encontro entre Aranha e Cantillo para o MAE nacionalista, revelando que membros da Junta nacionalista argentina haviam lhe repassado dados confidenciais sobre o caso.³⁶² Lassance acredita que, naquele momento, Aranha fora responsável por dissuadir Cantillo de seu intento de reconhecer em breve a Junta nacionalista e o Estado de Beligerância. Para Lassance, tal fato seria diretamente ligado ao embaixador estadunidense no RJ, que, supostamente, teria agido diretamente junto a Aranha em nome de Roosevelt para evitar a ação argentina. Tal posição reforça a carta em que, no mês anterior, relatara a nomeação de Aranha para a chefia do Itamaraty, fato que retirara do poder o interino M. Pimentel Brandão, indivíduo que, em dezembro de 1936, havia qualificado como “amigo e conhecido de longa data”. Neste sentido, Souza (2010) afirma que, em março de 1938 o governo peruano havia procedido nesta mesma direção, cortando suas relações com o governo republicano, fato que certamente influenciara diretamente a posição pró-nacionalista de Cantillo, que desejava se valer do caso em favor dos nacionalistas:

“Trataram, por fim, da questão de nosso reconhecimento. Segundo tenho entendido, esses senhores se limitaram a dizer que não seria feita nenhuma modificação substancial à política seguida até agora. Não pude obter ainda informes precisos sobre o que foi dito, mas o provável é que, tanto o Senhor Oswaldo Aranha, como o Embaixador yankee, tenham feito pressão sobre o Sr. Cantillo no sentido indicado. O creio tanto mais verossímil pelos informes que eu tinha davam a entender que o Ministro de Relações Exteriores da Argentina se mostrava muito favorável à nossa causa”³⁶³

Embora não existam provas diretas que possam consubstanciar as acusações de Lassance, no sentido de que Aranha estaria agindo sob pressão direta de Washington e em favor do governo republicano, podemos encontrar na literatura especializada e em documentos contemporâneos diversos relatos que apontam, em maior ou menor grau, para uma guinada pró-republicana dentro da política externa estadunidense durante o ano

362 “A situação de ténue equilíbrio da questão argentina e a interferência do governo brasileiro tornou-se de ainda maior interesse e ressonância após o encontro de Oswaldo Aranha com José Maria Cantillo, o Ministro de Assuntos Exteriores da Argentina” (Camargo,2016)

363 “Informe Político. Ofício nº 60”. Do Encarregado de Negócios, José de Carcer ao Ministro de Assuntos Exteriores em Burgos. Rio de Janeiro, 18/04/1938. AMAE, APUD Camargo 2016

de 1938, fato observável principalmente a partir do final do ano, com a adoção de uma postura oficial humanitária frente a deterioração brutal das condições de vida da população civil em território republicano, que padecia de agudo racionamento de alimentos e desabastecimento geral de víveres, cuja disponibilidade reduzida era destinada quase exclusivamente ao esforço de guerra.³⁶⁴ Tal postura é perceptível na decisão estadunidense de doar trigo para a zona republicana, a exemplo do que fazia o governo mexicano. Tal decisão foi comunicada ao Itamaraty por M. Ramos ao final de agosto, momento em que o front do Ebro ainda demonstrava posição favorável aos republicanos.³⁶⁵

Algumas semanas depois, ao dia 21/09, O. Aranha recebeu um telegrama da embaixada estadunidense, na qual este governo requisitava a doação de sacas de café brasileiro ao governo republicano, em ação complementar a doação de trigo, representando um esforço humanitário multi-lateral, ostensivamente organizado pela Cruz Vermelha e com beneplácito do governo Roosevelt. A decisão governamental de aceitar o pedido estadunidense foi um aceno direto de boa vontade em relação ao esforço humanitário de Washington, oferecendo a possibilidade de, após quase dois anos de ações semi-clandestinas em favor dos nacionalistas, o Itamaraty oferecer uma prova concreta de sua postura neutra e imparcial, reivindicada em diversos momentos através de circulares telegráficas e documentos vários.³⁶⁶

Divergindo do padrão adotado nas doações de café para a zona nacionalista, na qual se formou um sistema voltado para a aceleração do processo logístico de despacho do café, enviado para locais estratégicos e planejados conjuntamente com os nacionalistas, a doação de café para a zona republicana se daria conjuntamente com a

364 A continuidade do apoio mexicano, único aliado fiel da república no continente americano apaziguou levemente a escassez de alimentos. Thomas (1963) ressalta que durante os últimos meses do conflito a lentilha mexicana, doada em grandes quantidades por aquele governo, era um dos únicos alimentos disponíveis em território republicano, fato corroborado pelas memórias de veteranos republicanos do conflito, que relatam meses de refeições a base de azeite, grão de bico, feijões, lentilha e pão, enquanto bens como tabaco e café eram escassos e raramente disponíveis em quantidades satisfatórias. (Thomas,1963; Jackson,1965)

365 “Aranha foi informado de que o governo republicano esperava a doação de excedentes de trigo norte-americano e que isso não tardaria a ocorrer, uma vez que o filho do presidente Roosevelt teria estado na retaguarda republicana, acompanhando de pertos as necessidades do povo espanhol” (Souza,2010)

366 “Nessa época, a Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro remeteu a Oswaldo Aranha a cópia de um telegrama no qual Cordell Hull pedia que o Brasil realizasse uma doação de café aos flagelados da guerra da Espanha” (Souza,2010) Telegrama (cópia) traduzido do secretário de Estado norte-americano Cordell Hull para a Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro. Washington, 21 set. 1938. Lata 713, maço 10343. AHI/RJ, APUD Souza 2010

carga de trigo ofertada por Washington, exigindo a baldeação da quantidade significativa de 10 mil sacas de café em três portos da costa leste estadunidense, que posteriormente seguiria para a zona republicana, em um arranjo esdrúxulo que atrasou as operações em mais de dois meses, em um momento crucial do conflito, que se aproximava de seu desfecho: "No caso do café doado ao governo republicano em fins de 1938, ele não iria diretamente ao território espanhol desde os portos brasileiros. O seu envio seria feito primeiramente a portos dos Estados Unidos e de lá partiriam para a Espanha" (Souza,2010)

O arranjo logístico profundamente desfavorável ao governo republicano foi ressaltado por Cárcer Y Lassance, que informou o MNE nacionalista sobre esta decisão. Mostrou-se novamente bem informado, relatando a ação direta do cônsul nacionalista em Santos, que teria recebido as informações sobre o envio diretamente do escritório do DNC naquela cidade, a mesma autarquia diretamente envolvida nos envios aos nacionalistas. Após sair de Santos a carga passaria ainda por três portos: Jacksonville (Flórida), Norfolk (Virgínia) e Baltimore (Maryland), seguindo posteriormente para algum porto republicano não especificado. Lassance tinha conhecimento dos pormenores logísticos envolvendo esta doação com semanas de antecedência, chegando até a nominar o navio e a companhia envolvidos no frete:

"Tenho a honra de informar a V.E. que segundo me comunica nosso Cônsul em Santos, o Departamento Nacional do Café de tal cidade recebeu a autorização para proceder tal embarque. A mercadoria irá, parece, a bordo do "Algie", da AMERICAN REPUBLIC LINE, que sairá deste porto no dia 28 do corrente com destino aos portos de Jacksonville, Norfolk e Baltimore"³⁶⁷

Pouco mais de uma semana após a data prevista de embarque Lassance enviou nova carta sobre o assunto, na qual confirmava o embarque, realizado entre os dias 29 e 30, com ligeiro atraso com relação a data informada, corrigindo o nome da embarcação, de nome similar. Lassance afirma que recebera a informação diretamente na sede do Itamaraty, onde mantinha livre trânsito, chegando a ter acesso a O. Aranha e outros membros do alto escalão, não obstante a persistência do caráter oficioso de sua representação, enquanto o embaixador republicano recebia tratamento frio e pouco amistoso, tendo a maioria de suas demandas ignoradas ou desconsideradas pelo ministério ao longo do conflito. Ademais, Lassance menciona o envolvimento direto da Cruz

367 Sobre envio 10 mil sacos de café. José de Cárcer (Rio de Janeiro) al Ministro de Asuntos Exteriores (Burgos). 16/11/1938. AGA, APUD Camargo 2016

Vermelha na operação, acrescentando que, naquele momento, a carga humanitária estaria rumando para Nova York, adicionando um quarto porto de escala para o café brasileiro, adicionando mais tempo ao seu transporte para a Espanha Republicana. Neste momento, já haviam se passado quase três meses desde o envio do telegrama do Departamento de Estado com a requisição formal do donativo:

“Me foi informado neste Ministério de Relações Exteriores, foram embarcadas no porto de Santos 10.000 sacas de café com destino à Cruz Vermelho norte-americana, nos dias 29 e 30 de novembro passados. Este governo concedeu este donativo a pedido da referida entidade e se destina às “populações necessitadas de Espanha”. Se deixou a critério de dita Cruz Vermelha, a distribuição dessa partida de café, não intervindo, por conseguinte, o governo brasileiro em sua partilha posterior. A mercadoria foi embarcada para Nova York no vapor “Argentina”, da American Republic Lines”³⁶⁸

A logística desenvolvida pela Cruz Vermelha estadunidense foi desastrosa sob o ponto de vista republicano. O período dilatado de tempo, totalmente incompatível com a logística necessária para fins bélicos, provou-se tão longo que a totalidade dos donativos jamais chegou ao território republicano Per Se, como vinha sendo planejado e coordenado durante meses. O célere desmoronamento da capacidade de resistência republicana na Catalunha, cujas forças estavam desde o final de janeiro em retirada na direção dos Pirineus, em conjunção com os avanços nacionalistas em outros fronts e o derretimento do governo republicano, aceleraram a conclusão do conflito. A doação de café para a zona republicana, que poderia ter sido a maior ação brasileira de auxílio ao governo republicano durante todo o conflito, jamais se concretizou na prática. Recente descoberta do historiador espanhol Angel Viñas, aqui supracitado, aponta que esta carga de café acabou sendo desviada de seus fins humanitários, sendo revendida a preços altíssimos no mercado negro, gerando enormes dividendos, embolsados diretamente pelo General Franco, cuja nova posição como chefe de um Estado espanhol autoritário garantiu-lhe imunidade total até seu falecimento em 1975. Viñas ressalta que os herdeiros de Franco continuam até os dias de hoje gozando de um estilo de vida luxuoso, garantido, ao menos parcialmente, pela vultosa quantia auferida através do descaminho do café brasileiro.³⁶⁹

368 “Sobre donativo 10 mil sacas de café. Cruz Roja Norteamericana”. José de Cárcer (Rio de Janeiro) al Ministro de Asuntos Exteriores (Burgos). 06/12/1938. AGA. APUD Camargo 2016

369 Conquanto seja deveras complexo estabelecer uma comparação monetária entre o valor auferido à época, tendo em vista o caráter do mercado negro pós-guerra civil espanhola, podemos nos valer de valores contemporâneos para estabelecer o lucro possível com a venda de 10 mil sacas de café, ressaltando a ausência de custo, tendo em vista o descaminho de um donativo oficial. Considerando-se a cotação oficial da data de 08/08/2017, que registra valor médio de 478,66 reais para a saca de 60kg de café arábica comum(<https://www.noticiasagricolas.com.br/cotacoes/cafe>), chegamos ao valor de 4,786,600 reais, ou,

Enquanto a carga humanitária de café fazia sua longa e desnecessária jornada pelo Atlântico, o avanço nacionalista fulminante em direção a Barcelona, parcialmente evacuada de forma desorganizada e marcada por profundo desespero da população civil, acelerava a derrota militar republicana. O aprofundamento da crise republicana, cuja situação desfavorável tornara-se militarmente irreversível, vinha sendo acompanhado de perto pelas chancelarias europeias e americanas desde o recrudescimento da ofensiva do Ebro. Ao dia 10/02/1939 o embaixador M. Ramos enviou telegrama urgente para o Itamaraty, onde relata a evacuação às pressas do consulado/embaixada brasileiro, afirmando ter sido o último embaixador a ter deixado Barcelona.³⁷⁰ A catástrofe humanitária que caracterizou o êxodo em massa de centenas de milhares de civis em direção ao território francês é um episódio particularmente dramático da guerra civil, ainda pouco visitado pela literatura especializada. Relatos oculares acerca do fato podem ser vistos nas memórias de Gay da Cunha (1986), cuja unidade foi uma das últimas a deixar a Catalunha.³⁷¹

A evacuação de M. Ramos, que não menciona o paradeiro dos outros funcionários do Itamaraty previamente alocados em Barcelona, criou situação de anencefalia da representação brasileira junto ao governo republicano, que, naquele momento, desmoronava rapidamente e já não mais possuía recursos humanos e técnicos capazes de administrar a crise gerada pela evacuação em massa das embaixadas e consulados estrangeiros em Barcelona, Valência e outras localidades ainda sob controle republicano. Souza(2010) ressalta a decepção imprimida por Ramos em um de seus telegramas como representante brasileiro junto ao governo republicano, sentindo-se abandonado a própria sorte, tendo de enfrentar desafios e perigos similares aos que sofriam os civis nas longas marchas rumo aos Pirineus, na qual inválidos de guerra republicanos, mulheres, idosos,

aproximadamente 1,53 milhões de dólares sob cotação vigente nesta mesma data. Desta forma, é perceptível que, mesmo em tempos de paz, e considerando-se valores médios auferidos no país produtor, a quantia de 10 mil sacas de café ainda mantém altíssimo valor pecuniário.

370 Em 10 de fevereiro de 1939, já estabelecido na cidade francesa de Perpignan (...) afirmou que teria sido o último diplomata a deixar a capital, enfrentando um trajeto arriscado. (Souza,2010)

371 Nos últimos dias da resistência republicana Cunha chegou até mesmo a se encontrar com André Marty, comandante das Brigadas desde sua criação. Durante as últimas semanas Cunha também recebeu promoção para a patente de capitão, conquanto fosse, naquele momento, ato puramente simbólico. Promoções do tipo durante as últimas semanas do conflito também são relatadas por outros estrangeiros, notadamente aqueles que decidiram por permanecer em território espanhol mesmo após a retirada oficial das Brigadas Internacionais ao final de 1938, movimento coordenado com a Comissão de Não-Intervenção, em um momento na qual o governo republicano ainda sonhava com um conflito continental que forçasse seus aliados a intervir em seu favor (Cunha,1986; Carvalho, 2003)

crianças e outros grupos vulneráveis, marchando dezenas ou centenas de quilômetros, foram atacados pela aviação nacionalista em diversos momentos.(Thomas,1965)

Neste contexto, esforços pró-nacionalistas no continente, especialmente dentro do governo argentino, surgiram novamente, dessa vez reforçados pelo colapso militar republicano. Menos de uma semana após M. Ramos comunicar sua fuga para os Pirineus Franceses o embaixador brasileiro em Buenos Aires foi convidado pelo chanceler argentino para discutir novamente o tema do reconhecimento ao governo nacionalista, em uma ação que buscava envolver outros países da região, objetivando uma declaração conjunta deste bloco de países sul-americanos em favor do governo nacionalista:

“Em fevereiro de 1939, Ciro de Freitas Vale comunica a Getúlio que o embaixador brasileiro na Argentina, Rodrigues Alves, havia recebido um chamado do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, para tratar do processo de reconhecimento do governo do General Franco”³⁷²

Este convite, feito ao dia 15/02/1939, foi relatado poucas horas depois pelo embaixador Rodrigues Alves para Cyro de Freitas Valle, secretário-geral do Ministério, primo de O. Aranha e, naquele momento, ministro interino³⁷³, em vista da visita de O. Aranha aos Estados Unidos para tratar da questão da dívida externa e outros temas correlatos, denominada ‘Missão Osvaldo’ por G. Vargas em seu diário. Sentindo a urgência da questão Valle enviou carta urgente para o presidente Vargas, relatando diretamente o fato, fazendo-o antes mesmo de O. Aranha, responsável natural pela intermediação de um comunicado da embaixada em Buenos Aires para o governo. Não obstante a deterioração militar republicana, Valle mostra-se profundamente contrário ao plano argentino, que considera equivocado por motivos oportunistas, chegando a chamar de “Infantil” a atitude do chanceler argentino em seu intento ostensivo de oferecer um reconhecimento multilateral ao governo nacionalista reconhecidamente voltado para “desanimar a resistência do governo republicano”. A eloquência da carta de Valle, e o fato de que se correspondera com M. Ramos durante as semanas anteriores, apontam que este seria um dos poucos outros funcionários do Itamaraty a esposar uma opinião pró-republicana, mesmo em um momento tardio, na qual o desfecho do conflito era iminente e universalmente conhecido:

372 Souza,2010

373 <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vale-ciro-de-freitas>

“Senhor presidente,

O Embaixador Rodrigues Alves telefonou-me ontem à noite a fim de comunicar que o Ministro das Relações Exteriores o chamara para, relativamente aos sucessos da Espanha, dizer-lhe em substância:

I) Que o momento parecia maduro para o reconhecimento do Govêrno nacionalista

II) Que a Argentina se proporia anunciar esse reconhecimento na próxima segunda-feira, dia 20, e buscava o acordo do Brasil, do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia, a fim de que esse ato fosse realizado em conjunto;

III) Que, além de motivos de política interna (que, digo eu, não interessam ao Brasil), o passo da Argentina era justificado pela convicção de que o reconhecimento do General Franco seria de molde a desanimar a resistência do Governo republicano.

Em resposta disse eu ao Embaixador Rodrigues Alves:

I- Que se verificava com essa démarche 374 nova reviravolta na orientação da Argentina e que seria o difícil segui-la mesmo aos que desejassem fazê-lo

II) Que parecia infantil o argumento a respeito de que o reconhecimento, si viesse a efetuar-se, apressaria o fim da guerra;

III) Que, de acôrdo com as ordens de Vossa Excelência, eu havia declarado a várias representações americanas que o Brasil esperaria a solução européia de um caso nitidamente europeu, isto é, aguardaria o resultado dos esforços atualmente desenvolvidos pela Grã-Bretanha e pela França para então tomar decisão definitiva sobre o assunto;

IV) Que não existe de parte do Brasil nem um impedimento para, quando o momento for oportuno, reconhecer o Governo do General Franco, mas que antes nos concertaremos, conforme a combinação feita por ocasião da visita do Ministro Cantillo, com o Govêrno dos Estados Unidos da América.

Aproveito o ensejo para reiterar os protestos do mais profundo respeito com que me subscrevo” 375

374 <https://www.dicio.com.br/demarche/>

375 <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/carta-de-ciro-de-freitas-vale-a-getulio-vargas-sobre-a-proposta-da-argentina-para-o-reconhecimento-do-governo-espanhol-rio-de-janeiro-vol-xxxi-32>



Mapa 5-território republicano durante o final do conflito

Podemos perceber nesta carta a defesa de um ponto de vista americanista, que colocava a ação coordenada com aquele país como condição ‘sine qua non’ antes de cogitar ações que envolvessem o assunto, de forma similar aos primeiros apontamentos de Vargas acerca do conflito, quando, em agosto de 1936, acatou o ponto de vista expresso por O. Aranha, que igualmente defendia ações em conjunto com o governo Roosevelt acima de ações exclusivamente sul-americanas, como intentava o governo argentino. Classificando a questão como “caso nitidamente europeu” Valle chama atenção para as ações franco-britânicas, ressaltando a inconveniência de tomar ações precipitadas antes que os governos europeus mais intimamente interessados com o caso.³⁷⁶ Os eventos envolvendo o tema do reconhecimento ao governo do general Franco se aceleraram a partir deste momento.³⁷⁷ Ao mesmo dia 16/02 J. de Cárcer Y Lassance enviou novamente uma carta para o Itamaraty requisitando o reconhecimento do governo nacionalista, dessa vez com novos argumentos, baseados nos recentes acontecimentos na Espanha. Ao fazê-lo, Lassance denota a existência de uma ação coordenada entre a Junta no Brasil e a chancelaria argentina, tendo em vista que haviam decorrido apenas 24 horas desde o convite para o embaixador Rodrigues Alves. Tal carta fora lida por F. Valle antes de que este redigisse a carta que enviara para Vargas.:

³⁷⁶ Souza (2010) relata que Valle havia recebido uma carta de M. Ramos, datada de 10/02, tratando sobre o mesmo assunto, atentando para a existência de uma amizade prévia entre estes dois diplomatas, que influenciou diretamente a posição cautelosamente americanista e pró-republicana imprimida por Valle. (Souza,2010)

³⁷⁷ Entre 18 de fevereiro e 1º de março, o Itamaraty iniciou uma série de consultas sobre o processo de reconhecimento apresentado por Cárcer y Lassance (Camargo,2016)

“Depois de quase três anos de luta ininterrupta, o Governo Nacional da Espanha ocupa hoje uma posição tão predominante e sólida, que, assim havendo compreendido a grande maioria dos países europeus, com eles mantém relações diplomáticas. (...) O Governo Nacional da Espanha tem todas as características de um Governo legal e preenche todos os preceitos do Direito Internacional”³⁷⁸

Poucos dias depois, ao dia 22/02, o Itamaraty emitiu uma nota telegráfica tratando do reconhecimento, onde é relatado o novo pedido de reconhecimento. Percebemos que nesta circular foi utilizado um trecho da carta de F. do Valle para Vargas, onde se ressalta que o reconhecimento poderia ser oferecido posteriormente, quando se concretizasse a “vitória completa” do exército nacionalista. Naturalmente, tal fato refletia a continuidade na situação interina de Valle, cuja gestão curta compreendeu justamente o período das últimas semanas nas relações brasileiras com o governo republicano espanhol:

“Desejo comunicar que o Governo nacionalista da Espanha voltou a solicitar formalmente seu reconhecimento pelo do Brasil. Nada se opõe em princípio a tal reconhecimento, uma vez que o General Franco consiga vitória completa, ou coisa que seria de desejar, tenham resultado esforços pacificadores atualmente desenvolvidos pela Grã-Bretanha e pela França”³⁷⁹

Apenas dois dias após a emissão desta nota O. Aranha decidiu intervir no assunto, temendo que a atuação de Valle pudesse gerar problemas desnecessários no futuro breve, tendo em vista a iminência do desfecho do conflito militar. Aranha defende o reconhecimento, colocando como ressalva a urgência da situação dos refugiados políticos na sede da embaixada brasileira em Madrid, que não poderia ser desconsiderada pelo ministério.³⁸⁰ A opinião de Aranha prevaleceu junto a Vargas, como ocorrido em diversos outros momentos durante o conflito espanhol. Em entrada de seu diário, datada de 28/02/1939, Vargas relata sua decisão de reconhecer o governo franquista: “Despachei com a Agricultura e Exterior, autorizei o reconhecimento do governo Franco, recebi as credenciais do ministro da Iugoslávia, atendi as audiências”³⁸¹. No dia seguinte, 01/03/1939, o governo nacionalista foi reconhecido de Jure pelo governo brasileiro.

A decisão do Itamaraty, seguindo diretamente o que fora colocado por Vargas no despacho por ele relatado no dia anterior, foi comunicada diretamente a José de Cárcer Y

378 Carta de José de Cárcer y Lassance (Rio de Janeiro) ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil. 16/02/1939, p. 01. AHI

379 “Reconhecimento do Governo da Espanha Nacionalista”. Do Ministério de Relações Exteriores às missões diplomáticas brasileiras. 22/02/1939. AHI, APUD Camargo 2016

380 Correspondência de Oswaldo Aranha e Cyro de Freitas Valle. 24/02/1939. AHI, APUD Camargo 2016

381 Vargas, 28/02/1939

Lassance, coroando os quase três anos de esforços deste indivíduo junto ao governo nacionalista. Os trâmites oficiais junto as autoridades nacionalistas em território espanhol ficaram a encargo da embaixada brasileira em Lisboa, que deveria comunicar-se com o embaixador nacionalista nesta cidade:

“Em resposta, é-me grato comunicar a V.S. que, diante das seguranças apresentadas pelo Governo Nacional quanto à extensão da autoridade permanente e efetiva que exerce sobre grande parte do território espanhol e na esperança de assim apressar o fim da guerra civil, transmiti hoje à Embaixada do Brasil em Portugal instruções no sentido de comunicar oficialmente à Embaixada nacionalista em Lisboa o reconhecimento por parte do Brasil do Govêrno presidido pelo General Francisco Franco”³⁸²

Subitamente desacreditados pelo governo brasileiro os membros remanescentes do corpo diplomático republicano foram rapidamente substituídos, na maioria dos casos diretamente por membros da Junta e Comissão Nacionalistas, concretizando o processo de tomada total do poder por parte dos nacionalistas. No mesmo dia 01/03/1939 o embaixador republicano no RJ entregou pessoalmente as chaves da embaixada ao Itamaraty, que repassou oficialmente o controle da representação para o Cárcer Y Lassance.³⁸³ “O recebimento das chaves entregues da repartição diplomática espanhola no Rio de Janeiro foi feito pelo chefe interino de Gabinete do Ministro de Relações Exteriores” (Camargo,2016). O derretimento do serviço diplomático republicano no Brasil foi célere e concluiu-se durante a primeira quinzena de março.³⁸⁴

Ironicamente, um dos últimos atos do governo brasileiro com relação ao conflito espanhol³⁸⁵ foi um pedido de reconhecimento dos agentes consulares brasileiros em território espanhol, encaminhado para José de Cárcer Y Lassance, “novo” encarregado de

382 Reconhecimento do Governo Nacionalista da Espanha”. Da Secretaria de Estado as Relações Exteriores (Rio de Janeiro) ao Snr. José de Cárcer y Lassance, Representante do Governo Nacional de Espanha. 01/03/1939. AHI. APUD Camargo 2016

383 Quintela (2009) relata evento similar em São Paulo, na qual o cônsul republicano entregou o controle do consulado pessoalmente a um membro da Junta Nacionalista (Quintela,2009)

384 São desconhecidos os paradeiros dos ex-membros do serviço diplomático espanhol, que, da noite para o dia, tiveram seus Exequators removidos e suas sedes tomadas.

385 Unidades republicanas isoladas resistiram por algumas semanas após a queda de Barcelona e Madrid, podendo se considerar o final do conflito militar ao meio de abril de 1939. A partir de então, a luta republicana continuaria por meios armados, empreendida por pequenos grupos guerrilheiros, ativos até o final da década de 1950(Thomas,1965) Milhares de republicanos espanhóis se uniram a resistência francesa anti-ocupação alemã, formando-se unidades inteiras de espanhóis. O brasileiro Apolônio de Carvalho, que evacuara a Catalunha, chegou ao posto de coronel em seus anos de luta anti-ocupação, regressando ao Brasil apenas após o final do primeiro período Vargas, em 1946. (Carvalho,2003)

negócios espanhol.³⁸⁶ A evacuação do consulado de Barcelona, da embaixada em Madrid e outras representações na retaguarda republicana profundamente desorganizara a representação brasileira, situação que constituiu o primeiro foco de uma reaproximação bilateral. A retomada do comércio bilateral foi duramente atingida pela crise econômica e social que caracterizou os primeiros anos do franquismo, cujas políticas repressivas pouco contribuíram para a reconstrução de um país arruinado. Após anos de tentativas frustradas e esforços contínuos, Cárcer Y Lassance foi o responsável por repassar o pedido de reconhecimento de agentes brasileiros em território espanhol. Completou-se assim no Brasil o ciclo desencadeado pelo golpe militar no Marrocos espanhol. Após anos de recusa do reconhecimento De Jure aos nacionalistas, o Itamaraty se viu forçado a requisitar o reconhecimento, iniciando uma nova trajetória nas relações hispano-brasileiras, que se estenderia até o final da década de 1970, com a queda do Franquismo:

“Não estando ainda instalada a Missão diplomática do Brasil junto ao Governo Nacional da Espanha e até que sejam encaminhadas as respectivas Cartas-patentes para a solicitação do “exequatur” do estilo, muito agradecerei a Vossa Senhoria o obséquio de solicitar do seu Governo o reconhecimento provisório dos (...) agentes consulares brasileiros na Espanha” “Reconhecimento provisório dos Consules brasileiros na Espanha”.³⁸⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O derretimento da estrutura militar republicana durante o mês de março de 1939 gerou uma colossal crise humanitária, envolvendo deslocamento forçado de centenas de milhares de civis e dezenas de milhares de mortes, a maioria por execuções In Loco de soldados republicanos capturados e identificados. Uma fuga generalizada para os Pirineus

386 “Com o fim dos conflitos militares ao final de março de 1939, o Itamaraty enviou ao Encarregado de Negócios do Estado franquista, Cárcer y Lassance, uma solicitação do reconhecimento dos agentes consulares no território espanhol” (Camargo,2016)

387 Da Secretaria de Estado as Relações Exteriores (Rio de Janeiro) ao Senhor José Cárcer y Lassance (Rio de Janeiro). 31/03/1939. AHI. APUD Camargo 2016”

e para a costa mediterrânea marcou as ações finais do exército popular republicano, cujos homens, desmoralizados, subnutridos e desprovidos de suprimentos básicos, abandonaram armas e desertaram aos milhares em poucos dias, buscando se evadir da repressão franquista. Colunas de milhares de civis, a maioria crianças, mulheres, velhos e inválidos de guerra, foram atacados em diversos momentos pela aviação nacionalista.³⁸⁸ A escassez de alimentos na zona republicana chegara a níveis desesperadores, levando a morte de centenas de civis, notadamente nos grupos de maior vulnerabilidade. Assistência médica era extremamente limitada e precária, agravando um cenário caótico. Este contexto era de conhecimento do Itamaraty e a maioria das chancelarias americanas e europeias (Thomas,1965)

Não obstante, a crise humanitária foi ignorada pelo Itamaraty em suas últimas ações na Espanha conflagrada. Após reconhecer o governo franquista no início de março a ação preocupação central do Ministério passou a ser o possível retorno dos brasileiros que lutaram como voluntários durante a guerra civil.³⁸⁹ Souza (2010) destaca que, assim como em diversos outros casos, o único membro do Itamaraty na Espanha simpático ao caso foi o ex-embaixador em Barcelona, M. Ramos. Ademais, ressalta que, conquanto padecessem de condições precárias de vida, internados em campos de concentração franceses, juntamente com dezenas de milhares de outros estrangeiros, muitos dos brasileiros que evacuaram a Espanha não desejavam um retorno imediato ao Brasil, tendo em vista que muitos deles eram foragidos da justiça militar, a maioria com mandados de prisão expedidos e por cumprir.

A preocupação primordial do governo brasileiro, no entanto, era de se assegurar de que aqueles condenados, caso retornassem, seriam presos imediatamente.³⁹⁰ Foram ignorados ofícios enviados por M. Ramos e por Sousa Dantas, embaixador brasileiro em Paris. Ramos chegou a visitar dois dos campos de concentração franceses, tendo contato

388 Esta grosseira violação a todas as convenções internacionais sobre direito da guerra foi somente uma das incontáveis atrocidades perpetradas pelas forças nacionalistas durante as últimas semanas do conflito. A. de Carvalho (2003), Gay da Cunha (1986) e outros veteranos estrangeiros da guerra civil descrevem de forma dramática os acontecimentos entre fevereiro e abril de 1939.

389 “Entre 1938 e o início de 1939, outro assunto passou a ser alvo das preocupações do Itamaraty: a repatriação dos brasileiros que lutaram a favor dos republicanos como voluntários através das Brigadas Internacionais” (Souza,2010)

390 “O receio de que esses indivíduos retornassem ao Brasil clandestinamente fez com que a Polícia Política do Rio de Janeiro enviasse ao DEOPS de São Paulo, em março de 1939, uma relação nominal dos "brigadistas brasileiros", juntamente com a solicitação de vigilância nos pontos de desembarque” (Souza,2010)

direto com alguns brasileiros, incluindo A. de Carvalho. Souza (2010) atenta para a existência daquele momento de legislação nacional, adotada em 1938, que previa a perda da cidadania aos brasileiros natos que servissem em exércitos estrangeiros, dispositivo adotado especificamente para tratar do caso espanhol. Frente a este fato, os brasileiros internados nestes campos de concentração foram abandonados a própria sorte, permanecendo internados por um período significativamente mais prolongado em vista da ausência de apelos oficiais junto ao governo francês, situação que auxiliara veteranos de outras nacionalidades.³⁹¹ No primeiro semestre de 1940, o governo francês, em vias de ser acuado e deposto por uma fulminante alemã, fechou os campos de concentração.

Gay da Cunha foi um dos poucos a se evadir da França antes do desastre militar francês, exilando-se na Argentina, tendo em vista que ainda era perseguido no Brasil. José Côrrea, que serviu nas Brigadas Internacionais, relata ter se evadido da prisão ao retornar ao Brasil, pois tinha um primo oficial da marinha, que, fardado, adentrou o navio onde se encontrava e escoltou-o para a segurança, valendo-se de sua patente para evitar a intervenção de marinheiros ou policiais. Inexistem informações sobre mais da metade dos indivíduos nominados na lista do DEOPS, sendo esta lacuna uma das inúmeras a serem sanadas futuramente por novos pesquisadores no assunto. Digno de nota é o caso trágico envolvendo o cabo Hermenegildo Assis Brasil, gaúcho veterano das Brigadas Internacionais, amigo de Cunha, que veio a falecer no campo de concentração de Gurs, no início de 1940, subnutrido e adoecido.³⁹² Somente após a concessão de uma anistia política, durante os últimos meses do primeiro governo Vargas, em 1945, foi suspensa a

391 Por outro lado, existia uma grande massa de voluntários oriundos de países governados por países aliados ao eixo, as quais se quedaram em virtuais apátridas, impossibilitados de retornar aos países de origem. Esta situação era particularmente dramática para alemães, austríacos italianos, húngaros e poloneses. Centenas aceitaram uma proposta francesa, já durante a II guerra mundial, para se alistar na Legião Estrangeira Francesa. Muitos destes homens participaram posteriormente da resistência à ocupação alemã, assim como o fizera A. de Carvalho. (Souza,2010)

392 M. Ramos chegou a ver Assis Brasil ainda vivo, já debilitado, em visita sua ao campo de concentração em Gurs. Seu caso foi relatado ao Itamaraty como urgente. Lamentavelmente, este foi ignorado, tendo em vista que Assis era um dos foragidos da Justiça Militar. À parte de A. Brasil, existem dois outros cidadãos brasileiros comprovadamente mortos durante o conflito. O primeiro, Êneas Côrrea de Andrade, único brasileiro a servir na aviação republicana, morreu em ação ao final de 1937, em circunstâncias pouco conhecidas. (Battibugli,2002) O segundo envolveu o tenente Alberto Bessouchet, o primeiro brasileiro a se dirigir para lutar na Espanha, ainda em 1936. Diferentemente dos outros brasileiros, que ingressaram nas Brigadas Internacionais ou no Exército Popular Republicano, Bessouchet serviu na milícia do POUM, no mesmo período que o inglês George Orwell serviu a mesma, descrita em seu célebre “Homage to Catalonia”, publicado ainda durante o conflito, em 1938. Dissidente do PCB, Bessouchet era considerado militante trotskista, posição referendada pelo PCB em correspondência ao PCE. Foi um entre as dezenas de estrangeiros filiados ao POUM ‘liquidados’ durante os distúrbios de maio de 1937. (Karepovs,2006).

cassação a cidadania do conjunto de brasileiros que serviram como voluntários na Espanha.³⁹³

Entre os oficiais brasileiros haviam cabos, sargentos, tenentes, capitães e um major. Alguns destes serviram na XII brigada internacional, junto aos batalhões Garibaldi (italianos) e George Washington (estadunidenses e caribenhos), enquanto alguns outros, fluentes em castelhano, serviram diretamente no exército republicano valendo-se de passaportes falsos de espanhóis mortos. O número de brasileiros comprovadamente envolvidos diretamente na guerra civil gira em torno de 35 a 40 indivíduos, número similar ao apresentado pelo DEOPS em sua lista oficial. (Battibugli,2002) Entre os que serviram na XII brigada Garibaldi estavam: David Capistrano da Costa, Néilson de Souza Alves, Delcy Silveira, Dinarco Reis, Homero de Castro Jobim, e alguns outros. Entre aqueles que serviram junto ao exército republicano destacam-se Apolônio de Carvalho e Carlos da Costa Leite, ambos oficiais de artilharia, um dos setores mais precários do exército republicano.³⁹⁴

Entre os imigrantes residentes no Brasil que lutaram na Espanha destacamos o imigrante judeu Tchecoslovaco Ernest Yosk, que, em 1937, fora deportado do Brasil para a Alemanha Nazi em razão de sua militância política, de forma bastante similar ao ocorrido com Olga Benário. Porém, Yosk, já detido e deportado, conseguiu escapar quando o barco que o transportava para a Alemanha fez uma escala no porto francês de Le Havre, onde os estivadores, previamente avisados por estivadores brasileiros do PCB, tinham conhecimento da presença de Yosk e outros prisioneiros políticos, interditando o navio e detendo a tripulação por tempo suficiente para libertar todos os prisioneiros. Posteriormente Yosk dirigiu-se à Espanha, sobrevivendo ao conflito espanhol.³⁹⁵

393 Lastimavelmente o legado destes heróis brasileiros é profundamente negligenciado pela historiografia brasileira, sendo conhecido somente em círculos acadêmicos diminutos. Battibugli (2002) trata diretamente deste tema em sua dissertação de mestrado, constituindo uma das principais fontes sobre o tema no Brasil. Fernandez (2003) trata do mesmo tema, também em dissertação de mestrado, oferecendo importantes aportes. J.C Meihy (2011), docente emérito da Universidade de São Paulo, trata do tema sob o ponto de vista da história oral. Meihy descreve a trajetória de cinco destes veteranos brasileiros, com a qual teve contato e registrou diversas entrevistas, sendo um destes A. de Carvalho.

394 Em seu Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (IHBB) o CPDOC/FGV dispõe de dados biográficos sobre alguns destes veteranos brasileiros: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/besouchet-alberto-bomilcar>; <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/davi-capistrano-da-costa>; <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-gay-cunha>; <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leite-carlos-da-costa>

395 Tragicamente, Yosk, após o conflito, foi preso na França durante a ocupação alemão, vindo a falecer em um campo de concentração durante a guerra mundial. (Souza,2010)

A eclosão da guerra mundial em setembro, literalmente seis meses após o reconhecimento brasileiro, dificultou a recuperação nos fluxos comerciais hispano-brasileiros, fato que só se fez possível nos anos seguintes ao conflito. Porém, as relações políticas entre o governo Vargas e o governo Franco se mantiveram amistosas nos anos seguintes. Neste sentido, após o rompimento brasileiro de relações com o eixo, em 1942, movimento que antecedeu a declaração de guerra, o MNE espanhol assumiu os interesses brasileiros naqueles países, exercendo sua suposta neutralidade. (Souza,2010) O ‘Generalísimo’ passou o resto de seus dias no poder, vindo a falecer ao final de 1975. Certamente cultivou apreço pelo café brasileiro até sua morte. Seu legado perdura em uma Espanha contemporânea monárquica. A aproximação de referendo de independência Catalã³⁹⁶ é um dos muitos desafios contemporâneos a continuidade do legado autoritário do Franquismo.

Ao longo de nossa análise podemos perceber como as ações brasileiras no contexto da guerra civil espanhola seguiram um padrão coerente. A percepção negativa sobre o governo republicano, que já era profunda antes do conflito, se exacerbou após o sucesso parcial do golpe militar espanhol. As representações do Itamaraty na Espanha, divididas entre as duas zonas conflagradas, foram praticamente unânimes em sua indisposição com o governo republicano em guerra, enquanto, aos nacionalistas, foram concedidas benesses desde as primeiras semanas do conflito. Tal situação, permanentemente adversa aos interesses do governo republicano no Brasil, perdurou durante todo o conflito. Ademais, além de agir de forma pouco amistosa com os representantes republicanos no Brasil, o governo chegou a prender centenas de pessoas por atividades ligadas ao apoio ao governo republicano, notadamente no caso dos Centros Republicanos, chegando a deportar dezenas de estrangeiros do território nacional, muitos dos quais fuzilados em território franquista durante os primeiros meses do conflito.

Ao mesmo tempo, observamos a construção de um esforço governamental sistêmico, envolvendo diretamente autarquias federais, o Itamaraty, membros das forças armadas, e outros setores, no sentido de prover as forças armadas nacionalistas com quantidades colossais de açúcar e café, a imensa maioria concedida como doativo ou sob condições facilitadas de compra, frete, seguro e tributação. Bebendo café brasileiro,

396 https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/09/internacional/1496992021_200661.html. Este referendo prevê consulta popular sobre a independência Catalã sob um governo republicano. Desta forma, o republicanismo surge novamente no horizonte espanhol.

adoçado com açúcar brasileiro, dezenas de milhares de soldados nacionalistas avançavam progressivamente contra a república espanhola.³⁹⁷ Durante todo o conflito a Junta e a Comissão Nacionalistas desenvolveram extensas atividades, em diversas cidades brasileiras, sem serem incomodadas pelo governo, nem mesmo após a adoção de legislação nacional versando sobre a proibição de atividades políticas organizadas por estrangeiros. (Souza,2006)

Porém, não obstante o cenário profundamente favorável que as autoridades oficiosas nacionalistas desfrutaram durante a totalidade do conflito, o objetivo máximo nacionalista, qual seja, o reconhecimento do Estado de Beligerância e da Junta de Burgos, não foi alcançado, tendo sido negado em diversas oportunidades. Ao negar este conhecimento, o governo brasileiro mantinha uma postura de neutralidade oficial com relação ao conflito, situação reafirmada perante outros governos, tais como nas circulares telegráficas 1098 (08/1936), 1116 (04/1937) e 1148 (09/1937). Ademais, ao negar este reconhecimento, o governo Vargas manteve uma postura contínua de alinhamento ao governo estadunidense no tocante ao tema espanhol, garantindo a continuidade da preocupação exposta por Vargas em seu telegrama de 13/08/1936³⁹⁸ e reafirmada em sua carta de 17/08/1936.³⁹⁹

Tal postura era diretamente condizente com as observações de O. Aranha sobre o conflito, na qual a crítica ao governo republicano colocava a ressalva fundamental de que, mesmo que o governo adotasse uma postura pró-nacionalista no plano objetivo, esta deveria ter como limite o reconhecimento ao Estado de Beligerância e a Junta de Burgos, que não deveriam ser concedidos enquanto tal ação pudesse oferecer problemas com o governo estadunidense⁴⁰⁰, situação que somente se modificou quando o desfecho do

397 “Entre agosto de 1936 e julho de 1937. No decorrer desse tempo, foram embarcados 639.300 quilos de café para o território espanhol continental, as Canárias e o Marrocos” (Camargo,2016). Levando em conta o efetivo total do exército nacionalista naquele momento, percebemos que foram providos mais de 2kg de café per capta. Ao mesmo tempo, o café tornou-se um item extremamente escasso na zona republicana. Ironicamente, boa parte do café disponível ao exército republicano vinha de doações organizadas pelo CPUS, que utilizava parte das contribuições monetárias para a causa republicana para a compra de café importado brasileiro, posteriormente remetido para a zona republicana com outros donativos. (Carroll,1993)

398 “Peço informações [caráter reservado] se governo americano pretende fazer declarar neutralidade a guerra civil espanhola” Telegrama de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro. GVc1936.08.13 (Vol. XXIII/50). CPDOC/FGV.

399 “Tenho resistido, porém, e dai o meu telegrama, sobre a possível atitude do Governo Americano” Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha. Rio de Janeiro. GVc1936.08.17 (Vol. XXIII/50). CPDOC/FGV
400 Neste mesmo sentido Souza (2010) ressalta a relação entre a postura de neutralidade oficial brasileira e a política isolacionista estadunidense: “A neutralidade adotada pelo governo Vargas diante da guerra civil

conflito era previsível e iminente. ⁴⁰¹Tal posição prevaleceu sobre a posição dos chanceleres M. Soares e P. Brandão, defensores ostensivos do reconhecimento e grandes interlocutores da causa nacionalista dentro do governo. Ao mesmo tempo, ao oferecer substancial apoio material e político aos nacionalistas, o governo brasileiro agiu em conluio, direto ou indireto, com Alemanha e Itália, os grandes provedores das forças nacionalistas do início ao fim do conflito. Incapaz estruturalmente de oferecer apoio bélico do tipo oferecido por Berlim e Roma, o governo Vargas repetiu o que vinha fazendo desde seus primeiros meses, oferecendo o que o Estado Brasileiro vinha oferecendo ao estrangeiro desde o final do século anterior, café in natura ensacado.

Concluimos aqui nossos apontamentos, ressaltando a existência de inúmeros pontos nebulosos sobre nossa temática, a serem explorados futuramente. Quase oitenta anos após seu desfecho, o conflito civil espanhol continua a oferecer oportunidades de pesquisa inestimáveis, dentro e fora do Brasil. Ademais, sublinhamos o promissor desenvolvimento do campo de estudos de História da Política Externa Brasileira, cujo crescimento célere contemporâneo se faz possível graças a pioneiros do tema, tais como Gerson Moura, Stanley Hilton e outros. Assim sendo, buscamos no presente nos agregar aos esforços destes, seguindo a estrada aberta por aqueles que, antes de nós, se lançaram ao estudo sistêmico desta temática, quando poucos, ou ninguém, o faziam, resistindo a preconceitos acadêmicos e institucionais de seu tempo.

FONTES CONSULTADAS

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

da Espanha pode ser interpretada como uma medida de alinhamento à política externa norte-americana, que neste momento, pregava a não intervenção nos assuntos exteriores”

401 O governo estadunidense optou por adiar o reconhecimento ao governo franquista até o dia 01/04/1939, data na qual era atestável a vitória total dos nacionalistas e a completa cessão de resistência armada republicana (Padelford,1939). Este autor oferece em sua obra a cronologia do reconhecimento franquista pelo mundo.

- Albuquerque, Jose Augusto Guilhon (Org.). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). 2ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006
- Batibuggli, Thaís. A militância antifascista: comunistas brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 2002.
- Beevor, Antony. A batalha pela Espanha. 1ed. RJ: Editora Record, 2007
- Bueno, Clodoaldo; Cervo, Amado Luiz. “História da política exterior do Brasil”. 2ed. Brasília: Editora UNB, 2002
- Camargo, Fernando Furquim de. “O Brasil e a Guerra Civil Espanhola: fluxos econômicos e negociações oficiosas (1936-1939). Tese de doutorado em História Social, FFLCH/USP, São Paulo 2016
- Carneiro, Maria Luíza Tucci; Souza, Ismara Izepe de. “República Espanhola: um modelo a ser evitado”. 1ed. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001
- Carone, Edgar. O Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- Carvalho, Apolônio de. Vale a pena sonhar. 1ed. RJ: Editora Rocco, 2003
- Carroll, Peter N. “The odyssey of the Abraham Lincoln brigade”. 1 ed. Stanford: Stanford University Press, 1994
- Cunha, José Gay da. Um brasileiro na Guerra Civil Espanhola. São Paulo: Alfa- Omega, 1986.
- D'Araújo, Maria Celina. "O Estado Novo".2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2000
- _____”Entre a Europa e os Estados Unidos: Diálogos de Vargas com seu diário”, Luso-brazilian review, Madison, V. 34, No. 01, p.17-41, 1997
- D’Azevedo, Soares. “Espanha em Sangue: O que vi e sofri”. Rio de Janeiro: Cruzada da Boa imprensa, 1936
- Dulles, John Foster. “O comunismo no Brasil 1930-1945”. 1ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985
- Esteves, Diniz. “Documentos Históricos do Estado-maior do Exército”. 1ed. Brasília: Editora do Estado Maior do Exército,1996
- Fernandez, Jorge Christian. “Voluntários da liberdade: militares brasileiros nas forças armadas republicanas durante a guerra civil espanhola (1936-1939) ”. Dissertação (mestrado em história) CCH, UNISINOS, São Leopoldo, 2003
- Filho, Gisálio Cerqueira; Gislene Neder. “Ecos da segunda república e da guerra civil no Brasil”, Revista tempo, Niterói, No. 08, P. 89-109, 1998
- Fisher, Harry. “Comrades: tales of a brigadista in the Spanish civil war”. 2ed. Lincoln: University of Nebraska Press, 1998
- Gambini, Roberto O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.

Gimenéz, Esther Gambí. “El poder de la información: la guerra civil española y la prensa em Brasil”, *Comunicación y pluralismo*, Salamanca, No. 03, P. 141-158, 2007

_____. “Republicanos y franquistas em Brasil: La guerra civil al otro lado del Atlántico”, *Studia historica. história contemporânea*, Salamanca, No. 24, P.01-18, 2006

Hilton, Stanley E. *Brazil and the Post-Versailles: World Elite Images and Foreign Policy Strategy, 1919-1929*. *Journal of Latin American studies*, Cambridge, Vol.12, No.02, P. 341-364, Nov. 1980

_____. ”Brazilian diplomacy and the Washington “Axis” during the world war II era”, *The Hispanic American historical review*, Durham, Vol. 59, No. 02, P. 201-231, maio 1979

Hobsbawn, E.J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. 2 ed. São Paulo: Cia das letras, 1995

Howson, Gerald. “Arms for Spain: the untold story of the Spanish civil war”. 1 ed. Nova York: St. Martin Press, 1999.

Jackson, Gabriel. “A república espanhola e a guerra civil 1931-1939” vol. 1 e 2. 3 ed. São Paulo.1965

Karepovs, Denis. “Luta Subterrânea - o Pcb Em 1937-1938”. São Paulo. Editora Unesp. 2003

_____. “O “caso Besouchet” ou o lado brasileiro dos O “caso Besouchet” ou o lado brasileiro dos “Processos de Moscou” pelo mundo”. *O Olho da história*. 2006

Lopes, Roberto. “Diplomatas e espiões: A influência nazista no Itamaraty e os documentos do FBI sobre as autoridades brasileiras suspeitas de colaborarem com a Alemanha de Hitler”, 1ed. São Paulo: Discovery publicações, 2012

Martinez Ruiz, Elena. *Guerra Civil, Comercio y Capital Extranjero. El sector exterior de la economía española (1936-1939)*. *Estudios de História Económica*, no. 49. Madrid: Banco de España, 2006.

Matthews, Herbert L. “Metade da Espanha morreu: reflexões atuais sobre a guerra civil espanhola”. 2ed. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira Ltda, 1975

Meihy, José Carlos S. B. “A revolução possível: história oral de soldados brasileiros na guerra civil espanhola”. 1ed. São Paulo: Xamã Editora Ltda, 2009.

_____. *O Brasil no contexto da Guerra Civil Espanhola*, *O olho da história*, Salvador, No. 02, 1997

_____. *De Profundis, à guisa de apresentação*. In: Meihy, José Carlos S. B. (Org.). *Guerra Civil Espanhola 70 anos depois*. 1ed. São Paulo: Edusp, 2011

Marques, Alexandre Kohlsrauch. *A Questão Ítalo-Abissínia: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha*. 2008

Morais, Fernando. “Olga: A vida de Olga Benario Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas”.12 ed. Sao Paulo: Editora Alfa-Omega, 1987

Morata, Federico Bravo. *La república y el ejercito*, 1ed. Madri: Editorial Fenícia,1978

Motta, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

Moura, Gerson. “Relações exteriores do Brasil:1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a segunda guerra mundial”, relançamento editora FUNAG, Brasília, 2013

_____. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. “Estados Unidos e América Latina”, 2ed. São Paulo: Editora Contexto, 1991

Negrão, João Henrique Botteri. Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola. São Paulo: Associação Editorial Humanitas e FAPESP, 2005.

Neto, Lira. “Getulio 1930-1945: Do governo provisório a ditadura do Estado Novo”. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

Orwell, George. Lutando na Espanha, 1 ed. RJ: Editora Globo, 2006

Padelford, Norman J. “International Law and Diplomacy in the Spanish Civil Strife” 1ed. Toronto: The Macmillan Company, 1939

Payne, Stanley G. “The collapse of the Spanish republic (1933-1936) ” 1ed. New Haven: Yale University Press, 2006

Pinheiro, Leticia de Abreu. “Política Externa Brasileira (1889-2002) ”, Rio de Janeiro, 1ed. Jorge Zahar editor ltda, 2004

Pino, Bruno Ayllon. Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña (1979-2000). Madrid: Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, 2004.

_____. “Las relaciones culturales em la agenda bilateral hispano-brasileña: revista de cultura brasileña la mirada española hacia Brasil”, Madrid, No. 03, P. 15-69, mar. 2005

Preston, Paul. “The Spanish civil war: reaction, revolution and revenge” 3 ed. Nova York: Harper Collins Publishers, 2006.

Quintela, Antón Corbacho. “A aculturação e os galegos do Brasil: o vazio Galeguista”. Tese (doutorado em filologia galega), Faculdade de filologia, universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2009

Rodrigues, Pedro. “Brasileiros na Espanha” In: Temas das Ciências Humanas. São Paulo, volume 9, 1980, pp. 125-128.

Sada, Juliana & Valente, Rodrigo. "Como o café brasileiro enriqueceu o ditador espanhol Francisco Franco", 1806/2016. Disponível in: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/44469/como+o+cafe+brasileiro+enriqueceu+o+ditador+espanhol+francisco+franco.shtml>>. Acesso em 08/05/2017.

Sanz, Rosa Pardo. “Diplomacia y propaganda franquista y republicana en América Latina durante la guerra civil española”, Casa del tiempo, Ciudad de Mexico, Vol. 04, No. 24, P. 146-152, Out. 2009

Seitenfus, Ricardo. “Quatro teses sobre a politica externa brasileiras nos anos 30”. 2006

Setemy, Adrianna Cristina Lopes Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). 2013 Tese de doutorado História Social, PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro

Silva, Allexandra Mello e. “Ideias e política externa: a atuação brasileira na liga das nações e na ONU”, revista brasileira de política internacional, Rio de Janeiro, Vol. 41 No. 02, P.139-158, 1998

Souza, Carlos Alves de. Um embaixador em tempos de crise. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora S.A, 1979

Souza, Ismara Izepe de. ”Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Espanha e Brasil (1936-1960) ” 2009. Tese (doutorado em história), FFLCH, USP, São Paulo, 2009.

_____. Solidariedade Internacional: A comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a Polícia Política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005

_____. “A diplomacia brasileira e a guerra civil espanhola”, In: Meihy, José Carlos S. B. (Org.). Guerra Civil Espanhola 70 anos depois. 1ed. São Paulo: Edusp, 2011

Tapia, Alberto Reig. A Guerra Civil Espanhola: historiografia e revisionismo”. In: Meihy, José Carlos S. B. (Org.). Guerra Civil Espanhola 70 anos depois. 1ed. São Paulo: Edusp, 2011,

Thomas, Hugh. The Spanish civil war. 3 ed. Londres: Penguin books, 1965.

Vargas, Getúlio Dornelles; Vargas, Alzira. Diário pessoal Volumes 1 e 2. 1ed. São Paulo. Editora Saraiva, 1995

Weimlinger, Cherri. “The Italo-Ethiopian dispute, world opinion and the economics of Peace during the inter-war period”, 2012

Warner, Geoffey. France and Non-Intervention in Spain, July-August 1936. International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-), Vol. 38, No. 2 ,1962, pp. 203-220

FONTES DOCUMENTAIS IMPRESSAS E DIGITAIS

Documentação Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) publicada por Cadernos do CHDD. 2006, Números 09,21 e 22. digitalizado pela FUNAG(fundação Alexandre de Gusmão)

Circular telegráfica 535, AHI 317/02/13

Circular telegráfica 1029, AHI 119/05/04
Circular telegráfica 1079, AHI 119/05/06
Circular telegráfica 1098, AHI 119/05/06
Circular telegráfica 1116, AHI 119/05/06A
Circular telegráfica 1148, AHI 119/05/06A

Acervo digital do Arquivo do CPDOC/FGV, disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base>

Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas GV. c. 1935.07.30/02 Washington, Rio de Janeiro (Vol. XIX/16a e 16b).

Carta de Getúlio Vargas Oswaldo Aranha a GV. C. 08.02.1935/01 Washington, Rio de Janeiro (Vol. XIX/16a e 16b).

Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas GV. C. 10.15.1935 Washington (Vol. XIX/71).

Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha GV. c. 10.16.1935 Rio de Janeiro (Vol. XIX/73)

Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas C. 11.20.1935 Washington (Vol. XX/29).

Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas GV c 1935.12.03/1 Washington (Vol. XX/47).

Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, GV c 1936.05.00 (Vol. XXII/54). Washington.

Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas: GV c 1936.03.20/3. Washington (Vol. XXI/74).

Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas (GV. c. 05.12.1936) GV, Rio de Janeiro (Vol. XXII/42)

Telegrama de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha, GV c 1936.08.13 (Vol. XXIII/50). Rio de Janeiro.

Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha, OA cp 1936.08.17/1. (Vol. XXIII/50). Rio de Janeiro.

Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, GV c 1936.08.26 (Vol. XXIII/58). Washington

Carta de Francisco Franco a Getúlio Vargas, GV c 1936.10.29/1 (Vol. XXIV/44) Salamanca.

Telegrama de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, GV c 1936.09.15 Washington (Vol.XXIII/69)

Telegrama de Alcebíades Peçanha a Getúlio Vargas GV c 1936.11.07 (Vol. XXIV/55a). Madri

Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, GV c 1937.06.04/1 (Vol. XXVI/54). Washington.

Telegramas entre Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas, GV c 1937.07.12 (Vol. XXVI/80a e 80b). Washington, Rio de Janeiro.

Carta de Ciro de Freitas Vale a Getúlio Vargas, GV c 1939.02.17 (Vol. XXXI/32). Rio de Janeiro

6.Periódicos consultados

“Folha da manhã”, disponível em acervo digitalizado: <http://acervo.folha.com.br/fdm>

“The Communist”, Edição de 11/1936, disponível digitalizado in: <https://www.marxists.org/history/usa/pubs/communist/v15n11-nov-1936-communist.pdf>

“El Heraldo de Madrid”, Disponível em hemeroteca digitalizada in: <http://hemerotecadigital.bne.es/results.vm?a=384902&d=creation&d=1936&d=03&d=01&d=1936&d=03&d=31&t=%2Bcreation&l=600&l=700&s=0&y=1936<es>

ANEXOS

Anexo 01- Regras dispendo sobre as condições para apresentação de denúncias de violação das normas do pacto de Não-Internvenção. In: Padelford, Norman J. "International Law and Diplomacy in the Spanish Civil Strife" ,1939.

"The rules, as announced at the close of the fourth session, September 28, were in substance as follows:

:

- (1) hope is expressed that few complaints will be received by the Committee;
- (2) if such are received, the Committee will examine and verify the exactitude of the facts;
- (3) the Committee will proceed with the least possible delay;
- (4) the Committee shall not entertain a complaint unless it emanates from a responsible source and is considered as of sufficient importance and based on undoubted grounds of evidence;
- (5) only complaints received from governments participating in the international accord will be considered and examined;
- (6) the Committee believes a government should not submit a charge unless it has taken reasonable measures to assure itself that the claim is justified and sufficiently important to submit, even though it be obviously impossible for a government to determine without discussion whether a violation has or has not been committed;
- (7) all complaints shall be submitted in writing to the secretary who will distribute them at once to all members;
- (8) on the submission of a complaint the president will communicate with the representative of the government charged with violation and demand that his government furnish the committee with "such explanations as are necessary to determine the facts in the case";
- (9) after the reception of the observations, the Committee will take the steps which appear to it to be necessary in each case to determine the veracity of the charges

Anexo 2- Memorial de Odette Carvalho e Sousa para o chanceler José Carlos de Macedo Soares (Transcrito por João Henrique Bottieri Negrão em “Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da guerra civil espanhola”, 2005)

MEMORIAL

Para Sua Excellencia o Senhor Ministro de Estado. Doutor José Carlos de Macedo Soares
28 de janeiro de 1936.

CREAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÕES (SEI)

Cumprindo as ordens de Vossa Excellencia, tenho a honra de expor os motivos que militam a favor da criação de uma Secção especial junto aos serviços do Itamaraty, para tratar da obra de repressão ao comunismo, mediante o estudo especializado da doutrina marxista, methods de propaganda bolchevista, sua infiltração no nosso e meios de combate-la de maneira prática e efficiente. Conquanto o trabalho de investigação pareça a primeira vista, de competência exclusiva da policia, pode, entretanto, o Itamaraty prestar, também bem comprovado multiplas vezes.

I- Devido o character internacional do comunismo e ao seu principio de revolução mundial, a luta anti-bolchevista dese ser emprehendida no terreno internacional, estabelecendo uma estreita ligação a acção de todos os paíze contra o Kanintern. Só poderá ser levada a efeito pelo Itamaraty

II- Fiel ao principio da revolução mundial, o Governo da URSS procura todos os meios. legaes e illegaes, para precipitar o advento da mesma. As suas manobras na politica internacional, a sua adhesão á Sociedade das Nações, e a sua intromissão na politica

interna de cada país, obedecem exclusivamente aquella finalidade. As nossas missões diplomaticas constituem optimos póstos de observancia e poderão fornecer ao Itamaraty dados e informações preciosas sobre a acção, as tactics e as palavras de ordem lançadas por Moscou para estender ao mundo inteiro a sua obra nefasta de destruição. Conhecendo, assim, a manobra do inimigo, mais facil seria precavermo-nos, previnirmo-nos e combatel-o

III. Sendo a III Internacional o estado maior da revolução mundial, e visto se compor a mesma dos PP.CC do mundo inteiro, sobre a direção suprema do PC russo, e seu Seretário Geral, Stalin, não distinguem nacionalidades os maioraes moscovitas, razão pela qual a acção bolchevista nos diferentes pazes é levada a effeito por elementos estrangeiros. O mesmo se tem verificado no Brasil, onde a revolução de 27 de Novembro de 1935 foi financiada e dirigida por elementos estrangeiros. Aos nossos Consulados, cabe, neste sentido, papel preponderante>

Evitando a vinda de elementos extremistas e indesejáveis, negando-lhes o visto no passaporte, ou difficultando-os individuos suspeitos.

Facilitando a acção policial, fornecendo informações e dados sobre os antecedentes de individuos presos ou suspeitos que já se encontram no Brasil, ou auxiliando a policia na localização daquelles que conseguiram fugir á acção policial, sejam nacionaes ou estrangeiros.

Prevenindo da vinda de elementos suspeitos, ou da introducção no Brasil de material de propaganda, etc.

Tanto as nossas representações diplomaticas ou consulares como as missoes diplomaticas e consulados acreditados junto ao nosso Governo, são chamadas a colaborar de maneira efficaz nos processos de expulsão de indesejáveis extremistas.

Não podendo levar a effeito a revolução sem armas, sabemos, sobejamente, que multiplos meios empregam os maioraes bolchevistas para a introducção clandestina de material bellico no país. Nem será preciso encarecer a valiosa collaboraçao que nesse sentido podem prestar as nossas missões diplomaticas e consulares.

O Itamaraty mantem constante e estreita ligacão com as Instituções Internacionaes incumbidas do combate ao comunismo. São preciosas as informações que as mes- mas prestam ao mundo inteiro, podendo, assim, a secção especializada reunir e coordenar as

mesmas, para transmittil-as as autoridades mais directamente interessadas, á Policia e Ministerios militares. O mesmo deverá fazer com as informações que recebe das nossas missões diplomáticas e consulares no exterior, bem como com as que lhe são fornecidas pelas missões diplomáticas e consulares acreditadas junto ao nosso Governo. Alem dos presentes motivos de ordem geral, poderíamos citar os serviços relevantes, e já comprovados, prestados pelo Itamaraty na obra de prevenção e repressão ao comunismo. Por serem os de maior importancia, citaremos os seguintes:

Deve-se ao Itamaraty, e as informações positivas e concretas prestadas perante o Conselho Federal do Comercio Exterior, incumbido do estudo do assumpto, não Ter o Brasil reconhecido os Soviets, e, notadamente, não Ter autorizado a installação do Yuyamtorg no nosso paíz, o que, longe de favorecer o nosso comercio exterior constituiria, unicamente, um importante e perigoso foco de acção moscovita no Brasil e no continente.

Collaborou o Itamaraty nos trabalhos de elaboração da Lei de Segurança Nacional, collaboração elogiada em visita a Vossa Excellencia pelo seu proprio relator na Camara, Deputado Henrique Bayna, que solicitára a Vossa Excellencia a cooperação do Ministério do Exterior

Denunciou o Itamaraty, em tempo oportuno, as verdadeiras finalidades da ANL, enviando a todos os nossos Ministérios, as autoridades mais directamente interessadas, e a todos os Governadores de Estado, um recorte do "Pravda" de Moscou, com a photographia de Luis Carlos Prestes, contendo sobre o mesmo um artigo, no qual ficava evidenciado o caracter comunista daquelle pretendido partido politico.

Com a devida antecedencia, previu o Itamaraty, e preveniu as toridades competentes, das manobras da ANL e do próximo rompimento da revolução comunista no Brasil, como já denunciara também a presença de Luís Carlos Prestes no nosso paíz

Após a revolução de Novembro de 1935 prestou á Policia do Distrito Federal a sua constante collaboração, devendo-se ás indicações precisas do lamaraty a prisão de Harry Berger (nome, rua e numero de sua residencia bem como a descoberta da verdadeira identidade do chefe supremo da revolução comunista no Brasil.

Proporíamos, assim, a criação dos SEI do Itamaraty, dirigidos por um chefe especializado no assumpto, funcionando em sala propria e com auxilio de duas dactylografas que deverão ser de confiança imediata do Chefe, até que, mais tarde, possam ser ampliados aquelles serviços com pessoal competente e adequado.

A titulo de experiencia, poderão mesmos funcionar, durante a tempo sob a direcção dos Negocios Politicos e Diplomaticos, não só devido ao caracter politico daqueles serviços, como também para ficar melhor integrado aos serviços do Itamaraty.

Comprovada, entretanto a eficiencia dos SEI, conviria que ficassem directamente subordinados ao Ministerio de Estado, passando a funcionar como addidos as Gabinete, devido, não só ao caracter confidencial e muitas vezes secreto dos assumptos que lhe são submetidos, como também devido á urgencia com que devem sempre ser resolvidos, pois o factor tempo constitue elemento essencial para a eficiencia da acção de prevenção e repressão ao comunismo. De tal forma, ficaria, assim, mais restricto o conhecimento da documentação pertencente aos archivos dos SEI, e, tendo em vista, a responsabilidade do que se reveste a solução dos assumptos dependentes daquelles serviços, seria da maior conveniencia que fossem os mesmos resolvidos sob a orientação e aprovação imediata do Senhor Ministro de Estado.

Odette de Carvalho e Souza.

Anexo 3- Projecto de portaria creando os “Serviços de Estudos e Investigações” do Itamaraty (S.E.I)

352.343

500.1

Considerando que é o comunismo uma seita de caráter internacional, que visa a implantação do regimen soviético em todo o universo, mediante á revolução mundial;

Considerando que é a URSS, base da revolução mundial e, tem intensificado sempre mais a sua acção na politica internacional, visando a realização de planos subversivos

Considerando que o Komintern, Ministerio Sovietico para a revolução mundial, reúne em seu seio os Partidos Comunistas do mundo inteiro, compreendido o PC. brasileiro, procura infiltrar-se, por todos os meios, na politica interna de cada paíz, visando a implantação do comunismo em todos eles;

Considerando que as missões diplomaticas e consulares constituem optimos pontos de observacao, capazes de prevenir, esclarecer ou denunciar as manobras comunistas no terreno internacional e nacional de cada paíz, e suas ligações com a acção que o Komintern vem realizando no Brasil;

Considerando a valiosa e pratica colaboração que os Ministerios Mlitares, Ministerio da Justiça, e á policia, pode prestar o Itamaraty na obra de prevenção e repressão contra o comunismo, servindo-se de suas representações diplomaticas e consulares no estrangeiro para providenciar sobre trabalhos de investigação, prestarem informações ou esclarecimentos, etc,

Considerando os relevantes serviços que podem prestar os cónsules, evitando a entrada no paiz de elementos suspeitos, ou denunciando as nossas autoridades aquelles que aqui já estão ou prestes a entrar;

Considerando a fiscalização que, devido suas funcções, podem exzercer os Consules quanto á entrada de material bellico ou material de propaguada destinado revolução;

Considerando a estreita ligação que o Itamaraty mantem com as Instituições internacionais destinadas á propaganda contra o comunismo e contra a acção da III Internacional;

Considerando os reaes e valiosos serviços já prestados pelo Itamaraty na obra de prevenção e repressão contra o communismo:

Considerando, finalmente a eficiencia comprovada dos "Serviços de Estudos e Investigações" do Itamaraty, que durante um ano visos 1936/1937) funcionou a titulo de experiencia;

O MINISTRO DE ESTADO INTERINO DAS EXTERIORES resolve crear os "serviços de Estudos e Investigações" do Itamaraty, (S.EI), destinados ao estudo da doutrina marxista, dos meios de propaganda e luta contra o communismo, estudo das questões sociais e tudo quanto se relacione com o problema anti-communista no Brasil, devendo manter com os Ministerios Militares, Ministerio da Justiça, e com a Policia do Districto Federal, uma estreita ligação na obra de prevenção e repressão contra o extremismo subversivo. Os SEI, deverão funcionar sob a chefia de um funcionario que tenha sobre o assumpto estudos especializados, e da confiança immediata do Senhor Ministro de Estado. Serão condições essenciaes, alem da competencia technica, a eficiencia comprovada, a acção rapida e a máxima desrição

Os SEI deverão funcionar sob a direção immediata do Senhor Ministro de Estado, como addidos a seu Gabinete, visto o caracter confidencial, e muitas vezes secreto, dos assumptos que lhe são submetidos, a responsabilidade que comporta a solução dos mesmos, e a urgencia que devem ser solucionados, Consequentemente, o chefe dos S.E.I, será considerado addido ao Gabinete do Ministro de Estado.

Os S.El. deverão sempre manter uma constante ligação com a Secretaria Geral, bem como com o chefe dos Negocios Politicos e Diplomaticos

Deverão, outrosim, informar com a devida urgencia, as outras secções directamente ou indirectamente interessadas em casos levar dos ao conhecimento daquelles Serviços.

Até que a secção possa extender-se e ampliar a sua esphera de acção, devera funcionar, por enquanto, com uma dactylographa archivista, que tera o titulo de Secretaria, á qual incumbirá o serviço secreto ou confidencial de datylographia e a organização de archivo e uma datylographa para o serviço corrente, devendo ambas, porém, ser de confiança do chefe.

A Secretaria, visto o trabalho intenso da secção e a confiança que o cargo exige, deverá perceber uma gratificação de 200\$000 mensaes.

Rio de Janeiro, 1 de Fevereiro de 1937

